

# Índice

## 1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3

## 2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	4
2.3 - Outras Informações Relevantes	5

## 3. Informações Financ. Seleccionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.2 - Medições Não Contábeis	7
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	9
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	10
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	15
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	16
3.7 - Nível de Endividamento	17
3.8 - Obrigações	18
3.9 - Outras Informações Relevantes	19

## 4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	20
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	54
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	56
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	67
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	68
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	69
4.7 - Outras Contingências Relevantes	70
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	71

# Índice

## 5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	72
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	76
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	80
5.4 - Programa de Integridade	96
5.5 - Alterações significativas	97
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	100

## 6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	101
6.3 - Breve Histórico	102
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	103
6.6 - Outras Informações Relevantes	104

## 7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	105
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	107
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	108
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	110
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	116
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	117
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	123
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	124
7.8 - Políticas Socioambientais	125
7.9 - Outras Informações Relevantes	126

## 8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários	127
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	128
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	129

## Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	130
---	-----

### 9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	131
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	133
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	134
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	161
9.2 - Outras Informações Relevantes	171

### 10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	173
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	185
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	190
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	193
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	197
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	199
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	200
10.8 - Plano de Negócios	201
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	203

### 11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	204
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	205

### 12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	206
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	216
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	219
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	226
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	227
12.7/8 - Composição Dos Comitês	235

## Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	238
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	239
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	242
12.12 - Outras informações relevantes	243

## 13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	244
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	249
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	253
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	255
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	256
13.6 - Opções em Aberto	257
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	258
13.8 - Precificação Das Ações/opções	259
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	260
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	261
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	263
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	265
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	266
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	267
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	268
13.16 - Outras Informações Relevantes	269

## 14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	270
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	271
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	272

## Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	275
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	276
<b>15. Controle E Grupo Econômico</b>	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	277
15.3 - Distribuição de Capital	280
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	281
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	283
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	284
15.7 - Principais Operações Societárias	285
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	286
<b>16. Transações Partes Relacionadas</b>	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	287
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	294
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	297
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	298
<b>17. Capital Social</b>	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	299
17.2 - Aumentos do Capital Social	300
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	301
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	302
17.5 - Outras Informações Relevantes	303
<b>18. Valores Mobiliários</b>	
18.1 - Direitos Das Ações	304
18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	305
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	306

## Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	307
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	308
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	309
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	310
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	311
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	312
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	313
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	314
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	315
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	316

## 19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	317
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	318
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	319

## 20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	320
20.2 - Outras Informações Relevantes	322

## 21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	323
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	326
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	331
21.4 - Outras Informações Relevantes	332

## 1.0 - Identificação dos responsáveis

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Fabio Lopes Alves**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Jenner Guimarães do Rêgo**

**Cargo do responsável**

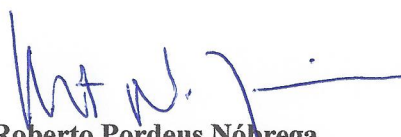
Diretor de Relações com Investidores



Companhia Hidro Elétrica do São Francisco  
CNPJ nº 33.541.368/0001-16 – Companhia Aberta

### **Declaração do Diretor-Presidente**

Declaro que revi o formulário de referência; que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19 e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



**Roberto Pordeus Nóbrega**  
Diretor-Presidente em exercício



Companhia Hidro Elétrica do São Francisco  
CNPJ nº 33.541.368/0001-16 – Companhia Aberta

### **Declaração do Diretor de Relações com Investidores**

Declaro que revi o formulário de referência; que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19 e que o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

**Jenner Guimarães do Rêgo**  
Diretor de Relações com Investidores

## 2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	287-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
<b>CPF/CNPJ</b>	61.562.112/0001-20
<b>Data Início</b>	02/04/2019
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Serviços regulares e especiais de auditoria independente, compreendendo a Auditoria das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, para fins locais (CPC e IFRS, além das normas da CVM), a serem auditadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e de acordo com as normas do Public Company Accounting Oversight Board – PCAOB, respectivamente, dos exercícios de 2019 e 2020 e a Revisão das Informações Trimestrais de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro dos anos de 2019 e 2020. Inclui, também, a revisão dos procedimentos fiscais e tributários, o exame das demonstrações financeiras e informações complementares requeridas pela Agência Reguladora (ANEEL), CVM e Instituições Financeiras (p.ex. BIRD/BID), emissão de relatórios especiais e documentos decorrentes dos serviços prestados, exame dos controles internos segundo a Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley – SOX e da emissão de relatórios sobre os controles internos das empresas para atendimento às normas internacionais de auditoria, conforme as especificações e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus anexos.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	O montante de remuneração correspondente à prestação dos serviços de auditoria independente citados, prevista para o exercício de 2019, será de R\$ 2.178.554,00 (dois milhões, cento e setenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais).
<b>Justificativa da substituição</b>	A contratação visa atender ao disposto no artigo 31 da Instrução CVM 308/99, o qual determina a rotatividade dos auditores independentes por prazo não superior a cinco anos.
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não aplicável.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Vinicius Ferreira Brito Rêgo	02/04/2019	929.336.105-15	Rua Padre Carapuceiro, 910, 21º Andar, Boa Viagem, Recife, PE, Brasil, CEP 51020-280, Telefone (81) 34658688, Fax (81) 34651063, e-mail: vinicius.rego@pwc.com

## 2.3 - Outras Informações Relevantes

Nos termos da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, é obrigatória a substituição dos Auditores Independentes responsáveis pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem ser recontratados por um intervalo mínimo de três anos. Ainda, nos termos do Art. 142, Inciso IX, da Lei nº 6.404/1976, e do Estatuto Social da Companhia, cabe ao Conselho de Administração a escolha e destituição dos Auditores Independentes.

Em atendimento ao acima exposto, e devido ao encerramento do contrato com a KPMG Auditores Independentes, pelo motivo de atingimento do tempo total de cinco anos referente a prestação de serviços de auditoria para as empresas do Sistema Eletrobras, a Holding contratou a empresa Pricewaterhousecoopers – PwC para a execução de serviços de auditoria independente para todas as empresas do Grupo, com prazo de execução de 24 meses (para os anos de 2019 e 2020), podendo vir a ser prorrogado por até 60 meses.

A referida contratação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, através da Deliberação-DL nº 553.04/2019.

**3.1 - Informações Financeiras - Consolidado**

<b>(Reais)</b>	<b>Exercício social (31/12/2018)</b>	<b>Exercício social (31/12/2017)</b>	<b>Exercício social (31/12/2016)</b>
Patrimônio Líquido	15.394.444.000,00	13.856.372.000,00	12.597.856.000,00
Ativo Total	26.434.981.000,00	24.815.927.000,00	23.120.918.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	4.792.259.000,00	4.926.061.000,00	12.739.690.000,00
Resultado Bruto	2.302.361.000,00	2.821.664.000,00	10.607.904.000,00
Resultado Líquido	265.942.000,00	1.044.049.000,00	3.985.383.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	55.904.895	55.904.895	55.904.895
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	275,368445	247,856149	225,344418
Resultado Básico por Ação	4,757043	18,675449	71,288623
Resultado Diluído por Ação	4,76	18,68	71,29

### 3.2 - Medições Não Contábeis

#### a. valor das medições não contábeis

A geração operacional de caixa, expressa pelo EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, reversão de *impairment*, provisão para perda na realização de investimentos, provisão para Programa de Incentivo ao Desligamento de Pessoal, receita RBSE – Portaria MME nº 120/2017 e contrato oneroso, foi de R\$ 720,1 milhões em 2018, contra o montante de R\$ 589,9 milhões em 2017. A margem EBITDA (EBITDA/Receita operacional líquida) foi de 15,0% em 2018 contra 12,0% obtida em 2017, representando um aumento de 3,0 pontos percentuais.

O Ebitda é calculado utilizando-se o resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras, das despesas de depreciação e amortização, das provisões para contingências e de outras provisões e reversões que não afetam o caixa da Companhia. O Ebitda não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O Ebitda é uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados. O Ebitda não possui significado padronizado e a definição de Ebitda da Companhia pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras empresas.

#### b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações contábeis auditadas

Demonstramos abaixo a apuração do Ebitda:

	(R\$ milhões)		
Demonstração do EBITDA	2018	2017	2016
Lucro líquido	265,9	1.044,0	3.985,4
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido	508,9	181,5	2989,2
(+) Despesas (receitas) financeiras líquidas	48,0	250,2	-14,9
(+) Depreciação	94,4	96,1	101,8
(+) Receita RBSE - Portaria MME nº 120/2017	-856,3	-1.197,0	-9377,7
<b>(=) EBITDA</b>	<b>61,0</b>	<b>374,8</b>	<b>-2.316,2</b>
(+) Receitas financeiras	231,5	153,4	282,2
(+) Provisões para contingências	536,6	515,1	287,2
(+) Reversão Impairment	-139,0	-763,3	2232,1
(+) Provisões para perda na realização de investimentos	-10,3	248,6	278,6
(+) Provisões para Programa de Incentivo ao Desligamento de Pessoal	68,1	98,0	-36,4
(+) Outras Provisões - FID	-58,5	58,5	-
(+) Contrato oneroso	30,7	-95,3	32,9
<b>(=) EBITDA Ajustado</b>	<b>720,1</b>	<b>589,9</b>	<b>760,4</b>
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
EBITDA Ajustado	720,1	589,9	760,4
Receita Operacional Líquida	4.792,3	4.926,1	12.739,7
<b>(=) Margem EBITDA</b>	<b>15,0</b>	<b>12,0</b>	<b>6,0</b>

### 3.2 - Medições Não Contábeis

**c. explicações sobre o motivo pelo qual a Companhia entende que tais medições são mais apropriadas para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

O Ebitda é utilizado como uma medida de desempenho pela administração, motivo pelo qual a Companhia entende ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. A Administração da Companhia acredita que o Ebitda é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda retrata o desempenho da Companhia sem a influência de fatores ligados, dentre outras coisas, (i) à sua estrutura de capital, como despesas com juros de seu endividamento, (ii) à sua estrutura tributária, como seu imposto de renda e contribuição social, e (iii) às suas despesas com depreciações e amortizações. Estas características, no entendimento da Companhia, tornam o Ebitda uma medida mais prática e mais apropriada de seu desempenho, pois afere de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de suas atividades.

### **3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras**

#### **Plano de Demissão Consensual 2019 (PDC)**

Em 21/01/2019 foram abertas as inscrições para o Plano de Demissão Consensual 2019 ("PDC") com prazo de adesão até o dia 22/03/2019. O PDC foi reaberto na Chesf e simultaneamente na Eletrobras, e é uma das iniciativas estratégicas que integram o pilar "Excelência Operacional" do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG 2019-2023), o "Desafio 23: Excelência Sustentável".

### 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

Apresentamos a seguir a política de destinação dos resultados da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais:

	2018	2017	2016
a) <b>Regras sobre retenção de lucros</b>	<p>A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei das Sociedades por Ações, define "lucro líquido" de qualquer exercício social como o resultado do exercício após a provisão para o imposto de renda e das participações estatutárias de empregados, administradores e partes beneficiárias. Em conformidade com essa Lei, o lucro passível de distribuição é igual ao lucro líquido em qualquer exercício social, deduzido dos prejuízos acumulados e dos valores destinados à reserva legal e outras reservas pertinentes e aumentado por reversões de reservas constituídas em exercícios anteriores.</p> <p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido de cada exercício social devem ser destinados para a reserva legal até que o valor total da reserva legal seja igual a 20% do capital social da Companhia. Entretanto, a Companhia não está obrigada a efetuar destinações à reserva legal em exercício social no qual o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do total do capital social.</p> <p>Anteriormente à adoção da Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009, o incentivo fiscal do imposto de renda era classificado como reserva de capital sem transitar pelo resultado. Essa legislação incluiu o artigo 195-A na Lei nº 6.404/1976 que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.</p>	<p>A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei das Sociedades por Ações, define "lucro líquido" de qualquer exercício social como o resultado do exercício após a provisão para o imposto de renda e das participações estatutárias de empregados, administradores e partes beneficiárias. Em conformidade com essa Lei, o lucro passível de distribuição é igual ao lucro líquido em qualquer exercício social, deduzido dos prejuízos acumulados e dos valores destinados à reserva legal e outras reservas pertinentes e aumentado por reversões de reservas constituídas em exercícios anteriores.</p> <p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido de cada exercício social devem ser destinados para a reserva legal até que o valor total da reserva legal seja igual a 20% do capital social da Companhia. Entretanto, a Companhia não está obrigada a efetuar destinações à reserva legal em exercício social no qual o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do total do capital social.</p> <p>Anteriormente à adoção da Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009, o incentivo fiscal do imposto de renda era classificado como reserva de capital sem transitar pelo resultado. Essa legislação incluiu o artigo 195-A na Lei nº 6.404/1976 que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.</p>	<p>A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei das Sociedades por Ações, define "lucro líquido" de qualquer exercício social como o resultado do exercício após a provisão para o imposto de renda e das participações estatutárias de empregados, administradores e partes beneficiárias. Em conformidade com essa Lei, o lucro passível de distribuição é igual ao lucro líquido em qualquer exercício social, deduzido dos prejuízos acumulados e dos valores destinados à reserva legal e outras reservas pertinentes e aumentado por reversões de reservas constituídas em exercícios anteriores.</p> <p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido de cada exercício social devem ser destinados para a reserva legal até que o valor total da reserva legal seja igual a 20% do capital social da Companhia. Entretanto, a Companhia não está obrigada a efetuar destinações à reserva legal em exercício social no qual o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do total do capital social.</p> <p>Anteriormente à adoção da Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009, o incentivo fiscal do imposto de renda era classificado como reserva de capital sem transitar pelo resultado. Essa legislação incluiu o artigo 195-A na Lei nº 6.404/1976 que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.</p>

### 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

Independentemente da mudança determinada pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, esse incentivo só pode ser utilizado para aumento de capital social ou absorção de prejuízos.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção de parcela do lucro líquido, tendo por finalidade integrar as fontes de recursos para a aplicação em projetos de investimentos da Companhia, conforme previsto em orçamento de capital proposto pelos seus administradores e submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, observado o disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/1976.

As alocações para cada uma dessas reservas estão sujeitas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

A Lei das Sociedades por Ações permite a não distribuição do dividendo obrigatório caso os órgãos da administração relatarem à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia na ocasião. Qualquer suspensão do dividendo obrigatório deverá ser apreciada pelo Conselho Fiscal, que deverá emitir parecer específico pela matéria. Ademais, os administradores da Companhia deverão também apresentar à CVM as razões para a suspensão da distribuição obrigatória. O lucro líquido não distribuído pela Companhia em virtude de suspensão é destinado a uma reserva especial e, se não for absorvido por prejuízos subsequentes, deverá ser distribuído assim que a situação financeira permitir. Caso a reserva de lucros exceda o capital social da empresa, o excesso deverá ser creditado ao capital social ou utilizado para pagamento de dividendos.

Independentemente da mudança determinada pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, esse incentivo só pode ser utilizado para aumento de capital social ou absorção de prejuízos.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção de parcela do lucro líquido, tendo por finalidade integrar as fontes de recursos para a aplicação em projetos de investimentos da Companhia, conforme previsto em orçamento de capital proposto pelos seus administradores e submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, observado o disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/1976.

As alocações para cada uma dessas reservas estão sujeitas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

A Lei das Sociedades por Ações permite a não distribuição do dividendo obrigatório caso os órgãos da administração relatarem à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia na ocasião. Qualquer suspensão do dividendo obrigatório deverá ser apreciada pelo Conselho Fiscal, que deverá emitir parecer específico pela matéria. Ademais, os administradores da Companhia deverão também apresentar à CVM as razões para a suspensão da distribuição obrigatória. O lucro líquido não distribuído pela Companhia em virtude de suspensão é destinado a uma reserva especial e, se não for absorvido por prejuízos subsequentes, deverá ser distribuído assim que a situação financeira permitir. Caso a reserva de lucros exceda o capital social da empresa, o excesso deverá ser creditado ao capital social ou utilizado para pagamento de dividendos.

Independentemente da mudança determinada pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, esse incentivo só pode ser utilizado para aumento de capital social ou absorção de prejuízos.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção de parcela do lucro líquido, tendo por finalidade integrar as fontes de recursos para a aplicação em projetos de investimentos da Companhia, conforme previsto em orçamento de capital proposto pelos seus administradores e submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, observado o disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/1976.

As alocações para cada uma dessas reservas estão sujeitas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

A Lei das Sociedades por Ações permite a não distribuição do dividendo obrigatório caso os órgãos da administração relatarem à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia na ocasião. Qualquer suspensão do dividendo obrigatório deverá ser apreciada pelo Conselho Fiscal, que deverá emitir parecer específico pela matéria. Ademais, os administradores da Companhia deverão também apresentar à CVM as razões para a suspensão da distribuição obrigatória. O lucro líquido não distribuído pela Companhia em virtude de suspensão é destinado a uma reserva especial e, se não for absorvido por prejuízos subsequentes, deverá ser distribuído assim que a situação financeira permitir. Caso a reserva de lucros exceda o capital social da empresa, o excesso deverá ser creditado ao capital social ou utilizado para pagamento de dividendos.

### 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

A Companhia registrou no exercício encerrado em 31/12/2018, lucro de R\$ 267,8 milhões. Serão distribuídos para os acionistas preferencialistas R\$ 30,6 milhões, o que corresponde a 11,43% do lucro líquido do exercício. Para os acionistas detentores de ações ordinárias, o dividendo foi retido em reserva especial, no montante de R\$ 183,3 milhões.

A Companhia registrou no exercício encerrado em 31/12/2017, lucro de R\$ 1.044,2 milhões. Serão distribuídos para os acionistas preferencialistas R\$ 30,6 milhões, o que corresponde a 2,93% do lucro líquido do exercício. Para os acionistas detentores de ações ordinárias, o dividendo foi retido em reserva especial, o montante de R\$ 546,3 milhões.

Em 31/12/2018, o saldo da reserva especial referente ao exercício de 2017 foi ajustado em R\$ 1.424,2 milhões em decorrência da adoção do CPC 47 e IFRS 15, e aprovada a distribuição de R\$128,0 milhões, aos detentores de ações ordinárias referente aos dividendos retidos em reserva especial no exercício de 2017.

A Companhia registrou no exercício encerrado em 31/12/2016, lucro de R\$ 3.985,3 milhões, que foi integralmente utilizado para absorção de prejuízos acumulados, razão pela qual não realizou distribuição nem retenção de lucros.

	2018	2017	2016
<b>b) Regras sobre distribuição de dividendos</b>	<p>A Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia exigem a realização de Assembleia Geral Ordinária até o dia 30 de abril de cada ano, para aprovação da distribuição do dividendo anual, o qual toma por base as demonstrações financeiras auditadas, elaboradas com referência ao exercício social imediatamente anterior.</p> <p>O Estatuto Social da Companhia determina que em cada exercício será obrigatória a distribuição de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.</p> <p>As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica, nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo, mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.</p>	<p>A Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia exigem a realização de Assembleia Geral Ordinária até o dia 30 de abril de cada ano, para aprovação da distribuição do dividendo anual, o qual toma por base as demonstrações financeiras auditadas, elaboradas com referência ao exercício social imediatamente anterior.</p> <p>O Estatuto Social da Companhia determina que em cada exercício será obrigatória a distribuição de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.</p> <p>As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica, nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo, mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.</p>	<p>A Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia exigem a realização de Assembleia Geral Ordinária até o dia 30 de abril de cada ano, para aprovação da distribuição do dividendo anual, o qual toma por base as demonstrações financeiras auditadas, elaboradas com referência ao exercício social imediatamente anterior.</p> <p>O Estatuto Social da Companhia determina que em cada exercício será obrigatória a distribuição de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.</p> <p>As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica, nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo, mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.</p>

### 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

Se a Companhia declarar dividendo por ação em valor superior ao mínimo prioritário aos detentores de ações preferenciais, os detentores das ações ordinárias e preferenciais terão direito de receber o mesmo valor por ação.

A Companhia poderá efetuar pagamento de dividendos intermediários, os quais serão compensados com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos intercalares tenham sido pagos.

Se a Companhia declarar dividendo por ação em valor superior ao mínimo prioritário aos detentores de ações preferenciais, os detentores das ações ordinárias e preferenciais terão direito de receber o mesmo valor por ação.

A Companhia poderá efetuar pagamento de dividendos intermediários, os quais serão compensados com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos intercalares tenham sido pagos.

Se a Companhia declarar dividendo por ação em valor superior ao mínimo prioritário aos detentores de ações preferenciais, os detentores das ações ordinárias e preferenciais terão direito de receber o mesmo valor por ação.

A Companhia poderá efetuar pagamento de dividendos intermediários, os quais serão compensados com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos intercalares tenham sido pagos.

	2018	2017	2016
c) <b>periodicidade das distribuições de dividendos</b>	<p>A remuneração aos acionistas é aprovada anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, e paga no prazo de 60 dias a contar da data em que for declarada, a menos que a deliberação dos acionistas estabeleça outra data para pagamento, mas que, em qualquer caso, deverá ocorrer antes do final do exercício social em que for declarada e terá os seus valores atualizados monetariamente a partir do encerramento do exercício social até a data do pagamento, com base na variação da taxa Selic.</p> <p>Os acionistas com cadastros não atualizados têm três anos a partir da data em que tenham sido postos à disposição, para reclamar o pagamento de dividendos distribuídos relativamente a suas ações. Após tal período os dividendos não reclamados reverterem legalmente em benefício da Companhia.</p>	<p>A remuneração aos acionistas é aprovada anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, e paga no prazo de 60 dias a contar da data em que for declarada, a menos que a deliberação dos acionistas estabeleça outra data para pagamento, mas que, em qualquer caso, deverá ocorrer antes do final do exercício social em que for declarada e terá os seus valores atualizados monetariamente a partir do encerramento do exercício social até a data do pagamento, com base na variação da taxa Selic.</p> <p>Os acionistas com cadastros não atualizados têm três anos a partir da data em que tenham sido postos à disposição, para reclamar o pagamento de dividendos distribuídos relativamente a suas ações. Após tal período os dividendos não reclamados reverterem legalmente em benefício da Companhia.</p>	<p>A remuneração aos acionistas é aprovada anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, e paga no prazo de 60 dias a contar da data em que for declarada, a menos que a deliberação dos acionistas estabeleça outra data para pagamento, mas que, em qualquer caso, deverá ocorrer antes do final do exercício social em que for declarada e terá os seus valores atualizados monetariamente a partir do encerramento do exercício social até a data do pagamento, com base na variação da taxa Selic.</p> <p>Os acionistas com cadastros não atualizados têm três anos a partir da data em que tenham sido postos à disposição, para reclamar o pagamento de dividendos distribuídos relativamente a suas ações. Após tal período os dividendos não reclamados reverterem legalmente em benefício da Companhia.</p>
d) <b>Eventuais restrições à distribuição de dividendos por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões</b>	<p><b>2018</b></p> <p>A Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo, um dos setores prioritários para o</p>	<p><b>2017</b></p> <p>A Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo, um dos setores prioritários para o</p>	<p><b>2016</b></p> <p>A Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo, um dos setores prioritários para o</p>

### 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

**judiciais,  
administrativas  
ou arbitrais.**

desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A parcela do lucro decorrente deste incentivo fiscal, com base em legislação especial, não poderá ser distribuído como dividendos sob pena de perda deste incentivo, somente podendo ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

A parcela do lucro decorrente deste incentivo fiscal, com base em legislação especial, não poderá ser distribuído como dividendos sob pena de perda deste incentivo, somente podendo ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

A parcela do lucro decorrente deste incentivo fiscal, com base em legislação especial, não poderá ser distribuído como dividendos sob pena de perda deste incentivo, somente podendo ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

Não existem outras restrições relativas à distribuição de dividendos, impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

Não existem outras restrições relativas à distribuição de dividendos, impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

Não existem outras restrições relativas à distribuição de dividendos, impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

#### 2018

#### 2017

#### 2016

**e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação e, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser computado.**

A companhia não apresenta uma política formal para destinação de resultados, porém o seu Estatuto Social, estabelece as regras para tanto, em conformidade com a A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Tais regras foram descritas nos itens acima.

A companhia não apresenta uma política formal para destinação de resultados, porém o seu Estatuto Social, estabelece as regras para tanto, em conformidade com a A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Tais regras foram descritas nos itens acima.

A companhia não apresenta uma política formal para destinação de resultados, porém o seu Estatuto Social, estabelece as regras para tanto, em conformidade com a A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Tais regras foram descritas nos itens acima.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016
Lucro líquido ajustado	213.912.606,98	576.857.913,27	-267.299.142,41
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	14,304675	5,304513	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	1,741595	7,535645	31,635407
Dividendo distribuído total	30.599.503,24	30.599.503,24	0,00
Lucro líquido retido	183.313.103,75	546.258.410,03	0,00
Data da aprovação da retenção	29/04/2019	26/04/2018	

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Preferencial	30.599.503,24		30.599.503,24	03/08/2018		
					0,00	

### 3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

No ano de 2017 foram declarados dividendos mínimos obrigatórios que foram pagos exclusivamente aos acionistas detentores de ações preferenciais no montante de R\$ 30.599.503,24 (trinta milhões, quinhentos e noventa e nove mil, quinhentos e três reais e vinte e quatro centavos), em conformidade com o estatuto da companhia, e constituição de reserva especial de dividendos não distribuídos, no montante de R\$ 546.258.410,03 (quinhentos e quarenta e seis milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e dez reais e três centavos), devidos aos detentores de ações ordinárias, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2018.

Na Assembleia Geral Ordinária – AGO realizada em 29/04/2019, foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas detentores de ações ordinárias, no montante de R\$ 128.035.343,76 (cento e vinte e oito milhões, trinta e cinco mil, trezentos e quarenta e três reais e setenta e seis centavos), referentes aos lucros retidos como reserva especial de dividendos não distribuídos no exercício de 2017, conforme demonstrado a seguir:

<b>Dividendos retidos como Reserva Especial em 2017</b>	
Reserva Especial constituída em 31/12/2017	546.258.410,03
(-) Dividendos a Pagar em 2019 - Acionistas Ordinários	-128.035.343,76
<b>Saldo Reserva Especial constituída em 31/12/2017</b>	<b>418.223.066,27</b>

No ano de 2018, foram declarados dividendos mínimos obrigatórios que serão pagos exclusivamente aos acionistas detentores de ações preferenciais no montante de R\$ 30.599.503,24 (trinta milhões, quinhentos e noventa e nove mil, quinhentos e três reais e vinte e quatro centavos), em conformidade com o estatuto da companhia, e constituição de reserva especial de dividendos não distribuídos, no montante de R\$ 183.313.103,75 (cento e oitenta e três milhões, trezentos e treze mil, cento e três reais e setenta e cinco centavos), decorrentes do resultado do exercício e ainda, constituição de reserva especial de dividendos não distribuídos no montante de R\$ 1.424.188.135,17 (um bilhão, quatrocentos e vinte e quatro milhões, cento e oitenta e oito mil, cento e trinta e cinco reais e dezessete centavos), decorrentes do resultado do ajuste no da adoção do pronunciamento do CPC nº 47, contabilizados diretamente no patrimônio líquido da companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2019, cujos valores estão demonstrados a seguir:

<b>Dividendos retidos como Reserva Especial em 2018</b>	
Reserva Especial constituída em 31/12/2018 – Dividendos retidos	183.313.103,75
Reserva Especial constituída em 31/12/2018 – Ajuste Adoção CPC nº 47	1.424.188.135,17
<b>Total Reserva Especial constituída em 31/12/2018</b>	<b>1.607.501.238,92</b>

Com as movimentações acima demonstradas, a Reserva Especial ficou com o saldo total, em 31/12/2018, de R\$ 2.025.724.305,19 (dois bilhões, vinte e cinco milhões, setecentos e vinte e quatro mil, trezentos e cinco reais e dezenove centavos).

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2018	11.040.537.000,00	Índice de Endividamento	0,41764876	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Garantia Real		10.607.000,00	27.558.000,00	31.070.000,00	82.898.000,00	152.133.000,00
Financiamento	Garantia Real		116.168.487,58	249.502.067,28	166.228.045,26	179.570.926,20	711.469.526,32
Empréstimo	Garantia Real		389.221.049,87	277.827.745,43	69.351.640,00	0,00	736.400.435,30
Empréstimo	Quirografárias		50.332.398,65	0,00	0,00	0,00	50.332.398,65
Total			566.328.936,10	554.887.812,71	266.649.685,26	262.468.926,20	1.650.335.360,27
Observação							

### **3.9 - Outras Informações Relevantes**

As informações relevantes pertinentes a este item foram divulgadas nos itens anteriores.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**Os resultados operacionais e financeiros consolidados da Chesf são parcialmente dependentes dos investimentos realizados nas SPEs e dos consórcios nos quais participa.**

A Chesf detém participações no capital de diversas Sociedades de Propósito Específico - SPEs - constituídas a partir da disputa em leilões públicos relacionados a permissões e concessões nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica. A Companhia faz uso da estrutura de SPEs quando celebra parcerias para explorar novos projetos tendo como sócios outras empresas ou investidores privados, que têm no mínimo a participação de 51% da Sociedade. Esses empreendimentos também estão sujeitos aos atrasos nos licenciamentos ambientais, encarecimento dos custos referentes ao fundiário e compensações ambientais, retardo na conclusão das obras, custos de *claims* de fornecedores, frustração de receitas, entre outros, podendo acarretar a redução da rentabilidade do projeto

Essas SPEs, apesar de terem a Chesf como acionista são, de fato, empresas privadas com gestão independente, embora a Companhia tenha atuação a partir de representantes nos conselhos de administração dessas sociedades. Qualquer deterioração dos resultados ou da situação financeira das SPEs, ou quaisquer sanções ou penalidades a elas impostas podem resultar na necessidade de aportes adicionais pelos sócios ou na frustração de dividendos com efeito negativo na situação financeira da Chesf.

Como geralmente a Chesf não controla as SPEs, suas práticas podem não estar totalmente alinhadas com as da Companhia. Como as SPEs não tem controle estatal, elas não são obrigadas a seguir processos operacionais e financeiros aplicáveis a entidades controladas pelo Governo Brasileiro.

Para reduzir o nível de alavancagem financeira da Chesf e considerando as dificuldades na obtenção de financiamento, principalmente devido ao menor nível de geração de caixa decorrente da Lei nº 12.783/2013, a Companhia contemplou em seu Plano de Negócios a alienação da sua participação em algumas SPEs. Para facilitar a venda dessas SPEs, foi efetivado um processo de dação em pagamento para a Holding, no qual a Chesf transferiu as suas participações societárias, objetivando reduzir o endividamento consolidado com a Eletrobras e melhorar o fluxo de caixa.

Em 27 de setembro de 2018 a Eletrobras vendeu a participação de algumas SPEs, originariamente pertencentes à Chesf e colocadas à venda. As demais SPEs contidas na dação em pagamento da Chesf para a Holding serão colocadas em novo certame de venda pela Eletrobras, até meados de 2019.

Apesar do suporte da administração da Companhia no processo de venda de SPEs, não é possível garantir que ele não será contestado pelo TCU ou pela CGU. Da mesma forma, embora a Eletrobras tenha o apoio de consultores externos no processo de leilão, não é possível garantir que ele será totalmente bem-sucedido, e os preços de venda podem ser menores do que o esperado.

Se algum desses riscos se materializar, isso poderá ter um efeito material nos resultados operacionais e na situação financeira da Companhia. A Chesf espera que o processo de venda das SPEs, que depende de aprovações de agentes externos sobre os quais a Companhia não tem controle, seja concluído até o fim de 2019.

**O valor dos pagamentos que serão recebidos após a renovação das concessões de transmissão poderá ser insuficiente para cobrir os custos dos investimentos realizados pela Chesf em tais concessões. Adicionalmente, não é possível estimar quando ou sob quais termos as indenizações com relação a concessões de geração serão realizadas.**

O Governo Federal promulgou a Lei n.º 12.783/2013, visando regular os termos e condições para a renovação das concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica que tinham previsão de expirar entre 2015 e 2017. A Lei n.º 12.783/2013 estabeleceu que as concessionárias poderiam renovar, uma única vez, suas concessões de geração e transmissão por um período adicional de 30 anos, desde que aceitassem certas condições postas pela ANEEL, tais como tarifas revisadas, conforme calculadas pela ANEEL, e submissão aos padrões de qualidade determinados pela agência.

Ao concordar com a renovação das concessões vincendas em 2015, a Companhia aceitou receber indenização referente à parte dos bens reversíveis não amortizados de tais concessões. Em 2014, a Companhia pleiteou

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

indenizações à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel (i) com relação aos ativos de transmissão da Rede Básica – Sistemas Existentes – RBSE, que entraram em operação comercial antes de 31 de maio de 2000, nos termos da Lei n.º 12.783/13 e da Resolução ANEEL n.º 596/2013, e (ii) de valores referentes à modernização de ativos de geração perante a Aneel, nos termos da Lei n.º 12.783/13 e da Resolução ANEEL n.º 589/2013.

Já foi homologada pela ANEEL o montante de R\$ 10,6 bilhões, recebíveis em 8 anos, a partir de julho/2017, dos valores relativos aos **ativos de transmissão** das instalações denominadas de Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, em maio de 2000, não amortizados e/ou não depreciados, até 31 de dezembro de 2012, conforme determinação do Ministério das Minas e Energia - MME, por meio da Portaria nº 120/2016, relativo aos ativos previstos no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2013.

Quanto ao valor da indenização complementar dos **ativos de geração** pleiteada pela Companhia, deverá ser aprovado pela ANEEL, que atualmente está revisando os pleitos que lhe foram submetidos, não sendo possível, ainda, determinar o momento em que o pagamento da indenização ocorrerá e sob quais condições. É possível que os pagamentos de indenização sejam inferiores aos valores que a Companhia espera, ou ainda inferiores aos valores investidos pela Companhia nas concessões de geração, o que poderia afetar adversamente sua condição financeira e resultados operacionais.

**O atual regime de revisão tarifária aplicável às concessões de geração e transmissão pode não assegurar o recebimento pela Chesf da totalidade do valor necessário à compensação dos custos incorridos pela Companhia na operação e manutenção destas concessões e as despesas relacionadas aos ativos a elas vinculados.**

No Brasil, o modelo regulatório adotado para as concessionárias de transmissão de energia é baseado no modelo de capitalização preço/receita. De acordo com este modelo, a ANEEL determina as receitas que serão cobradas pelas concessionárias e que devem cobrir todos e quaisquer custos de capital, operação e manutenção considerados razoáveis. O modelo regulatório de revisão tarifária para as concessionárias de transmissão é similar ao utilizado para as concessionárias de distribuição, ocorre a cada cinco anos e é complementar ao reajuste tarifário anual responsável pela correção monetária das tarifas cobradas. Este mecanismo é aplicado de acordo com cada contrato de concessão celebrado pelas concessionárias de transmissão. No momento da revisão tarifária, o objetivo da ANEEL é recalcular os custos para uma operação e manutenção eficientes do sistema gerenciado pelas companhias de transmissão.

Também cabe à ANEEL determinar as receitas que serão cobradas pelas concessionárias de geração que tenham renovado suas concessões em observância à Lei n.º 12.783/2013. A Receita Anual de Geração (“RAG”) é o valor a que as concessionárias de geração têm direito pelo fornecimento da energia produzida em uma usina hidrelétrica. A RAG é calculada levando em consideração os custos de operação e manutenção da usina hidrelétrica, podendo ser corrigido anualmente, além de ser revisado a cada 5 anos.

Em 08 de fevereiro de 2018, a ANEEL iniciou a Segunda Fase da Audiência Pública nº 16/2017, para comentários à proposta de norma relativa à revisão periódica das RAGs de usinas hidrelétricas sujeitas ao regime de garantia física e de cotação de energia (Lei nº 12.783/13). A Audiência Pública resultou na publicação da Resolução nº 818/2018, que aumentou as RAGs para essas usinas hidrelétricas e estabeleceu receitas com base em um nível de investimentos necessários para garantir a prestação de um serviço adequado (GAG Melhoria).

Para as empresas de transmissão, os contratos de concessão prorrogados preveem uma revisão tarifária para o ciclo 2018/2019. Em 31 de julho de 2017, a ANEEL iniciou a primeira fase da Audiência Pública nº 41/2017 para receber comentários e sugestões relacionados à revisão periódica do RAP de ativos de transmissão, especificamente sobre as regras para a BRR e outras receitas. Em 26 de setembro de 2017, a ANEEL iniciou a segunda fase desta audiência pública para receber comentários e sugestões relacionados às regras referentes aos Custos Operacionais e ao Custo Médio Ponderado de Capital. No entanto, a ANEEL identificou várias questões que exigem uma análise mais aprofundada e ainda não chegou a uma conclusão. Dessa forma, a ANEEL publicou a Resolução nº 2.408, de 28 de junho de 2018, que adiou a revisão tarifária para junho de 2019 e estabeleceu uma RAP provisória que será ajustada quando o processo definitivo for concluído em 2019, com efeitos retroativos a junho de 2018 e compensação em parcelas iguais até a próxima revisão tarifária.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em 15 de agosto de 2018, a ANEEL iniciou a terceira fase desta Audiência Pública para receber comentários e sugestões sobre a revisão do RAP à luz dos custos operacionais e investimentos em pequenas melhorias.

Dependendo da decisão da ANEEL sobre a revisão das tarifas a serem cobradas pela Chesf, a Companhia pode não ser adequadamente compensada pelos custos e despesas dos investimentos em ativos de geração e transmissão, o que poderia impactar negativamente sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Em março de 2019, a ANEEL iniciou a Audiência Pública nº 09/19 para discutir a revisão do custo médio ponderado de capital ("WACC"). Entretanto, a ANEEL ainda não publicou nenhuma norma ou regulamento oficial.

**A cada cinco anos as garantias físicas relativas às usinas hidrelétricas detidas pela Chesf podem ser reavaliadas o que pode acarretar custos adicionais levando à compra de energia para cumprir os contratos existentes.**

O Decreto nº 2.655/1998 dispõe que as revisões ordinárias da garantia física de usinas hidrelétricas devem ocorrer a cada cinco anos, com a possível redução da garantia física da usina limitada a 10% do valor original do contrato de concessão. Além disso, a cada revisão, a redução da garantia física da usina não pode exceder 5% em relação à garantia física obtida na revisão anterior.

A Portaria MME nº 178/2017 publicou os valores revisados de garantia física, aplicáveis a partir de 2018, que, para as usinas da Chesf, incluindo as usinas das concessões renovadas nos termos da Lei nº 12.783, representaram uma redução média de 4,8% da garantia física de suas usinas hidráulicas. Essa foi a primeira revisão ocorrida ao longo da concessão das usinas da Chesf. Como ainda ocorrerão ciclos revisionais os valores atribuíveis às garantias físicas da Chesf podem ser reduzidos no futuro.

A redução das garantias físicas da Chesf para essas usinas pode impactar as receitas da Chesf e aumentar suas despesas em razão da necessidade de comprar energia para cumprir os contratos de compra e venda de energia que ainda estiverem vigentes.

**O atual estado dos ativos de Geração requer a implantação de melhorias, sem as quais há o risco de não atingir a disponibilidade contratada, impactando diretamente na receita a ser auferida pela Chesf.**

Pelo contrato de concessão, a Chesf recebe a Receita Anual de Geração (RAG), homologada pela ANEEL, pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência das Usinas Hidrelétricas, pagas em parcelas duo decimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração. O padrão da qualidade do serviço de geração de energia elétrica é aferido com base no índice de indisponibilidade total verificada. De acordo com este modelo, a ANEEL determina as receitas que serão cobradas pelas concessionárias e que devem cobrir todos e quaisquer custos de capital, operação e manutenção considerados eficientes.

A RAG é composta dos custos regulatórios das usinas hidrelétricas com base em parâmetros de eficiência, além dos encargos e tributos. De acordo com a fórmula de cálculo, há uma parcela que corresponde ao ajuste pela indisponibilidade apurada ou pelo desempenho apurado (R\$/ano), conforme a modalidade de operação definida pelo ONS, contribuindo significativamente para o aumento ou diminuição do valor da receita (RAG).

Conforme descrito acima, em função do contrato de concessão em vigor, o contingenciamento de melhorias para as usinas contribui de forma significativa para a indisponibilidade, podendo afetar adversamente a receita da Chesf.

**A Chesf não pode prever as consequências financeiras e operacionais da proposta de diluição de capital da Eletrobras.**

Em 21 de agosto de 2017, o Governo Brasileiro propôs um aumento de capital na Eletrobras que diluiria a participação do governo nas ações com direito a voto da Eletrobras, direta ou indiretamente, de 60,4% para menos de 50%.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em 22 de janeiro de 2018, o então presidente do Brasil apresentou ao Congresso Nacional o projeto de lei para a diluição de capital da Eletrobras. O novo Governo eleito está avaliando a proposta inicialmente apresentada, bem como novos modelos para a proposta de privatização da Eletrobras, que incluíam a diluição do capital propostas ou a venda direta de participação em determinadas subsidiárias da Eletrobras. A Chesf não pode prever qual modelo será escolhido para a diluição de capital da Eletrobras, nem as consequências que serão observadas em razão do modelo que vier a ser escolhido.

**A ocorrência de violações ao Foreign Corrupt Practices Act e à legislação anticorrupção brasileira pode afetar materialmente a Chesf, bem como expor a Companhia e/ou seus empregados a processos e sanções civis e criminais.**

A Chesf, como subsidiária da Eletrobras, que é listada na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE"), está sujeita aos termos da legislação anticorrupção americana, notadamente o *U.S. Foreign Corrupt Practices Act* ("FCPA"), além de estar submetida à legislação anticorrupção brasileira, incluindo a Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção") e a Lei nº 13.303/2016 ("Lei das Estatais").

A Companhia não pode assegurar que não estará sujeita a ações criminais ou civis relacionadas a corrupção fundamentada na legislação brasileira caso quaisquer atos ilegais ou descumprimentos regulatórios sejam descobertos. Qualquer potencial medida nesse sentido contra a Chesf pode resultar em queixas contra a Companhia ou membros da sua administração, multas e penalidades significativas, danos reputacionais, distração em relação à nossa atividade principal e outros efeitos materiais adversos imprevisíveis.

Para maiores informações, vide item b.1.controlador direto: *"A ocorrência de violações ao Foreign Corrupt Practices Act e à legislação anticorrupção brasileira pode afetar materialmente a Eletrobras, bem como expor a Companhia e/ou seus empregados a processos e sanções civis e criminais"*.

**A Chesf está sujeita a eventos incompatíveis com seus padrões éticos e de integridade. A falha em detectar ou corrigir estes eventos em tempo hábil podem sujeitar a Companhia a sanções e penalidades.**

A Companhia está sujeita ao risco de que seus funcionários, administradores ou funcionários das empresas com propósito específico (SPEs) das quais participa, contratados, ou qualquer pessoa com quem faz negócios se envolvam em atividade fraudulenta, corrupção ou suborno, descumprindo os controles e procedimentos internos da Companhia. A Companhia adota uma série de sistemas para identificar, controlar e mitigar esses riscos, mas apesar de relativamente novos, seus sistemas podem não ser eficazes em todas as circunstâncias.

Qualquer quebra destes princípios, das normas de governança corporativa ou da regulação aplicável podem acarretar atrasos em cronogramas de construção, investigações, maiores custos e despesas, redução do foco de nossos administradores em nossos negócios em andamento e menores receitas e lucros decorrentes dos projetos afetados, bem como comprometer a reputação da Companhia, limitar sua capacidade de obter financiamento e ter um efeito material adverso sobre seus resultados operacionais e a condição financeira.

Por fim, considerando a complexidade do Programa de Integridade 5 Dimensões das empresas Eletrobras, até que o programa esteja totalmente implementado, ou caso seja constatada alguma falha em sua implementação, não é possível assegurar que atos de corrupção ou fraude serão propriamente identificados, ou que serão adequadamente corrigidos quaisquer problemas. Em razão disso, a Chesf pode estar sujeita à responsabilização civil e criminal.

**A Chesf está sujeita a certas obrigações cujo descumprimento pode permitir aos credores a aceleração da dívida.**

A Companhia é parte em contratos de empréstimos, em geral, que possuem algumas cláusulas que podem resultar em antecipação da dívida, chamadas de cláusulas restritivas. Essas cláusulas precisam ser acompanhadas rotineiramente pela Companhia em virtude de cobrir qualquer risco de antecipação inesperada.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Dentro desse contexto, a Chesf possui contratos com cláusulas restritivas perante a Caixa Econômica, Banco do Brasil, Banco do Nordeste - BNB, BNDES e a Eletrobras.

### **A Chesf está sujeita a regras que limitam a obtenção de empréstimos por empresas do setor público.**

Na condição de empresa controlada pela Eletrobras, a Chesf está sujeita a certas regras que limitam seu endividamento e investimentos e deve submeter sua proposta de orçamento anual, incluindo estimativas de montante de financiamento, para o Ministério da Economia e para o Congresso Nacional, para aprovação. Dessa forma, caso as operações da Eletrobras não se enquadrem nos parâmetros e condições estabelecidos pelo Governo Brasileiro, a Eletrobras poderá ter dificuldade na obtenção de financiamentos.

Outro fator limitador é a disponibilidade de garantias da empresa frente ao que é exigido pelos credores. Considerando a limitação de captação de recursos via financiamento, os investimentos sugeridos ficariam limitados à capacidade de geração de caixa das operações da empresa, o que poderá afetar a execução da sua estratégia de crescimento e, particularmente, projetos de grande escala, o que poderá impactar materialmente a condição financeira e os resultados operacionais da Chesf.

### **O Plano de Negócios e Gestão (PNG) da Chesf é desafiador e requer a sincronização e implementação de vários projetos.**

Plano de Negócios e Gestão (PNG) da Chesf, derivado do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) da Eletrobras, é elaborado para um período de cinco anos e é revisado anualmente. O PNG possui uma lista de projetos que visa a superar os desafios colocados pelo atual cenário macroeconômico e pela situação do setor de eletricidade.

O PNG da Chesf é estruturado com base nas 5 diretrizes estratégicas do PDNG 2019-2023 da Eletrobras:

- Crescimento rentável;
- Excelência operacional
- Aprimoramento de Governança e *Compliance*;
- Performance sustentável; e
- Apreciação de Pessoas.

Como nos anos anteriores, ligados às diretrizes estratégicas, a Eletrobras estabeleceu um conjunto de indicadores aplicáveis às suas subsidiárias, incluindo a Chesf, com metas ainda mais desafiadoras, que visam melhorar seu desempenho geral.

A implementação das iniciativas listadas no PDNG 2019-2023 tem o objetivo de trazer benefícios para o Grupo Eletrobras, tais como menor alavancagem financeira, maior eficiência operacional e custos consistentes com parâmetros regulatórios, em continuidade aos avanços já alcançados com o PDNG anterior. No entanto, a implementação desses projetos requer mudanças operacionais e de gestão em todo o Grupo Eletrobras.

Assim, apesar dos esforços da administração da Companhia, se o cronograma ou a entrega dos projetos estiverem atrasados, a Chesf poderá enfrentar dificuldades em alcançar as metas de planejamento estratégico e, eventualmente, falhar em obter, no todo ou em parte, os benefícios relacionados ao crescimento da receita ou redução de custos.

### **Caso os ativos da Chesf sejam considerados como dedicados à prestação de um serviço público essencial, eles não estarão disponíveis para liquidação ou sujeitos a penhora.**

A Lei n.º 11.101/2005 (“Nova Lei de Falências”), que rege a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência, além de substituir o processo judicial de reorganização de dívidas conhecido como concordata pelos processos de recuperação judicial e recuperação extrajudicial. A Nova Lei de Falências também estipula que suas disposições não se aplicam às empresas públicas e sociedades de economia mista, como a Eletrobras e suas subsidiárias. Apesar disso, a Constituição Federal Brasileira estabelece que as sociedades de economia mista que realizarem atividades econômicas estarão sujeitas ao regime jurídico aplicável a empresas privadas com relação a questões civis, comerciais, trabalhistas e tributárias. Dessa forma, não está claro se as disposições da Nova Lei de Falências referentes à recuperação judicial e extrajudicial e à falência se aplicarão

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

ou não à Eletrobras e suas subsidiárias, muito embora a Lei n.º 12.767/2012 estabeleça que os regimes de recuperação judicial ou extrajudicial não serão aplicados a concessionárias de serviço público de energia elétrica, salvo posteriormente à extinção da concessão.

A Chesf acredita que uma parte substancial de seus ativos, inclusive os ativos de geração e a rede de transmissão, poderia ser considerada pelos tribunais brasileiros como sendo dedicada à prestação de um serviço público essencial. Nesse caso, estes ativos não estariam disponíveis para liquidação ou para penhora judicial. Ainda, em conformidade com a lei brasileira e com os termos dos contratos de concessão assinados pela Chesf, os ativos da Companhia poderão ser revertidos para o Governo Brasileiro no caso de falência e/ou de recuperação judicial ou extrajudicial, sendo que a Chesf não pode assegurar que a compensação recebida será igual ao valor de mercado dos ativos e, dessa forma, a condição financeira da Companhia poderia ser adversa e significativamente afetada.

### **A Chesf poderá incorrer em prejuízos e dispende muito tempo na defesa de processos judiciais e procedimentos administrativos.**

A Chesf é parte em diversas ações judiciais e processos administrativos relacionados a matérias cíveis, fiscais, trabalhistas, ambientais, regulatórias e societárias. Tais ações envolvem montantes substanciais em dinheiro e outras indenizações, e muitos desses litígios respondem individualmente por parte significativa do montante total das demandas em que a Chesf é parte. A Chesf constituiu provisões para todos os valores em disputa que representem chance de perda provável, conforme classificado pela Companhia após consulta a seus consultores legais, ou conforme leis, decretos administrativos, ou ainda outros decretos ou decisões que, segundo entendimento da Chesf, ocasionem impacto desfavorável nas referidas demandas.

Caso haja decisão desfavorável em processo que envolva quantia relevante, a Companhia pode ter efeitos materiais adversos em sua posição financeira consolidada, seus resultados operacionais e em seu fluxo de caixa no futuro. Caso não tenha constituído provisão, ou as perdas estimadas resultarem em valores significativamente superiores às provisões realizadas, o custo total das decisões desfavoráveis poderá afetar, também, adversa e substancialmente o resultado econômico da Companhia. Além disso, a defesa desses processos poderá exigir o dispêndio de tempo e atenção por parte da Administração, além de custos judiciais com a contratação de escritórios de advocacia e custos processuais, o que poderá desviá-la do foco das atividades principais da Companhia. Dependendo do resultado, certos litígios poderão resultar em restrições operacionais e financeiras, bem como ocasionar um efeito adverso e relevante em alguns dos principais negócios da Companhia.

### **A Chesf pode ser obrigada a fazer contribuições substanciais para os fundos de previdência por ela patrocinado para os empregados e ex-empregados.**

Segundo a Lei Complementares n.º 108/2001 e n.º 109/2001, e nos termos dos próprios planos de previdência, a Chesf pode ser obrigada a fazer contribuições para os planos de previdência dos atuais empregados, bem como dos ex-empregados. Se houver incompatibilidade entre as reservas dos planos de previdência e os recursos disponíveis para os planos, caso esses planos sejam planos de benefício definido, a Chesf (como patrocinadora) e os beneficiários dos planos de previdência podem ser requeridos a contribuir para o plano restabelecer seu equilíbrio, conforme disposto pela regulação específica estabelecida pela PREVIC.

A implementação de planos de equacionamento pode resultar no pagamento de contribuições extraordinárias pelos participantes e patrocinadores com o intuito de recobrar o equilíbrio do plano. Os valores dessas contribuições podem vir a ser discutidos judicialmente pelos participantes em razão de desacordo em relação a estes números. Tais pagamentos podem afetar material e adversamente o fluxo de caixa da Chesf no longo prazo.

### **As políticas de seguros da Chesf podem ser insuficientes para cobrir potenciais perdas.**

O negócio desenvolvido pela Chesf está sujeito, de forma geral, a diversos riscos, incluindo acidentes operacionais, disputas trabalhistas, condições geológicas inesperadas, mudanças no ambiente regulatório, riscos ambientais e meteorológicos, além de outros fenômenos naturais. Além disso, a Chesf é responsável por

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas da prestação dos serviços de geração e transmissão.

Os seguros contratados pela Chesf cobrem somente parte das perdas que podem ocorrer. A Eletrobras está buscando, quando possível, renegociar suas políticas de seguro conjuntamente para todas as suas subsidiárias, de modo a assegurar uma cobertura mais uniforme e proteção adequada a todas as suas operações a custos competitivos. A Chesf possui seguros operacionais de riscos, de transporte e aeronáutico, em montante suficiente para a cobertura de sinistros, adequados para cobrir danos patrimoniais e riscos em suas instalações. Em caso de não renovação de suas apólices de seguro ou ocorrências de sinistros não cobertos, ou que excedam o limite de suas apólices, a empresa poderá estar sujeita a perdas inesperadas em valores financeiros substanciais.

Nos termos da legislação brasileira, a Chesf é estritamente responsável pelos danos diretos e indiretos resultantes do suprimento inadequado de eletricidade, como interrupções abruptas ou problemas relacionados aos sistemas de geração ou transmissão. Portanto, a Companhia pode ser responsabilizada por danos, ainda que não causados por sua negligência.

Assim, se a Chesf for responsável pelo pagamento de danos em uma quantia significativa, sua situação financeira, bem como sua reputação e imagem, poderão ser adversamente afetadas.

**Greves, paralisações ou movimentos trabalhistas realizados por seus empregados ou pelos empregados de fornecedores ou contratados podem afetar adversamente os resultados operacionais e os negócios da Chesf.**

Todos os empregados são representados por sindicatos. Desacordos em questões envolvendo desinvestimentos ou mudanças na estratégia de negócios, reduções de pessoal, bem como contribuições potenciais de empregados, podem levar a movimentos trabalhistas. A Chesf não pode assegurar que greves que afetem seus níveis de produção não ocorrerão no futuro. Greves, paralisações ou outras formas de movimentos trabalhistas em qualquer um de seus principais fornecedores, contratados ou suas instalações podem prejudicar a capacidade operacional da Companhia, incluindo a capacidade de concluir grandes projetos e afetar negativamente sua capacidade de alcançar objetivos de longo prazo.

**O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas brasileiras, e as percepções dos investidores acerca dessas condições, podem ter um impacto direto sobre os negócios, condição financeira, resultados de operações e perspectivas futuras da Chesf.**

O Governo Federal constantemente intervém na economia brasileira e ocasionalmente realiza mudanças significativas nas políticas monetária, de crédito, de câmbio, fiscal, regulatória e outras para influenciar a economia do Brasil. As ações do governo brasileiro para controlar a inflação já incluíram o controle de salários e preços, desvalorização do real, controles sobre remessas de recursos ao exterior, intervenção pelo Banco Central para afetar a taxa básica de juros e outras medidas.

Em 2015, a economia contraiu 3,9% e se contraiu mais 3,6% em 2016. Em 2017, a economia se recuperou, crescendo 1%. O crescimento continuou em 2018 e em 31 de dezembro de 2018 a taxa de crescimento foi de 1,1%. Não é possível garantir aos investidores que a economia brasileira retomará seu crescimento no futuro. Outra recessão poderia resultar em uma redução significativa das receitas fiscais do Brasil, ou uma desvalorização significativa do real, durante um período prolongado de tempo, poderia afetar adversamente a relação dívida/PIB do Brasil, o que poderia ter um efeito adverso relevante nas finanças públicas e no preço de mercado dos valores mobiliários da Companhia. Além disso, a S&P pode rebaixar a classificação do *rating* do Brasil no caso de o Congresso Brasileiro não aprovar a proposta de reforma da previdência.

Inflação descontrolada, grandes variações cambiais, instabilidade social e outros eventos políticos, econômicos e diplomáticos, bem como a resposta do Governo Federal a esses eventos, também poderiam afetar negativamente os negócios e estratégia da Eletrobras e suas subsidiárias. Os negócios da Chesf, seus resultados operacionais e sua condição financeira podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por outros fatores, que incluem, mas não se limitam aos seguintes:

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Expansão ou contração da economia mundial ou brasileira;
- Instabilidade econômica e social;
- Mudanças na legislação trabalhista;
- Flutuações na taxa de câmbio;
- Inflação;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Política Fiscal;
- Eleições para os poderes executivo e legislativo federal;
- Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil ou os mercados internacionais;
- Liquidez dos mercados de capitais e de crédito nacionais;
- Desenvolvimento do setor elétrico;
- Controle sobre o câmbio e restrições sobre as remessas de recursos para o exterior; e/ou
- Limitações ao comércio internacional.

A incerteza em relação às ações do Governo brasileiro para mudanças na política ou regulamentação que afetam esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para uma maior volatilidade dos mercados de capitais brasileiros e internacionais onde são negociados os títulos emitidos fora do Brasil pelas empresas brasileiras. Medidas que venham a ser adotadas pelo Governo brasileiro para manter a estabilidade econômica, e também especulações sobre quaisquer atos futuros do Governo brasileiro, podem gerar incertezas na economia brasileira e aumentar a volatilidade dos mercados de capitais nacionais, afetando adversamente os negócios, resultados operacionais e a condição financeira da Eletrobras e suas subsidiárias. A Chesf não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o Governo brasileiro poderá adotar no futuro.

**Mudanças na legislação tributária ou contábil, incentivos fiscais e benefícios ou interpretações divergentes das leis tributárias ou das práticas contábeis podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.**

As autoridades fiscais brasileiras implementaram com frequência mudanças nos regimes tributários que podem afetar a Chesf. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e promulgação de novos impostos, tanto temporários quanto permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar a carga tributária à qual a Companhia está exposta e restringir a capacidade de fazer negócios nos mercados existentes e, portanto, afetar adversamente a lucratividade da Chesf. A Companhia não pode garantir que poderá manter suas estimativas de fluxo de caixa e rentabilidade após quaisquer aumentos nos impostos brasileiros que se apliquem a ela própria ou às suas operações. Além disso, atualmente a Chesf é beneficiária de certos benefícios fiscais. Quanto a isso, não há garantia de que esses benefícios serão mantidos ou renovados. Além disso, dado o atual ambiente político e econômico brasileiro, não há garantia de que tais benefícios fiscais não serão judicialmente contestados em razão de alegações de inconstitucionalidade. Se a Chesf não for capaz de renovar os benefícios fiscais, tais benefícios sejam modificados, limitados, suspensos ou revogados, isto poderá afetar adversamente a Companhia. Além disso, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com as interpretações aplicadas pela Companhia, a Chesf pode ser adversamente afetada. Adicionalmente, mudanças nas políticas contábeis como resultado da adoção de novos padrões de acordo com o IFRS podem

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

levar a uma incomparabilidade das demonstrações financeiras ou a potenciais efeitos adversos nos resultados financeiros da Chesf.

### b) ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

#### b.1. controlador direto

A Eletrobras, como Controladora direta da Chesf, possui fatores de risco conforme apresentados a seguir:

**Se a Eletrobras não corrigir as fraquezas materiais em seus controles internos, a confiabilidade de suas demonstrações financeiras consolidadas, podem ser materialmente afetadas.**

Em conformidade com regulamentos da SEC, a Eletrobras por meio de seus auditores internos avalia a eficácia de seus controles e procedimentos de divulgação de informações, referentes aos relatórios financeiros, buscando assegurar a aderência das informações divulgadas ao mercado com os princípios contábeis aplicáveis.

Os controles internos da Eletrobras sobre relatórios financeiros são desenvolvidos para fornecer uma garantia razoável quanto à sua confiabilidade e à elaboração das demonstrações financeiras consolidadas para fins externos, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. O Departamento de Controles Internos trabalha em conjunto com os Administradores da Companhia para identificar quais os processos estão sob sua responsabilidade e implementar os controles internos necessários para mitigar os riscos identificados.

Durante as análises realizadas em 2018, a Companhia e os Auditores Independentes realizaram testes independentes que identificaram inconsistências nos controles internos da Eletrobras, que se traduzem nas seguintes fraquezas materiais:

- A Eletrobras não manteve controles adequados com relação à preparação de suas demonstrações financeiras e divulgações relacionadas. As questões envolvidas são: (i) envolvimento insuficiente de pessoal treinado, em tempo hábil, inclusive em subsidiárias relevantes; (ii) controles gerais de tecnologia da informação (GITC) ineficazes em relação à gestão e monitoramento de acessos privilegiados; e (iii) revisão gerencial ineficaz e/ou controles em nível de processos sobre os relatórios financeiros, onde: (a) para operações continuadas, adoção das normas IFRS 9 e 15 sobre operações de transmissão; contingências, ativos imobilizados, *impairment* de ativos e contas relacionadas; e (b) para operações descontinuadas, contingências; contas a pagar; contas a receber; receita; impostos e contas relacionadas; não foram projetados ou operam com um nível de precisão suficiente para identificar distorções relevantes.

Caso os esforços da Companhia para remediar todas as inconsistências identificadas não sejam suficientes, a Eletrobras pode continuar a conviver com deficiências materiais em seus controles internos.

**Os resultados operacionais e financeiros consolidados da Eletrobras são parcialmente dependentes dos investimentos realizados nas SPEs e dos consórcios nos quais participa.**

A Eletrobras realiza seu objeto principalmente por meio de suas subsidiárias de geração e transmissão, sendo que alguns dos negócios da Eletrobras e suas subsidiárias são conduzidos por meio das SPEs constituídas exclusivamente para a participação em leilões públicos relacionados a concessões nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica.

Usualmente as SPEs são estruturadas em parcerias com outras companhias, para a exploração de novas fontes de energia. A capacidade da Eletrobras de honrar suas obrigações financeiras está relacionada, em parte, ao fluxo de caixa e ao recebimento de valores das suas controladas e SPEs e da distribuição de dividendos, empréstimos e outros tipos de adiantamentos.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Como geralmente a Eletrobras não controla as SPEs, suas práticas podem não estar totalmente alinhadas com as da Companhia. Como as SPEs não são controladas pelo Governo Brasileiro, elas não são obrigadas a seguir processos operacionais e financeiros aplicáveis a entidades por ele controladas.

Adicionalmente, as SPEs são consideradas pessoas jurídicas distintas. Qualquer direito da Eletrobras ao recebimento de bens ou valores em caso de eventual falência, liquidação e/ou reorganização societária de qualquer SPEs estará subordinado no concurso de credores da respectiva SPE, sem preferência sobre créditos fiscais e de fornecedores ou outros credores destas subsidiárias.

Devido ao alto nível de alavancagem financeira das subsidiárias e às dificuldades na obtenção de financiamento, principalmente devido ao menor nível de geração de caixa decorrente da Lei nº 12.783/2013, o PDNG 2019-2023 contempla a venda de participação em algumas SPEs, com o objetivo de reduzir o endividamento consolidado da Eletrobras e aumentar o fluxo de caixa. Para facilitar a venda dessas SPEs as respectivas participações acionárias foram transferidas de suas subsidiárias para a própria Eletrobras. Como a Eletrobras não detém o controle da administração dessas SPEs, a Companhia poderá enfrentar problemas operacionais. Foi criado um grupo de trabalho específico para supervisionar a venda de SPEs. Em 27 de setembro de 2018 a Eletrobras vendeu sua participação 26 de 71 SPEs colocadas à venda. O valor agregado que a Companhia espera receber com a venda é de aproximadamente R\$1,3 bilhão por sua participação nas 26 SPEs até junho de 2019, refletindo um prêmio médio de 2% em relação ao preço mínimo de venda. Este valor ainda será ajustado em conformidade com as regras aplicáveis aos leilões. O valor estimado para as 45 outras SPEs era de R\$1,75 bilhão em 31 de dezembro de 2018. A Companhia espera que o processo de venda das SPEs, que depende de aprovações de agentes externos sobre os quais a Companhia não tem controle, seja concluído até o fim de 2019.

Apesar do envolvimento da administração da Companhia no processo de venda de SPEs, não é possível garantir que o mesmo não será contestado pelo TCU ou pela CGU. Da mesma forma, embora a Companhia tenha o apoio de consultores externos no processo de leilão, não é possível garantir que ele será totalmente bem-sucedido, e os preços de venda podem ser menores do que o esperado. Além disso, como resultado da decisão de alienar determinadas SPEs, a Eletrobras registrou em uma perda de R\$ 553 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, resultante da diferença entre o valor contábil e o valor de venda (baseado no preço do leilão) de determinadas SPEs que foram classificados como mantidos para venda. Se algum desses riscos se materializar, isso poderá ter um efeito material nos resultados operacionais e na situação financeira da Companhia. Além disso, com a venda das SPEs, a Eletrobras não pode garantir que manterá sua atual participação no mercado de geração e transmissão no Brasil.

### **Existem riscos associados à recente venda de seis subsidiárias de distribuição localizadas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.**

Por meio de leilões realizados na B3, a Eletrobras vendeu sua participação acionária conforme descrito a seguir: (i) Cepisa e Ceal para a Equatorial Energia; (ii) Eletroacre e Ceron para a Energisa S.A.; e (iii) Boa Vista Energia e Amazonas D para o Consórcio Oliveira Energia & Atem. Como vários sindicatos de trabalhadores ajuizaram ações judiciais para interromper a venda de algumas das empresas de distribuição antes de seus respectivos leilões, não é possível garantir que entidades semelhantes não possam adotar outras medidas judiciais contra a Eletrobras, as empresas de distribuição ou os compradores, conforme aplicável.

Em conexão com a venda de nossas empresas de distribuição, a Eletrobras concordou em assumir as dívidas das empresas de distribuição com a Petróleo Brasileiro SA - Petrobras e algumas de suas subsidiárias, incluindo Amazonas D (R\$10,5 bilhões), Ceron (R\$2,1 bilhões), Boa Vista Energia (R\$0,3 bilhão) e Eletroacre (R\$0,3 bilhão). No âmbito da assunção de dívidas a Eletrobras concordou em empenhar certos recebíveis à Petrobras como garantia da dívida.

A Eletrobras também concordou em assumir R\$0,9 bilhão em dívidas da Cigás, fornecedora da subsidiária Amazonas D e emprestou a essas empresas R\$6 bilhões em 31 de dezembro de 2018, em troca de recebíveis que foram empenhados em favor da Companhia. Entretanto, não há garantia de que esses recebíveis serão pagos pelos respectivos devedores.

Em troca da assunção da dívida a Eletrobras deve receber certos créditos da Conta CCC. No entanto, existe atualmente uma incerteza quanto ao recebimento desses créditos, uma vez que tais créditos estão sujeitos a

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

validação pela ANEEL e, até o momento, os valores reconhecidos são inferiores aos concedidos pelas distribuidoras.

### **A Eletrobras poderá não receber integralmente os recursos da Conta de Consumo de Combustível transferidos durante o processo de venda das distribuidoras.**

Na 170ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Eletrobras, realizada em 08 de fevereiro de 2018, seus acionistas ratificaram a decisão de vender as companhias distribuidoras controladas pela Eletrobras e aprovou a capitalização dessas empresas, de acordo com as diretrizes do CPP. Os acionistas da Companhia também aprovaram a assunção pela Eletrobras de R\$ 8,5 bilhões de recebíveis registrados nos balanços das distribuidoras, considerando os ajustes realizados até 30 de junho de 2017. Como esses recebíveis referem-se à Conta CCC, eles foram objeto de discussões com a ANEEL.

Atualmente, a ANEEL está avaliando as distribuidoras no que tange aos créditos que detêm em relação à Conta CCC relativos ao período compreendido entre julho/2009 e junho/2016 (primeira rodada de revisão) para identificar qualquer ativo ou passivo que deva ser assim considerado em conformidade com a Resolução nº 427/11. A agência já preparou um parecer técnico sobre o processo de revisão relativos às subsidiárias da Eletrobras: Amazonas D, Eletroacre, Ceron e Boa Vista Energia, no qual questiona os valores pagos pela CCC a essas empresas e o método de processamento e formação dos custos totais de geração utilizados para fins de reembolso a essas empresas. Como administradora da Conta CCC durante o período de monitoramento, a Eletrobras em conjunto com suas subsidiárias, contestou a decisão pela ANEEL e os critérios por ela aplicados.

Em 07 de março de 2018, notas técnicas emitidas pela ANEEL indicaram um crédito de R\$ 163 milhões em favor da Eletroacre, e um crédito de R\$ 1,6 bilhão em favor da Ceron, relativos a 31 de dezembro de 2017. Em 16 de abril de 2018, a ANEEL emitiu o Parecer Técnico nº 65/18 por meio do qual estabeleceu que o valor final a ser reembolsado à Boa Vista Energia após a revisão é de R\$ 69,6 milhões (referente a 31 de dezembro de 2017). A ANEEL também afirmou que, devido ao “custo de ineficiência” do combustível utilizado pela Boa Vista Energia, o Tesouro Nacional deve pagar à Boa Vista Energia R\$ 20 milhões, possivelmente sujeitos a ajustes. Esta decisão está sujeita a recurso e esses valores podem aumentar, à medida em que as três companhias apresentem novas solicitações à ANEEL. Estes valores já foram contabilizados pela Eletrobras em 31 de dezembro de 2018 e se forem considerados somente os valores já reconhecidos pela ANEEL, reapresentados em 31 de dezembro de 2018 a Eletrobras teria que aumentar a provisão realizada para R\$997 milhões.

Em 19 de março de 2019, a ANEEL concluiu seu processo de inspeção e processamento dos benefícios reembolsados pela Conta CCC à Amazonas D, relativos ao período compreendido entre 30 de julho de 2009 e 30 de julho de 2016, atendendo parcialmente aos pedidos constantes dos processos judiciais e administrativos impetrados pela Eletrobras e pela Amazonas D. Considerando o disposto na Nota Técnica nº 60/2019-SFF-SFG-SRG / ANEEL, a Eletrobras receberá R\$ 1.621,9 milhões (referente a março de 2019), como controladora da Amazonas D, provenientes de recursos da CCC. Tais créditos foram cedidos pela Amazônia D à Eletrobras no âmbito do processo de privatização.

Desse montante, aproximadamente R\$ 1,3 bilhão foi considerado pela ANEEL devido à Medida Provisória nº 855/2018. A Eletrobras entende que a aprovação da ANEEL levando em consideração o que dispõe a Medida Provisória 855 é obrigatória. Além disso, a ANEEL discutirá o valor da “ineficiência de combustível” com o Ministério da Economia, que foi estimado em aproximadamente R\$ 1.357,8 milhões, a ser pago pelo Tesouro Nacional. Ainda não há uma decisão sobre como o valor estimado da “ineficiência de combustível” pode vir a ser atualizado monetariamente.

Contudo, caso venha a ser atualizado ser atualizado pela taxa Selic, como é típico neste tipo de situação, o valor atualizado do crédito seria de aproximadamente R\$ 2.225,8 milhões (referente a setembro de 2018). O valor a ser pago pelo Governo brasileiro está diretamente relacionado à Medida Provisória 879/2019, assim, este montante ainda não está incluído no Orçamento da União e, caso a Medida Provisória 879/2019 não seja convertida em lei pelo Congresso Nacional a Eletrobras poderá perder o direito ao recebimento desse crédito.

Com relação à segunda rodada de revisões dos desembolsos dos pagamentos a serem realizados com recursos provenientes da Conta CCC à Amazonas D, relativos ao período compreendido entre julho de 2016 e abril de 2017, a área técnica da ANEEL responsável se manifestou, por meio da Nota Técnica nº 60/2019-SFF-SFG-

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

SRG / ANEEL, que haveria um excesso da ordem de R\$ 1.723 milhões (referente a março de 2019), no montante pago à Amazonas D, que deveria ser reembolsado à Conta CCC, e, portanto, deduzido dos créditos da Conta CCC aprovados pelo Conselho de Administração da ANEEL para o período compreendido entre julho 2009 e junho de 2016. A Eletrobras apresentou recurso contra esta decisão em 02 de abril de 2019 e aguarda uma decisão da Diretoria da ANEEL a respeito do recurso. Caso a Medida Provisória 879/2019 seja convertida em lei, o valor deste reembolso poderá aumentar em aproximadamente R\$ 350 milhões.

A ANEEL ainda não divulgou novas Notas Técnicas na primeira rodada de revisão para nenhum dos pedidos de reembolso realizados pela Eletroacre, Boa Vista Energia e Ceron.

A ANEEL publicou um cronograma para a conclusão da primeira rodada de revisão (referente ao período compreendido entre junho de 2009 e junho de 2016) e realizará uma rodada de revisão (somente para a Amazonas D para o período compreendido entre julho de 2016 e abril de 2017) em abril de 2019. Relativamente à Eletroacre, à Boa Vista Energia e à Ceron, o processo de revisão deve ser concluído em maio de 2019.

Assim, os valores a serem recebidos da Eletrobras provenientes da Conta CCC dependem dos critérios utilizados pela ANEEL em relação ao processo de revisão e processamento dos benefícios a serem reembolsados pela Conta CCC. A conclusão das discussões com a ANEEL com relação aos créditos da Conta CCC é crucial para a determinação de um valor preciso a ser recebido pela Eletrobras e suas subsidiárias em relação à Conta CCC.

Considerando o exposto acima e que a Companhia ainda está discutindo os créditos da Conta CCC com a ANEEL, os valores a serem recebidos podem ser inferiores aos que originalmente foram previstos e assumidos pela Eletrobras, ou, ainda, a Eletrobras pode vir a ser obrigada a reembolsar valores à Conta CCC.

Se os montantes a serem reconhecidos pela ANEEL forem inferiores àqueles cedidos pelas distribuidoras ou se a Medida Provisória nº 879/2019 não for convertida em lei, a Eletrobras poderá ter que realizar novas provisões ou baixas contábeis. No caso da Amazonas D, por exemplo, no processo de privatização, créditos de cerca de R\$4,1 bilhões foram cedidos pela Amazonas D para a Eletrobras; entretanto, até o momento, considerando a posição atual da ANEEL e os créditos reconhecidos pela Medida Provisória nº 879/2019, a Eletrobras receberia apenas parte desse o valor, ou aproximadamente R\$2,6 bilhões, o que poderia resultar na necessidade de uma provisão contábil de aproximadamente R\$1,5 bilhão. Além disso, se não houver conversão da Medida Provisória nº 879/2019 em lei, a Eletrobras pode sofrer perdas relacionadas ao valor da cláusula de ineficiência (R\$2,2 bilhões para Amazonas D e R\$0,02 milhão para Boa Vista Energia).

Esses valores são registrados no ativo consolidado como recebíveis, pelos valores históricos de R\$1,3 bilhão e R\$20 milhões, respectivamente. A Eletrobras também pode perder o benefício de R\$350 milhões em reembolsos com relação a uma exigência da ANEEL referente ao transporte por meio de oleoduto, referente à segunda rodada de revisão da Amazonas D, conforme mencionado acima.

No entanto, a Medida Provisória nº 879/2019 estendeu o prazo das disposições, retardando a possível perda do benefício. Medidas Provisórias no Brasil têm um prazo de vigência de sessenta dias, que pode ser renovado uma vez por outros sessenta dias. Portanto, quando a Medida Provisória nº 879/2019 expirar, a Eletrobras voltará a enfrentar o risco de não ser totalmente reembolsada por seus créditos com a Conta CCC.

**Na qualidade de ex-gestora de determinados fundos governamentais, a Eletrobras está sujeita a alegações de má-gestão dos recursos.**

A Eletrobras foi responsável pela gestão dos contratos de financiamento concedidos com recursos do RGR até 1º de maio de 2017 e das Contas CDE e CCC até 1º de abril de 2017, quando a administração foi transferida para a CCEE. No entanto, os contratos de financiamento assinados até 17 de novembro de 2016 permaneceram sob responsabilidade da Eletrobras para gestão, de acordo com o art. 28 do Decreto nº 9.022/2017, e reembolsar o RGR pelos recursos recebidos a título de amortização, taxa de juros contratual e taxa de crédito.

A Eletrobras também é gestora dos programas governamentais Luz para Todos e Procel, que são administrados de acordo com as regras e regulamentos promulgados pela ANEEL e pelo MME. A Eletrobras ainda é responsável, perante os órgãos de fiscalização, pelo período em que administrou os fundos setoriais.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Assim, de julho de 2009 a junho de 2016, a ANEEL realizou uma série de exames nas empresas de distribuição de energia elétrica que se beneficiam da Conta CCC.

A ANEEL também relatou diferenças em relação à Conta CCC de um débito de R\$0,1 milhão para a CERR e créditos de R\$94 milhões para a CEA, R\$21 milhões para a Celpe e R\$54 milhões para a Energisa.

Na condição de gestora da Conta CCC, a Eletrobras questionou a forma de cálculo dos valores e a metodologia aplicada pela ANEEL. No entanto, a ANEEL ainda não respondeu às perguntas. Assim, a Eletrobras pode ser responsabilizada por possíveis falhas na gestão da Conta CCC, bem como outros fundos setoriais, com possíveis impactos em sua condição financeira, reputação e imagem.

**O valor dos pagamentos que serão recebidos após a renovação das concessões de transmissão poderá ser insuficiente para cobrir os custos dos investimentos realizados pela Eletrobras em tais concessões. Adicionalmente, não é possível estimar quando ou sob quais termos as indenizações com relação a concessões de geração serão realizadas.**

Ao concordar com a renovação das concessões vincendas entre 2015 e 2017, a Eletrobras aceitou receber pagamentos referentes à parte dos bens reversíveis não amortizados e não depreciados de das concessões renovadas. De acordo com a Lei nº 12.783/2013, a Eletrobras apresentou requerimentos perante a ANEEL em relação às concessões de transmissão da Eletrobras renovadas, RBSE e Rede Básica - Novas Instalações ("RBNI"). Os valores de indenização relacionados ao RBNI foram pagos entre 2013 e 2015 (valor histórico de aproximadamente R\$8,1 bilhões em 31 de dezembro de 2012). Após analisar os relatórios apresentados, a ANEEL aprovou uma compensação pelos ativos da RBSE relativos a 2015 e 2016 (valor histórico de aproximadamente R\$17,7 bilhões em 31 de dezembro de 2012).

Em relação aos ativos de transmissão da RBSE, em 20 de abril de 2016, o MME publicou a Portaria nº 120 estabelecendo as condições para receber essa remuneração não amortizada e/ou não depreciada relacionada a essa parcela dos ativos da Companhia. Segundo a ANEEL, a ordem estipulava que o custo de capital das concessionárias referentes a esses ativos seria incluído nas respectivas Receitas Anuais Permitidas ("RAP"), a partir de 1º de julho de 2017, com dois componentes:

1. Componente Econômico: custo do capital de ativos com vida útil residual em 1º de julho de 2017, a ser recebido pelo prazo remanescente da vida útil dos bens; e
2. Componente Financeiro: custo de capital não incorporado de 1º de janeiro de 2013 a 30 de junho de 2017, atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio, a ser recebido dentro de oito ciclos tarifários, sendo cada ciclo compreendido entre 1º de julho e 30 de junho do ano seguinte.

Para o ciclo de 2017/2018, a ANEEL estipulou uma RAP adicional de aproximadamente R\$7,8 bilhões dos ativos da RBSE das subsidiárias da Eletrobras, dos quais R\$4,2 bilhões referentes ao componente financeiro e R\$3,6 bilhões referentes à incorporação do valor ainda não depreciado da RBSE à Remuneração Regulatória Base.

Algumas associações de consumidores de energia têm questionado esses aumentos, argumentando que essas diferenças não devem ser repassadas aos consumidores. Em 10 de abril de 2017, uma tutela antecipada foi concedida em favor dessas associações.

Assim, a ANEEL revisou seus cálculos e, na Resolução Homologatória nº 2.258, de 27 de junho de 2017, estipulou, para o ciclo 2017/2018, uma RAP adicional de cerca de R\$6,8 bilhões, dos quais R\$3,2 bilhões referem-se componente financeiro, e R\$3,6 bilhões ao componente econômico. Portanto, no atual ciclo, a decisão preliminar implicou uma redução de 13,4% na RAP adicional devido às subsidiárias da Companhia.

Em relação ao ciclo 2018/2019, a ANEEL identificou questões que requerem análise adicional e permanecem indeterminadas. Nesse sentido, a ANEEL publicou a Resolução nº 2.408, de 28 de junho de 2018, que adiou a revisão tarifária para junho de 2019 e estabeleceu uma RAP provisória, que será ajustada quando o processo definitivo for concluído em 2019, com efeito retroativo a junho de 2018. e indenização em parcelas iguais até a próxima revisão tarifária. A tarifa provisória estabelece que: (i) para o componente econômico da RBSE, o

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

critério relevante será a depreciação, desmobilização, atualização monetária e amortização do resultado; e (ii) para os demais componentes (como o componente financeiro), o critério será apenas o ajuste monetário.

A Eletrobras não pode prever se novas reduções serão aprovadas no futuro. Caso novas reduções venham a ocorrer em relação aos pagamentos da RBSE, ou se o entendimento dos consumidores vier a prevalecer no âmbito judicial, levando a uma redução da RAP, a Eletrobras pode ser obrigada a realizar baixas contábeis, o que pode afetar negativamente sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Com relação aos ativos de geração, as subsidiárias da Eletrobras pediram à ANEEL a indenização complementar relacionada a elas por aproximadamente R\$6,2 bilhões. Contudo, a ANEEL ainda não ratificou tais valores

Dessa forma, na agenda regulatória da ANEEL para 2018-2019, em janeiro de 2019 a ANEEL divulgou a Audiência Pública nº 03/2019 com o intuito de revisar a Resolução Normativa nº 596/2013, em razão da necessidade de adaptar a regulação para definir outras formas de avaliação de ativos de geração ligados às concessões renovadas no âmbito da Lei nº 12.783.

Neste sentido, a ANEEL ainda não indicou quais valores, ou se algum valor será pago neste ano. Atualmente a regulamentação, em audiência pública, prevê que os investimentos em melhoria podem ser descontados do valor da tarifa de energia (Receita Anual de Geração – “RAG”) para determinadas usinas hidrelétricas. Audiência Pública nº 03/19 se refere ao conceito de renúncia ao valor da indenização para manter a totalidade do valor da GAG Melhoria. Ressalta-se que a prática contábil aplicada em relação ao GAG Melhoria pode vir a ser revisada sempre que surgirem fatos novos e/ou novas estimativas de despesas e/ou receitas associadas.

**O atual regime de revisão tarifária aplicável às concessões de geração e transmissão pode não assegurar o recebimento pela Eletrobras da totalidade do valor necessário à compensação dos custos incorridos pela Companhia na operação e manutenção destas concessões e as despesas relacionadas aos ativos a elas vinculados.**

No Brasil, o modelo regulatório adotado para as concessionárias de transmissão de energia é baseado no modelo de capitalização preço/receita. De acordo com este modelo, a ANEEL determina as receitas que serão cobradas pelas concessionárias e que devem cobrir todos e quaisquer custos de capital, operação e manutenção considerados razoáveis. O modelo regulatório de revisão tarifária para as concessionárias de transmissão é similar ao utilizado para as concessionárias de distribuição, ocorre a cada cinco anos e é complementar ao reajuste tarifário anual responsável pela correção monetária das tarifas cobradas. Este mecanismo é aplicado de acordo com cada contrato de concessão celebrado pelas concessionárias de transmissão. No momento da revisão tarifária, o objetivo da ANEEL é recalcular os custos para uma operação e manutenção eficientes do sistema gerenciado pelas companhias de transmissão.

Também cabe à ANEEL determinar as receitas que serão cobradas pelas concessionárias de geração que tenham renovado suas concessões em observância à Lei n.º 12.783/2013. A Receita Anual de Geração (“RAG”) é o valor a que as concessionárias de geração têm direito pelo fornecimento da energia produzida em uma usina hidrelétrica. A RAG é calculada levando em consideração os custos de operação e manutenção da usina hidrelétrica, podendo ser corrigido anualmente, além de ser revisado a cada 5 anos.

Em 08 de fevereiro de 2018, a ANEEL iniciou a Segunda Fase da Audiência Pública nº 16/2017, para comentários à proposta de norma relativa à revisão periódica das RAGs de usinas hidrelétricas sujeitas ao regime de garantia física e de cotação de energia (Lei nº 12.783/13). A Audiência Pública resultou na publicação da Resolução nº 818/2018, que aumentou as RAGs para essas usinas hidrelétricas e estabeleceu receitas com base em um nível de investimentos necessários para garantir a prestação de um serviço adequado (GAG Melhoria), considerando a receita para investimentos como sendo R\$1.034 milhões.

Para as empresas de transmissão, os contratos de concessão prorrogados preveem uma revisão tarifária para o ciclo 2018/2019. Em 31 de julho de 2017, a ANEEL iniciou a primeira fase da Audiência Pública nº 41/2017 para receber comentários e sugestões relacionados à revisão periódica do RAP de ativos de transmissão, especificamente sobre as regras para a BRR e outras receitas. Em 26 de setembro de 2017, a ANEEL iniciou a segunda fase desta audiência pública para receber comentários e sugestões relacionados às regras referentes aos Custos Operacionais e ao Custo Médio Ponderado de Capital. No entanto, a ANEEL identificou várias

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

questões que exigem uma análise mais aprofundada e ainda não chegou a uma conclusão. Dessa forma, a ANEEL publicou a Resolução nº 2.408, de 28 de junho de 2018, que adiou a revisão tarifária para junho de 2019 e estabeleceu uma RAP provisória que será ajustada quando o processo definitivo for concluído em 2019, com efeitos retroativos a junho de 2018 e compensação em parcelas iguais até a próxima revisão tarifária. Conforme estabelecido pela Resolução nº 2.408/2018, a aplicação da revisão tarifária provisória reduziu a da Eletrobras RAP em R\$516 milhões. Em 15 de agosto de 2018, a ANEEL iniciou a terceira fase desta Audiência Pública para receber comentários e sugestões sobre a revisão do RAP à luz dos custos operacionais e investimentos em pequenas melhorias.

Dependendo da decisão da ANEEL sobre a revisão das tarifas a serem cobradas pelas subsidiárias de geração e transmissão da Eletrobras, a Companhia pode não ser adequadamente compensada pelos custos e despesas dos investimentos em ativos de geração e transmissão, o que poderia impactar negativamente sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Em março de 2019, a ANEEL iniciou a Audiência Pública nº 09/19 para discutir a revisão do custo médio ponderado de capital (“WACC”). Entretanto, a ANEEL ainda não publicou nenhuma norma ou regulamento oficial.

**Não há certeza de que os contratos de concessão ainda vigentes da Eletrobras serão renovados e quais serão os termos das renovações caso elas sejam concedidas.**

A Eletrobras conduz suas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de acordo com os contratos de concessão celebrados com o Governo Federal, por meio da ANEEL.

O Governo Federal poderá renovar as concessões de transmissão existentes que ainda não passaram por este processo, pelo regime estabelecido pelas Leis nº 12.783/2013 e nº 13.182/2015, por um período adicional de 30 anos sem a necessidade de realização de um novo procedimento licitatório.

O Governo Federal poderá renovar as concessões de geração hidroelétrica existentes em conformidade com o artigo 19 da Lei nº 9.074/1995 por um período adicional de 30 anos e das concessões de geração termo elétricas que ainda não passaram por este processo, por um período adicional de 20 anos pelo regime estabelecido pelas Leis nº 12.783/2013 e nº 13.182/2015, sem a necessidade de realização de um novo procedimento licitatório. A renovação pode não ser realizada pelo Governo brasileiro. Caso o Governo brasileiro decida renovar as concessões isso pode vir a ocorrer de forma menos favorável à Eletrobras. Em relação aos ativos de geração, caso a concessão da Usina de Tucuruí seja renovada de acordo com os termos da legislação aplicável (considerando o sistema de alocação de quotas), a receita da Eletrobras decorrente da Usina de Tucuruí será reduzida de forma significativa, afetando seus resultados operacionais.

Considerando a discricionariedade do Governo Federal na renovação de concessões, a Eletrobras poderá enfrentar significativa concorrência no processo de renovação das concessões. Consequentemente, a Eletrobras não pode garantir que seus contratos de concessão serão renovados ou renovados nos mesmos termos de sua celebração.

**A Eletrobras não pode prever em que termos o Tratado de Itaipu será renovado.**

O Tratado de Itaipu, celebrado entre os governos do Brasil e do Paraguai, regula as atividades da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional e terminará em 2023. Os dois países iniciaram recentemente discussões sobre a revisão de várias cláusulas do Tratado, incluindo o Anexo C, que regula os termos e condições financeiros da exploração da usina. O tratado prevê que ambos os países possuem direito de prioridade na compra da parcela de energia produzida e não consumida pela outra parte. Também são definidos no tratado o pagamento de royalties, o pagamento de rendimentos sobre o capital, o custo da energia produzida e as condições para a cessão de energia de uma parte à outra. A Eletrobras é, agora, responsável pela comercialização da parte da energia produzida que pertence ao Brasil, bem como dos excedentes de energia produzida cedidos pelo Paraguai. No entanto, não é possível dizer em que termos o tratado será renegociado pelos dois governos e não há certeza quanto aos termos da venda de energia para o mercado brasileiro.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**A cada cinco anos as garantias físicas relativas às usinas hidrelétricas detidas pela Eletrobras podem ser reavaliadas o que pode acarretar custos adicionais levando à compra de energia para cumprir os contratos existentes.**

O Decreto nº 2.655/1998 dispõe que as revisões ordinárias da garantia física de usinas hidrelétricas devem ocorrer a cada cinco anos, com a possível redução da garantia física da usina limitada a 10% do valor original do contrato de concessão. Além disso, a cada revisão, a redução da garantia física da usina não pode exceder 5% em relação à garantia física obtida na revisão anterior.

A Portaria MME nº 178/2017 publicou os valores revisados de garantia física, aplicáveis a partir de 2018, que, para as usinas da Eletrobras, incluindo as usinas das concessões renovadas nos termos da Lei nº 12.783, Itaipu e SPEs representaram uma queda de 4% na média. Como ainda ocorrerão ciclos revisionais os valores atribuíveis às garantias físicas da Eletrobras podem ser reduzidos no futuro.

Com relação a algumas das plantas da Eletrobras, não houve recálculo de suas garantias físicas como parte dessa revisão ordinária. Contudo, um recálculo das garantias físicas pode ocorrer em uma revisão subsequente.

A redução das garantias físicas da Eletrobras para essas usinas pode impactar as receitas da Eletrobras e aumentar suas despesas em razão da necessidade de comprar energia para cumprir os contratos de compra e venda de energia que ainda estiverem vigentes.

Existe a possibilidade de redução da garantia física das usinas cujas concessões foram renovadas de acordo com a Lei nº 12.783/2013, em valores acima do limite de 10%. Isso também poderia afetar Itaipu a partir de 2023.

**A Eletrobras não pode prever as consequências financeiras e operacionais da proposta de diluição de capital.**

Em 21 de agosto de 2017, o Governo Brasileiro propôs um aumento de capital na Eletrobras que diluiria a participação do governo nas ações com direito a voto da Eletrobras, direta ou indiretamente, de 60,4% para menos de 50%.

Em 22 de janeiro de 2018, o então presidente do Brasil apresentou ao Congresso Nacional o projeto de lei para a diluição de capital da Eletrobras. O novo Governo eleito está avaliando a proposta inicialmente apresentada, bem como novos modelos para a proposta de privatização da Eletrobras, que incluiriam a diluição do capital propostas ou a venda direta de participação em determinadas subsidiárias da Eletrobras. A Eletrobras não pode prever qual modelo será escolhido nem as consequências que serão observadas em razão do modelo que vier a ser escolhido.

A privatização da Eletrobras poderia distrair a administração da Companhia e resultar em menos apoio do Governo Brasileiro para a Eletrobras. Certos grupos poderiam questionar a proposta, o que poderia gerar questões políticas e legais para a Eletrobras. Além disso, poderia aumentar os custos de dívida da Companhia (devido ao fato de que o Governo Brasileiro controlaria menos de 50% das ações ordinárias) e poderia constituir um evento de inadimplemento sob seus empréstimos e títulos que, se não renunciado, poderia permitir aos credores da Companhia acelerar suas dívidas. Além disso, a criação de *golden share* exigiria a aprovação da NYSE para que os ADRs da Companhia continuassem listadas na NYSE. De acordo com as previsões dos bonds emitidos pela Companhia, a Eletrobras deverá realizar oferta de aquisição dos títulos com preço igual a 101% de seu valor nominal acrescido dos juros remuneratórios devidos e não pagos no caso de a União Federal deixar de deter participação no capital social da Eletrobras maior ou igual a 51% das ações ordinárias. A Eletrobras não pode garantir que terá recursos financeiros suficientes para realizar a oferta de aquisição dos bonds caso ela seja necessária, o que pode levar ao vencimento antecipado dos bonds, acarretando, por consequência, o acionamento do gatilho de “cross-default” de seus demais empréstimos e financiamentos.

Adicionalmente, a depender do modelo escolhido a Eletrobras não pode assegurar que não haverá diluição da participação de seus acionistas minoritários que não acompanharão um eventual aumento de capital.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**A Eletrobras pode não conseguir manter sua participação de mercado, a menos que seja realizada uma alteração em sua estrutura de capital.**

Em 2018 e 2017, a Eletrobras investiu R\$4,6 bilhões e R\$5,2 bilhões, respectivamente, em investimentos de expansão, modernização, pesquisa, infraestrutura e projetos ambientais. Para 2019 o orçamento inclui R\$5,7 bilhões em gastos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2018, foram realizados estudos que mostraram que a Companhia precisaria investir aproximadamente R\$14 bilhões em investimentos de capital por ano se quisesse manter sua atual participação de mercado de 30,5% no segmento de geração e 47,3% no segmento de transmissão. Como a Companhia e sua acionista controladora, a União Federal, não dispõem de recursos disponíveis para fazer investimentos dessa magnitude, a União Federal está considerando alternativas que envolvem a privatização da Companhia. Isso permitiria à Companhia levantar capital suficiente para fazer os investimentos necessários. No entanto, a Eletrobras não pode garantir aos investidores que o Congresso brasileiro aprovará qualquer alteração em sua estrutura de capital ou em seu modelo de negócios e, consequentemente, a Eletrobras poderá perder parte de sua participação de mercado nos segmentos de geração e transmissão.

**A Eletrobras possui passivos financeiros substanciais e pode estar exposta a restrições de liquidez, o que poderia dificultar a obtenção de financiamento para os investimentos de despesas operacionais e planejados.**

O fluxo de caixa operacional da Eletrobras nos últimos anos não foi suficiente para financiar seus investimentos, suas despesas operacionais, o serviço da dívida e o pagamento de dividendos. A redução do lucro operacional das subsidiárias da Companhia foi uma consequência direta da prorrogação antecipada das concessões determinadas pela Lei nº 12.783. Dessa forma, o endividamento da Eletrobras tem aumentado significativamente desde 2012.

Em 31 de dezembro de 2017, 75% do endividamento da Companhia, totalizando R\$29,3 bilhões, possuem vencimento nos próximos cinco anos.

Visando atingir as suas metas de crescimento, manter a capacidade de financiar suas operações e amortizar os vencimentos da dívida programados, a Eletrobras tem se baseado e continuará a se basear, em uma combinação de fluxos de caixa operacionais, uso de linhas de crédito, saldo de caixa e de aplicações financeiras de curto prazo, contratação de dívida adicional e o recebimento de indenizações pelas concessões renovadas nos termos da Lei nº 12.783 e a venda de ativos.

Os títulos emitidos pela Eletrobras no mercado internacional terão vencimento em 2021 para US\$1,75 bilhão. Dependendo da liquidez dos mercados financeiros e da classificação de risco de crédito da Eletrobras, a Companhia poderá enfrentar dificuldades em refinarçar essa dívida em termos favoráveis, o que poderia aumentar a dificuldade e o custo de refinanciamento dessas obrigações.

Como parte do PDNG 2018-2022, a Companhia pretende reduzir o índice Dívida Líquida/EBITDA através da implementação de diversas medidas, tais como desinvestimentos, diluição de capital e/ou gestão de dívida. Nesse contexto, a Eletrobras continua avaliando iniciativas que podem contribuir para o alcance dessas metas, dentre elas a possibilidade de novas captações para pagamento ou refinanciamento de sua dívida a taxas mais favoráveis.

Se, por qualquer motivo, a Companhia se deparar com dificuldades nos financiamentos ou se houver qualquer atraso no recebimento de valores a ela devidos sob os pagamentos de indenizações do Governo Federal, isso poderá prejudicar sua capacidade de realizar despesas operacionais e de capital nos montantes necessários para manter seu nível atual de investimentos e suas metas de longo prazo.

**A ocorrência de violações ao Foreign Corrupt Practices Act e à legislação anticorrupção brasileira pode afetar materialmente a Eletrobras, bem como expor a Companhia e/ou seus empregados a processos e sanções civis e criminais.**

Por ser listada na Bolsa de Valores de Nova York ("NYSE"), a Eletrobras está sujeita aos termos da legislação anticorrupção americana, notadamente o *U.S. Foreign Corrupt Practices Act* de 1977, ("FCPA") e aos requisitos de divulgação determinados no *U.S. Securities Exchange Act* de 1934. Além disso, a Eletrobras está

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

submetida à legislação anticorrupção brasileira, incluindo a Lei nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”) e a Lei nº 13.303/2016 (“Lei das Estatais”).

Em 2009, a Polícia Federal deflagrou uma investigação denominada “Operação Lava-Jato” (“Operação Lava-Jato”), relacionada a um esquema de corrupção envolvendo empresas brasileiras com atividades em vários setores da economia brasileira. Desde 2014, o Ministério Público Federal passou a focar a investigação em irregularidades relacionadas a empreiteiros e fornecedores de empresas públicas e descobriu um amplo esquema de pagamentos envolvendo uma variada gama de participantes.

Além de processos criminais no Brasil, a *U.S. Securities and Exchange Commission* (“SEC”) e o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (“DoJ”) também instauraram investigações relacionadas às descobertas da Operação Lava-Jato. Apesar de nenhum processo criminal ter sido ajuizado contra a Eletrobras em razão da Operação Lava-Jato, em resposta às alegações sobre atividades ilegais reportadas pela mídia em 2015, com relação a sociedades que prestaram serviços à Eletronuclear, uma subsidiária da Eletrobras (especificamente com relação à Usina Nuclear Angra 3), bem como a certas SPEs nas quais a Eletrobras detém participações minoritárias, o Conselho de Administração da Eletrobras, apesar de não ser obrigado ou ter sido requerido para que tomasse qualquer ação neste sentido, contratou o escritório Hogan Lovells US LLP (“Investigação Independente”), em 10 de junho de 2015, para promover uma investigação interna independente com o objetivo de avaliar a existência de potenciais irregularidades, incluindo violações ao FCPA, à legislação anticorrupção brasileira e ao Código de Ética e Conduta da Eletrobras.

A Eletrobras não pode garantir que não será objeto de nenhuma nova ou ação anticorrupção civil ou criminal nos termos das leis dos EUA ou do Brasil, caso surjam mais atos ilegais ou falhas regulatórias. Qualquer possível ação futura relacionada a anticorrupção pode resultar em acusações contra a Eletrobras ou membros de sua administração, multas e penalidades significativas, danos civis, dano à reputação, distração de seus negócios em andamento e outros efeitos adversos materiais imprevistos.

Embora as demonstrações financeiras da Companhia reflitam seu melhor conhecimento dos fatos, como as investigações no âmbito da Operação Lava Jato estão em andamento e o MPF pode levar um tempo considerável para concluí-las, novas informações podem ser descobertas e se as constatações levarem à identificação de diferenças materialmente significativas nos valores registrados, a Eletrobras pode ter que reapresentar as demonstrações financeiras, o que pode ter um impacto negativo no valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão. Adicionalmente, pode haver outras investigações relacionadas à Lava Jato e procedimentos relacionados, incluindo, mas não se limitando a ações administrativas em andamento relacionadas a Angra 3 e Belo Monte.

**A Eletrobras tem investigado eventos alegadamente incompatíveis com seus padrões éticos e de integridade. A falha em detectar ou corrigir estes eventos em tempo hábil podem sujeitar a Companhia a sanções e penalidades.**

A Eletrobras está sujeita ao risco de que seus funcionários, administradores ou funcionários das sociedades de propósito específico (SPEs) das quais participa, contratados, ou qualquer pessoa com quem faz negócios se envolvam em atividade fraudulenta, corrupção ou suborno, descumprindo os controles e procedimentos internos da Companhia. A Companhia adota uma série de sistemas para identificar, controlar e mitigar esses riscos, mas apesar de relativamente novos, seus sistemas podem não ser eficazes em todas as circunstâncias.

Qualquer quebra destes princípios, das normas de governança corporativa ou da regulação aplicável podem acarretar atrasos em cronogramas de construção, investigações, maiores custos e despesas, redução do foco de nossos administradores em nossos negócios em andamento e menores receitas e lucros decorrentes dos projetos afetados, bem como comprometer a reputação da Companhia, limitar sua capacidade de obter financiamento e ter um efeito material adverso sobre seus resultados operacionais e a condição financeira.

Por fim, considerando a complexidade do Programa 5 Dimensões Eletrobras, até que o programa esteja totalmente implementado, ou caso seja constatada alguma falha em sua implementação, não é possível assegurar que atos de corrupção ou fraude serão propriamente identificados, ou que serão adequadamente corrigidos quaisquer problemas. Em razão disso, a Eletrobras pode estar sujeita a restrições relativas a realização de ofertas de valores mobiliários ou responsabilização civil e criminal nos Estados Unidos e no Brasil.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

### **A Eletrobras está sujeita a certas obrigações cujo descumprimento pode permitir aos credores a aceleração da dívida.**

A Eletrobras é parte em diversos instrumentos de financiamento internacionais e locais na qualidade de devedora ou garantidora. Os títulos de dívida que a Eletrobras emitiu nos mercados de capitais internacionais e suas linhas de crédito existentes exigem o cumprimento de uma série de obrigações, como o arquivamento de demonstrações financeiras em determinados prazos, o fornecimento de um relatório de auditoria sem ressalvas, entre outros.

Por exemplo, a Eletrobras é garantidora de 49% da dívida referente à primeira emissão de debêntures da Teles Pires Participações S.A., realizada em 2012, o que exige que a Eletrobras cumpra determinados índices financeiros. Tendo em vista o não cumprimento desses índices financeiros, a Eletrobras teve que obter um *waiver* do único debenturista, renunciando ao cumprimento desses índices pela Eletrobras até o final de 2018.

Além disso, alguns contratos de financiamento para o desenvolvimento das usinas da Companhia, alguns dos quais são garantidos pela Eletrobras, contêm cláusulas de aceleração que podem ser acionadas quando da inadimplência. Qualquer inadimplência ou aceleração de qualquer contrato de financiamento também pode dar a outros credores o direito de acelerar o pagamento de seus respectivos contratos de acordo com as disposições de *cross-default*. Consequentemente, a aceleração do pagamento desses contratos de financiamento pode afetar adversamente a condição financeira da Companhia e os resultados de suas operações.

### **A Eletrobras está sujeita a regras que limitam a obtenção de empréstimos por empresas do setor público.**

Na condição de empresa controlada pela União Federal, a Eletrobras está sujeita a certas regras que limitam seu endividamento e investimentos e deve submeter sua proposta de orçamento anual, incluindo estimativas de montante de financiamento, para o Ministério da Economia e para o Congresso Nacional, para aprovação. Dessa forma, caso as operações da Eletrobras não se enquadrem nos parâmetros e condições estabelecidos pelo Governo Brasileiro, a Eletrobras poderá ter dificuldade na obtenção de financiamentos.

Se a Eletrobras não for capaz de obter aprovação para aumentar seus financiamentos, sua capacidade de investimento poderá ser impactada, o que poderá afetar a execução da sua estratégia de crescimento, e, particularmente, o investimento em projetos de grande escala, o que poderá impactar materialmente a condição financeira e os resultados operacionais da Eletrobras.

### **O plano estratégico da Eletrobras é desafiador e requer a sincronização e implementação de vários projetos.**

O plano estratégico da Eletrobras de médio prazo, o Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), é baseado em seu Plano Estratégico 2015/2030 e é elaborado para um período de cinco anos e é revisado anualmente. O PDNG possui uma lista de projetos que visa a superar os desafios colocados pelo atual cenário macroeconômico e pela situação do setor de eletricidade.

O PDNG 2019-2023 é estruturado em 5 diretrizes estratégicas que demonstram o propósito e ambição da Eletrobras:

- Crescimento rentável;
- Excelência operacional
- Aprimoramento de Governança e *Compliance*;
- Performance sustentável; e
- Apreciação de Pessoas.

Como nos anos anteriores, ligados às diretrizes estratégicas, a Eletrobras estabeleceu um conjunto de indicadores com metas ainda mais desafiadoras, que visam melhorar seu desempenho geral.

A implementação das iniciativas listadas no PDNG 2019-2023 tem o objetivo de trazer benefícios para o Grupo Eletrobras, tais como menor alavancagem financeira, maior eficiência operacional e custos consistentes com

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

parâmetros regulatórios, em continuidade aos avanços já alcançados com o PDNG anterior. No entanto, a implementação desses projetos requer mudanças operacionais e de gestão em todo o Grupo Eletrobras.

Assim, apesar dos esforços da administração da Companhia, se o cronograma ou a entrega dos projetos estiverem atrasados, a Eletrobras poderá enfrentar dificuldades em alcançar as metas de planejamento estratégico e, eventualmente, falhar em obter, no todo ou em parte, os benefícios relacionados ao crescimento da receita ou redução de custos.

**Caso os ativos da Eletrobras sejam considerados como dedicados à prestação de um serviço público essencial, eles não estarão disponíveis para liquidação ou sujeitos a penhora.**

A Lei n.º 11.101/2005 (“Nova Lei de Falências”), que rege a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência, além de substituir o processo judicial de reorganização de dívidas conhecido como concordata pelos processos de recuperação judicial e recuperação extrajudicial. A Nova Lei de Falências também estipula que suas disposições não se aplicam às empresas públicas e sociedades de economia mista, como a Eletrobras e suas subsidiárias. Apesar disso, a Constituição Federal Brasileira estabelece que as sociedades de economia mista que realizarem atividades econômicas estarão sujeitas ao regime jurídico aplicável a empresas privadas com relação a questões civis, comerciais, trabalhistas e tributárias. Dessa forma, não está claro se as disposições da Nova Lei de Falências referentes à recuperação judicial e extrajudicial e à falência se aplicarão ou não à Eletrobras, muito embora a Lei n.º 12.767/2012 estabeleça que os regimes de recuperação judicial ou extrajudicial não serão aplicados a concessionárias de serviço público de energia elétrica, salvo posteriormente à extinção da concessão.

A Eletrobras acredita que uma parte substancial de seus ativos, inclusive os ativos de geração e a rede de transmissão, poderia ser considerada pelos tribunais brasileiros como sendo dedicada à prestação de um serviço público essencial. Nesse caso, estes ativos não estariam disponíveis para liquidação ou para penhora judicial. Ainda, em conformidade com a lei brasileira e com os termos dos contratos de concessão assinados pela Eletrobras, os ativos da Eletrobras poderão ser revertidos para o Governo Brasileiro no caso de falência e/ou de recuperação judicial ou extrajudicial, sendo que a Eletrobras não pode assegurar que a compensação recebida será igual ao valor de mercado dos ativos e, dessa forma, a condição financeira da Eletrobras poderia ser adversa e significativamente afetada.

**A Eletrobras poderá incorrer em prejuízos e dispende muito tempo na defesa de processos judiciais e procedimentos administrativos.**

A Eletrobras é parte em diversas ações judiciais e processos administrativos relacionados a matérias cíveis, fiscais, trabalhistas, ambientais, regulatórias e societárias. Tais ações envolvem montantes substanciais em dinheiro e outras indenizações, e muitos desses litígios respondem individualmente por parte significativa do montante total das demandas em que a Eletrobras é parte. A Eletrobras constituiu provisões para todos os valores em disputa que representam obrigações presentes como resultado de eventos anteriores em razão dos quais pode haver dispêndio de recursos que garantam o cumprimento dessas obrigações, conforme classificado pela Companhia após consulta a seus consultores legais, ou conforme leis, decretos administrativos, ou ainda outros decretos ou decisões que, segundo entendimento da Eletrobras, ocasionem impacto desfavorável nas referidas demandas. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia provisionou um valor total de R\$24,2 bilhões para fazer frente às suas demandas legais, sendo R\$22,3 bilhões relacionados a assuntos cíveis, R\$1,6 bilhões a assuntos trabalhistas e R\$350 milhões relacionados a demandas tributárias.

Caso estes processos sejam decididos em desfavor da Eletrobras, a Companhia pode ter efeitos materiais adversos em sua posição financeira consolidada, seus resultados operacionais e em seu fluxo de caixa no futuro. Caso processos envolvendo valores materialmente relevantes para os quais a Eletrobras não realize provisões sejam julgados contra a Companhia ou caso as perdas esperadas sejam significativamente mais elevadas do que as provisões realizadas, o valor agregado das decisões desfavoráveis pode causar efeitos materiais adversos nas condições financeiras da Companhia. Adicionalmente os administradores da Eletrobras podem ser obrigados a dedicar tempo e atenção para a defesa contra estas causas, o que pode prejudicar seu foco nos negócios da Companhia. Dependendo do resultado de determinados litígios podem resultar em restrições nas operações da Companhia e causar efeitos adversos relevantes em determinados negócios.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**A Eletrobras é parte em diversos processos judiciais em relação a empréstimos compulsórios feitos a entre 1962 até 1993.**

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei nº 4.156/1962, com o objetivo de gerar recursos para a expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei nº 7.181/1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1983 como o prazo final da coleta.

Na primeira fase do Empréstimo Compulsório, encerrada com a promulgação do Decreto-Lei nº 1.512/1976, a cobrança do imposto atingiu diversas classes de consumidores de energia e os créditos dos contribuintes foram convertidos em títulos emitidos pela Eletrobras. Qualquer decisão judicial declarando que os títulos não tenham expirado poderá afetar adversamente a condição financeira e os resultados operacionais da Eletrobras.

Na segunda fase do Empréstimo Compulsório, conforme previsto no Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório era cobrado apenas de indústrias com consumo energético mensal superior a 2.000 kw/h e os créditos dos contribuintes já não eram representados por títulos emitidos pela Eletrobras. A maioria dos créditos de contribuintes decorrentes do Empréstimo Compulsório foi convertida em ações preferenciais de emissão da Companhia, conforme autorizado por lei, em quatro assembleias gerais de acionistas, realizadas em 1988, 1990, 2005 e 2008.

No entanto, há um saldo remanescente do Empréstimos Compulsório que ainda não foi convertido em ações preferenciais de emissão da Eletrobras. O saldo dos demais créditos do Empréstimo Compulsório, após a quarta rodada de conversão em ações, referentes a créditos de 1988 a 1994, está registrado no passivo circulante e não circulante, pagável a partir de 2008 remunerado à taxa de 6% ao ano até a data de sua conversão em ações, corrigido monetariamente pela variação do IPCA-E - Índice Especial de Preços ao Consumidor Amplo, e correspondia a R\$493,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 (R\$501,1 milhões em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$477,5 milhões estão registrados no ativo não circulante (R\$458,9 milhões em 31 de dezembro de 2017).

Além disso, há ações judiciais relacionadas ao Empréstimos Compulsórios que questionam os critérios de atualização monetária dos créditos escriturais sobre o consumo de energia elétrica, bem como a aplicação de ajustes inflacionários decorrentes de planos econômicos implementados no Brasil.

A questão foi decidida pelo Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), mas atualmente aguarda julgamento de recurso pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”). Enquanto esta apelação está pendente, nós e os reclamantes concordamos com o método para calcular os valores devidos.

A questão mais relevante diz respeito ao intervalo de tempo da aplicação de taxas de juros de 6% ao ano. Com base no precedente atual do STJ, a taxa SELIC é aplicada sobre a diferença de atualização monetária (se houver), pois há encargos para débitos judiciais (a correção monetária é aplicada a partir da data de vencimento e os juros de mora são aplicados a partir da data da sentença).

Em 27 de fevereiro de 2019, o STJ retomou o julgamento do Embargo de Divergência em Agravo no Recurso Especial nº 790288/PR para reconsiderar o prazo aplicável para juros remuneratórios. O recorrente argumenta que os créditos decorrentes das decisões judiciais decorrentes de diferenças nos ajustes inflacionários devem ser aplicados continuamente a 6% ao ano a partir do 143ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 30 de junho de 2005 (“143ª AGE”).

Se houver uma mudança na decisão do STJ contra a Eletrobras, especificamente referente à aplicação de juros remuneratórios após a 143ª AGE, as provisões realizada pela Companhia podem mudar.

Em 31 de dezembro de 2018, havia provisionamento de R\$17,9 bilhões para cobrir perdas decorrentes de decisões desfavoráveis relativas a esses processos. A Eletrobras não pode garantir que será bem-sucedida e se não obtiver êxito nesses processos, isso poderá afetar adversamente sua condição financeira e seus resultados operacionais.

**A Eletrobras e suas subsidiárias podem ser obrigadas a fazer contribuições substanciais para os fundos de previdência por ela patrocinados para os funcionários e ex-funcionários.**

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Segundo a Lei Complementares n.º 108/2001 e n.º 109/2001, e nos termos dos próprios planos de previdência, a Eletrobras pode ser obrigada a fazer contribuições para os planos de previdência dos atuais funcionários, bem como dos ex-funcionários. Se houver incompatibilidade entre as reservas dos planos de previdência e os recursos disponíveis para os planos, caso esses planos sejam planos de benefício definido, a Eletrobras (como patrocinadora) e os beneficiários dos planos de previdência podem ser requeridos a contribuir para o plano restabelecer seu equilíbrio, conforme disposto pela regulação específica estabelecida pela PREVIC.

Em 2018, os planos de previdência patrocinados pela Eletrobras e suas subsidiárias registraram um déficit de, aproximadamente, R\$3,0 bilhões. Naquele ano, a Eletrobras e suas subsidiárias contribuíram com seus respectivos planos de previdência em valores aproximados de R\$ 294,9 milhões.

A implementação de planos de equacionamento pode resultar no pagamento de contribuições extraordinárias pelos participantes e patrocinadores com o intuito de recobrar o equilíbrio do plano. Os valores dessas contribuições podem vir a ser discutidos judicialmente pelos participantes em razão de desacordo em relação a estes números. Tais pagamentos podem afetar material e adversamente o fluxo de caixa da Eletrobras no longo prazo.

### **Julgamentos no exterior podem não ser oponíveis aos diretores ou conselheiros da Eletrobras.**

Todos diretores e conselheiros da Eletrobras indicados neste Formulário de Referência residem no Brasil. A Eletrobras, seus diretores, conselheiros de administração e membros de seu Comitê de Auditoria, possuem procuradores para receber citação processual no exterior, mas apenas em casos específicos. Substancialmente todos os ativos da Eletrobras, bem como os bens de seus administradores e membros do Comitê de Auditoria, estão localizados no Brasil. Dessa forma, pode não ser possível proceder à citação dessas pessoas, penhorar seus bens ou executá-las em processos nos Estados Unidos ou em outras jurisdições fora do Brasil, ou, ainda, proceder execução contra a Eletrobras, sentenças proferidas com base nas disposições sobre responsabilidade civil das leis sobre valores mobiliários dos Estados Unidos ou as leis de outras jurisdições contra a Eletrobras, seus diretores, conselheiros de administração ou membros do Comitê de Auditoria nos tribunais dos Estados Unidos ou em outras jurisdições fora do Brasil.

### **As políticas de seguros da Eletrobras podem ser insuficientes para cobrir potenciais perdas.**

O negócio desenvolvido pela Eletrobras está sujeito, de forma geral, a diversos riscos, incluindo acidentes operacionais, disputas trabalhistas, condições geológicas inesperadas, mudanças no ambiente regulatório, riscos ambientais e meteorológicos, além de outros fenômenos naturais. Além disso, a Eletrobras e/ou suas controladas são responsáveis por perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas da prestação dos serviços de geração e transmissão.

Os seguros contratados pela Eletrobras cobrem somente parte das perdas que podem ocorrer. A Companhia está buscando, quando possível, renegociar suas políticas de seguro conjuntamente para todas as empresas Eletrobras, de modo a assegurar uma cobertura mais uniforme e proteção adequada a todas as suas operações acustos competitivos. A Eletrobras acredita possuir seguros em valores suficientes para cobrir potenciais danos materiais de condições climáticas, incêndio, responsabilidade por acidentes de terceiros e riscos operacionais em suas usinas. Se a Eletrobras for incapaz de eventualmente renovar suas apólices de seguro de tempos em tempos ou surgirem perdas ou outros sinistros que não estejam cobertos por seguro ou que excedam o limite segurado, a Eletrobras poderá estar sujeita a perdas inesperadas em valores substanciais.

Nos termos da legislação brasileira, a Eletrobras é estritamente responsável pelos danos diretos e indiretos resultantes do suprimento inadequado de eletricidade, como interrupções abruptas ou problemas relacionados aos sistemas de geração ou transmissão. Portanto, a Companhia pode ser responsabilizada por danos, ainda que não causados por sua negligência.

Assim, se a Eletrobras for responsável pelo pagamento de danos em uma quantia significativa, sua situação financeira, bem como sua reputação e imagem, poderão ser adversamente afetadas.

### **Greves, paralisações ou movimentos trabalhistas realizados por seus empregados ou pelos empregados de fornecedores ou contratados podem afetar adversamente os resultados operacionais e os negócios da Eletrobras.**

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Todos os empregados são representados por sindicatos. Desacordos em questões envolvendo desinvestimentos ou mudanças na estratégia de negócios, reduções de pessoal, bem como contribuições potenciais de funcionários, podem levar a movimentos trabalhistas. A Eletrobras não pode assegurar que greves que afetem seus níveis de produção não ocorrerão no futuro. Greves, paralisações ou outras formas de movimentos trabalhistas em qualquer um de seus principais fornecedores, contratados ou suas instalações podem prejudicar a capacidade operacional da Companhia, incluindo a capacidade de concluir grandes projetos e afetar negativamente sua capacidade de alcançar objetivos de longo prazo.

### **Alegações de corrupção política contra o Governo Brasileiro e o poder legislativo podem criar instabilidades econômicas e políticas.**

Diversos membros do Governo Federal, de empresas estatais ou controladas pela União, de partidos políticos em geral, do legislativo brasileiro e de grandes construtoras brasileiras, enfrentaram alegações de corrupção. Assim, diversos políticos, incluindo funcionários públicos federais de alto escalão, senadores e deputados renunciaram a seus cargos, tiveram o exercício de seus cargos ou funções suspenso, ou foram presos. Atualmente políticos eleitos, ex membros e outros funcionários públicos no Brasil estão sendo investigados por alegações de conduta antiética e ilegal identificadas durante a Operação Lava-Jato, conduzida pelo Ministério Público Federal (“MPF”).

Em agosto de 2016, o vice-presidente do Brasil à época, Michel Temer, foi nomeado o novo presidente após o impeachment de Dilma Rousseff por violação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao longo de 2017, o então presidente Michel Temer foi acusado de corrupção passiva, organização criminosa e obstrução da justiça pela Procuradoria Geral da República, no entanto, essas queixas foram barradas pela Câmara dos Deputados. Recentemente houve relatos sobre influência do ex-Presidente Michel Temer na subsidiária Eletronuclear por meio de seu então Diretor Presidente, Sr. Leonam dos Santos Guimarães, que estava sendo investigado.

O resultado e os potenciais resultados das investigações em andamento são desconhecidos e podem ter impactos adversos na percepção do mercado sobre o futuro da economia brasileira, influenciando a confiança do consumidor e dos investidores. As incertezas causadas pelas revelações de possíveis escândalos de corrupção continuam impactando negativamente o crescimento do PIB, bem como a volatilidade no mercado acionário, a força do real e os preços dos valores mobiliários emitidos por emissores brasileiros.

Além disso, se novas alegações contra funcionários públicos brasileiros surgirem, a Eletrobras não pode prever os resultados de nenhuma dessas alegações, ou seu efeito na economia brasileira e na Eletrobras.

### **A economia do Brasil é vulnerável a choques externos e internos, o que pode ter um efeito adverso significativo sobre o crescimento econômico do Brasil e sobre a liquidez e os mercados de títulos mobiliários.**

A economia do Brasil é vulnerável a choques externos, incluindo níveis adversos de desenvolvimento econômico e financeiro em outros países e desenvolvimentos do mercado. Um aumento significativo nas taxas de juros nos mercados financeiros internacionais pode afetar adversamente a liquidez e os mercados de títulos e valores mobiliários. Além disso, uma queda significativa no preço das commodities produzidas pelo Brasil pode afetar adversamente a economia brasileira. Um declínio significativo no crescimento econômico ou na demanda por importações de qualquer um dos principais parceiros comerciais do Brasil, como a China, a União Européia ou os Estados Unidos, também pode ter um impacto adverso significativo nas exportações brasileiras e afetar adversamente o crescimento econômico do Brasil.

Além disso, como as reações dos investidores internacionais aos eventos ocorridos em um país de mercado emergente às vezes produzem um efeito de “contágio”, no qual uma região inteira ou classe de investimento é desfavorecida por investidores internacionais, o Brasil pode ser adversamente afetado por fatores econômicos ou financeiros negativos ocorridos em outros países. O Brasil foi adversamente afetado por tais efeitos de contágio em diversas ocasiões, inclusive após a crise asiática de 1997, a crise da Rússia de 1998, a crise da Argentina em 2001 e a crise econômica global de 2008.

A Eletrobras não pode assegurar que quaisquer situações como as descritas acima não afetarão negativamente a confiança do investidor em economias de mercado maduras, mercados emergentes ou economias dos

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

principais países da América Latina, incluindo o Brasil. Além disso, não é possível garantir que esses eventos não afetarão negativamente a economia do Brasil.

A economia do Brasil também está sujeita a riscos decorrentes do desenvolvimento de vários fatores macroeconômicos no Brasil. Isso inclui condições econômicas e comerciais gerais do país, o nível de demanda do consumidor, a confiança que os consumidores domésticos e investidores estrangeiros têm nas condições econômicas e políticas do Brasil, as taxas de câmbio atuais e futuras, o nível da dívida interna, a inflação doméstica, a capacidade do Governo Brasileiro de gerar superávits orçamentários, o nível de investimento estrangeiro direto e de carteira, o nível das taxas de juros domésticas, o grau de incerteza política no Brasil.

Qualquer um desses eventos pode levar a intervenções oportunas do Governo Brasileiro sobre políticas monetárias, de crédito, de câmbio e outras políticas para influenciar a economia brasileira. Por exemplo, recentemente o Banco Central estabeleceu, por meio do Comitê de Política Monetária, a taxa básica de juros para atingir as metas de inflação determinadas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”). A Eletrobras não tem controle e não pode prever quais outras medidas ou políticas o Governo Brasileiro poderá adotar no futuro para equilibrar a economia brasileira.

As condições operacionais da Companhia foram e continuarão sendo afetadas pela taxa de crescimento do PIB no Brasil, devido à grande relação entre essa variável e a demanda por energia. Portanto, qualquer alteração no nível de atividade econômica pode afetar adversamente a liquidez e o mercado dos valores mobiliários da Companhia e, conseqüentemente, suas condições financeiras e os resultados de suas operações.

**O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas brasileiras, e as percepções dos investidores acerca dessas condições, podem ter um impacto direto sobre os negócios, condição financeira, resultados de operações e perspectivas futuras da Eletrobras.**

O Governo Federal constantemente intervém na economia brasileira e ocasionalmente realiza mudanças significativas nas políticas monetária, de crédito, de câmbio, fiscal, regulatória e outras para influenciar a economia do Brasil. As ações do governo brasileiro para controlar a inflação já incluíram o controle de salários e preços, desvalorização do real, controles sobre remessas de recursos ao exterior, intervenção pelo Banco Central para afetar a taxa básica de juros e outras medidas.

Em 2015, a economia contraiu 3,9% e se contraiu mais 3,6% em 2016. Em 2017, a economia se recuperou, crescendo 1%. O crescimento continuou em 2018 e em 31 de dezembro de 2018 a taxa de crescimento foi de 1,1%. Não é possível garantir aos investidores que a economia brasileira retomará seu crescimento no futuro. Outra recessão poderia resultar em uma redução significativa das receitas fiscais do Brasil, ou uma desvalorização significativa do real, durante um período prolongado de tempo, poderia afetar adversamente a relação dívida/PIB do Brasil, o que poderia ter um efeito adverso relevante nas finanças públicas e no preço de mercado dos valores mobiliários da Companhia. Além disso, a S&P pode rebaixar a classificação do *rating* do Brasil no caso de o Congresso Brasileiro aprovar a proposta de reforma da previdência.

Inflação descontrolada, grandes variações cambiais, instabilidade social e outros eventos políticos, econômicos e diplomáticos, bem como a resposta do Governo Federal a esses eventos, também poderiam afetar negativamente os negócios e estratégia da Eletrobras. Os negócios da Eletrobras, seus resultados operacionais e sua condição financeira podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por outros fatores, que incluem, mas não se limitam aos seguintes:

- Expansão ou contração da economia mundial ou brasileira;
- Instabilidade econômica e social;
- Mudanças na legislação trabalhista;
- Flutuações na taxa de câmbio;
- Inflação;

#### 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Mudanças nas taxas de juros;
- Política Fiscal;
- Eleições para os poderes executivo e legislativo federal;
- Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil ou os mercados internacionais;
- Liquidez dos mercados de capitais e de crédito nacionais;
- Desenvolvimento do setor elétrico;
- Controle sobre o câmbio e restrições sobre as remessas de recursos para o exterior; e/ou
- Limitações ao comércio internacional.

A incerteza em relação às ações do Governo brasileiro para mudanças na política ou regulamentação que afetam esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para uma maior volatilidade dos mercados de capitais brasileiros e internacionais onde são negociados os títulos emitidos fora do Brasil pelas empresas brasileiras. Medidas que venham a ser adotadas pelo Governo brasileiro para manter a estabilidade econômica, e também especulações sobre quaisquer atos futuros do Governo brasileiro, podem gerar incertezas na economia brasileira e aumentar a volatilidade dos mercados de capitais nacionais, afetando adversamente os negócios, resultados operacionais e a condição financeira da Eletrobras. A Eletrobras não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o Governo brasileiro poderá adotar no futuro.

##### **A incerteza política levou a uma desaceleração econômica e à volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.**

A política brasileira afetou historicamente o desempenho da economia brasileira, e as crises políticas do passado afetaram a confiança dos investidores e do público, geralmente resultando em uma desaceleração econômica e na volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras. O *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e tentativas de afastar seu sucessor, o presidente Michel Temer, bem como os protestos em larga escala em todo o Brasil, focados em reformas econômicas e políticas, levaram a um clima de crescente incerteza. Os presidentes brasileiros têm poder substancial para determinar a política pública, bem como para introduzir medidas que afetam a economia brasileira e as operações e os resultados financeiros de empresas como a Eletrobras. A condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os recursos judiciais em andamento aumentaram ainda mais a instabilidade política e econômica. Além disso, a presidência de Temer foi marcada por importantes turbulências econômicas e políticas resultantes, entre outros fatores, do contínuo surgimento de escândalos de corrupção política, impasse político, lenta recuperação econômica, greves de massa, descontentamento geral da população brasileira e disputas no comércio exterior.

Jair Bolsonaro tornou-se presidente do Brasil em 1º de janeiro de 2019. Não está claro se e por quanto tempo as divisões políticas no Brasil que surgiram antes das eleições continuarão sob a presidência de Bolsonaro e os efeitos que tais divisões terão sobre o governo de Bolsonaro e sua capacidade de governar o Brasil e implementar reformas. Qualquer continuação de tais divisões pode resultar em impasses no Congresso, instabilidade política e grandes manifestações e/ou greves, incluindo greves que afetem adversamente as operações da Eletrobras. Também não está claro quais mudanças o novo Governo fará no setor elétrico e se está considerando o potencial de privatização da Eletrobras.

Além disso, a incerteza sobre se o Governo brasileiro terá o poder político ou a vontade de implementar outras políticas ou para reformar regulamentos necessários que afetem o país no futuro também pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**A estabilidade do Real é afetada pela sua relação com o Dólar, inflação e a política cambial brasileira. Os negócios da Eletrobras podem ser adversamente afetados por qualquer volatilidade recorrente, afetando suas obrigações e recebíveis denominados em moeda estrangeira.**

No passado, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos, utilizando diferentes mecanismos de controles cambiais para controlar a alta volatilidade da moeda brasileira. Após um período de estabilidade após 1999, o Real, em 2014 e 2015 e, mais recentemente, em meados de 2017, retornou à volatilidade frente ao Dólar durante a crise financeira global de 2008. Durante o ano de 2015 o real se desvalorizou cerca de 32% e terminou o ano com uma taxa de câmbio de R\$3,9048 para cada US\$1,00. Durante o ano de 2016 o real se valorizou cerca de 20% e terminou o ano com uma taxa de câmbio de R\$3,2591 para cada US\$1,00. Durante o ano de 2017 o real se desvalorizou cerca de 2% e terminou o ano com uma taxa de câmbio de R\$3,3080 para cada US\$1,00. Durante o ano de 2018 o real se desvalorizou cerca de 17,1% e terminou o ano com uma taxa de câmbio de R\$3,8748 para cada US\$1,00. Não é possível assegurar que o real não vá se desvalorizar ou valorizar em relação ao dólar americano no futuro.

Devido à volatilidade e à incerteza dos fatores que impactam a taxa de câmbio, é difícil prever movimentos futuros sobre a taxa de câmbio. Adicionalmente, o Governo Federal pode alterar sua política cambial. Qualquer interferência governamental, ou a implementação de mecanismos de controle cambial ou remessa de dívida, pode influenciar a taxa de câmbio e os investimentos no país. Os diferentes cenários cambiais podem resultar em um efeito adverso material sobre a Eletrobras, pois podem afetar o valor dos recebíveis da Companhia junto a Itaipu que são denominados em Dólares, bem como o valor do endividamento da Eletrobras denominado em Dólares.

Em 31 de dezembro de 2018, aproximadamente 23,19% do endividamento consolidado da Eletrobras (de R\$54.373 milhões), eram denominados em moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento total consolidado da Eletrobras denominado em moeda estrangeira era de R\$12.608 milhões, dos quais 98% era denominado em dólares americanos. Em 31 de dezembro de 2017, 25% do endividamento total consolidado da Eletrobras de R\$45.122 milhões era denominado em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2017 o endividamento total consolidado em moeda estrangeira correspondia a R\$11.148 milhões, dos quais 97,7% eram denominados em Dólares.

**A inflação e as medidas do Governo Federal para controlar a inflação podem vir a contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e afetar adversamente os resultados operacionais da Eletrobras**

As medidas adotadas pelo Governo brasileiro para controlar a inflação incluíram a manutenção de uma política monetária rígida com elevadas taxas de juros, limitação à oferta de crédito e redução do crescimento econômico. A inflação, bem como os esforços do Governo Brasileiro para combatê-la, e a especulação sobre outras medidas que poderiam ser tomadas pelo Governo Brasileiro contribuíram de forma significativa para instabilidade econômica no Brasil no passado e para a alta volatilidade do mercado de capitais brasileiro. Mais recentemente, as taxas de inflação medidas pelo IPCA foram de 3,75% em 2018, 2,95% em 2017, 6,29% em 2016, 10,67% em 2015, 6,41% em 2014, 5,91% em 2013 e 5,84% em 2012 medida pelo IPCA.

Enquanto a atual taxa de inflação está em mínimos históricos nos últimos anos, o Brasil pode vir a experimentar altos níveis de inflação no futuro. O Governo Brasileiro pode introduzir medidas para reduzir pressões inflacionárias, o que pode ter o efeito de reduzir a performance geral da economia brasileira. Algumas dessas medidas podem ter um impacto na capacidade da Eletrobras em acessar capital estrangeiro, ou reduzir a capacidade da Eletrobras de executar negócios e planos de gestão futuros.

As medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação têm frequentemente incluído a manutenção de uma política monetária rígida como taxas de juros reais elevadas. Essas medidas têm contribuído para limitar a escala e a atratividade dos mercados de dívida locais, levando devedores como a Eletrobras a buscar financiamento adicional em moeda estrangeira no mercado de capitais internacional. Na medida em que existe incerteza econômica no Brasil, o que enfraquece a capacidade da Eletrobras em obter financiamento externo em condições favoráveis, o mercado local brasileiro pode ser insuficiente para suprir as necessidades de financiamento da Eletrobras, o que por sua vez pode afetar adversa e materialmente a Eletrobras.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**Mudanças na legislação tributária ou contábil, incentivos fiscais e benefícios ou interpretações divergentes das leis tributárias ou das práticas contábeis podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.**

As autoridades fiscais brasileiras implementaram com frequência mudanças nos regimes tributários que podem afetar a Eletrobras, bem como a demanda de nossos clientes pelos produtos que vendemos. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e promulgação de novos impostos, tanto temporários quanto permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar a carga tributária à qual a Companhia está exposta, o que pode aumentar os preços cobrados pelos produtos vendidos, e restringir a capacidade de fazer negócios nos mercados existentes e, portanto, afetar adversamente a lucratividade da Eletrobras. A Companhia não pode garantir que poderá manter suas estimativas de fluxo de caixa e rentabilidade após quaisquer aumentos nos impostos brasileiros que se apliquem a ela própria ou às suas operações. Além disso, atualmente a Eletrobras é beneficiária de certos benefícios fiscais. Quanto a isso, não há garantia de que esses benefícios serão mantidos ou renovados. Além disso, dado o atual ambiente político e econômico brasileiro, não há garantia de que tais benefícios fiscais não serão judicialmente contestados em razão de alegações de inconstitucionalidade. Se a Eletrobras não for capaz de renovar os benefícios fiscais, tais benefícios sejam modificados, limitados, suspensos ou revogados, isto poderá afetar adversamente a Companhia. Além disso, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com as interpretações aplicadas pela Companhia, a Eletrobras pode ser adversamente afetada. Adicionalmente, mudanças nas políticas contábeis como resultado da adoção de novos padrões de acordo com o IFRS podem levar a uma incomparabilidade das demonstrações financeiras ou a potenciais efeitos adversos nos resultados financeiros da Eletrobras.

**Qualquer rebaixamento adicional da classificação de crédito do Brasil poderá afetar negativamente o preço dos ADS e o custo de financiamento da Companhia nos mercados de capital.**

As classificações de risco de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, como resultado, o valor de negociação de títulos e as taxas de juros exigidas para futuras emissões no mercado de capitais. As agências de classificação de risco avaliam regularmente o Brasil e seus *ratings* soberanos, que são baseados em vários fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em qualquer um desses fatores. As agências de classificação de risco iniciaram a revisão da classificação de risco de crédito soberano do Brasil em setembro de 2015 e, como consequência, o Brasil perdeu sua condição de “grau de investimento” atribuída pelas três principais agências de classificação de risco. Em janeiro de 2018, a *S & P* rebaixou o rating de longo prazo para o crédito soberano do Brasil, de “BB” para “BB-”, com perspectiva estável, citando uma formulação de políticas de reformas menos oportuna e eficaz. Em março de 2017, *Moody's Investors Service*, ou *Moody's*, manteve o rating do Brasil em “Ba2”, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, citando a estabilização das condições macroeconômicas, sinais de recuperação da economia, queda nas taxas de inflação e uma perspectiva fiscal mais clara. para a mudança. Em fevereiro de 2018, a *Fitch Ratings Inc.*, ou *Fitch*, reduziu seu *rating* de longo prazo para o crédito soberano do Brasil, do “BB” para o “BB-”, com uma perspectiva estável. Como resultado, o *rating* do Brasil continua abaixo do “grau de investimento” com as três principais agências de classificação de risco e, consequentemente, os preços de negociação dos títulos dos mercados brasileiros de dívida e ações são afetados negativamente. Um prolongamento da incapacidade do Governo brasileiro de reunir o apoio necessário no Congresso brasileiro para aprovar reformas específicas adicionais, juntamente com a recessão econômica, poderia levar a novos rebaixamentos de *ratings*. Qualquer rebaixamento adicional dos *ratings* de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o *rating* da Eletrobras, que está alinhado ao rating soberano. Isso pode aumentar o custo futuro de emissões no mercado de capitais e afetar adversamente o preço dos ADS emitidos pela Companhia.

### b.2. controlador indireto

**A Companhia é controlada indiretamente pelo Governo Federal, controlador da Eletrobras, o qual poderá ter políticas e prioridades que afetem diretamente o resultado da Companhia e divirjam dos interesses dos investidores.**

A União, através da Eletrobras, exerce influência substancial sobre a orientação estratégica dos negócios da Chesf e, na qualidade de acionista controlador da Eletrobras, tem perseguido, e poderá continuar perseguindo,

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

alguns de seus objetivos macroeconômicos e sociais. A União goza da prerrogativa de nomear membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração da Chesf e, por meio do Conselho de Administração, indicar os diretores executivos responsáveis pela gestão das operações do dia a dia da Chesf. As operações da Chesf impactam o desenvolvimento comercial, industrial e social promovido pela União, especialmente na região nordeste do Brasil.

### c) a seus acionistas

#### **A Companhia poderá pagar dividendos reduzidos, caso seu lucro líquido não atinja determinados níveis.**

O Estatuto Social da Chesf determina que em cada exercício será obrigatória a distribuição de dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei. Esse Estatuto prevê ainda que as ações preferenciais da Companhia terão prioridade sobre as ações ordinárias na distribuição de dividendos fixos, à taxa anual 10%, calculadas sobre a parcela do capital social próprio daquela espécie de ação. O dividendo mínimo prioritário das ações preferenciais deverá ser distribuído sempre que apurado lucro líquido ou, mesmo nos exercícios em que haja prejuízo, quando existirem reservas de lucros disponíveis. Não obstante, se o resultado econômico da Companhia for negativo ou se os lucros disponíveis forem insuficientes em um exercício social, a Administração poderá recomendar à Assembleia Geral Ordinária de acionistas referente àquele ano, que o pagamento de dividendos não seja realizado.

#### **Ações preferenciais sem direito a voto.**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social, os portadores de ações preferenciais não têm direito a votar nas Assembleias Gerais. Isto significa, entre outras coisas, que um acionista preferencialista não tem direito a votar em transações corporativas, inclusive em fusões ou consolidações com outras empresas. Desta forma, o principal acionista, que detém a totalidade das ações ordinárias com direito de voto e que exerce controle sobre a Companhia, está apto a aprovar medidas corporativas sem a aprovação dos acionistas preferencialistas. Portanto, o investimento nas ações preferenciais não é adequado para aqueles que consideram o direito de voto um ponto importante na decisão de investimento.

### d) a suas controladas e coligadas

#### **A Companhia possui investimentos em coligada e controladas em conjunto que poderão influenciar seus resultados.**

A Companhia possui participações em SPEs, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, algumas das quais estão, ou poderão estar no futuro, sujeitas a contratos de empréstimos que proíbam ou limitem a transferência de recursos para a Companhia na forma de dividendos, empréstimos e adiantamentos e/ou exijam que qualquer dívida dessas subsidiárias para com a Companhia esteja subordinada à dívida decorrente desses contratos de empréstimos.

### e) a seus fornecedores

A Companhia não está sujeita a riscos relevantes relacionados aos seus fornecedores.

### f) a seus clientes

A Companhia não está sujeita a riscos relevantes relacionados aos seus clientes.

### g) aos setores da economia nos quais o emissor atue

**A Companhia é afetada pelas condições hidrológicas e seus resultados operacionais poderão ser afetados.**

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A principal fonte de geração de energia elétrica no Brasil são as usinas hidroelétricas. As empresas Eletrobrás estão expostas ao risco hidrológico. Quando a geração sistêmica está abaixo da garantia física de todas as usinas hidrelétricas do sistema o Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”) mitiga o risco relacionado. Quando ocorre um déficit na geração de energia o GSF (*Generation Scaling Factor*, ou fator de ajuste de garantia física) é aplicado para todas as usinas do sistema. Nessa situação, as empresas devem liquidar suas posições contratuais de saldo negativo no mercado de curto prazo pelo Preço de Liquidação de Diferenças (“PLD”) em vigor na CCEE. O PLD é considerado preço de mercado de curto prazo e pode ser muito volátil dependendo do nível do GSF considerado.

Nos últimos anos, as condições hidrológicas adversas associadas a fatores que influenciam a eficiência da geração, resultaram em significativa redução do GSF, afetando agentes com energia alocada inferior aos seus contratos de venda, expondo-os à volatilidade do PLD. Em 2015, para reduzir as exposições, a ANEEL reduziu o valor de corte do PLD em mais de 50%. Mesmo assim, essa redução foi insuficiente para liquidar as diferenças, criando um aumento significativo de inadimplência no âmbito da CCEE.

Essa situação levou a demandas judiciais por parte das partes afetadas, incluindo as subsidiárias da Eletrobras, para minimizar as perdas com a degradação do GSF. Isso levou à publicação da Lei nº 13.203/2015, que estabeleceu as condições para a renegociação do risco hidrológico. As condições foram diferentes para parcelas de garantia física compromissadas em contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) e aquelas negociadas no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

Para as parcelas contratadas no âmbito do ACR, a renegociação do risco hidrológico foi permitida com a sua transferência para os consumidores em troca do pagamento de um prêmio de risco pelos geradores que aderiram à renegociação. Para o ACL, existe a possibilidade de renegociação considerando a contratação de hedge. As subsidiárias da Eletrobras aderiram à renegociação do risco hidrológico no ACR, exceto pela Chesf, devido às suas características específicas relacionadas à UHE Sobradinho e aos consumidores eletrointensivos. Quanto aos valores negociados no ACL, a opção foi não renegociar o risco.

Entre as medidas em discussão para melhorar o marco legal do setor elétrico, inicialmente consagrado na Audiência Pública 33/2017 (“CP-33”), está a discussão um regime especial para as usinas, com o objetivo de promover uma melhor alocação de risco. Atualmente, cabe ao consumidor pagar pelo risco hidrológico de usinas que tiveram concessões renovadas através da Lei nº 12.783/2013, mediante pagamento complementar pelo uso de usinas termelétricas mais caras. A CP-33 propõe que o risco hidrológico seja assumido por aqueles que adquirem energia das empresas geradoras em leilões específicos em vez de ser assumido pelos consumidores.

Condições hidrológicas desfavoráveis que resultem na redução do fornecimento de eletricidade ao mercado podem causar, entre outras coisas, a implementação de programas amplos de conservação de eletricidade, incluindo reduções obrigatórias no consumo de eletricidade ou a imposição de impostos especiais ou encargos ao setor para financiar os custos de produção de novas usinas termelétricas, que geralmente apresentam custos mais elevados quando comparados às usinas hidrelétricas.

Neste sentido a Aneel divulgou a Resolução nº 792/2017 que estabelece um mecanismo para compensação de grandes consumidores, especialmente consumidores industriais, caso eles reduzam a demanda por energia elétrica durante os períodos que apresentam custos de geração elevados. O mecanismo permite ao ONS suspender a utilização de usinas termoeletricas que apresentam custos de geração mais elevados, fazendo com que o custo médio da energia diminua, aumentando a confiabilidade do sistema elétrico, especialmente em tempos de demanda elevada. A mencionada resolução prevê que este mecanismo será testado até 30 de junho de 2019.

### **A Chesf poderá ser responsável por impactos na população e no meio ambiente no caso de um acidente envolvendo as barragens de suas usinas hidrelétricas.**

As usinas hidrelétricas detidas pela Chesf possuem grandes estruturas, como barragens e comportas, que são usadas no armazenamento de água e no controle do nível de seus reservatórios. Tais estruturas envolveram trabalhos de engenharia complexos que precisam atender a vários padrões técnicos e de segurança. Os parâmetros técnicos e de segurança dessas estruturas são determinados por leis e regulamentos específicos, tais como a Lei nº 12.334 /2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens e a Resolução

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

ANEEL nº 696/2015, que estabelece a metodologia para classificação de risco de barragens, padrões de segurança e inspeções anuais de barragens.

No entanto, no caso de um acidente com as barragens das usinas hidrelétricas da Chesf, a Companhia pode incorrer em altos custos para compensar possíveis danos sofridos pela população e quaisquer impactos ao meio ambiente, o que pode afetar adversamente as operações, a situação financeira, a imagem e a reputação da Chesf.

**A construção, expansão e operação das instalações e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica envolvem riscos significativos que podem levar à perda de receita ou aumento de despesas da Chesf.**

A construção, expansão e operação de instalações para geração e transmissão de eletricidade envolvem vários riscos, incluindo:

- dificuldade na obtenção de licenças e autorizações governamentais;
- indisponibilidade de equipamentos;
- interrupções de fornecimento;
- greves e paralisações de trabalhadores;
- movimentos sociais e trabalhistas;
- interrupções em decorrência de condições meteorológicas e hidrológicas;
- imprevistos relacionados aos projetos de engenharia e problemas ambientais;
- atrasos de construção ou custos imprevistos;
- indisponibilidade de fontes de financiamento adequadas;
- despesas relacionadas à operação e manutenção que não sejam totalmente aprovadas pela ANEEL; e
- comunidades próximas às instalações.

A título de exemplo, a Chesf enfrentou interrupções durante a construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Belo Monte, nas quais participa por meio de SPEs e não possuía cobertura de seguro para alguns desses riscos, particularmente para alguns dos relacionados a condições climáticas, catástrofes naturais ou causadas pelo homem.

Além disso, a implementação de projetos pela Chesf no setor de transmissão sofreu atrasos devido à dificuldade de obter as autorizações governamentais necessárias à sua implementação.

Se a Chesf enfrentar algum desses ou outros riscos imprevistos, ela pode não ser capaz de gerar e transmitir eletricidade em valores consistentes com suas estimativas e pode vir a enfrentar multas elevadas ou outras sanções regulatórias, que podem ter um efeito adverso relevante em sua condição financeira e em seus resultados operacionais.

**A Companhia é estritamente responsável por danos resultantes do fornecimento inadequado de eletricidade para as companhias de distribuição, e as apólices de seguro contratadas podem não abranger esses danos.**

De acordo com a lei brasileira, a Companhia tem responsabilidade objetiva por perdas e danos resultantes do fornecimento inadequado de eletricidade para as empresas de distribuição, tais como interrupções súbitas ou perturbações decorrentes dos sistemas de geração ou transmissão. Consequentemente, a Companhia poderá ser responsabilizada por estes danos diretos independentemente de culpa. Em função da incerteza envolvida

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

nestas questões, a Companhia não mantém provisões com relação a potenciais danos. As contingências decorrentes dessas interrupções ou perturbações que não estejam cobertas pelas apólices de seguro ou que ultrapassem os limites de cobertura dessas apólices poderão resultar em custos adicionais significativos para a Companhia e poderão afetar adversamente a sua situação financeira e os seus resultados operacionais.

**Falhas nos sistemas de tecnologia da informação, sistemas de segurança da informação e sistemas e serviços de telecomunicações ou a descontinuidade do projeto de implementação do SAP ERP, podem afetar negativamente as operações e a reputação da Chesf.**

As operações da Chesf são altamente dependentes da tecnologia da informação e dos sistemas e serviços de telecomunicações. Interrupções nesses sistemas, causadas por obsolescência, falhas técnicas, atos intencionais ou descontinuidade na implementação de soluções tecnológicas, como o sistema SAP ERP, podem atrapalhar ou até mesmo paralisar os negócios e impactar negativamente as operações e a reputação da Companhia. Além disso, falhas de segurança relacionadas a informações confidenciais devido a ações intencionais ou não, como ciber-terrorismo ou ações internas, incluindo negligência ou má conduta de empregados, podem ter um impacto negativo sobre a reputação, o relacionamento com autoridades governamentais e reguladoras, parceiros e fornecedores, entre outros, além do posicionamento estratégico em relação aos concorrentes e os resultados da Chesf, em razão do vazamento de informações ou uso não autorizado de tais informações.

Atualmente, a Chesf não possui cobertura de seguro específica para risco cibernético. A Companhia poderá incorrer em custos significativos para eliminar ou resolver quaisquer vulnerabilidades de segurança antes ou depois de um incidente cibernético. Além disso, a Chesf é responsável, conforme previsto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), pelo tratamento indevido de dados pessoais. Em razão disso, eventual falha da Chesf em tratar estas questões pode resultar em interrupções, atrasos ou cessação de serviços essenciais para as operações críticas da Companhia.

### **h) à regulação dos setores em que o emissor atue**

**A Companhia poderá ser penalizada pela Aneel por deixar de cumprir os termos de seus contratos de concessão e poderá não recuperar o valor integral do seu investimento na hipótese de qualquer um de seus contratos de concessão ser cancelado.**

A Companhia realiza suas atividades de geração e transmissão em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Federal por meio da Aneel. Essas concessões variam em termos de duração de 30 a 35 anos. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese de ela deixar de cumprir qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais (em alguns casos até 2% das receitas do exercício imediatamente anterior à avaliação), restrições às operações da Companhia, intervenção ou cancelamento da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese de a Companhia ter a falência decretada ou ser dissolvida, ou na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atende ao interesse público.

Em 31 de dezembro de 2018, a Chesf acredita estar em conformidade com todos os termos e condições relevantes de suas concessões. Contudo, a Chesf não pode assegurar que não será penalizada pela Aneel pela violação de seus contratos de concessão ou que suas concessões não serão canceladas futuramente. Na hipótese de a Aneel cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a concessionária não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento e, dessa forma, poderá ter um efeito adverso sobre a sua situação financeira e o resultado operacional.

**A Chesf poderá sofrer processo de intervenção administrativa ou perder suas concessões se estiver prestando seus serviços de forma inadequada ou em violação de disposições contratuais.**

A Lei n.º 12.767/12 permite a intervenção administrativa, pela ANEEL em concessões de serviço público de energia elétrica, com o objetivo de assegurar a prestação adequada e o fiel cumprimento de normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Se a ANEEL decretar a intervenção em concessões, por meio de processo administrativo devidamente instaurado, a Eletrobras deverá apresentar plano de recuperação e correção de falhas e transgressões que ensejaram a intervenção. Caso o plano de recuperação seja indeferido ou não apresentado nos prazos previstos pela regulamentação, a ANEEL poderá, dentre outras medidas, recomendar ao MME a desapropriação e a perda da concessão, a realocação de ativos, ou outras medidas que possam alterar a estrutura societária, inclusive o controle societário da empresa sob intervenção.

Caso as concessões da Chesf sejam submetidas a processos de intervenção administrativa, a Eletrobras e suas subsidiárias poderão estar sujeitas a processos de reorganização institucional a serem implementados com base no plano de recuperação proposto pelos administradores, o que poderá afetar adversamente a Chesf. Adicionalmente, caso o plano de recuperação não seja aceito, as empresas Eletrobras e suas controladas poderão estar sujeitas às determinações da ANEEL descritas acima.

Não é possível garantir que a Chesf não será punida pela ANEEL por uma violação futura de seus contratos de concessão ou que seus contratos de concessão não serão rescindidos no futuro, o que poderia ter um impacto adverso em sua condição financeira e nos resultados de suas operações.

**As atividades de geração e transmissão de energia elétrica são reguladas e supervisionadas pela ANEEL. Alterações regulatórias que venham a ser implementadas ou o cancelamento das concessões antes dos prazos de vencimento poderão impactar adversamente os negócios da Chesf, e quaisquer quantias pagas a título de indenização pelo cancelamento de concessões podem ser inferiores ao valor real dos investimentos feitos.**

De acordo com a legislação brasileira, a ANEEL tem competência para regular e fiscalizar as atividades das concessionárias de geração e transmissão de energia elétrica, inclusive investimentos, despesas adicionais, tarifas cobradas, repasse do preço da energia comprada às tarifas cobradas por essas concessionárias, entre outras matérias. As alterações regulatórias no setor elétrico são de difícil previsão e poderão ter impacto adverso sobre as atividades, negócios e resultados da Chesf.

As concessões podem ser terminadas antes do prazo de concessão por encampação ou caducidade, ou pela transferência obrigatória do controle acionário pela concessionária. O poder concedente pode promover a encampação em caso de razão de interesse público, nos termos da lei, quando retoma a prestação do serviço público pelo período remanescente da concessão. O poder concedente pode também promover a caducidade da concessão após a condução de processo administrativo conduzido pela ANEEL ou pelo MME que resulte na constatação de que a concessionária (a) não prestou serviços adequados por um período superior a 30 dias consecutivos e não apresentou nenhuma alternativa aceitável à ANEEL ou ao ONS, ou violou as normas e leis aplicáveis; (b) não mais apresenta as condições técnicas, financeiras ou econômicas exigidas para prestar os serviços de forma adequada; e/ou (c) não quitou as multas aplicadas pelo poder concedente. A Lei nº 13.360/2016 prevê que, alternativamente à extinção antecipada das concessões as concessionárias podem apresentar um plano de reestruturação societária prevendo a mudança do controle acionário.

As penalidades aplicáveis estão previstas na Resolução ANEEL n.º 63/2004, e incluem advertências, multas substanciais (em certos casos de até 2,0% da receita auferida no exercício social anterior à avaliação), restrições às operações da concessionária, intervenção e até a extinção da concessão.

Dessa forma, em relação a questões regulatórias, a Chesf pode contestar tais medidas e poderá ter o direito de receber uma indenização pelos investimentos feitos nos ativos expropriados que não foram completamente amortizados ou depreciados. Contudo, o montante de indenização que a Chesf receber pode não ser suficiente para recuperar integralmente seus investimentos. Nesse caso, a situação financeira e os resultados operacionais da Chesf poderiam ser adversamente afetados.

Um novo marco regulatório está sendo discutido no âmbito da CP nº 33, do Projeto de Lei nº 1.917/2015, e da Portaria nº 187/2019, com o objetivo de desenvolver propostas para a modernização do setor elétrico brasileiro envolvendo a expansão de opções para os consumidores sem prejudicar a segurança do sistema; o aumento da concorrência para baixar os preços da energia; o reajuste dos custos de distribuição; a redução dos subsídios e o aumento e a valorização dos benefícios; a suspensão do sistema de alocação de cotas das concessões renovadas pela Lei nº 12.783 /2013, dividindo recursos de concessão com consumidores, descaracterizando a matriz energética, incorporando novos arranjos tecnológicos, aumentando a solidez financeira do mercado, protegendo os consumidores de baixa renda e reduzindo os riscos de litígios e limites de contratação de energia

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

no ACL. Todas essas mudanças regulatórias podem causar efeitos adversos sobre a situação financeira e os resultados operacionais da Chesf.

**As concessões de geração hidrelétrica renovadas nos termos da Lei n.º 12.783/2013 e Lei n.º 13.182/2015 estão sujeitas ao regime de alocação de quotas de garantia física de energia.**

Como consequência da renovação das concessões de geração hidrelétrica, a Chesf deve cumprir o regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às empresas de distribuição que também tiveram suas concessões renovadas nos termos da referida lei. Assim, a Chesf não poderá acessar o ambiente de contratação livre de energia para vender a energia gerada pelas empresas que optaram por renovar suas concessões, sendo que tal ambiente apresenta maior flexibilidade e geralmente apresenta preços de venda mais elevados, o que poderá afetar os negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Chesf de forma adversa. Embora a concessão de geração de energia para a usina hidrelétrica de Sobradinho tenha sido renovada segundo a Lei n.º 13.182/15, essa usina também está sujeita ao regime de alocação de quotas nos últimos anos da concessão de 30 anos.

### i) aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não aplicável, uma vez que, atualmente, as atividades e resultados da Companhia são restritos às operações desenvolvidas no Brasil.

### j) Riscos relacionados a questões socioambientais

**A Chesf está sujeita a leis e regulamentos ambientais e relativos à saúde e segurança do trabalho, os quais poderão se tornar mais rigorosos no futuro e resultar em maiores passivos e dispêndios de capital.**

As operações da Chesf estão sujeitas às legislações federal, estadual e municipal sobre saúde, segurança do trabalho e meio ambiente, bem como à supervisão por parte de agências do Governo Brasileiro responsáveis pela implementação dessas leis. Entre outras medidas, estas leis exigem que a Chesf obtenha licenças ambientais para a construção e operação de suas instalações ou para a instalação e operação de novos equipamentos necessários às suas atividades. As regras sobre essas matérias são complexas e podem ser alteradas ao longo do tempo, tornando a capacidade de cumprimento das exigências mais difícil ou até mesmo impossível, prejudicando, assim, as operações atuais ou futuras de geração, transmissão e distribuição de energia. Particularmente, a legislação ambiental está atualmente em revisão, com as alterações propostas sendo discutidas e analisadas pelo Congresso Nacional e não é possível prever quais dessas mudanças serão aprovadas, ou se terão um impacto negativo sobre a Chesf.

A Chesf vê que o aumento dos requisitos de saúde e segurança como tendência da indústria de energia. Além disso, indivíduos, organizações não governamentais e autoridades públicas têm certos direitos de iniciar processos judiciais buscando a obtenção de liminares para suspender ou cancelar os processos de licenciamento no caso de qualquer não conformidade com a lei aplicável.

A falha em cumprir a legislação e a regulação ambiental pode resultar em penalidades administrativas e criminais, independentemente da recuperação das áreas degradadas ou do pagamento de indenizações pelos danos irreversíveis no âmbito de processos civis. As penalidades administrativas podem incluir multas, proibições temporárias ou permanentes, suspensão de subsídios por órgãos públicos e o encerramento temporário ou permanente das atividades comerciais da Chesf. Em relação à responsabilidade criminal, os indivíduos transgressores das normas estão sujeitos às seguintes sanções criminais: i) pena privativa de liberdade - prisão ou confinamento; (ii) interdição temporária de direitos; e (iii) multas. As sanções impostas às pessoas jurídicas são: (a) interdição temporária de direitos; (B) multas; e (c) prestação de serviços à comunidade. As penalidades relativas à interdição temporária de direitos aplicáveis às pessoas jurídicas podem corresponder à interrupção parcial ou total das atividades, ao desligamento temporário de estabelecimento, construção ou atividade, e à proibição de contratação com autoridades governamentais e obtenção de subsídios governamentais, incentivos ou doações. Adicionalmente, a falha no cumprimento da legislação ambiental e da regulamentação aplicável pode causar danos reputacionais à Chesf.

## 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

**A regulamentação ambiental requer que a Eletrobras realize estudos de impacto ambiental sobre os projetos futuros e obtenha as permissões regulatórias necessárias para a operação de seus empreendimentos.**

As operações da Chesf estão sujeitas à legislação ambiental federal, estadual e municipal, bem como à supervisão de órgãos governamentais responsáveis pela implementação das leis. Entre outras disposições, essas leis exigem que a Companhia obtenha licenças ambientais para a construção de novas usinas e para a instalação e operação de novos projetos. As regras sobre esses assuntos são complexas. A legislação relacionada ao licenciamento ambiental está atualmente em revisão, com as alterações propostas sendo discutidas e analisadas pelo Congresso Nacional.

A falta de controle e o cumprimento dos requisitos e prazos impostos pelas autoridades competentes podem causar penalidades significativas para a Companhia em termos de perda de receita, multas, paralisações e danos à sua reputação e imagem. Para os responsáveis pelos projetos, as penalidades podem ser determinadas em processos civis, administrativos e criminais.

A Eletrobras e suas subsidiárias, incluindo a Chesf, implementaram políticas ambientais com princípios e diretrizes claros relacionadas à gestão ambiental. As empresas do Grupo Eletrobras testaram e formalizaram procedimentos para o tratamento de resíduos e efluentes e o gerenciamento de suprimentos e agentes poluentes, bem como planos de contingência para quaisquer acidentes. Nos empreendimentos de geração, a não conformidade ambiental e/ou falhas na utilização de materiais e resíduos sólidos, por exemplo, pode, em caso de fiscalização pelo órgão ambiental, levar ao desligamento de uma usina e sua conseqüente indisponibilidade ao sistema, expondo o projeto a multas, danos à sua imagem, além de, em certos casos, responsabilização civil, administrativa e criminal.

No entanto, não é possível assegurar que tais estudos sobre impacto ambiental serão aprovados pelas agências regulatórias competentes, que a oposição pública não resultará em atrasos e/ou modificações de qualquer projeto proposto ou que as leis e a regulamentação não mudarão ou serão interpretados de uma forma que possa afetar adversamente suas operações ou planos para os projetos nos quais tenha investimentos. A Chesf vê a preocupação pela proteção ambiental também como uma tendência crescente no setor elétrico. Mudanças nas normas ambientais, bem como as mudanças na política de cumprimento de normas ambientais existentes, ou a inabilidade da Companhia de cumprir com essas normas, poderão afetar adversamente a condição financeira da Chesf e o resultado das suas operações.

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

No exercício de suas atividades, a Companhia é impactada por alguns riscos de mercado os quais são relacionados abaixo:

- **Risco de Taxa de Juros**

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras. Em 31/12/2018 a Companhia possuía um passivo líquido exposto à taxas de juros no valor de R\$ 1.272,0 milhões.

- **Risco de liquidez**

Esse risco decorre da possibilidade de ocorrência de descasamentos no fluxo de caixa da Companhia com consequentes perdas financeiras e de liquidez para atendimento as suas necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros a incorrer e do principal.

	Saldo contábil	Total do fluxo	Consolidado			
			Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
<b><u>Em 31 de dezembro de 2018</u></b>						
Fornecedores	249.474	249.474	249.474	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.498.201	2.008.604	745.916	267.352	592.276	403.060
Debêntures	152.133	164.117	10.607	11.710	68.478	73.322
Obrigações estimadas	128.573	128.573	128.573	-	-	-
<b><u>Em 31 de dezembro de 2017</u></b>						
Fornecedores	423.355	423.355	423.355	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	2.091.221	2.396.804	1.263.335	444.727	424.678	264.064
<b><u>Debêntures</u></b>	153.094	306.604	153.094	11.710	68.478	73.322
Obrigações estimadas	139.817	139.817	139.817	-	-	-

- **Risco de Crédito**

O Risco de Crédito decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

Esse risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários. O valor contábil desses ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme detalhado na exposição ao risco de crédito a seguir.

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalente de caixa	276.986	181.262
Títulos e valores mobiliários	153.575	48.414
Clientes	847.317	601.779

## 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

- **Risco de encargos da dívida**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a contratos de financiamento, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia.

A Administração da Companhia não identifica entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, a ocorrência de diferenças relevantes originadas de operações que envolvam instrumentos financeiros que requeiram divulgação específica.

- **Risco de vencimento antecipado**

A Companhia possui contratos de financiamentos e empréstimos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar o vencimento antecipado da dívida.

- **Risco de preço**

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela Aneel. A partir do Leilão nº 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

Com a renovação das concessões de acordo com a Lei nº 12.783/2013, as usinas hidrelétricas afetadas da Chesf passam a receber a Receita Anual de Geração - RAG, homologada pela Aneel, pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pis/Pasep, e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela Aneel, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico financeiro da concessão.

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

A Chesf é parte em processos judiciais, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

Na data de encerramento das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava as seguintes provisões para passivos contingentes, por natureza:

#### Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

	Em mil			
	Provisão em 31/12/2017	Adições (Reversões)	Baixas	Provisão em 31/12/2018
Trabalhistas	146.003	19.004	-44.929	120.078
Cíveis	2.111.913	506.144	-70.348	2.547.709
Fiscais	40.388	11.416	-4.259	47.545
<b>Total</b>	<b>2.298.304</b>	<b>656.497</b>	<b>-239.469</b>	<b>2.715.332</b>

A Chesf, em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- São constituídas provisões para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **provável**;
- São divulgadas em notas explicativas as informações correspondentes às causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **possível**;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **remoto**, somente são divulgadas em notas explicativas as informações que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

As contingências da área Trabalhista são compostas na sua maioria de ações relativas a periculosidade; horas extras; suplementações de aposentadoria Fachesf; equiparação/enquadramento funcional e de verbas rescisórias decorrentes de inadimplências de empresas terceirizadas.

As Cíveis de maior peso são as ações de caráter indenizatório, desapropriações e de recomposição financeira de contratos.

Na área Tributária há questões envolvendo anulação de autos de infração; pleitos de ressarcimento/compensação de créditos (PIS, Cofins, IRPJ, CSLL, ITR, ICMS entre outros tributos).

Todas essas contingências estão tendo as devidas defesas pela Companhia, tendo sido constituídos os pertinentes depósitos judiciais, quando requeridos.

Destacam-se as seguintes ações com **risco de perda provável**:

Ação Judicial Cível	
Processo N° RESP 726446/PE	
a) juízo	Superior Tribunal de Justiça
b) instância	3ª Instância
c) data de instauração	26/04/1994
d) partes no processo	Autora e Reconvinda: Chesf

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	Vs.
	Réu e Reconvinte: Consórcio Xingó, formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAIN S.A. – Construções e Comércio – e Mendes Júnior Engenharia S.A.
<b>e) valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 1,8 bilhão (Pretensão do Consórcio Xingó).
<b>f) principais fatos</b>	<p>A Chesf é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio Xingó, formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAIN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., e a devolução de importâncias pagas, a título de “Fator K”, no valor de aproximadamente R\$350 milhões (valores da época, convertidos em reais), em dobro (“<u>Ação Principal</u>”). As mesmas rés, além de contestarem o feito, ajuizaram, em paralelo, reconvenção pleiteando a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual não tempestivamente liquidados pela Companhia (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996).</p> <p>Após longa tramitação processual nas instâncias ordinárias, incluindo controvérsia em torno do ramo judiciário competente para seu processamento e julgamento (a CHESF e a União, sua assistente no processo, entendem pela competência da Justiça Federal; o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à luz da Lei nº 8.197/1991, entendeu ser a competência da Justiça Estadual, entendimento este ratificado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco/TJPE. O STJ, instado a se pronunciar na matéria, não conheceu do correspondente recurso especial por razões exclusivamente processuais), a ação da controlada foi julgada improcedente e a reconvenção das rés julgada procedente, ambas as decisões proferidas pelo TJPE.</p> <p>O processo está em tramitação perante o STJ (Recurso Especial 726.446) por força de recurso da controlada. Em agosto de 2010 o RESP foi julgado majoritariamente improcedente, e posteriormente foi objeto de primeiros Embargos de Declaração de todas as partes, agora já julgados (improcedentes os da Chesf; parcialmente procedentes, em matéria de honorários de sucumbência, os das Autoras Reconvindas), e também de segundos Embargos de Declaração de todas as partes, agora julgados (conhecidos e providos, porém sem efeitos modificativos relativamente ao anteriormente julgado) e novamente foram opostos Embargos de Declaração pela Chesf, que foram rejeitados com aplicação de multa de 0,01% do valor da causa. Posteriormente, a controlada, apresentou no prazo legal recurso de Embargos de Divergência (EResp) e Recurso Extraordinário (RE): o EResp, por suas particularidades específicas, depende de apreciação em parte pela Corte Especial e em parte pela primeira seção, ambas do mesmo STJ – perante a corte especial do STJ houve julgamento de improcedência em fevereiro de 2016, e atualmente o mesmo EResp aguarda apreciação pela primeira seção do mesmo STJ; interposto na mesma oportunidade mas destinado ao STF, apenas será oportunamente apreciado após o esgotamento da apreciação do EResp em todas as suas instâncias internas do STJ.</p> <p>Por outro lado, tramita em primeira instância, perante a 12ª vara cível de Recife-PE, procedimento de “Cumprimento provisório de sentença”, proposto pelas mesmas partes adversas à Chesf no caso, onde:</p> <p>a) Houve cálculo do contador judicial homologado pelo juízo (ainda que aplicando critérios de atualização manifestamente equivocados para o caso) fixando (provisoriamente) o valor da condenação principal (para abril de 2015) em aproximadamente R\$ 1.035 milhões;</p> <p>b) Houve a apresentação pela controlada de “seguro garantia” originalmente acolhido pelo juízo processante, mas, em sede recursal, recusado pelo TJPE;</p> <p>c) Até dezembro/2016 tinha havido a penhora de ativos financeiros bancários da controlada em montante aproximado de R\$ 500 milhões; e</p> <p>d) A controlada apresentou recursos de agravo e reclamação pendentes de apreciação pelo TJPE.</p> <p>Porém, em 7 de dezembro de 2016, em face de nova iniciativa recursal da controlada por meio do Recurso Especial nº 1.530.912, em trâmite no STJ e referente àquele mesmo processo ordinário (ação de liquidação), obteve-se decisão monocrática/liminar do respectivo relator (Ministro Mauro Campbell Marques, da 2ª seção) consubstanciada na atribuição de efeito suspensivo no referido recurso, que apresenta como consequência a extinção/suspensão da ação de liquidação e da ação de execução provisória (esta por ser originária da ação de liquidação), consequentemente liberando-se na íntegra (alvará expedido em 26 de janeiro de 2017), em favor da controlada, a totalidade do valor até então bloqueado/penhorado.</p> <p>A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, atualizou a provisão em seu passivo não circulante, no montante de R\$ 1.293,6 milhões e outros adicionais de R\$ 129,4 milhões relativamente ao valor da condenação em honorários de sucumbência em favor dos patronos das partes adversas à controlada.</p>
<b>g) chance de perda</b>	Provável
<b>h) impacto em caso de perda</b>	A Companhia acredita que uma decisão desfavorável impactaria de forma significativa a capacidade financeira ou patrimonial da Companhia, ou seus negócios, podendo influenciar a decisão do público investidor.
<b>i) valor provisionado</b>	R\$ 1.422,9 milhões

#### Ação Indenizatória

Processo N° 0003437-77.2011.4.01.3305 e 0054126-49.2011.4.01.0000

<b>a) juízo</b>	Tribunal Regional Federal da 1ª Região
<b>b) instância</b>	2ª Instância

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>c) data de instauração</b>	7/12/1993
<b>d) partes no processo</b>	Ré: Chesf
	Vs.
	Autor(es): Espólio de Aderson Moura Souza e Eliza Teixeira Moura
<b>e) valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, Sento Sé – BA.
<b>f) principais fatos</b>	Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé (BA), pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (distribuído e autuado à época sob o número 0085/1993, atualmente 0000023-22.1993.805.0242). A sentença foi julgada procedente no primeiro grau para condenar a Chesf no valor de R\$ 50 milhões, (principal mais juros e correção monetária). Em 31/12/2008, a Chesf interpôs recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia. Em 31/03/2009 o processo foi transferido para a Justiça Federal face intervenção da União Federal na qualidade de assistente (sendo autuado sob o número 0003437-77.2011.4.01.3305). Em 30/06/2011 foi julgado parcialmente procedente recurso de apelação interposto pela Chesf perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo negado provimento à apelação do autor. Em 30/09/2011 foi ajuizada Ação Rescisória (0054126-49.2011.4.01.0000) perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, tendo sido deferida liminar em 31/12/2011 determinando a suspensão da execução do processo principal, o que se perdura até este momento. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R\$ 161,1 milhões. Em 31/12/2018, referida Ação Rescisória encontra-se pendente de julgamento.
<b>g) chance de perda</b>	Provável
<b>h) impacto em caso de perda</b>	A Companhia acredita que uma decisão desfavorável impactaria de forma significativa a capacidade financeira ou patrimonial da Companhia, ou seus negócios, podendo influenciar a decisão do público investidor.
<b>i) valor provisionado</b>	R\$ 161,1 milhões

<b>Ação Indenizatória</b>	
<b>Processo N° 0000538-66.2007.805.0245</b>	
<b>a) juízo</b>	Justiça Federal da Bahia – Vara Única
<b>b) instância</b>	1ª
<b>c) data de instauração</b>	27/09/2007
<b>d) partes no processo</b>	Ré: Chesf
	Vs.
	Autor(es): Henrique Moraes do Nascimento
<b>e) valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Indenização de perdas e danos em ação de desapropriação.
<b>f) principais fatos</b>	Ação de desapropriação movida pela Companhia contra Herculano Galdino do Nascimento, tendo agora como parte Henrique Moraes do Nascimento, cujo objeto da causa é a contestação do valor pago no processo. A Companhia mantém em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta ação no valor de R\$ 52 milhões. Processo em fase de instrução – laudo pericial. Decisão remetendo para Justiça Federal. Em 19/09/2017, o processo foi remetido para a Justiça Federal. Em 06/07/2018, decisão da Justiça Federal não reconhecendo interesse jurídico da União para intervir no feito e remetendo os autos para a Justiça Estadual, decisão da qual a AGU interpôs recurso, pendente de julgamento. Posição inalterada em 30/12/2018
<b>g) chance de perda</b>	Provável
<b>h) impacto em caso de perda</b>	A Companhia não acredita em impacto de forma significativa à capacidade financeira ou patrimonial da Companhia, ou seus negócios, tendo em vista que o valor já fora praticamente todo liquidado em juízo.
<b>i) valor provisionado</b>	R\$ 52 milhões

<b>Ação Indenizatória</b>	
<b>Processo N° 0041692-71.2015.4.01.3400</b>	
<b>a) juízo</b>	Seção Judiciária do Distrito Federal – 9ª Vara
<b>b) instância</b>	1ª Instância
<b>c) data de</b>	27/07/2015

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

<b>instauração</b>	
<b>d) partes no processo</b>	Rés: Aneel e União Federal Vs. Autor(es): Chesf
<b>e) valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 831,4 milhões.
<b>f) principais fatos</b>	<p>O GSF (Generation Scalling Factor) é um índice sistêmico que indica a quantidade de energia gerada por todas as usinas hidráulicas participantes do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) do Sistema Interligado Nacional – SIN em relação à garantia física total (lastro) do MRE. A grave condição hidrológica que o Sistema Elétrico vem enfrentando, desde 2014, tem provocado uma judicialização sem precedentes no setor, que vem convivendo com uma série de liminares que afetam o adequado funcionamento do Mercado de Curto Prazo – MCP. Em julho de 2015, fruto de liminares de outros agentes, a controlada foi imputada mediante as regras adotadas pela CCEE, a ratear o valor inadimplido de outros agentes devido à exposição do GSF, mesmo não tendo dado causa ao problema. A controlada então acionou a esfera judicial e obteve, através de liminar, a neutralidade dos efeitos do rateio de liminares de outros agentes e dos efeitos do GSF, inferior a 95% nas contabilizações no MCP.</p> <p>Desde então, independentemente do valor de GSF ocorrido nesse período, a controlada vem percebendo, nos montantes contabilizados no MCP um “crédito” proveniente dos efeitos da liminar concedida. Os valores correspondem ao lastro das usinas não cotistas, no âmbito do MRE, quais sejam: a Usina de Sobradinho e parcela de energia não alocada ao regime de cotas das demais usinas da Companhia conforme disciplinado pela Lei 12.783/2013.</p> <p>Considerando que os riscos hidrológicos para as usinas não cotistas, pela legislação atual, são imputados aos geradores hidráulicos, a Companhia avalia que os efeitos da liminar podem ser tempestivamente suspensos, tendo como consequência imediata a “devolução”, via contabilização no MCP, dos valores percebidos nas liquidações, desde 2015, quando foi proferida a liminar. Portanto, a empresa vem procedendo ao provisionamento dos valores que estão sendo creditados mensalmente para a Companhia na liquidação na CCEE decorrentes da limitação do GSF imposta pela referida liminar.</p> <p>A Companhia possui no seu passivo não circulante, provisão para suportar eventual perda, no valor de R\$ 831,4 milhões.</p>
<b>g) chance de perda</b>	Provável
<b>h) impacto em caso de perda</b>	A Companhia acredita que uma decisão desfavorável impactaria de forma significativa a capacidade financeira ou patrimonial da Companhia, ou seus negócios, podendo influenciar a decisão do público investidor.
<b>i) valor provisionado</b>	R\$ 831,4 milhões.

A Chesf possui ações não provisionadas, com ***risco de perda possível***, conforme distribuição a seguir:

	Em mil		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	158.227	171.134	167.964
Ambientais	2.853	706	0
Cíveis e fiscais	8.885.542	8.994.233	5.674.821
<b>Total</b>	<b>9.046.622</b>	<b>9.166.073</b>	<b>5.842.785</b>

Dentre essas destacam-se as seguintes:

Ação Indenizatória	
Processo Nº 0012492-28.2010.4.05.8300	
<b>a) juízo</b>	5ª Vara Federal da Seção Judiciária de PE
<b>b) instância</b>	1ª Instância
<b>c) data de instauração</b>	08/06/1999
<b>d) partes no processo</b>	Ré: Chesf Vs.

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

	Autor(es): Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior
<b>e) valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 51,6 milhões
<b>f) principais fatos</b>	<p>Ação de indenização ajuizada pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, ajuizada em 08/06/1999, processo nº 0012492-28.2010.4.05.8300, na qual pede a condenação da Companhia ao pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó, para as faturas emitidas após 30/04/1990 ("Pós-Collor"). Na aludida ação, as autoras formularam pedidos genéricos, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo a apuração dos valores para a liquidação da sentença.</p> <p>A Chesf contestou a ação, inclusive pedindo que a União Federal fosse admitida no feito, com a consequente remessa do processo a uma das Varas da Justiça Federal em Pernambuco. Após a apresentação de perícia foi proferida sentença, pela justiça estadual, sendo a Chesf condenada a pagar aos autores a importância de R\$ 23,8 milhões, a preços de setembro de 2004 (R\$ 51,6, segundo cálculos da Chesf, em 31/03/2010). Contra essa decisão, a Chesf interpôs recurso de apelação, onde foi declarada, pelo TJPE a nulidade da sentença, por ter sido proferida por Juiz incompetente (uma vez que a União Federal havia sido admitida no feito), e determinando o envio dos autos à Justiça Federal. A Justiça Federal de Pernambuco recebeu o processo no estado em que se encontrava, não tendo determinado a realização de nova perícia, e tendo proferido nova sentença, condenando a Chesf ao pagamento das importâncias acima discriminadas. Diante dessa situação a Companhia interpôs recurso de apelação, para o Tribunal Regional Federal da 5.ª Região, no qual requereu a anulação do processo a partir da fase da perícia. Ato contínuo, a autora interpôs recurso de apelação adesivo. Julgados ambos os recursos pela 4ª turma do TRF5, em decisão publicada em 10/12/2014 que determinou a condenação ao pagamento de indenização relativa aos encargos moratórios calculados incorretamente sobre as parcelas pagas com atraso pela Chesf. Prevalendo as conclusões do perito judicial no que tange ao equívoco da Chesf no cálculo dos encargos contratuais, exceto no que tange à necessidade de correção do anatocismo verificado no pagamento parcial das faturas e na incidência de juros de mora da parte dispositiva da sentença após 30/09/2001. Honorários reduzidos para R\$ 20 mil. Embargos de declaração apresentados pela Chesf, pela União Federal e pela CBPO. Os embargos da CBPO foram providos para fixar os honorários em 2,5% do valor da condenação. Os embargos da Chesf e da União foram improvidos. Apresentados Recursos Especial e Extraordinário, estes foram admitidos e remetidos ao STJ. Distribuído o RESP 1.611.929/PE por dependência ao Ministro Mauro Campbell, 2ª Turma. Vistas ao MPF em 13/09/2016. Houve manifestação/parecer da Procuradoria-Geral da República junto ao STJ parcialmente favorável ao Recurso Especial da Chesf. A referida ação encontra-se pendente de julgamento. Em 09/05/2018 os autos foram conclusos para julgamento ao Ministro Herman Benjamin após pedido de vista em sessão de julgamento de 03/05/2018. Em 15/01/2019, foi proferida sentença de reconhecimento da prescrição ainda não publicada.</p>
<b>g) chance de perda</b>	Possível
<b>h) impacto em caso de perda</b>	A Companhia não acredita que uma decisão desfavorável impactaria de forma significativa a capacidade financeira ou patrimonial da Companhia, ou seus negócios, e nem influenciaria a decisão do público investidor.
<b>i) valor provisionado</b>	Não há provisão.

<b>Ação Civil Pública</b>	
<b>Processo Nº 0002809-27.2002.4.05.8500 e 0000420-35.2003.4.05.8500</b>	
<b>a) juízo</b>	2ª Vara Federal da Comarca de Aracaju – SE
<b>b) instância</b>	1ª Instância
<b>c) data de instauração</b>	27/06/ 2002
<b>d) partes no processo</b>	Ré: Chesf, IBAMA, IMA-AL, CRA-BA, União e Adema-SE
	Vs.
	Autor(es): Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências
<b>e) valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 677,6 milhões

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f) principais fatos	<p>Ação civil pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no valor de R\$ 368,5 milhões, perante a 2ª Vara Federal em Sergipe, com o objetivo de obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, à jusante da UHE Xingó e provocados pela construção desta Usina - Processo nº 0002809-27.2002.4.05.8500.</p> <p>Foram incluídos no polo passivo da ação o Ibama, o IMA-AL, o CRA-BA, a União Federal e a Adema-SE.</p> <p>Por outro lado, na comarca de Brejo Grande/SE, também tramitava ação civil pública proposta contra a Chesf pela Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R\$ 309,1 milhões com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada. Em 15/04/2008 foi proferida sentença reconhecendo a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito e determinando a remessa dos autos à 2ª Vara Federal de Sergipe. Em 19/02/2009 as duas ações foram consideradas processualmente conexas e passaram a tramitar juntas perante a 2ª Vara Federal/SE.</p> <p>Em 14/05/2009 houve audiência com a finalidade de decidir sobre a natureza da prova processual a ser colhida, inclusive realização de perícia, restando estabelecido prazo de 03 (três) meses para as partes apresentarem quesitos para perícia. Após algumas remarcações de audiências, o Juízo decidiu inverter o ônus da prova e o ônus financeiro para realização da perícia, determinando, assim, que seu custo seja suportado pela Chesf. Contra a decisão que inverteu o ônus da prova e o ônus financeiro, a Chesf interpôs agravo de instrumento o qual foi convertido pelo desembargador relator em agravo retido, restando mantida a decisão agravada. Contra essa decisão a Chesf apresentou outros recursos (Embargos e agravo) que não lograram êxito.</p> <p>Em 29/03/2011, o juiz de primeira instância nomeou equipe de peritos para produção de laudo e em 08/04/2011 a Chesf apresentou em juízo a relação dos seus assistentes técnicos e os seus quesitos periciais. Em audiência realizada no dia 30/11/2011, para a definição da melhor forma de operacionalização do início dos trabalhos periciais, foi determinado que a Chesf efetivasse depósito judicial de R\$ 50 para fazer face às despesas com os peritos judiciais, depósito esse que foi realizado em 31/01/2012. Em 21/05/2013 foi realizada audiência na qual se traçou um cronograma para os trabalhos periciais, que serão realizados por equipes multidisciplinares, restando consignado previsão de conclusão dos laudos para janeiro de 2015. Em 27/11/2013 foi realizada audiência na qual foram homologados os planos de trabalhos das equipes de realização da perícia, estabelecendo-se, ainda, depósito mensal, a cargo da Chesf, para custeio das despesas com a realização da perícia e com os honorários dos profissionais designados nos autos no valor de R\$ 100, com início no mês de dezembro de 2013 e fim em maio de 2015. Também ficou consignado que ambos os processos restarão com seu trâmite exclusivamente direcionado à realização da perícia e suspensos até que seja apresentado o laudo pericial definitivo.</p> <p>Em 18/11/2014, foi realizada nova audiência para acompanhamento de perícia e definição de cronograma de atividades com vistas à conclusão do trabalho pericial. Os dois Laudos Periciais foram disponibilizados para a Chesf em 07/12/2015.</p> <p>Em 04/03/2016, o juiz determinou que a Chesf depositasse em juízo, a título de honorários periciais complementares, o montante de R\$ 755.350,56, dividido em 03 parcelas mensais (nos meses de março, abril e maio de 2016), bem como um valor adicional de R\$ 50 para cobrir as despesas com o deslocamento (passagens aéreas), hospedagem e alimentação dos peritos na audiência de esclarecimento do laudo pericial, realizada nos dias 28 e 29/03/2016.</p> <p>O parecer dos assistentes técnicos da Chesf, que impugnou os laudos periciais, foi apresentado em ambos os processos judiciais em 30/05/2016. Por sua vez, as alegações finais da Chesf foram protocolizadas tempestivamente em 19/09/2016, estando os processos, em 31/12/2018, conclusos para sentença.</p> <p>Suportada em avaliação dos advogados que patrocinam as causas pela Companhia, a expectativa da Administração sobre a possibilidade de perda dessas ações é possível quanto ao insucesso da defesa e remota quanto aos valores dos pedidos.</p>
g) chance de perda	Possível
h) impacto em caso de perda	A Companhia acredita que uma decisão desfavorável impactaria de forma significativa a capacidade financeira ou patrimonial da Companhia, ou seus negócios, podendo influenciar a decisão do público investidor.
i) valor provisionado	Não há provisão.

Ação Nulidade de Ato Administrativo	
Processo Nº 2002.34.00.026509-0	
a) juízo	15ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF
b) instância	2ª Instância
c) data de instauração	23/08/2002
d) partes no processo	Ré: Aneel e Chesf, como <i>litisconsorte</i>
	Vs. Autor(es): AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 110 milhões
f) principais fatos	<p>Ação ordinária proposta pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia (proc. 2002.34.00.026509-0 – 15ª Vara Federal-DF) visando à contabilização e liquidação pela Aneel das transações do mercado, relativa à exposição positiva (lucro) verificada em razão da não opção pelo alívio (seguro) feita em dezembro de 2000. Decisão interlocutória proferida no bojo do Agravo de Instrumento da AES SUL (Processo nº 2002.01.00.040870-5) interposto contra a Aneel, resultou num débito de aproximadamente R\$ 110 milhões, com pagamento estipulado para o dia 07/11/2008.</p> <p>Para suspender a exigibilidade do débito, foram adotadas naquela oportunidade as seguintes providências jurídicas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) ajuizamento de Pedido de Suspensão de Liminar no STJ;</li> <li>2) impetração de Mandado de Segurança perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal - TJDF;</li> </ol>

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	<p>3) protocolização de petição postulando o ingresso da Chesf no processo, na condição de litisconsorte passiva necessária.</p> <p>Foram acolhidos os procedimentos 2 e 3, com a consequente reforma da liminar e suspensão do débito em questão.</p> <p>A Chesf ingressou na lide como litisconsorte passiva necessária e contestou a ação. Em 31/12/2011 o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região havia julgado procedente o mandado de segurança interposto pela Chesf (medida 2), tendo a AES ingressado com Recurso Especial, que após negado provimento, interpôs recurso de apelação. A Ação foi julgada improcedente e os embargos de Declaração rejeitados, havendo assim, a apresentação de recurso de apelação pela autora. Em 31/12/2012, haviam sido oferecidos contrarrazões pela Chesf, estando pendente de apreciação a remessa para o TRF 1.ª Região. Em 31/03/2013 – TRF 1.ª Região julgou procedente o MS interposto pela Chesf (medida 2). REsp da AES, julgado. Mantida a Segurança. Ação julgada improcedente. Embargos Declaração rejeitados. No dia 26/03/2014 o Recurso de Apelação interposto pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia foi julgado e provido pelo TRF 1ª Região. Contra o acórdão que deu provimento à Apelação, a Chesf opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados.</p> <p>Em 31/12/2015, o acórdão que improviu os embargos de declaração, se achava pendente de publicação. Tendo sido publicado o acórdão em 14/01/2016, a Chesf e as demais rés interpuseram recurso de embargos infringentes, com o objetivo de fazer prevalecer o voto vencido. Essa posição se mantém inalterada em 31/12/2018, vez que ainda não houve o julgamento dos embargos infringentes.</p>
<b>g) chance de perda</b>	Possível
<b>h) impacto em caso de perda</b>	A Companhia acredita que uma decisão desfavorável impactaria de forma significativa a capacidade financeira ou patrimonial da Companhia, ou seus negócios, podendo influenciar a decisão do público investidor.
<b>i) valor provisionado</b>	Não há provisão.

Ação Indenizatória	
Processo N° 2490-83.2012.4.01.3306	
<b>a) juízo</b>	Justiça Federal – BA (Subseção Paulo Afonso)
<b>b) instância</b>	2ª Instância
<b>c) data de instauração</b>	24/07/2012
<b>d) partes no processo</b>	Ré: Chesf
	Vs.
	Autor(es): Ministério Público Federal
<b>e) valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 1 bilhão
<b>f) principais fatos</b>	<p>Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal junto à subseção Judiciária de Paulo Afonso – BA (processo n.º 2490-83.2012.4.01.3306) onde, em síntese, persegue a obtenção de decreto judicial que declare a inexistência do Aditivo ao Acordo de 1986, celebrado no ano de 1991, firmado entre a Chesf e os representantes do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O valor atribuído à causa foi de R\$ 1 bilhão. Foi proferida sentença que declarou a nulidade do acordo de 1991, entre a Chesf e o Polo Sindical, que alterou a forma de cálculo da VMT para o equivalente a 2,5 salários mínimos; bem como para determinou o pagamento das diferenças apuradas, desde 1991, entre a verba efetivamente paga e o valor de 2,5 salários mínimos, monetariamente corrigidos e acrescidos de juros moratórios para cada família que recebeu ou ainda recebe a VMT, pelo respectivo período que tenha recebido e que pertençam à competência territorial desta Subseção Judiciária, ressalvados os casos dos reassentados que celebraram os termos de acordos extrajudicial e a escritura pública de doação com a requerida, renunciando os benefícios da VMT, assim como afastou o direito dos interessados à percepção das parcelas atingidas pela prescrição quinquenal, a contar do ajuizamento da ação. Contra a sentença foram opostas apelações pela Chesf e pelo MPF, recursos esses que aguardam julgamento, sendo distribuídos por dependência em 30/11/2016 ao relator Desembargador Federal Neilton Guedes – Quinta Turma. Em 31/12/2016 estava concluso para relatório e voto – sendo o processo redistribuído por sucessão para a Desembargadora Federal Danielle Maranhão Costa em 14/11/2017. Essa posição permanece inalterada em 31/12/2018.</p>
<b>g) chance de perda</b>	Possível
<b>h) impacto em caso de perda</b>	A Companhia acredita que uma decisão desfavorável impactaria de forma significativa a capacidade financeira ou patrimonial da Companhia, ou seus negócios, podendo influenciar a decisão do público investidor.
<b>i) valor provisionado</b>	Não há provisão.

Ação Indenizatória	
Processo N° 2014.01.1.193316-6	
<b>a) juízo</b>	23ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília – DF
<b>b) instância</b>	1ª instância
<b>c) data de</b>	09/12/2014

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

<b>instauração</b>	
<b>d) partes no processo</b>	Ré: Chesf Vs. Autor(es): Energia Potiguar Geradora Eólica S.A e outros
<b>e) valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 243 milhões
<b>f) principais fatos</b>	<p>Processo n.º 2014.01.1.193316-6, em trâmite perante a 23.ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília – DF. Trata-se de ação ordinária proposta pela Energia Potiguar Geradora Eólica S.A., Torres de Pedra Geradora Eólica S.A., Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A., Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A., Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A., Canto da Ilha Geradora Eólica S.A., Campina Potiguar Geradora Eólica S.A., Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A., Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A., Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A., e Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. tendo por objeto a indenização em danos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), no valor de R\$ 243 milhões, e que seriam decorrentes de suposto atraso na entrada em operação comercial da LT Extremoz II – João Câmara II e da SE João Câmara II. Oferecida contestação e deferida produção de prova pericial em 10/03/2016, laudo apresentado pelo perito do juízo desfavorável à Chesf, com consequente pedido de esclarecimentos. Petição solicitando oitiva do perito em audiência.</p> <p>O requerimento de oitiva em audiência foi negado pelo MM. Juízo que, no entanto, deferiu a elaboração da perícia contábil, tendo intimado a Chesf a realizar o depósito dos honorários periciais. A Chesf ofereceu quesitos e depositou os honorários do perito do juízo. As autoras impugnam os quesitos apresentados pela Chesf. O MM. Juízo da 23.ª Vara Cível determinou a oitiva da Chesf acerca da impugnação dos quesitos pela parte Autora. Foi deferido parcialmente o pedido de inclusão de novos quesitos por parte das Autoras, o que gerou o pagamento de custas complementares para o perito contábil. O perito contábil apresentou o laudo do qual houve manifestação da Chesf em 25/09/2017. Em 29/01/2018, foi proferida sentença condenatória em desfavor da Chesf no valor de R\$ 432,3 milhões, da qual foram interpostos embargos de declaração pela Chesf, aos quais foi negado provimento aos 28/02/2018, tendo sido interposto recurso de apelação pela Chesf aos 26/03/2018. Aos 31/03/2018, o processo se encontrava com prazo para contrarrazões da apelação da Chesf. Ofertadas as contrarrazões pela Chesf, o processo foi encaminhado ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para julgamento das apelações interpostas. A União ingressou no feito manifestando interesse jurídico na demanda, o que foi deferido. A ABRATE requereu ingresso na condição de amicus curiae. Julgamento iniciado em 13/03/2019, mas suspenso por pedido de vista formulado por um dos Desembargadores que compõem a 5ª Turma do TJDF.</p> <p>Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante estimado de R\$ 462,5 milhões.</p>
<b>g) chance de perda</b>	Possível
<b>h) impacto em caso de perda</b>	A Companhia acredita que uma decisão desfavorável impactaria de forma significativa a capacidade financeira ou patrimonial da Companhia, ou seus negócios, podendo influenciar a decisão do público investidor.
<b>i) valor provisionado</b>	Não há provisão.

Ação Indenizatória	
Processo N° 33328-13-2015.4.01.3400	
<b>a) juízo</b>	15ª vara federal - Justiça Federal – DF
<b>b) instância</b>	1ª instância
<b>c) data de instauração</b>	15/06/2015
<b>d) partes no processo</b>	Ré: Chesf Vs. Autor(es): Aneel
<b>e) valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 1,5 bilhão
<b>f) principais fatos</b>	<p>Processo n.º 33328-13.2015.4.01.3400 – 15.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Trata-se de ação civil pública manejada pela Aneel com o intuito de cobrar da Chesf supostos prejuízos que os consumidores finais de energia elétrica teriam tido com os atrasos das obras referentes às chamadas Instalações de Geração Compartilhada – ICGs. Esse prejuízo remontaria a R\$ 1.471 milhões.</p> <p>A Chesf recebeu a citação, tendo apresentado contestação ao feito no dia 04/12/2015. Apresentada réplica pela ANEEL, o juiz indeferiu produção de provas requeridas pela Chesf. O MM. Juízo da 15.ª Vara Federal determinou a intimação do Ministério Público Federal para manifestação a qual foi realizada.</p> <p>A Chesf peticionou para suspensão do processo, face estratégia de levar o caso à CCAF/AGU. Em 31/12/2017 o pedido de suspensão foi deferido pelo MM. Juízo da 15ª Vara Federal, pelo prazo de 6 (seis) meses. Foi protocolado requerimento para a CCAF/AGU aos 26.03.2018. A Chesf estava no aguardo da marcação, pela CCAF, da primeira audiência de conciliação entre Chesf e Aneel. Houve audiência de conciliação, na qual as partes não demonstraram interesse em conciliar. O juízo abriu vistas às partes, tendo a Chesf encaminhado manifestação em 03/10/2018. Em 16/10/2018 os autos foram retirados pelo Ministério Público Federal. Processo encontra-se concluso para sentença desde o dia 06.12.2018.</p> <p>Não há condições de se avaliar, no presente momento, qual seria o desfecho da causa, vez que essa é a primeira ação no País a tratar do tema (não existe histórico no Brasil de ingresso de ações coletivas com conteúdo semelhante).</p> <p>Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como “possível”, no montante estimado de R\$ 1.471 milhões.</p>

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

<b>g) chance de perda</b>	Possível
<b>h) impacto em caso de perda</b>	A Companhia acredita que uma decisão desfavorável impactaria de forma significativa a capacidade financeira ou patrimonial da Companhia, ou seus negócios, podendo influenciar a decisão do público investidor.
<b>i) valor provisionado</b>	Não há provisão.
<b>Ação ordinária</b>	
<b>Processo Nº 0002226-70.2017.8.25.0014</b>	
<b>a) juízo</b>	Comarca de Canindé do São Francisco – SE
<b>b) instância</b>	1ª instância
<b>c) data de instauração</b>	15/06/2015
<b>d) partes no processo</b>	Ré: Chesf e Estado de Sergipe Vs. Município de Canindé do São Francisco
<b>e) valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 2,9 bilhões
<b>f) principais fatos</b>	<p>Processo 0002226-70.2017.8.25.0014 (Comarca de Canindé do São Francisco) – Ação movida pelo Município de Canindé do São Francisco, requerendo o DVA devido em face de valor recebido da União Federal pela Chesf, pertinente a indenização referente à Usina de Xingó. O Município de Canindé do São Francisco pleiteia basicamente: (a) que o Estado de Sergipe proceda a inclusão no Valor Adicionado do ano base de 2013 do montante de R\$ 2.925.318.050,00, recalculando o IPM em razão do complexo hidroelétrico Usina de Xingó, da mesma forma aos anos subsequentes, para efeito na participação do rateio de ICMS no ano de 2017, com trespasse dos dados ao TCE/SE para republicação do Ato Deliberativo n.º 884/2016, sob pena de multa diária de R\$100.000,00 (cem mil reais); e b) que o Estado de Sergipe compelido a, no prazo de 48 horas, juntar aos autos o mapa de apuração do valor adicionado do ICMS do Município Autor, referente aos exercícios 2013, 2014, 2015 e 2016, destacando-se se houve, na composição do valor do IPM respectivo, a inclusão dos valores percebidos pela CHESF a título de antecipação, na forma do item “a” acima. (c) reconhecer a relação jurídico-tributária decorrente da antecipação de receita realizada pela União Federal em favor da Chesf, como elemento fiscal tributável, atestando a sua inclusão do valor do ICMS devido e ao produto de distribuição afeto ao VAF – Valor Adicionado do Município de Canindé de São Francisco; (d) sejam compelidos todos os Réus a procederem os ajustes contábeis e financeiros necessários à inclusão no Valor Adicionado do ano base de 2013 do montante de R\$ 2.925.318.050,00, recalculando o IPM e participação do rateio de ICMS, em razão do complexo hidroelétrico Usina de Xingó para todos os anos subsequentes, condenando-os a ressarcirem o Requerente aos valores suprimidos indevidamente desde 2013, em montante a ser apurado por perícia contábil realizada nos autos. A União Federal, quando citada ainda no âmbito da Justiça Federal, alegou a sua ilegitimidade passiva e requereu a exclusão da lide. A Chesf apresentou defesa. O juízo federal indeferiu a tutela de urgência do município, tendo sido essa decisão atacada por agravo de instrumento, e mantida pelo E. TRF da 5.ª Região. O pedido de ilegitimidade passiva da União foi acolhido, tendo os autos sido remetidos para a Comarca de Canindé do São Francisco – SE. Na Comarca de Canindé do São Francisco – SE, o MM. Juízo proferiu despacho requerendo às partes que procedessem com a especificação de provas. Em 31/03/2018 a Chesf havia peticionado, requerendo a produção de prova pericial contábil, a ser realizada por especialista em contabilidade do setor elétrico. Em 30/04/2018, o Município Requereu a suspensão do feito. Em 01/05/2018, houve a juntada de contestação por parte do Estado de Sergipe. Aos 24/05/2018, despacho do juízo intimando o Município para oferecer réplica à contestação, bem como para que a Chesf e o Estado de Sergipe se manifestem em 15 (quinze) dias após a réplica, caso haja juntada de documentos. Aos 26/06/2018, oferecimento de réplica por parte do Município. Em 12/09/2018, a União Federal peticiona manifestando interesse no feito, tendo sido o Município intimado a se manifestar sobre o ingresso da União aos 02/10/2018. Em 31/12/2018 o processo encontra-se aguardando despacho do Juiz de Direito, se vai acolher ou não o pedido.</p> <p>Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como “possível”, no montante estimado de R\$ 2.9 bilhões.</p>
<b>g) chance de perda</b>	Possível
<b>h) impacto em caso de perda</b>	A Companhia acredita que uma decisão desfavorável impactaria de forma significativa a capacidade financeira ou patrimonial da Companhia, ou seus negócios, podendo influenciar a decisão do público investidor.
<b>i) valor provisionado</b>	Não há provisão.

Com *risco de perda remoto* destaca-se a seguinte ação:

<b>Ação de Cobrança</b>	
<b>Processo Nº 2000.83.00.014864-7</b>	
<b>a) juízo</b>	Superior Tribunal de Justiça
<b>b) instância</b>	3ª Instância

**4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes**

<b>c) data de instauração</b>	15/09/2000
<b>d) partes no processo</b>	Ré: Chesf Vs. Autor(es): Construtora Mendes Júnior S.A.
<b>e) valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 7 bilhões, valor não atualizado desde agosto de 1996.
<b>f) principais fatos</b>	<p>Ação de cobrança em andamento movida pela Construtora Mendes Júnior S.A., contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia.</p> <p>A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à Chesf, assegurando ressarcimento financeiro.</p> <p>Nesta ação de cobrança a Construtora Mendes Júnior S.A. obteve sentença do Juízo da 4ª Vara Cível, posteriormente anulada, que condenava a Chesf ao pagamento da quantia que, incluindo honorários advocatícios e correção monetária até o mês de agosto de 1996, calculado segundo critério determinado pelo juízo, seria de aproximadamente R\$ 7 bilhões, valor não atualizado desde então.</p> <p>Após decisão do Superior Tribunal de Justiça de não conhecer recurso especial interposto pela Construtora Mendes Júnior e confirmar decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que anulou a sentença, determinando ainda a redistribuição do processo a uma das Varas Federais de Pernambuco, o processo foi encaminhado à 12ª Vara Federal, tomando o número 2000.83.00.014864-7, para ser feita nova perícia e ser proferida nova sentença.</p> <p>A Perícia foi apresentada. Devendo ser destacado que o Perito, respondendo a quesito da Chesf, declarou “não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica”. Essa resposta foi confirmada pela análise feita pelo Assistente Técnico da Chesf.</p> <p>O Ministério Público Federal apresentou manifestação com pedido de declaração de nulidade de todo o processo e, no mérito, pediu a improcedência da ação.</p> <p>A ação foi julgada procedente em parte, conforme sentença publicada em 08/03/2008. Contra a sentença, a Chesf apresentou embargos de declaração, acatados pela MM. Juíza por meio de decisão que esclareceu alguns pontos da sentença relativos à apuração de eventual dívida da Chesf com a Mendes Júnior.</p> <p>A Chesf apresentou recurso de apelação, em que pediu a improcedência total da ação; considerando que, nesta ação de cobrança, cabia à Mendes Júnior, para fazer jus a alguma espécie de ressarcimento financeiro, em cumprimento à decisão proferida na Ação Declaratória anteriormente ajuizada, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra de Itaparica, em decorrência do atraso da Chesf no pagamento de algumas faturas; e que as despesas financeiras que teve com essa captação de recursos, teriam sido superiores ao total de acréscimos pagos pela Chesf, em decorrência desses atrasos. A União Federal e o Ministério Público Federal apresentaram recursos no mesmo sentido que o apresentado pela Chesf.</p> <p>Em sessão realizada em 25/10/2010, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região deu provimento aos recursos interpostos pela Chesf, União e Ministério Público Federal, e julgou a aludida ação inteiramente improcedente. Apresentados recursos especiais e extraordinários pela Construtora Mendes Júnior o TRF 5ª Região negou-lhes seguimento, ensejando a interposição de agravos de instrumento. Em 31/12/2012 os agravos interpostos pela Mendes Júnior haviam subido para Superior Tribunal de Justiça – ARES 205.843 (2012/0155289-6), sob a relatoria do Min. Sérgio Kukina. Apresentou o Ministério Público Federal parecer opinando pelo não provimento do agravo, que foi julgado improcedente em 19/02/2014. A Mendes Junior apresentou Agravo Regimental o qual fora convertido em REsp e levado à sessão de julgamento em 04/12/2014, onde houveram sustentações orais de todas as partes envolvidas. Por motivo de pedido de vista do Min. Benedito Gonçalves a sessão foi suspensa, com sua retomada em 18/12/2014, quando, à unanimidade, a Primeira Turma decidiu por não conhecer do Recurso Especial interposto pela Mendes Júnior. O acórdão foi publicado em 19/03/2015. Interpostos embargos de declaração estes foram rejeitados pelo STJ. Após a rejeição dos embargos, a Mendes Junior apresentou recurso extraordinário, que, negado seguimento foi objeto de agravo (ARE971.889) que aguarda julgamento após distribuição do Min. Barroso. Redistribuído à Min. Rosa Weber, que negou seguimento ao recurso. Interposto agravo regimental pela Mendes Junior que aguarda julgamento.</p> <p>Considerando a existência da decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, informamos ser remoto o risco de a Chesf vir a ter perda nesta ação.</p>
<b>g) chance de perda</b>	Remoto
<b>h) impacto em caso de perda</b>	A Companhia acredita que uma decisão desfavorável impactaria de forma significativa a capacidade financeira ou patrimonial da Companhia, ou seus negócios, podendo influenciar a decisão do público investidor.
<b>i) valor provisionado</b>	Não há provisão.

Ação Judicial Cível	
Processo Nº 0009364-44.2003.4.05.8300	
<b>a) juízo</b>	2ª Vara Cível Pernambuco
<b>b) instância</b>	3ª Instância
<b>c) data de instauração</b>	09/04/2003
<b>d) partes no processo</b>	Ré: Chesf Vs.

### 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	Autor(es): Hidroservice Engenharia Ltda
<b>e) valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 2,1 bilhões
<b>f) principais fatos</b>	<p>Ação indenizatória proposta pela Hidroservice, processo nº 0009364-44.2003.4.05.8300 que tramita na 2ª Vara Federal-PE, objetivando a anulação de acordo de securitização setor elétrico com indenização pelo deságio na negociação de títulos recebidos, juros bancários. O valor atribuído à causa foi de R\$ 250 milhões (históricos), estando estimado em R\$ 2.103 milhões. Apelações improvidas, mantendo a sentença que julgou improcedente a ação. Embargos de Declaração julgados em 26/11/2013 para corrigir o erro material apontado pela Chesf e negar provimento com relação a ambos os Embargos das partes. Apresentação de Recurso Especial e Recurso Extraordinário pela Hidroservice. A Eletrobras e a União Federal apresentaram Recurso Especial pleiteando majoração da verba honorária. O Recurso Extraordinário da Hidroservice e os Recurso Especial da Eletrobras e da União Federal foram inadmitidos e o Recurso Especial da Hidroservice foi remetido ao STJ (RESP 1.513.670/PE), onde se encontra pendente de julgamento. A Hidroservice, a Eletrobras e a União Federal interpuseram agravo de instrumento para que seus recursos tenham seguimento admitidos. Parado desde 17/03/2015. Concluso para decisão desde 24/04/2017, sendo obtida cópia do processo pelo advogado Dr. Adalberto Salvador Perillo Kuhl Junior em 24/08/2018. Essa posição permanece inalterada em 31/12/2018.</p> <p>Por outro lado, a Chesf ingressou com Ação declaratória de implementação e desobrigação contratual cumulada com consignação em pagamento, nº 0035333-41.1995.8.17.0001 (2ª vara cível, Recife-PE), face os contratos CT-I-92.1.0120.00 e CT-I-92.1.0119.00, onde realizou depósito de Cr\$1.602.826.241,73, atualizados em R\$ 2.749.641,05, onde apenas em abril de 2016 foi julgado seu mérito, em sentença improcedente para a Chesf. Objeto de Embargos de Declaração negados, interpostos recurso de Apelação pela Chesf em 28/03/2017. Distribuído ao Rel. Itabira de Brito Filho em 21/08/2017. Essa posição permanece inalterada em 31/12/2018.</p>
<b>g) chance de perda</b>	Remoto
<b>h) impacto em caso de perda</b>	A Companhia acredita que uma decisão desfavorável impactaria de forma significativa a capacidade financeira ou patrimonial da Companhia, ou seus negócios, podendo influenciar a decisão do público investidor.
<b>i) valor provisionado</b>	Não há provisão.

#### Riscos ambientais

A Chesf, em decorrência de suas atividades operacionais, possui ações judiciais de natureza ambiental que não estão provisionadas por envolverem riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores jurídicos como possíveis ou remotos. Com base na opinião desses consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução dessas questões não produzirá efeito material adverso sobre a sua situação financeira e, com base em histórico, acredita que nenhuma provisão ou seguro para perdas, relacionados às questões ambientais, seja necessário.

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.

A tabela abaixo apresenta o total dos valores provisionados com relação aos processos listados no item 4.3 acima:

	Em mil
	Provisão em 31/12/2018
Cíveis	2.467.400,0
<b>Total</b>	<b>2.467.400,0</b>

Para maiores informações, consultar a nota explicativa 30 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

**4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não era parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias fossem administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

**4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4.**

Não se aplica.

#### **4.5 - Processos Sigilosos Relevantes**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não era parte em processo sigiloso que não tenha sido divulgado nas seções 4.3 e 4.4 deste Formulário de Referência.

## 4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Ação Trabalhista	
Ações relativas à adicional de periculosidade, horas extras, suplementações de aposentadoria, equiparação/enquadramento profissional e verbas rescisórias decorrentes de inadimplências de empresas terceirizadas.	
a) valores envolvidos: (estimados)	R\$ 151,0 milhões
b) prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência:	Aplicação de legislação decorrente de política salarial, indenização decorrente de supressão de hora extra e deficiência da fiscalização das empresas terceirizadas.
c) valores provisionados:	R\$ 78,6 milhões

Ação Cível	
1240 Ações Cíveis relativas à redução da vazão do Rio São Francisco, distribuídas em 11 comarcas do Estado de Sergipe propostas por pescadores cujo objeto é a indenização por danos materiais e morais em virtude da redução da vazão do Rio São Francisco a partir da usina de Xingó.	
a) valores envolvidos:	R\$ 50,9 milhões
b) prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência:	A CHESF, concessionária que opera e mantém as Usinas Hidrelétricas de Xingó e Sobradinho, em obediência à Autorização Especial nº 1/2013 concedida pelo IBAMA e à Resolução nº 442/2013, expedida pela Agência Nacional de Águas - ANA, reduziu a vazão do rio São Francisco de 1300m³/s para 1100 m³/s a partir da UHE Sobradinho, em abril de 2013. A companhia praticou o ato em questão por ordem do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a quem cabe a coordenação da operação do Sistema Interligado Nacional (SIN). Por conseguinte, referida redução da vazão do rio São Francisco teria causado grave prejuízo com a diminuição e extinção do pescado aos autores, pescadores;
c) valores provisionados:	R\$ 0,0 milhões

## **4.7 - Outras Contingências Relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas nos demais itens.

#### **4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados**

Este item e suas alíneas não se aplicam à Companhia.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

**Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:**

- a) **Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

O processo de gestão integrada de riscos nas empresas Eletrobras é orientado por uma política única e coordenado pela holding, de forma a garantir a visão sistêmica dos resultados e sua padronização entre todas as subsidiárias do grupo.

A adesão da Chesf à versão vigente da Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras foi aprovada pela Diretoria Executiva através da Decisão de Diretoria DD-63.03/2016, de 05/12/2016, e ratificada pelo Conselho de Administração da Chesf por meio da Deliberação DL-506.07/2016, de 09/12/2016. A versão atual da Política está aderente às demandas de conformidade com leis e regulamentos relacionados aos temas de ética e combate à corrupção, bem como ao *framework* COSO 2013.

**b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos**

**i. riscos para os quais se busca proteção**

Na descrição dos fatores de risco relacionados no item 4.1, foram incluídas informações sobre ações de mitigação adotadas pela Companhia, quando aplicável, como por exemplo a adoção do Código de Conduta Ética e Integridade e implementação de ações para consolidação do Programa de Integridade (*Compliance*) para reduzir a exposição ao risco de sanções/penalidades relacionadas às leis anticorrupção, como também o desenvolvimento de um modelo de governança corporativa, em alinhamento com a holding Eletrobras, para assegurar maior controle e mitigação do risco relacionado às participações em SPEs – Sociedades de Propósito Específico.

Os fatores de risco mencionados no item 4.1 fazem parte de diferentes categorias de riscos representadas na matriz de risco da Chesf, e as ações de mitigação são definidas com base na Política de Riscos das empresas Eletrobras e na priorização do grupo de riscos com maior nível de exposição, conforme processo descrito em detalhes na próxima seção.

A matriz de risco da Chesf está alinhada com a matriz de risco corporativa das empresas Eletrobras e se divide nas seguintes categorias:

**Riscos Estratégicos:** são aqueles relacionados aos objetivos estratégicos e à estrutura organizacional da Companhia, bem como à consecução das metas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG), aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

**Riscos Operacionais:** são aqueles atinentes às atividades operacionais realizadas pela Companhia em seu dia a dia, bem como aos seus trâmites regulatórios, e que estão relacionados à gestão e utilização consciente de seus ativos para geração de valor aos seus acionistas.

**Riscos Financeiros:** são aqueles relacionados ao mercado em que a Companhia atua, bem como à gestão do seu caixa e à sua capacidade de crédito e liquidez, e que podem afetar sua capacidade de honrar seus compromissos perante fornecedores, credores e consumidores com os quais a Companhia se relaciona.

**Riscos de Conformidade:** são aqueles relacionados ao cumprimento das leis e regulamentos aos quais a Companhia está submetida, bem como em relação à manutenção do mais elevado padrão de governança e de aderência às normas anticorrupção nacionais e internacionais.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

### ii. instrumentos utilizados para proteção

A Chesf possui normativo de gestão de riscos, derivado da Política de Gestão de Riscos das empresas Eletrobras, que tem por objetivo orientar os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades da Companhia, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas. Seus princípios preveem o seguinte:

- Gerenciar riscos objetivando a geração de valor para as empresas Eletrobras;
- Adotar boas práticas de governança corporativa;
- Definir uma linguagem comum entre as empresas Eletrobras;
- Utilizar padrões e metodologias reconhecidos pelo mercado;
- Estabelecer papéis e responsabilidades;
- Envolver os conselhos de administração e fiscais e os comitês de riscos;
- Estabelecer e manter a infraestrutura necessária para a gestão integrada de riscos;
- Integrar a gestão de riscos aos processos organizacionais;
- Analisar periodicamente a gestão de riscos nas empresas Eletrobras.

Tendo como bases metodológicas o COSO 2013, o COSO ERM e a Norma ISO 31000:2009, o modelo de gestão integrada de riscos utilizado pelas empresas Eletrobras parte da identificação e consolidação em matriz dos riscos estratégicos, operacionais, financeiros e de conformidade aos quais as empresas se encontram expostas, para posterior análise, tratamento e acompanhamento dos mesmos através de processos específicos desenvolvidos por seus respectivos proprietários. Dessa forma, conforme preconizado na referida norma, o processo de gestão de riscos ocorre em cinco etapas.

A primeira delas, denominada identificação, visa reconhecer e descrever os riscos aos quais as empresas estão expostas, seus fatores geradores, impactos e responsáveis. Esta fase é realizada com a participação de todos os envolvidos nos processos de negócio das empresas do grupo, resultando na matriz de riscos corporativa da companhia. Após a definição da matriz de riscos, é realizado o processo de priorização de riscos, para posterior análise e tratamento. A matriz é revisada anualmente e, a cada dois anos, uma nova versão deve ser formalmente aprovada. Deste processo participam todas as empresas Eletrobras, reunidas em fórum específico denominado Comitê Operacional de Riscos das Empresas Eletrobras. Aprovada pela Diretoria Executiva da Eletrobras, por recomendação da Comissão de Riscos da *holding*, a matriz é então validada por todas as empresas do grupo, considerando os eventos de risco aplicáveis a cada empresa.

A segunda fase se caracteriza pela avaliação dos riscos identificados na primeira. Nesta etapa, são realizadas análises qualitativas e/ou quantitativas visando à definição dos atributos de impacto e probabilidade, utilizados na priorização dos riscos a serem tratados.

O tratamento dos riscos ocorre posteriormente à avaliação. Nesta fase se define qual posição as empresas assumirão diante da possível materialização de um determinado risco. Possíveis respostas consistem em:

- evitá-los;
- mitigá-los, pela definição de planos de ação e controles internos;
- compartilhá-los, utilizando-se seguros ou derivativos; ou
- aceitá-los.

Esta decisão depende principalmente do grau de apetite ao risco da empresa, previamente homologado por seu Conselho de Administração.

A fase seguinte é denominada monitoramento e se constitui no desempenho de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes, que visam o acompanhamento dos indicadores gerenciais, a supervisão da implantação e manutenção dos planos de ação definidos, e a verificação do alcance das metas estabelecidas.

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Já a etapa de comunicação ocorre de forma concomitante às demais e deve atingir a todas as partes interessadas, sendo realizada de maneira clara e objetiva, respeitando as boas práticas de governança exigidas pelo mercado.

### iii. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de fatores de riscos

Em linha com a Política de Gestão de Riscos, estão envolvidos diretamente na identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos os seguintes órgãos da Companhia:

**Conselho de Administração da Chesf** – ao qual compete deliberar sobre as questões estratégicas concernentes ao processo de gestão de riscos, tais como o grau de apetite a riscos da empresa e a política que deve nortear todo o processo;

**Diretoria Executiva da Chesf** – à qual compete patrocinar a implantação da gestão de riscos na Companhia; alocar recursos necessários ao processo e definir a infraestrutura apropriada às atividades de gerenciamento de riscos; aprovar normas específicas e o grau de apetite a riscos das empresas; deliberar sobre decisões estratégicas considerando as análises dos riscos relatadas pelo Comitê de Riscos;

**Comitê de Riscos da Chesf** – ao qual compete acompanhar a gestão integrada de riscos, validando e revisando periodicamente a matriz de riscos corporativa, bem como a sua estrutura de controles internos e as ações tomadas para minimizar a ocorrência de eventos que comprometam a realização de seus objetivos; promover assuntos estratégicos e operacionais no processo de gestão de riscos; avaliar os riscos a serem priorizados e submeter à aprovação da Diretoria Executiva;

**Assessoria de Conformidade e Gestão de Riscos** – órgão vinculado à Presidência da Chesf, ao qual compete apoiar a identificação e a avaliação dos riscos corporativos junto às áreas de negócio da Companhia, bem como ajudar na atualização de controles internos e implementação de planos de ação para mitigação dos riscos, além de reportar os principais assuntos da gestão de riscos à alta administração;

**Áreas proprietárias dos riscos** – atuar como primeira linha de defesa da Companhia, gerenciando os riscos inerentes às suas atividades, identificando-os, avaliando-os e tratando-os de modo a otimizar suas decisões, com o intuito de manter e obter vantagens competitivas e garantir a geração de valor para acionistas e demais partes interessadas.

### c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos está alinhada com as melhores práticas vigentes, porém mantém a busca contínua pelo aprimoramento dos seus processos de gestão de riscos e governança corporativa.

A Chesf, enquanto sociedade anônima de capital aberto e subsidiária da Eletrobras, está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da *Securities and Exchange Commission* (SEC), órgão regulador do mercado de ações dos Estados Unidos da América, que exige que o Diretor-Presidente e o Diretor de Relações com Investidores da Eletrobras atestem a efetividade dos controles internos da companhia e de suas subsidiárias no encerramento de cada exercício. A certificação SOx contempla os principais processos da empresa que se enquadram na categoria de relevantes, de acordo com os requisitos da CVM e da Lei *Sarbanes-Oxley* (SOx), de forma a garantir a conformidade da controladora e suas controladas a essa Lei, necessária para a manutenção do registro da Eletrobras de *American Depositary Receipts* (ADR) nível II na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). O processo de certificação anual dos controles internos envolve as seguintes etapas:

- Mapeamento de processos: atividade que objetiva a identificação de riscos e de controles internos desenhados corretamente e que operem de acordo com a atividade executada pela área gestora;

## 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Testes da Administração: realizados anualmente pela Auditoria Interna da Empresa, com o objetivo de avaliar a eficácia do desenho e da operação dos controles internos;
- Testes de certificação: realizados anualmente pelo auditor independente;
- Programa de Remediação de Deficiências: atividade que objetiva elaborar e implementar planos de ação capazes de remediar as deficiências identificadas nos testes da Administração ou pela avaliação da Auditoria Independente. O intuito do Programa é garantir a execução tempestiva e correta das ações, inclusive após a implementação do plano, por meio da realização de testes para verificar a eficácia e eficiência das ações implantadas para remediar as deficiências identificadas.

No que se refere ao gerenciamento de risco de fraude, esse tema está contemplado na Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras, bem como no Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras e nos documentos relativos ao Programa de Integridade (*Compliance*), único para todas as empresas do grupo, também chamado de Programa Eletrobras 5 Dimensões.

Para prevenir e detectar o risco de fraude, a Companhia desenvolve uma série de ações no âmbito do seu Programa de Integridade, que estão detalhadas no item 5.4 deste Formulário de Referência (Mecanismos de Integridade).

## 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

**Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

**a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

O processo de gestão integrada de riscos nas empresas Eletrobras é orientado por uma política única e coordenado pela holding, de forma a garantir a visão sistêmica dos resultados e sua padronização entre todas as subsidiárias do grupo.

A adesão da Chesf à versão vigente da Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras foi aprovada pela Diretoria Executiva através da Decisão de Diretoria DD-63.03/2016, de 05/12/2016, e ratificada pelo Conselho de Administração da Chesf por meio da Deliberação DL-506.07/2016, de 09/12/2016.

No que se refere aos riscos de mercado indicados no item 4.2, a Companhia observa a política estratégica do sistema Eletrobras que utiliza a *Política de Hedge Financeiro* como meio de proteção. Entretanto, a Companhia avalia que o atual grau de exposição a esse tipo de risco não enseja a utilização desse mecanismo de proteção.

**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

**i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

- **Risco de taxa de juros**

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras.

A Companhia observa a política estratégica do sistema Eletrobras que utiliza operações de hedge como meio de proteção. Entretanto, avalia que o atual grau de exposição a esse tipo de risco não enseja a utilização de mecanismo de proteção.

- **Risco de liquidez**

A companhia atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

- **Risco de crédito**

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil - Bacen. Esses fundos são compostos por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

A Companhia atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de

## 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

- **Risco de encargos da dívida**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a contratos de financiamento, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia.

A Administração da Companhia não identifica entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, a ocorrência de diferenças relevantes originadas de operações que envolvam instrumentos financeiros que requeiram divulgação específica.

A Companhia observa a política estratégica do sistema Eletrobras que utiliza operações de hedge como meio de proteção. Entretanto, avalia que o atual grau de exposição a esse tipo de risco não enseja a utilização de mecanismo de proteção.

### **ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2018 operações de hedge ou outros derivativos, nem possui previsão para este tipo de operação, em razão da pouca ou mesmo inexistente exposição ou flutuações indesejáveis sobre os ativos e passivos da Companhia.

No caso de mudança desse cenário, em observância a Política de Hedge Financeiro do Sistema Eletrobras, a Companhia poderá vir a realizar esse tipo de operação, visando a mitigação de exposição às variáveis de mercado que impactem seus ativos e passivos, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis dessas variáveis nas demonstrações financeiras, de forma que resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

### **iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**

Como mencionado no item ii, acima, a Companhia não possuía operações de hedge ou outros derivativos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### **iv. os parâmetros utilizados para gerenciamento desses riscos**

A Companhia possui uma política de gestão de riscos corporativos, onde estão definidas as principais diretrizes para o gerenciamento dos riscos. Atualmente, a Companhia possui como risco mais relevante o risco de taxa de juros, tendo como parâmetro utilizado para o seu gerenciamento, o volume da exposição líquida às principais taxas de mercado. A Companhia regularmente acompanha as exposições líquidas de taxas de juros flutuantes a fim de subsidiar as análises de riscos com o objetivo de mitigar tais exposições, sem que haja qualquer caráter especulativo.

### **v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

A Companhia não possui operações de hedge.

### **vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**

A Chesf possui uma Assessoria de Conformidade e Gestão de Riscos - APC, vinculada diretamente à Presidência, e um Comitê de Riscos, constituído por representantes de todas as Diretorias, responsável pela aprovação de políticas de gestão de riscos corporativos, bem como pela priorização dos riscos a serem analisados. A Chesf vem desenvolvendo e implementando um modelo de gestão de riscos integrado, coordenado pela Eletrobras, que considera as diversas naturezas de riscos aos quais a companhia está

## 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

exposta, que causam impactos nos resultados corporativos e exigem constante monitoramento em função das metas de crescimento e da expectativas de rentabilidade da companhia. Além dos riscos priorizados pelo seu Comitê de Riscos, a Chesf também faz a análise dos chamados riscos empresariais, que são priorizados pela Eletrobras para análise em todas as empresas do grupo.

Em linha com a Política de Gestão de Riscos, estão envolvidos diretamente na identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos os seguintes órgãos da Companhia:

**Conselho de Administração da Chesf** – ao qual compete deliberar sobre as questões estratégicas concernentes ao processo de gestão de riscos, tais como o grau de apetite a riscos da empresa e a política que deve nortear todo o processo;

**Diretoria Executiva da Chesf** – à qual compete patrocinar a implantação da gestão de riscos na Companhia; alocar recursos necessários ao processo e definir a infraestrutura apropriada às atividades de gerenciamento de riscos; aprovar normas específicas e o grau de apetite a riscos das empresas; deliberar sobre decisões estratégicas considerando as análises dos riscos relatada pelo Comitê de Riscos;

**Comitê de Riscos da Chesf** – ao qual compete acompanhar a gestão integrada de riscos, validando e revisando periodicamente a matriz de riscos corporativa, bem como a sua estrutura de controles internos e as ações tomadas para minimizar a ocorrência de eventos que comprometam a realização de seus objetivos; promover assuntos estratégicos e operacionais no processo de gestão de riscos; levar ao conhecimento da Diretoria Executiva as análises dos riscos priorizados para apoiar a tomada de decisão;

**Assessoria de Conformidade e Gestão de Riscos** – órgão vinculado à Presidência da Chesf, ao qual compete apoiar a identificação e a avaliação dos riscos corporativos junto às áreas de negócio da Companhia, bem como ajudar na atualização de controles internos e implementação de planos de ação para mitigação dos riscos, além de reportar os principais assuntos da gestão de riscos à alta administração;

**Áreas proprietárias de riscos** – atuar como primeira linha de defesa da Companhia, gerenciando os riscos inerentes às suas atividades, identificando-os, avaliando-os e tratando-os de modo a otimizar suas decisões, com o intuito de manter e obter vantagens competitivas e garantir a geração de valor para acionistas e demais partes interessadas. A estrutura organizacional hierárquica dessas áreas envolvidas, no âmbito da Diretoria Econômico-Financeira é a seguinte:

### **Superintendência de Execução Econômico-Financeira – SFE**

- Supervisionar a execução e o controle econômico-financeiro no que diz respeito a execução financeira, **controle de empréstimos e financiamentos, gerência de riscos e seguros** e atividades afins.

### **Departamento de Tesouraria Geral – DFET**

- Elaborar, acompanhar e controlar o fluxo de caixa da Companhia;
- Definir e coordenar as aplicações financeiras no mercado aberto.

### **Departamento de Captação e Seguros – DFES**

- Coordenar e orientar os procedimentos relativos ao controle de recursos e prestações de contas aos financiadores;
- Coordenar as atividades relativas a empréstimos e financiamentos;
- Acompanhar e controlar as fontes de recursos da Companhia;
- Acompanhar e controlar os saldos dos empréstimos e financiamentos, procedendo à habilitação dos seus recebimentos e pagamentos;

## 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

- Elaborar e fornecer informações sobre empréstimos e financiamentos aos diversos órgãos internos e externos.

### c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos está alinhada com as melhores práticas vigentes. Contudo, a Chesf, com base nas diretrizes do programa de controles internos das empresas Eletrobras, continua buscando o seu aprimoramento contínuo e a eliminação das deficiências reportadas em 2018. Além disso, a empresa visa ainda à melhoria dos seus processos de gestão de riscos e governança corporativa.

A Chesf, enquanto sociedade anônima de capital aberto e subsidiária da Eletrobras, está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Securities and Exchange Commission (SEC), órgão regulador do mercado de ações dos Estados Unidos da América, que exige que o diretor-presidente e o diretor de relações com investidores da Eletrobras atestem a efetividade dos controles internos da companhia no encerramento de cada exercício. A certificação SOx contempla os principais processos da Empresa que se enquadram na categoria de relevantes, de acordo com os requisitos da CVM e da Lei Sarbanes-Oxley (SOx), de forma a garantir a conformidade da controladora e suas controladas a essa Lei, necessária para a manutenção do registro da Eletrobras de American Depositary Receipts (ADR) nível II na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). O processo de certificação anual dos controles internos envolve as seguintes etapas:

- Mapeamento de processos: atividade que objetiva a identificação de riscos e de controles internos desenhados corretamente e que operem de acordo com a atividade executada pela área gestora;
- Testes da Administração: realizados anualmente pela Auditoria Interna da Empresa, com o objetivo de avaliar a eficácia do desenho e da operação dos controles internos;
- Testes de certificação: realizados anualmente pelo auditor independente;
- Programa de Remediação de Deficiências: atividade que objetiva elaborar e implementar planos de ação capazes de remediar as deficiências identificadas nos testes da Administração ou pela avaliação da Auditoria Independente. O intuito do Programa é garantir a execução tempestiva e correta das ações, inclusive após a implementação do plano, por meio, inclusive, da realização de testes para verificar a eficácia e eficiência das ações implantadas para remediar as deficiências identificadas.

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

**Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**

**a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

As Demonstrações Financeiras são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a legislação societária e com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conjugada com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Dessa forma, contemplam as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e regulamentações emanadas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Na Chesf, há diversos controles internos mapeados e testados anualmente, especialmente em relação às atividades de elaboração do relatório financeiro, considerando que a Companhia participa do processo de certificação SOX da Eletrobras. Esse processo tem o objetivo de comprovar a confiabilidade do referido relatório e da preparação das demonstrações financeiras para apresentação externa de acordo com os princípios contábeis aplicáveis. O controle interno sobre o relatório financeiro inclui as políticas e os procedimentos que (i) são relativos à manutenção de registros que, em um nível razoável de detalhes, reflitam de forma adequada e exata as transações e disposições dos ativos da companhia; (ii) assegurem razoavelmente que as transações são lançadas de forma adequada de modo a permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis aplicáveis e verificar que as receitas e despesas da companhia somente são realizadas de acordo com as autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) assegurem razoavelmente que aquisições, uso e vendas não autorizados de ativos da companhia, que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras, sejam detectados a tempo ou evitados.

Devido a limitações inerentes ao processo, o controle interno sobre o relatório financeiro pode não evitar ou não detectar lançamentos indevidos. Além disso, projeções de qualquer avaliação sobre a eficácia no futuro estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido às mudanças de condições, ou que o grau de observância com as políticas e procedimentos possam se deteriorar.

A Administração avalia que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os controles internos para divulgação de informações financeiras da Companhia não foram totalmente eficazes, devido à existência de deficiências classificadas pelo auditor externo como fraquezas materiais. Uma fraqueza material corresponde a uma deficiência de controle, ou uma combinação de deficiências de controles internos, para divulgação de informações financeiras, que resulta na possibilidade razoável que uma falha nas demonstrações financeiras consolidadas anuais não será prevenida ou detectada tempestivamente. No entanto, a Administração avalia que as deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

**b. as estruturas organizacionais envolvidas**

No quadro abaixo estão demonstradas as estruturas organizacionais envolvidas nos controles adotados pela Companhia para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

Estruturas Organizacionais	Atividades ligadas à manutenção do ambiente de controles internos
Superintendências e Departamentos responsáveis pelos processos de negócios.	Executar os controles internos para a mitigação dos riscos nos processos de negócios. Elaborar planos de ação para remediação de eventuais deficiências nos controles internos.

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Assessoria de Conformidade e Gestão de Riscos - APC	Coordenar o processo de Gestão Integrada de Riscos na Chesf; efetuar a identificação e avaliação dos riscos de interesse da Alta Administração; reportar ao Comitê de Riscos e à Alta Administração o desenvolvimento da Gestão de Riscos no âmbito da Companhia; apoiar o desenvolvimento de práticas e garantir a aplicação da metodologia de gestão de riscos; coordenar as atividades relacionadas ao mapeamento e ao aprimoramento de controles internos de diversos processos de negócios, visando assegurar um ambiente de controles internos em conformidade aos aspectos regulatórios internos e externos.
Superintendência de Auditoria Interna - SCA	Subordinada ao Conselho de Administração, planeja e executa as ações do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, com avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade e a adequação dos controles internos e o cumprimento das normas, regulamentos e da legislação associados às suas operações. A proposta do Planejamento da Auditoria Interna consubstanciada no PAINT é submetida à aprovação da Controladoria Geral da União – CGU.
Diretoria Executiva	Acompanhar e definir diretrizes para a manutenção do ambiente de controles internos.
Conselho Fiscal	Supervisionar as atividades ligadas à manutenção do ambiente de controles internos.
Conselho de Administração	Acompanhar e orientar a manutenção do ambiente de controles internos.
Comitê de Auditoria e Risco Estatutário (CAE)	Comitê Estatutário sediado na <i>holding</i> que tem o papel de assessorar os Conselhos de Administração das empresas Eletrobras em relação à eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controles internos.

**c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.**

A Administração da Chesf é responsável por estabelecer e manter um ambiente de controles internos adequado, em particular sobre os seus relatórios financeiros, de modo a atender aos requisitos da seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (“**SOX**”), para permitir que sua controladora Eletrobras mantenha a negociação das ADRs nível II na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE).

Para a consecução desse objetivo, a condução das rotinas operacionais de apoio e suporte aos gestores é feita pela área responsável pela gestão de riscos e controles internos em cada empresa do grupo Eletrobras, sob a coordenação do departamento competente na Eletrobras. Tais estruturas permitem que o planejamento anual dos trabalhos seja feito de forma adequada e integrada, ao mesmo tempo em que interagem com as auditorias internas e independentes durante os trabalhos destas para os testes dos controles internos visando à manutenção da referida certificação. Na Chesf essa atividade é conduzida sob a responsabilidade do gerente da APC – Assessoria de Conformidade e Gestão de Riscos.

**d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.**

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro 2018, auditados pela KPMG Auditores Independentes, foram comunicadas à Companhia recomendações de aprimoramento dos controles internos que apresentaram deficiências na visão do auditor. A seguir estão relacionadas as principais deficiências presentes no relatório circunstanciado e os comentários da Administração em relação à avaliação desses controles. As deficiências de controles internos, consideradas relevantes pela Administração para fins

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

de divulgação, não necessariamente representam a materialização de erros nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### **Definição e classificação das deficiências apontadas pelo Auditor Independente em seus testes de eficácia dos controles internos.**

As deficiências identificadas pelo auditor independente são classificadas com base no seu potencial de impactar as demonstrações financeiras da Companhia, considerando a consequente materialidade envolvida. A deficiência de controles internos consiste no erro de desenho, falha de execução ou operação do controle e existe quando (i) o controle é planejado, implementado ou operado de tal forma que não consegue prevenir ou detectar e corrigir tempestivamente distorções nas demonstrações financeiras, ou (ii) faltam controles necessários para prevenir ou detectar e corrigir tempestivamente distorções nas demonstrações financeiras. Conforme sua criticidade, pode ser classificada em Fraqueza Material, Deficiência Significativa ou Deficiência de Controle, classificadas, respectivamente, conforme seu grau de materialidade (portanto, fraquezas materiais são mais relevantes que deficiências significativas e estas são mais relevantes que deficiências de controle).

Considerando que a Chesf participa do processo de certificação SOx da controladora Eletrobras, o reporte das deficiências mais relevantes identificadas na Companhia está relacionado ao tema de Fraqueza Material reportado pela holding para o exercício 2018, ou seja, “Fechamento Contábil”. Esse tema foi considerado como fraqueza material porque agrupa um conjunto de deficiências de controles correlacionadas, tanto da holding quanto de suas subsidiárias.

#### **Fechamento Contábil - Situação observada (posição consolidada para as empresas Eletrobras):**

Como em anos anteriores, a Companhia não manteve controles adequados quanto à elaboração das demonstrações financeiras e suas divulgações. As deficiências identificadas estão relacionadas a (i) envolvimento insuficiente de pessoas treinadas em tempo hábil, inclusive em subsidiárias relevantes; (ii) controles gerais de tecnologia da informação (“CGTI”) ineficazes, em relação à gestão e monitoramento de acessos privilegiados; e (iii) revisão ineficaz dos controles da administração (MRCs) e/ou controles em nível de processos sobre os relatórios financeiros, onde: (a) para operações continuadas, adoção das normas IFRS 9 e 15 sobre operações de transmissão; contingências, imobilizado, impairment de ativos e contas relacionadas; e (b) para operações descontinuadas, contingências; contas a pagar; contas a receber; receita; impostos e contas relacionadas; não foram desenhados ou não operam com um nível de precisão suficiente para identificar distorções materiais.

Abaixo estão relacionadas as deficiências registradas na Chesf pelo auditor independente que são consideradas fraquezas materiais (MW) quando consideradas na visão consolidada do grupo Eletrobras, bem como as deficiências significativas (SD).

#### **Deficiências na Chesf consideradas Fraquezas Materiais**

- **Identificação de indicativos (*trigger*) para avaliação de valor recuperável (*impairment*) nas SPEs – Sociedades de Propósito Específico**

#### ***Situação observada***

A avaliação de *impairment* nos investimentos é utilizada para quantificar o valor em uso da unidade geradora de caixa, a fim de verificar se os ativos da Chesf não estão registrados contabilmente por valor superior ao passível de ser recuperável, conforme as determinações do Pronunciamento Técnico - CPC 01 (R1).

Caso existam evidências claras de que os investimentos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a Companhia deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de perdas por desvalorização.

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

A Companhia é responsável pela análise dos indicadores internos e externos de *impairment* nas SPEs – Sociedades de Propósito Específico na qual a Chesf possui participação societária. O controle de revisão dos testes de *impairment* para os investimentos envolve julgamentos relevantes da Administração, sendo uma estimativa relevante para as demonstrações financeiras da Companhia. Para fins de avaliação do *impairment* e contrato oneroso, a Companhia recebe da *holding* Eletrobras uma carta (CTA-DF-4199-2018) estabelecendo critérios para determinação do escopo de revisão a ser realizado. Para o exercício de 2018, foram considerados os seguintes critérios:

- a. SPEs que tiveram *impairment* em 2017
- b. Taxa Interna de Retorno (TIR) inferiores ao custo de capital da Eletrobras.

Entre as premissas para determinação das empresas que serão escopo de revisão da Chesf, a TIR deverá ser inferior ao custo de capital da *holding* Eletrobras. Observa-se que, das 19 SPEs existentes, seis estão passíveis de avaliação por serem empresas que não estão sob processo de desinvestimento (calculado a valor justo) e empresas as quais a Chesf é a empresa líder dentro do Sistema Eletrobras. Sendo elas: Complexo Pindaí I, II e III; IE Garanhuns; Transmissora Delmiro Gouveia S.A. (TDG); e Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. (STN).

Contudo, observa-se que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, para fins de acompanhamento e identificação de *trigger* para avaliação do *impairment*, a Companhia não apresentou controle específico e periódico para cálculo da TIR das SPEs com objetivo de obter as informações atualizadas e tempestivas para determinação do escopo de *impairment*, sendo, das seis empresas passíveis de revisão, apenas cinco foram avaliadas e fizeram parte do escopo, com isso a investida STN, na qual a Chesf é a empresa líder com participação societária de 49%, não teve sua avaliação realizada/ neste processo inicial, visto que a TIR não foi analisada tempestivamente para avaliação.

Adicionalmente, para as investidas na qual avaliação de *impairment* foi realizada, a Companhia utilizou informações na data de 30 de setembro de 2018. No entanto, vale ressaltar que devido aos impactos significativos das novas normas aplicáveis às IFRS 15/IFRS 9, principalmente as transmissoras tiveram impactos relevantes correspondentes à adoção inicial dessas novas normas em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, caracterizando-se como um *trigger* relevante que deveria ter seus impactos mensurados e avaliados de forma tempestiva.

Em nossos testes substantivos, tendo em vista que a Companhia utilizou como base as informações contábeis referentes à Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (“IEG” ou “Empresa”), na data de 30 de setembro de 2018, reperformamos o cálculo de *impairment* considerando, de modo a alinhar a data-base do trabalho com as informações contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 na Chesf, os seguintes itens:

- a. Depreciação: realizamos o recálculo da depreciação com base no saldo do ativo e concessão da demonstração financeira da IEG em 31 de dezembro de 2018 e capex projetado.
- b. Capital de giro: realizamos o recálculo considerando as contas do ativo e do passivo circulante da demonstração financeira da IEG em 31 de dezembro de 2018.
- c. Valor de teste: consideramos o saldo de patrimônio líquido apresentado na demonstração financeira da IEG em 31 de dezembro de 2018.

Realizamos os procedimentos acima mencionados e concluímos que a razoabilidade do cálculo da Companhia, incluindo as premissas utilizadas para quantificar o valor em uso da IEG estaria desenvolvido de forma consistente com as práticas de mercado, caso a Companhia tivesse identificado os fatores externos (novas normas aplicáveis) tempestivamente e tivesse efetuado o cálculo com as informações financeiras das investidas em 31 de dezembro de 2018.

A distorção entre o cálculo da Companhia em 30 de setembro de 2018 e a estimativa efetuada pelo nosso time com as informações financeiras de 31 de dezembro de 2018 é de aproximadamente R\$ 35,6 milhões; por ser

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

imaterial, consideramos como sugestão de ajuste projetado na auditoria das demonstrações financeiras da Chesf.

#### **Recomendação**

Reavaliação do desenho do controle, para que possam detectar tempestivamente, quanto a identificação de todos os fatores relevantes que possam impactar o valor recuperável dos investimentos nas SPEs, conforme descrito em narrativa, acrescentando alguns fatores importantes:

*“Anualmente, seguindo as orientações da Holding, a SFC encaminha, cartas às SPEs em que a Chesf é empresa líder no grupo Eletrobras, com solicitação de análise quanto à existência de Trigger de impairment ou realização dos próprios testes de impairment, quando identificados, dentre outros, buscando-se evidenciar os seguintes Triggers (R.04, C.06):*

- Atraso da entrada da operação;*
- Aumento do orçamento/investimento do projeto;*
- Redução de receitas previstas (temporária ou definitiva); e*
- Custos e Despesas operacionais acima do previsto.”*

Fatores relevantes adicionais:

- a. Recálculo da TIR de todas as SPEs, de forma periódica, de modo a obter o comparativo com o custo de capital da *holding* Eletrobras.
- b. Novas normas contábeis e eventuais impactos nas demonstrações financeiras das investidas.

#### **Possíveis efeitos**

Ativos (SPEs) não identificados para escopo da revisão dos *impairment*, além da apresentação de ativos superavaliados ou apresentados com distorções materiais.

#### **Comentários da Administração**

Com relação à Taxa Interna de Retorno das SPEs, o escopo estabelecido pela holding na correspondência CTA-DF-4199-2018, no que se refere ao requisito “Taxa Interna de Retorno (TIR) inferiores ao custo de capital da Eletrobras” tomou por base as rentabilidades das SPE constantes do relatório de acompanhamento trimestral no âmbito do CISE (Comitê de Investimento do Sistema Eletrobras) que é elaborado pelas subsidiárias a partir do critério de empresa líder. Neste sentido, a assertiva de que a STN não teve teste de *impairment* elaborado em função da análise da TIR não ter sido realizada tempestivamente não corresponde à realidade, pois a referida SPE, de fato, não compôs o rol de SPE passíveis de elaboração de testes de *impairment* por apresentar TIR superior ao custo de capital da Eletrobras.

Adicionalmente, o acompanhamento das rentabilidades das SPE é objeto do processo SOX PTC6 - Gestão do desempenho das Sociedades de Propósito Específico (SPE) - Fases Pré Operacional e Operacional, portanto, a companhia possui controle para acompanhamento das TIR das Sociedades que detém participação. Esse acompanhamento é reportado trimestralmente à Diretoria Executiva da Chesf e está alinhado com o relatório trimestral apresentado à Eletrobras, no âmbito do CISE.

Convém esclarecer que os Planos de Negócios das SPE não são modificados constantemente, pois não há necessidade de atualizações periódicas. Em outras palavras, se não houver modificação no planejamento da SPE, não faz sentido uma nova avaliação da Chesf, já que os resultados encontrados seriam os mesmos. E, ainda, o fluxo de informações de projeção das SPEs para a Chesf não segue um intervalo definido e, por isso, não há estabelecimento de periodicidade para as atualizações econômico-financeiras das SPE.

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Entretanto, mesmo na ausência de novo Plano de Negócios das SPE, a partir de 2018, o DFPE/SFP tem atualizado os estudos econômico-financeiros observando o limite máximo de 2 anos, porém priorizando as SPE com indicativo de maior necessidade de revisão, ou seja, aquelas que apresentavam baixa rentabilidade ou que estavam em fase de construção.

Por outro lado, ultrapassados os riscos de construção e implantação dos empreendimentos, observa-se que o período operacional caracteriza-se pela estabilidade na dinâmica da empresa, não havendo alterações significativas nas variáveis necessárias à realização das avaliações econômico-financeiras que, neste período, as mais relevantes encontram-se respaldadas em contratos (receitas, financiamentos de longo prazo, custos e despesas), como é o caso da STN, que teve seu estudo atualizado em fevereiro de 2019, conforme critério de atualização descrito no parágrafo anterior.

Referente a data base da situação observada, a elaboração dos testes de impairment tomou por base o fechamento das demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2018 em atendimento ao estabelecido pela holding na CTA-DF-4199-2018. Ressalte-se que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 da IEG foram encerradas após o fechamento da apuração do teste de impairment por parte da Chesf, com a respectiva validação da área de corporate finance da KPMG (RJ) e o respectivo resultado já estava contabilizado pela Chesf.

Quando a KPMG realizou os testes substantivos mencionados em relação a IEG, indicando a necessidade de ajuste no resultado do seu impairment, a Chesf já estava aguardando o parecer dessa Auditoria Externa. Dessa forma, entendeu-se que quaisquer alterações não relevantes nos resultados consolidados da Companhia, como no caso do ajuste na IEG, levariam ao atraso da emissão do referido parecer e comprometeriam o atendimento aos prazos legais.

Entendemos que a recomendação já faz parte do escopo dos testes de impairment das SPE, conforme a Narrativa do processo IMZ3 (item 7). Adicionalmente, destaca-se que o acompanhamento das TIR das SPE é realizado periodicamente pela Chesf através do PTC6 e do relatório do CISE, conforme explicado na resposta ao item “Taxa Interna de Retorno”, sendo o recálculo das rentabilidades das SPE uma decorrência da revisão dos seus Planos de Negócios, que não seguem periodicidade definida, ou por alterações significativas nos parâmetros de análise econômico-financeira (receitas, custos, despesas, financiamentos, etc).

- **Identificação de indicativos (trigger) para avaliação de valor recuperável (impairment) e contrato oneroso nos ativos de concessão do serviço público e imobilizado**

#### *Situação observada*

O controle de revisão dos testes de valor recuperável (*impairment*) e contrato oneroso envolve julgamentos significativos e relevantes para as informações financeiras da Companhia. Para avaliação do *impairment* e contrato oneroso, a Companhia apresentou em sua narrativa do fluxo IMZ 3 controle relativo à identificação de *trigger*, conforme descrito abaixo:

*“A partir de fevereiro de 2018, de modo a identificar possíveis divergências entre o valor recuperável dos ativos e o valor contábil registrado, trimestralmente, o responsável pelo teste de impairment e contrato oneroso ou seu suplente analisa possíveis indicativos de alteração do valor recuperável das unidades geradoras de caixa e formaliza a análise por meio de parecer elaborado pelo DFPP. Caso seja identificado um indicativo de trigger, um novo teste deverá ser realizado para verificar a necessidade de atualização do valor contábil do ativo.*

*Os principais pontos analisados que podem ensejar trigger são:*

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

- *Redução relevante nas receitas regulares de Geração e Transmissão;*
- *Revisão do Plano de Negócio com relação ao PMSO;*
- *Plano de Desligamento."*

Contudo, as evidências relativas à avaliação de fatores para identificação de *trigger* durante o exercício de 2018 não foram apresentadas à auditoria de forma tempestiva.

#### **Recomendação**

Formalização e evidenciação do controle conforme descrito em narrativa, de forma periódica e tempestiva para fins de atendimento à auditoria.

#### **Possíveis efeitos**

Para fins de SOX, a não disponibilização das evidências à auditoria de forma tempestiva, tem como consequência a deficiência por falha no monitoramento de indicadores/evidências objetivas de desvalorização dos ativos de concessão, mensurações incorretas e divulgações em desacordo com as normas vigentes.

#### **Comentários da Administração**

Cumprindo o estabelecido nos documentos existentes na CHESF para fins de atendimento ao SOX, a saber: no IMZ3, item 6, descrição textual destacada acima, e na MOC R.04, C.04 onde está detalhada a forma como o controle deverá ser documentando/formalizado: "Elaboração de parecer pelo DFPP, informando se houve ou não indicadores de alteração significativa do valor recuperável das unidades geradoras de caixa." Com frequência "Trimestral" e automatização "Manual", foram apresentadas as evidências das avaliações periódicas de possíveis indicadores de triggers realizadas no 1º e 2º trimestres 2018, através das Notas Técnicas 01 e 02/DFPP/2018, com o registro do de acordo da Superintendência (SFP).

Ainda no início desse ano, em 04/Janeiro, em momento anterior a solicitação por e-mail da KPMG ocorrida no dia 13/Março, essas notas técnicas foram encaminhadas para a Auditoria Interna da CHESF, visando municiar solicitação prévia de controle/acompanhamento da Deloitte, conforme demonstrado em documentação encaminhada. E em complemento, informamos que as referidas NTs também foram reencaminhadas a Deloitte, em 15/Fevereiro por nova solicitação.

Por fim, reforçamos que os controles periódicos para avaliação de possíveis indicadores de triggers foram elaborados pelo DFPP respeitando os critérios de prazos e premissas definidas na narrativa IMZ3, item 6 e na MOC R.04, C.04.

- **Ausência de formalização da análise acerca da identificação, da mensuração e da divulgação das receitas de contratos, conforme normativos vigentes - IFRS 15/CPC 47 - Receita de contratos**

#### **Situação observada**

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou dos serviços. Determinar o momento da transferência de controle — em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo — requer julgamento.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo da ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação com margem zero, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo contratual".

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia demonstrou controles relacionados a contabilização dos ativos contratuais (através de RCs – Registros contábeis), contudo, não foram identificadas evidências de controles relativos a avaliação das informações inseridas, como valores e informações dos contratos de concessão, taxas de desconto e atualização utilizadas para mensuração e divulgação das receitas de contratos, conforme normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018, CPC 47/IFRS 15 através das planilhas de modelagem para cálculo. Bem como, não foram observados controles relativos a revisão dos cálculos e *inputs* dos dados por parte dos gestores responsáveis.

Decorrente da fragilidade mencionada, durante a revisão das planilhas nos testes substantivos de auditoria foi observada inconsistência na adoção da taxa efetiva do componente de financiamento considerado no “contrato 61”, de forma que o input da taxa deveria ser considerada a data efetiva de assinatura da Portaria 120/2012. A divergência neste input, incorreu em um erro projetado no saldo do ativo contratual de transmissão que estaria a menor em aproximadamente R\$ 33,3 milhões, sendo sugerido ajuste não realizado em carta de representação da administração.

#### ***Recomendação***

A Companhia necessita elaborar nota técnica divulgando os eventuais impactos e premissas consideradas no modelo das receitas de contratos, assim como proceder com a implementação de controles de revisão de cálculos e *inputs* de dados considerados nas informações financeiras do modelo da planilha de cálculo da receita de contrato.

#### ***Possíveis efeitos***

Identificação, mensuração e divulgação das receitas de forma inconsistente com a norma contábil, além da possibilidade de distorções relevantes nas demonstrações financeiras, devido à ausência de revisão adequada das premissas consideradas para fins dos impactos da adoção do CPC 47/IFRS 15. Alguns riscos associados à não implementação de controles adequados seriam:

- Modificações de contrato não são completamente identificadas e registradas com precisão.
  - Obrigações de desempenho em um contrato não são completa e precisamente identificadas.
  - Garantias em um contrato não são completamente identificadas e adequadamente avaliadas.
  - Um valor inadequado é estimado e registrado para o valor da contraprestação variável, incluindo a restrição.
  - Um valor inadequado é estimado e registrado para o valor dos direitos de retorno.
  - As alterações no preço da transação não são completamente identificadas e alocadas com precisão às obrigações de desempenho.
  - Uma quantia inadequada é estimada e registrada pelo valor dos direitos do cliente não exercidos.
  - As receitas e contas de balanço relacionadas não são adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.
  - As divulgações exigidas pela IFRS 15 podem ser omitidas.
  - A desagregação da divulgação de receita exigida pela IFRS 15 é incompleta, imprecisa ou não apresentada adequadamente. As divulgações contábeis gerais exigidas pela IFRS 15 são incompletas, imprecisas ou não apresentadas adequadamente. As divulgações relacionadas aos saldos de contratos requeridas pela IFRS 15 são incompletas, imprecisas ou não apresentadas de forma adequada. As divulgações relacionadas às obrigações de desempenho exigidas pela IFRS 15 são incompletas, imprecisas ou não apresentadas adequadamente.
- A divulgação de custos para obter ou cumprir um contrato requerido de acordo com a IFRS 15 é incompleta, imprecisa ou não apresentada adequadamente.

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

- A divulgação de julgamentos significativos feitos na aplicação da IFRS 15 é incompleta, imprecisa ou não apresentada adequadamente.

#### ***Comentários da Administração***

Apesar da data de vigência do IFRS 15/CPC 47 ter iniciado em 1º de janeiro de 2018, às discussões acerca da sua aplicabilidade ultrapassaram o exercício de 2018, envolvendo todas as empresas do grupo Eletrobras, IBRACON, CVM entre outras partes interessadas.

A definição das premissas e modelagem para mensuração dos ativos de contrato, bem como dos dados necessários para o seu levantamento foi definido e padronizado pelas empresas do Grupo Eletrobras já no início de 2019. As premissas adotadas e as evoluções na metodologia da planilha construída, foi oriunda de discussões amplas entre as empresas do grupo Eletrobras culminando com as demonstrações devidamente auditadas.

Após concepção da versão final da planilha já validada, “inputamos” as informações da RAP faturada, custo de construção, datas de início dos contratos, prazo para execução de cada contrato, taxa de desconto da data de assinatura do contrato com prazo de vencimento mais próxima ao término do contrato de concessão além das demais condições contratadas. Todas essas informações foram disponibilizadas para testes.

Porém, em virtude dos prazos exíguos para contabilização dos elementos acima citados, tornou-se inexecutável a construção de narrativas e controles associados a essas atividades para o exercício de 2018.

- **Ausência de formalização da análise acerca da identificação, da mensuração e da divulgação das novas normas IFRS 9**

#### ***Situação observada***

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não apresentou controle específico para a definição da adoção inicial do IFRS 9 para os ativos da Rede Básica do Sistema Existente - (RBSE) próprios da Companhia. O processo de identificação, escopo, mensuração, reconhecimento e divulgação do ajuste inicial em 01.01.2018 e do ajuste do exercício findo em 31.12.2018, foram feitos subsequentemente ao fechamento do exercício e reportado de maneira imprópria nas informações financeiras interinas. Foram disponibilizadas planilhas elaboradas, com o respectivo racional considerado pela Administração, no entanto, não identificamos controles implementados.

#### ***Recomendação***

A Companhia necessita implementar controles relacionando as principais premissas consideradas no racional de cálculo, evidenciando a revisão das taxas consideradas, revisão de cálculos e *inputs* de dados considerados nas informações financeiras do modelo considerado para atualização mensal dos valores.

#### ***Possíveis efeitos***

Identificação, mensuração e divulgação de valores significativos, impactando diretamente as demonstrações financeiras. Adicionalmente, existe o risco de apresentação das demonstrações financeiras em desacordo com as normas contábeis vigentes.

#### ***Comentários da Administração***

Às discussões acerca da aplicabilidade do IFRS 9, semelhante ao ocorrido com o IFRS 15, ultrapassaram o exercício de 2018. Envolveu todas as empresas do grupo Eletrobras, IBRACON, CVM entre outras partes interessadas.

A definição das premissas e modelagem para mensuração a “Fair Value” dos valores da RAP do RBSE e KE, além da metodologia para apuração da parcela a ser amortizada, foi feita com base em definições padronizadas pelas empresas do Grupo Eletrobras.

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Entretanto, vale ressaltar que as premissas adotadas e as evoluções na metodologia da planilha construída, foi oriunda de discussões amplas entre as empresas do grupo Eletrobras, culminando com as Demonstrações Financeiras devidamente auditadas.

Após a concepção da versão final, já validada, foi "imputado" as informações da RAP do RBSE e do KE, submetendo às taxas de desconto do último dia de cada trimestre do exercício de 2018, considerando como data de vencimento o dia 15/08/2024.

Outrossim, em virtude dos prazos exíguos do calendário para mensuração e contabilização dos elementos acima citados, tornou-se inexecutável a construção de narrativas e controles associados a essas atividades para o exercício de 2018.

- **Implementação de controle de monitoramento e aprovação da remuneração do ativo financeiro**

#### ***Situação observada***

Os processos de cálculos e análises relacionadas à conta do ativo que resultará na contabilização da receita financeira do ativo financeiro, por exemplo, possui riscos e controles desenhados pela Companhia. Entretanto, observa-se que o controle desenhado pela Companhia se certifica apenas quanto ao recebimento das informações de terceiros (receita de transmissão e geração) e não evidencia quanto à preparação e à revisão dos cálculos realizados através das planilhas elaboradas dos ativos financeiros de concessão.

#### ***Recomendação***

Melhoramento do desenho referente ao controle de monitoramento e revisão das informações do ativo financeiro de concessão e suas devidas contabilizações.

#### ***Possíveis efeitos***

Contabilizações e divulgações das demonstrações financeiras relacionadas à rubrica de ativo financeiro de forma indevida e sem as devidas aprovações necessárias.

#### ***Comentários da Administração***

Em razão da adoção do IFRS 15 (Ativos de Contratos) e do advento da GAG melhoria, não será mais praticado pela Companhia a mensuração dos ativos de transmissão e geração pela metodologia do IFRIC 12 (Ativos Financeiros).

Nesse sentido, não há razões em se pontuar como recomendações não solucionadas para os controles C.13 e C.14 do IMZ1.

- **Ausência de adequação dos Management Review Controls - Revisão dos cálculos de impairment e contrato oneroso**

#### ***Situação observada***

O controle de revisão dos testes de *impairment* e contrato oneroso envolve julgamentos relevantes por parte do gestor que efetua a revisão dos controles e das informações considerados. Na evidência dos cálculos e do produto final, a nota técnica não é suficiente para embasar a revisão realizada. O risco associado ao controle é de qualquer tipo de inconsistência na contabilização ou na divulgação das contas de *impairment* e contrato oneroso, logo é necessário o desenho de um controle robusto e que tenha como evidência todo passo a passo da revisão utilizada, inclusive da documentação que comprova as premissas definidas pela Companhia.

Para o exercício de 2018, foram disponibilizadas pela Companhia as seguintes documentações:

- a. ***Checklist*** - Testes de *impairment* - Arquivo em PDF: contempla o controle quanto ao recebimento das informações solicitadas às áreas externas.
- b. NT DF 01/2019 - NOTA TÉCNICA IMPAIRMENT - Arquivo em PDF: documento contempla as premissas e as informações utilizadas no teste, bem como os resultados obtidos.

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

- c. DD-13.02.2019 (EADE-DF-011-2019 (Teste de *impairment* e Contrato Oneroso - DFs 2018 - 22.03.19) - Arquivo em PDF: aprovação da Diretoria Executiva do estudo sobre a recuperabilidade dos ativos e da onerosidade dos contratos, objeto da NT DF nº 01/2019.
- d. Resultados de *impairment* e CT Oneroso - Quadro Comparativo 2019.1503 - Arquivo em Excel: contempla os valores de *impairment* na data-base.

Entretanto, após análise da documentação disponibilizada, observa-se a necessidade de evidências suficientes e apropriadas relativas a revisões mais específicas, por exemplo, referente a: informações obtidas de terceiros e utilizadas nas planilhas de cálculo de *impairment* (análise quanto às variações nas projeções de receitas e PMSO); segregação de função quanto à elaboração e à revisão, por pessoas distintas, quanto aos cálculos (fórmulas) e *inputs* (informações e premissas) utilizadas nas planilhas de cálculo; revisão dos resultados obtidos, com análise das variações entre os exercícios, entre outros.

#### **Recomendação**

Elaboração de procedimentos de revisão ao nível da Administração da Companhia, certificando quanto à integridade da base, à tolerância de erro e à precisão das informações.

#### **Possíveis efeitos**

Inconformidade com os requerimentos do Alert 11 da PCAOB; Realização de teste de *impairment*/contrato oneroso em desacordo com políticas e procedimentos da empresa, legislação vigente, nacional e/ou internacional, e órgãos reguladores; cálculos de *impairment*/contrato oneroso efetuado sem revisão e/ou sem aprovação por alçada competente.

#### **Comentários da Administração**

Quanto à recomendação de análise e/ou revisões específicas por parte do DFPP em relação às eventuais variações nas projeções encaminhadas por outras áreas da Empresa, como já informado em fóruns anteriores, existem restrições normativas internas que inviabilizam o atendimento. O descumprimento da regulamentação interna acarretaria novos apontamentos de deficiência em relação às demais diretrizes SOX vigentes.

A CHESF é uma Empresa departamentalizada, com unidades organizacionais especializadas nas diversas variáveis utilizadas nas projeções dos fluxos das UGCs testadas, cabendo ao DFPP tão somente a utilização correta dos dados recebidos e o processamento dos testes.

Adicionalmente, revisões, pelo DFPP, dos dados elaborados pelas áreas competentes, não garantem a integridade do cálculo ou validação das premissas adotadas por tais áreas.

Entendemos que uma solução plausível e eficaz seria a inserção de mecanismos de controle/validação em relação aos processos de elaboração das informações produzidas por cada área competente.

Contudo, para o exercício findo de 2018, a CHESF envidou esforços para o cumprimento dos requisitos exigidos na narrativa do IMZ3 vigente. De forma preventiva, a Holding tem contratado consultoria externa especializada para acompanhamento e validação dos requisitos exigidos para os controles referentes ao teste de *Impairment*, tendo a CHESF garantido nenhum registro de apontamento de deficiência no seu processo.

- **Adequação dos Management Review Controls - CBT 3 (C.05 e 06) - Revisão das demonstrações financeiras trimestrais e anuais**

#### **Situação observada**

Identificamos deficiência quanto ao desenho e à execução dos controles, a nível de *MRC*, relativos à revisão das demonstrações financeiras, onde as evidências de revisões e aprovações executadas pelos gestores da Companhia, que suportem e assegurem que as informações (qualitativas e quantitativas) não foram formalizadas adequadamente, mitigando assim, todos os riscos de divulgação estarem em desacordo com os

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

padrões contábeis, as políticas da empresa, informações registradas incorretamente e/ou informações não registradas/reportadas de forma correta.

A Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, desenhou a remediação do controle com uma revisão das notas explicativas pelo Gerente do DFCD através de checklist e demonstrou a forma de análise e recebimento das informações que são inseridas e divulgadas nas demonstrações financeiras trimestrais e anuais. Contudo, à luz de controles a nível *MRC*, há necessidade se obter formalizações mais criteriosas (análise de variações, comparabilidade, inspeções documentais) quanto as informações obtidas e divulgadas. Como exemplo, destaca-se abaixo:

- a. Segregação de caixa e equivalentes de caixa (CPC 03) - Ausência de revisão quanto à segregação dos saldos relacionados a caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (TVM) em desacordo com as premissas para adequada classificação contábil.
- b. Consolidação (CPC 36) - Apresentação insuficiente/inapropriada das informações. Não apresentadas revisões relativas à consolidação.
- c. Eventos subsequentes (CPC 24) - Não identificação de informações relevantes a ser divulgadas. Conforme *checklist* de revisão apresentado, não houve evento subsequente a ser reportado nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, contudo foram divulgadas informações relacionadas ao Plano de Demissão Consensual (PDC).
- d. Divulgações relacionadas aos padrões contábeis aceitos (IFRS e CPC) - Documentação apresentada não abrange as revisões relacionadas a divulgações, principalmente as novas normas: IFRS 15/CPC 47 - Receita de contrato com cliente; IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros; IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil.

#### ***Recomendação***

Elaboração de procedimentos de revisão ao nível da Administração da Companhia, certificando que todas as informações apresentadas nas demonstrações financeiras foram devidamente analisadas e formalizadas tempestivamente, a exemplo de consolidação, notas de políticas contábeis, eventos subsequentes, mudanças de normas e todas as outras informações que sejam concentradas no setor responsável pela elaboração das demonstrações financeiras.

#### ***Possíveis efeitos***

Demonstrações financeiras elaboradas e/ou divulgadas em desacordo com os padrões contábeis aceitos no âmbito internacional (IFRS), políticas da empresa e/ou legislação vigente, de modo a comprometer a aplicação das melhores práticas e dificultar o entendimento de seus usuários.

Informações, relacionadas às demonstrações financeiras individuais ou consolidadas, incluindo eventos subsequentes e fatos relevantes, não reportadas, reportadas de forma incorreta, incompleta, fora da periodicidade estabelecida e/ou sem parecer técnico (quando aplicável) ao contador/Gerência/Alta Administração.

#### ***Comentários da Administração***

A Companhia vem aprimorando de forma significativa os controles a nível de *MRC* para a revisão das Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais, sendo elaborado um checklist de revisão gerencial contemplando os principais itens das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas que são analisados pelo gestor do processo, com a efetiva evidenciação de verificação de informações recebidas das áreas relevantes da Companhia. Em complemento, no exercício de 2018 os controles a nível de *MRC* da revisão das Demonstrações Financeiras anuais e trimestrais foram considerados eficazes pela consultoria contratada, a Deloitte Touche Tohmatsu. Para os exemplos citados, destacamos que: 1) A segregação de caixa e equivalentes de caixa (CPC 03) é evidenciada em planilha eletrônica que, dá o suporte para o registro da reclassificação contábil, na qual há a evidência de revisão do gestor; 2) A Consolidação das Demonstrações Financeiras (CPC36) é obtida mediante um conjunto de planilhas eletrônicas que contém as informações da Companhia e de suas controladas. No próprio checklist há evidência de revisão por parte do gestor do processo; e 3) As

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

novas normas internacionais impactaram fortemente as empresas do setor elétrico brasileiro, com discussões para tratativas de divergências conceituais do negócio da Transmissão de Energia Elétrica. Essas discussões tiveram inclusive a participação do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. O resultado final das discussões encontra-se evidenciado nas Demonstrações Financeiras da Holding e de suas subsidiárias, devidamente auditadas. Dessa forma, não obstante a busca constante de melhoria de seus processos, a Administração da Companhia, amparada na opinião dos seus consultores contratados, entende como adequado o controle MRC para a revisão das Demonstrações Financeiras.

- **Adequação da revisão e documentação dos Management Review Control (Contencioso)**

#### ***Situação observada***

Mensalmente, a Superintendência Jurídica – “SPJ” encaminha à Departamento de Contabilidade Geral – “DFCG” o relatório de Passivos Judiciais extraído do sistema PROJUR, consolidadas pelos advogados e Gerentes, onde contemplam informações relativas a probabilidade de risco para cada processo. O relatório é enviado por e-mail.

Entretanto, no exercício de 2018, não foram apresentadas evidências de controle quanto à revisão por parte dos advogados internos de todos os processos judiciais em andamento, tampouco a Companhia dispõe de um controle de recebimento referente à validação e à certificação que todos os processos foram revisados pelos seus advogados responsáveis e que todas revisões foram formalizadas e disponibilizadas ao Departamento Jurídico para divulgação.

#### ***Recomendação***

Recomendamos que todos os processos em andamento sejam revisados pelos seus responsáveis e que sejam formalizados, bem como recomendamos à elaboração do controle de recebimento, por parte da SPJ, de todas as revisões formalizadas, para confronto com o relatório de passivo judicial que será reportado ao DFCG.

#### ***Possíveis efeitos***

Ausência de avaliação/reavaliação ou avaliação/reavaliação incorreta do risco de perda da ação ou de desembolso (saída/entrada de bens econômicos), bem como ausência de cálculo de atualização monetária, acarretando subavaliação e/ou superavaliação dos valores nestas envolvidos.

Informações, relacionadas a "contingências" judiciais e administrativas, despesas judiciais, depósitos judiciais/recursais e/ou bloqueios/desbloqueios judiciais (penhora *on-line*) não reportados, reportados de forma incorreta, incompleta, fora da periodicidade estabelecida e/ou sem parecer técnico (quando aplicável) à Gerência/Alta Administração, inclusive no que se refere à incorreta divulgação nas DFs.

#### ***Comentários da Administração***

A Companhia vem adotando medidas visando à melhoria do processo de gestão do contencioso.

Uma delas consiste na contratação e implantação de solução inteligente de gestão jurídica contemplando a automação de funcionalidades a exemplo de identificação e cadastro de processos novos, captura e atualização de movimentação processual, indicação de probabilidade de perda e valor correspondente.

A referida contratação, através de Registro de Preço, está prevista para agosto de 2019, com previsão de implantação dos módulos até meados de 2020.

Em paralelo a essa medida, a SPJ contratará serviços para saneamento da base de dados do passivo, a partir da comparação da sua base atual com as constantes dos sítios do tribunais e consulta aos processos físicos. As contratações por Pequeno Vulto estão previstas para os meses de maio, junho e julho de 2019, devendo os serviços serem prestados até o mês de dezembro de 2019.

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Até a implantação da nova solução jurídica, cuja base migrada do sistema legado estará saneada, a SPJ intensificará as orientações e cobranças para que os advogados revisem seus processos, rotina esta que será objeto de controle formalizado pela SPJ.

Sobredita revisão antecederá a emissão do relatório encaminhado pela SPJ para o DFCG, não sendo necessário o confronto sugerido pela KPMG.

O modelo de processo que subsidiará a automação do contencioso subsidiará a elaboração de normativo interno.

- **Risco de integridade dos saldos de depósitos judiciais decorrentes de controles adequados para conciliação e atualização dos depósitos judiciais**

#### ***Situação observada***

Para o acompanhamento dos depósitos judiciais, a Companhia não possui controles formalizados nas narrativas como evidências de conciliação de informações com relatórios extra contábeis, como exemplo a relação de depósitos extraída do PROJUR. Quanto às atualizações dos depósitos judiciais, a Companhia possui a rotina de cálculo mensal, porém não possui em suas narrativas os passos de atualização e revisão desses depósitos.

#### ***Recomendação***

Implementar os procedimentos de conciliação dos depósitos judiciais com relatórios externos à contabilidade para assegurar a integridade dos saldos e a conciliação das informações dos depósitos judiciais da Companhia, além de mapear todos os controles associados aos depósitos e às suas atualizações.

#### ***Possíveis efeitos***

Contabilização e divulgação indevida para a rubrica de depósitos judiciais.

#### ***Comentários da Administração***

A Companhia vem adotando medidas visando à melhoria do processo de gestão do contencioso.

Uma delas consiste na contratação e implantação de solução inteligente de gestão jurídica contemplando a automação de funcionalidades a exemplo da conciliação e atualização dos depósitos judiciais e integração com o SAP.

A referida contratação, através de Registro de Preço, está prevista para agosto de 2019, com previsão de implantação dos módulos até meados de 2020.

O modelo de processo que subsidiará a automação da gestão dos depósitos judiciais na nova solução jurídica subsidiará a elaboração de normativo interno

Em paralelo a essa medida, a SPJ contratará serviços para saneamento da base de dados do passivo que contempla, entre outros, a comparação da sua base contábil com a documentação obtida nos processos judiciais e dados fornecidos pelas instituições financeiras.

Tais contratações (Pequeno Vulto) estão previstas para os meses de maio, junho e julho de 2019, devendo os serviços serem prestados até o mês de dezembro de 2019.

Além disso, está em curso processo de contratação de estagiários para auxiliar os advogados nas medidas judiciais necessárias para regularização dos depósitos judiciais.

A SPJ implantou a aplicação gestão de alvarás que automatiza a rotina de recebimento de valores depositados pela Chesf.

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Vale registrar que está em fase de homologação a solução PROJUR-FIN que fará a integração do atual sistema jurídico (PROJUR) com o SAP, abrangendo as rotinas financeiras associadas aos processos judiciais, inclusive depósitos.

O modelo de processo que subsidiará a automação da gestão dos depósitos judiciais no PROJUR-FIN subsidiará a elaboração de normativo interno e narrativa acerca do procedimento atual de atualização e revisão dos depósitos.

A SPJ intensificará as orientações e cobranças para que os advogados acompanhem e adotem as providências necessárias em relação aos processos que correspondam a 70% do volume depositado pela Companhia.

#### **Deficiência na Chesf considerada Deficiência Significativa**

- **Risco de reconhecimento inadequado de receitas relacionadas a “GAG Melhorias”**

##### ***Situação observada***

No setor elétrico, conforme estabelecido pela Resolução Homologatória nº 2.421/2018 da ANEEL, a Receita Anual de Geração (RAG) das usinas cujas concessões foram renovadas nos termos da Lei nº 12.783/2013 passaram a incluir a parcela destinada a cobrir gastos com melhorias a serem executadas nas instalações de geração (GAG Melhoria), acrescentando R\$ 678,3 milhões à receita da CHESF no ciclo 2018-2019.

O início do recebimento dos montantes da GAG melhoria ocorreu em julho 2018 e até 31 de dezembro 2018 corresponde ao montante de R\$ 291,1 milhões (líquida de uma provisão de R\$ 58,9 milhões).

Por tratar-se de um fato novo ocorrido ao longo do exercício, a Companhia não desenhou em suas narrativas de controles internos procedimentos para fins de assegurar de que o risco associado a estes valores específicos estão sendo contabilizados e controlados de forma adequada. Adicionalmente, a Companhia não tem uma avaliação formalizada em suas narrativas, assim como controles relacionados de avaliação, acompanhamento e possível contabilização necessária para fins de investimentos em melhorias necessários para a manutenção da qualidade e continuidade da prestação do serviço pelas usinas hidrelétricas dentro da respectiva competência.

##### ***Recomendação***

Recomendamos que seja mapeado nas narrativas procedimentos e controles específicos para esta modalidade de receita, visto que para os impactos no resultado decorrentes da GAG Melhorias não temos:

- controles compensatórios que possam prevenir, detectar ou corrigir os potenciais impactos desta fragilidade;
- políticas estabelecidas quando a necessidade de eventuais provisões de gastos a incorrer relacionadas a manutenção dentro da respectiva competência.

##### ***Possíveis efeitos***

A fragilidade ocorre devido à ausência de controles envolvendo a possibilidade das deficiências levarem a distorções relevantes nas demonstrações financeiras, devido aos montantes envolvidos, podendo ter efeitos relevantes no resultado da Companhia.

##### ***Comentários da Administração***

O reconhecimento do GAG-Melhoria no segundo semestre de 2018 foi um fato novo. Seu reconhecimento foi discutido no âmbito do Grupo Eletrobras e padronizado para as empresas afetadas. Controles compensatórios foram estabelecidos, a exemplo do Plano de Melhorias das áreas responsáveis pela manutenção da qualidade do serviço prestado e controle do faturamento do GAG de acordo com a Resolução Homologatória de Receita da Geração. Em 2019 será possível criar narrativas e controles, além dos compensatórios existentes.

### 5.3 - Descrição Dos Controles Internos

**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.**

A Administração tomou conhecimento do relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e irá considerar as recomendações registradas para melhoria contínua de seus controles internos e processos associados. No entanto, de acordo com a avaliação da Administração, as deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

## 5.4 - Programa de Integridade

Desde 2015, a Chesf possui um Programa de Integridade (*Compliance*), lançado em conjunto com todas as empresas Eletrobras, que vem sendo continuamente aprimorado por meio de diversas ações e projetos coordenados pela *Holding*. Na fase inicial do Programa, as ações foram conduzidas por um Gerente e um Assistente de *Compliance*, formalmente designados pela Diretoria Executiva, e em outubro de 2016 foi criada uma área na estrutura organizacional da Companhia, diretamente ligada à Presidência, responsável pelos temas de conformidade, controles internos e gestão de riscos, incluindo entre suas atribuições a condução do Programa de Integridade.

Em dezembro de 2016, o Programa de Integridade foi aperfeiçoado e passou a ser chamado de **Programa Eletrobras 5 Dimensões** em todas as empresas do grupo Eletrobras, trazendo maior robustez e maturidade às práticas de integridade corporativa, com base no modelo e nas diretrizes propostas no Guia da Controladoria Geral da União – CGU para implantação de Programa de Integridade em empresas estatais. Desde então, o Programa vem sendo consolidado a cada ano, com diversas iniciativas e projetos desenvolvidos em alinhamento entre todas as empresas Eletrobras, que formam a Comissão Diretiva de *Compliance* (CDC), fórum de discussão que ocorre semanalmente por videoconferência, permitindo o contínuo aprimoramento das práticas e procedimentos de integridade corporativa.

A Chesf adota o Código de Conduta Ética e Integridade, único para as Empresas Eletrobras, que se aplica a todo o seu público interno, incluindo os administradores e conselheiros, e estabelece compromissos de conduta a serem seguidos no âmbito da Empresa, bem como no relacionamento dos seus empregados com órgãos de governo, concorrentes, fornecedores, prestadores de serviço e demais parceiros externos. A última versão do Código, aprovada no Conselho de Administração da Eletrobras em 30.11.2018, foi atualizada com base em adequações legislativas e na evolução dos processos de integridade implantados pelo Programa de Integridade (*Compliance*) Eletrobras 5 Dimensões. O Código de Conduta Ética e Integridade pode ser acessado no Portal Corporativo da Chesf, no link abaixo:

<http://www.chesf.gov.br/empresa/Pages/ComissaoEtica.aspx>

Em 2018, destaca-se a realização de uma nova etapa do treinamento *online* de ética e integridade, promovido pela Universidade das Empresas Eletrobras (UNISE), que permitiu a participação dos empregados que não haviam realizado o curso em 2017. O referido treinamento proporcionou a disseminação de princípios éticos e conceitos de integridade corporativa, tendo alcançado um índice de realização pelos empregados da Chesf de 96%, considerando as duas etapas. Ao longo de 2018, também foram realizadas na Chesf outras ações educacionais específicas sobre o tema integridade para públicos diversos, como gerentes, membros da alta administração (diretores e conselheiros), representantes da Chesf nos Conselhos das SPEs (Sociedades de Propósito Específico) e fornecedores.

Também foi destaque em 2018 a implantação de procedimentos de *due diligence* e classificação de risco de integridade para fornecedores e proponentes de patrocínios, além de um trabalho de avaliação de riscos de fraude e corrupção (FRA – *Fraud Risk Assessment*), realizado com apoio de consultoria.

Com relação ao recebimento e apuração de denúncias de fraude/corrupção, até agosto de 2017 a Ouvidoria era o canal de recebimento dessas denúncias, que eram encaminhadas internamente para apuração. Em 21.08.2017, foi implantado um novo processo de gestão e tratamento de denúncias nas empresas Eletrobras, que centralizou o recebimento das denúncias de todas as empresas do grupo, incluindo a Chesf, por um Canal de Denúncias único e independente (terceirizado), que assegura o anonimato do denunciante. Ao mesmo tempo, foi criado também o CSI - Comitê do Sistema de Integridade, com representantes da Eletrobras e demais empresas do grupo, que assegura o tratamento uniforme das denúncias recebidas, buscando a melhor forma de remediação de eventuais irregularidades detectadas e aprimoramento dos controles internos. Dependendo da avaliação do CSI quanto à materialidade das denúncias, pode ser solicitada a abertura de Comissão de Sindicância localmente nas empresas para aprofundar as apurações, assim como as denúncias relativas a comportamento ético podem ser encaminhadas para tratamento pelas Comissões de Ética de cada empresa Eletrobras, que permanecem exercendo seu papel de disseminação dos valores e princípios éticos por meio de ações educativas e apuração de denúncias de infração ética.

O Programa Eletrobras 5 Dimensões, do qual a Chesf faz parte, está em contínua evolução e sua consolidação está prevista em uma das iniciativas do PDNG 2019-2023 (Plano Diretor de Negócios e Gestão da Eletrobras). Portanto, novas ações e procedimentos deverão ser implantados para fortalecer ainda mais os mecanismos de integridade corporativa já adotados nas empresas do grupo.

## 5.5 - Alterações significativas

**5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos:**

Seguem comentários sobre expectativas de redução ou aumento de determinados fatores de risco listados neste Formulário de Referência:

Riscos apontados no item 4.1 deste Formulário de Referência

***A ocorrência de violações ao Foreign Corrupt Practices Act e à legislação anticorrupção brasileira pode afetar materialmente a Chesf, bem como expor a Companhia e/ou seus empregados a processos e sanções civis e criminais.***

***A Chesf está sujeita a eventos incompatíveis com seus padrões éticos e de integridade. A falha em detectar ou corrigir estes eventos em tempo hábil podem sujeitar a Companhia a sanções e penalidades.***

Expectativas da Chesf:

As ações desenvolvidas pela Companhia para lidar com as questões relacionadas a fraudes, corrupção e conduta antiética estão fortemente embasadas na implementação do seu Programa de Integridade (*Compliance*), definido no âmbito de todas as empresas Eletrobras, e conta com o permanente envolvimento da Diretoria Executiva e de seu Conselho de Administração.

Desde o seu lançamento, em 2015, o Programa de Integridade vem sendo continuamente aprimorado a cada ano, por meio de diversas ações e projetos. Em 2016, passou a ser chamado de **Programa Eletrobras 5 Dimensões**, trazendo maior robustez e maturidade às práticas de integridade corporativa, estruturado nas cinco dimensões descritas abaixo:

- Desenvolvimento do ambiente de gestão do programa de integridade;
- Análise periódica de riscos de fraude e corrupção;
- Estruturação e implantação de políticas e procedimentos do programa de integridade;
- Definição de ações de comunicação e treinamento;
- Monitoramento do programa, medidas de remediação e aplicação de penalidades.

No segundo semestre de 2017, o processo de gestão e tratamento de denúncias das empresas Eletrobras foi aprimorado, com o lançamento de uma Política de Consequências e de um canal centralizado de recebimento de denúncias, externo e independente. Também foram inseridos aspectos de ética e integridade em outras políticas voltadas para partes interessadas, tais como suprimentos e patrocínios.

Em 2018, destaca-se a atualização do Código de Conduta Ética e Integridade, que é único para as empresas Eletrobras, e passou a incorporar os aspectos mais recentes da legislação aplicável. Foram desenvolvidos, ainda, procedimentos de *due diligence* e classificação de risco de integridade para fornecedores e proponentes de patrocínios, além de um trabalho de avaliação de riscos de fraude e corrupção, que permitiu a identificação dos processos mais vulneráveis a esse tipo de risco e a priorização dos riscos mais críticos para tratamento. A implantação desta metodologia, conhecida como *Fraud Risk Assessment* - FRA, deverá se estender até o final do ano de 2019, com a avaliação e tratamento dos processos mais vulneráveis ao risco de fraude e corrupção.

## 5.5 - Alterações significativas

***Os resultados operacionais e financeiros consolidados da Chesf são parcialmente dependentes dos investimentos realizados nas SPEs e dos consórcios nos quais participa***

Comentários da Chesf:

Apesar de a estruturação dos negócios via SPEs ser a alternativa predominante para o crescimento das empresas Eletrobras, para as atividades de monitoramento e reporte das questões financeiras, técnicas e societárias destas parcerias, tanto em sua fase pré-operacional quanto operacional, não estava formalmente definido um processo estruturado e uniforme entre as empresas Eletrobras para acompanhamento e gestão dessas parcerias, principalmente no que tange à consolidação das informações pela *holding*.

A fim de padronizar a gestão e o monitoramento do desempenho financeiro e operacional das SPEs, a Chesf criou na sua estrutura organizacional uma área específica dedicada à gestão de participações nas SPEs, com o objetivo de melhorar o fluxo de informações e gestão, e segue implementando as diretrizes definidas no "Manual de SPEs das Empresas Eletrobras".

***A Companhia é afetada pelas condições hidrológicas e seus resultados operacionais poderão ser afetados.***

Comentários da Chesf:

No âmbito da Consulta Pública MME 33/2017 está a discussão do regime comercial das usinas, que poderá promover uma realocação dos riscos entre os agentes. A proposta é que o risco hidrológico passe a ser assumido pelas geradoras, como contrapartida da descotização daquelas usinas e a assinatura de novos contratos. Neste caso, o preço e características dos contratos seriam de mercado.

O processo de diluição do capital da Eletrobras está intimamente ligado à proposta de descotização, já encaminhada ao Congresso Nacional para deliberação. Na hipótese de implementação da alteração quanto à transferência da gestão do risco hidrológico para as usinas descotizadas, entendemos que nossa atividade de geração passará a ter exposição crescente às questões do GSF, por não mais existir o repasse deste aos consumidores, demandando estratégias de comercialização mais complexas e eficientes no futuro.

***A Chesf poderá ser responsável por impactos na população e no meio ambiente no caso de um acidente envolvendo as barragens de suas usinas hidrelétricas***

Comentários da Chesf:

As empresas Eletrobras têm programas para o monitoramento regular de todas as instalações relacionadas às barragens de suas usinas hidrelétricas, a fim de identificar quaisquer problemas que possam comprometer sua segurança. As usinas também possuem planos de contingência operacional. Todas as informações relevantes são submetidas à ANEEL, que realiza inspeções locais anualmente, de acordo com a classificação de risco da barragem. Sob demanda de seu Conselho de Administração, a Holding realizou um levantamento detalhado das informações referentes a este tema, no início de 2019, atualizando as informações de seus empreendimentos. Constatou-se então que todos os empreendimentos do grupo Eletrobras estão em conformidade com a legislação vigente, por meio do estabelecimento do Plano de Segurança de Barragem – PSB, assim como do Plano de Ação de Emergência – PAE. Os PAE encontram-se, neste momento, em implantação junto aos órgãos da sociedade civil, como parte regular do processo de segurança de barragens.

## 5.5 - Alterações significativas

***Falhas nos sistemas de tecnologia da informação, sistemas de segurança da informação e sistemas e serviços de telecomunicações ou a descontinuidade do projeto de implementação do SAP ERP, podem afetar negativamente as operações e a reputação da Chesf.***

Comentários da Chesf:

As empresas Eletrobras são detentoras de instalações, bens e sistemas que exercem significativa influência na vida da população e na operação de setores importantes para o desenvolvimento e manutenção do país. Tais infraestruturas são operadas através de equipamentos e sistemas cada vez mais conectados e interdependentes, aumentando sua complexidade e, consequentemente, os riscos envolvidos em possíveis ataques cibernéticos.

Ataques que tenham algum grau de sucesso podem comprometer as infraestruturas críticas, provocando sério impacto social, econômico, político, inclusive comprometendo a segurança do Estado e da sociedade. O histórico recente de eventos no mundo, em particular os casos de *ransomware*, envolvendo usinas, centros de operação e subestações, vem aumentando consideravelmente, colocando uma série de desafios a governos e empresas para a operação das instalações dedicadas ao setor elétrico.

Visando se preparar para tais desafios, a Diretoria Executiva da Eletrobras aprovou, em 2017, a criação da Assessoria de Gestão e Segurança da Informação, vinculada à Diretoria de Conformidade e do Comitê de Segurança da Informação da Eletrobras, cujo objetivo principal é monitorar e patrocinar todas as ações necessárias para a segurança das informações corporativas. Em 2018 foi aprovada no Conselho de Administração da *holding* a Política de Segurança da Informação das Empresas Eletrobras, que busca orientar o tratamento estratégico das questões relacionadas à segurança da informação, definindo diretrizes para armazenamento, custódia, processamento, transmissão e descarte de informação nos ambientes convencional e de tecnologia. Na Chesf, a referida Política de Segurança da Informação também foi aprovada pelo seu Conselho de Administração, e na sequência foi criado o Comitê de Segurança da Informação para coordenar o desdobramento e implantação da Política.

Ainda em 2018, foi criado o plano de segurança da informação, discutido e elaborado por todas as empresas do grupo e que busca padronizar as ações relacionadas ao tema, entre as empresas Eletrobras. Além disso, a implantação do PROERP proporcionou a elaboração do normativo Diretrizes de Controle de Acesso ao SAP das empresas Eletrobras, que atrelado à Política de Segurança da Informação, tem como objetivo orientar estrategicamente as questões relacionadas ao controle de acesso ao SAP Instância Única em todas as empresas Eletrobras que o utilizam. Para 2019 está prevista a implantação das ferramentas de GRC da SAP (Risk Management, Process Control e Audit Management), a execução do Plano de Segurança da Informação das empresas Eletrobras e a implantação da ferramenta de criptografia para dispositivos de armazenamento.

### Riscos apontados no item 4.2 deste Formulário de Referência

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado relativos à Companhia.

## **5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas em itens anteriores.

**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	15/03/1948
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Sociedade de economia mista, de capital aberto, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948.
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	19/12/1969

### 6.3 - Breve Histórico

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, com sede na Rua Delmiro Gouveia, 333, Bairro de San Martin, CEP 50761-901, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional. A partir do exercício de 2002, com a liberação gradual dos seus contratos de suprimento (contratos iniciais), à razão de 25% ao ano, de acordo com a Lei nº 9.648, de 27/05/1998, a Companhia, que até então tinha o seu mercado limitado à Região Nordeste, passou a atuar em todo o território nacional, com atendimento às demandas das demais regiões do País, tendo hoje como principais compradoras as regiões Sudeste e Nordeste.

O seu sistema de geração é hidrotérmico, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por cerca de 99% da produção total de energia em 2018. Atualmente, seu parque gerador possui o total de 10.323,43MW de potência instalada, sendo composto por 12 usinas hidrelétricas, supridas por 10 reservatórios com capacidade de armazenamento máximo de 57,4 bilhões de metros cúbicos de água, com potência instalada de 10.262,33 MW e 2 usinas eólicas, relacionadas a seguir:

Usinas	Rio	Capacidade Instalada (MW)
<b>HIDRELÉTRICAS</b>	<b>-</b>	<b>10.262,33</b>
Sobradinho	São Francisco	1.050,30
Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,60
Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,00
Paulo Afonso I	São Francisco	180,00
Paulo Afonso II	São Francisco	443,00
Paulo Afonso III	São Francisco	794,20
Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,40
Xingó	São Francisco	3.162,00
Funil	de Contas	30,00
Pedra	de Contas	20,01
Boa Esperança	Parnaíba	237,30
Curemas	Piancó	3,52
<b>EÓLICAS</b>	<b>-</b>	<b>61,10</b>
UEE Casa Nova II	-	32,90
UEE Casa Nova III (*)	-	28,20
<b>TOTAL</b>		<b>10.323,43</b>

(\*) Início de operação comercial em 28/02/2018.

As operações da Companhia contam, na atividade de transmissão, com um sistema composto por 20.585,2 km de linhas de transmissão em operação, sendo 5.372,9 km de circuitos de transmissão em 500 kV, 14.495,2 km de circuitos de transmissão em 230 kV, e 717,1 km de circuitos de transmissão em tensões inferiores, além de 121 subestações de potência (considerando-se neste total as subestações de outras Transmissoras que a Chesf possui ativos) e mais 14 subestações elevadoras de usinas, que somadas às subestações de potência, totalizam 59.428,76 MVA a capacidade de transformação da Companhia.

Além do parque de geração e sistemas de transmissão próprios, antes mencionados, a Companhia participa, em sociedade com outras empresas, da construção e operação de usinas de geração hidráulica e de geração eólica com capacidades instaladas de 15.645,98 MW e 360,45 MW, respectivamente, cuja participação da Companhia equivale a 2.799,49 MW, e de empreendimentos de transmissão compostos por 3.872,0 km de linhas de transmissão, em serviço, e 39 km de linhas de transmissão, em construção, totalizando 3.911,0 km, cuja participação da Companhia equivale a 1.334,5km.

**6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial**

Não existe pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial contra a Companhia.

## **6.6 - Outras Informações Relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico estão divulgadas nos demais itens.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Chesf é uma concessionária de serviço público de energia elétrica que tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, as quais de acordo com a legislação vigente, a exploração destes serviços, qualquer que seja o tipo de fonte geradora, está sujeita ao regime de concessão, autorização ou permissão federal. Esta condição é outorgada por ato do Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, competindo a este, zelar para que sejam observadas as condições mínimas de eficiência na prestação dos serviços.

O sistema eletroenergético da Chesf integra o Sistema Interligado Nacional – SIN e realiza intercâmbio de energia com os sistemas Norte, Sul e Sudeste/Centro-Oeste.

As operações da Companhia contam na atividade de Geração de Energia com 12 usinas hidrelétricas e 2 usinas eólicas, perfazendo uma potência instalada de 10.323,43 MW. Na atividade de Transmissão de Energia, o sistema de transmissão da Chesf é composto por 20.585,2 km de linhas em operação, sendo 5.372,9 km de circuitos de transmissão em 500 kV, 14.495,2 km de circuitos de transmissão em 230 kV, e 717,1 km de circuitos de transmissão em tensões inferiores, além de 121 subestações de potência (considerando-se neste total as subestações de outras transmissoras que a Chesf possui ativos) e 14 subestações elevadoras das usinas.

Além do parque de geração e sistemas de transmissão próprios, a Companhia participa em sociedade com outras empresas, da construção e operação de usinas de geração hidráulica e de geração eólica com capacidades instaladas de 15.645,98 MW e 360,45 MW, respectivamente, e de empreendimentos de transmissão compostos por 3.911,0 km de linhas de transmissão.

Com a permanência da situação hídrica desfavorável na Bacia do Rio São Francisco e as baixas afluições ocorridas no período úmido 2017/2018, o principal reservatório da Região Nordeste, Sobradinho, atingiu, no final do mês de abril de 2018, o armazenamento de 38,16% e, em 31 de dezembro, chegou a 35,02% do seu volume útil.

A Companhia gerou 15.132 GWh em 2018 e 15.209 GWh em 2017, representando uma redução de 0,5%. Este resultado foi devido à continuidade da baixa hidraulicidade ocorrida no período úmido de 2017/2018, sendo necessária a maximização de geração térmica e eólica na região, bem como o recebimento de intercâmbio de outras regiões do SIN.

Em 2018, foram incorporadas 09 instalações teleassistidas aos Centros de Operação (sendo 02 de forma emergencial) e incluídos novos pontos de supervisão, para atendimento ao Procedimento de Rede 2.7 do ONS. Investimentos adicionais foram realizados na área de automação, tais como: Modernização da Medição Operacional da SE Messias, em substituição ao antigo e obsoleto sistema existente e Substituição de 46 Servidores do SAGE em 23 instalações. Estes esforços resultaram no aumento da observabilidade do sistema, atingindo a marca de 246.136 pontos de supervisão. Ressalta-se ainda a implantação de firewall em 10 instalações, para atendimento ao Programa de Segurança Cibernética e a ampliação dos sistemas de suporte à operação e manutenção, nas áreas de Regulação Automática de Tensão, Supervisão dos Sistemas de Proteção, Qualidade de Energia e Oscilografia. Salienta-se também a Renovação da Acreditação, junto ao INMETRO, do Laboratório de Metrologia da Chesf – MetroChesf e a implantação de Pluviometria nas Usinas Paulo Afonso, Sobradinho, Luiz Gonzaga, Boa Esperança, Pedra e Funil, em atendimento à Resolução ANA/ANEEL 03/2010.

Em 2018, o sistema de telecomunicações da Chesf foi ampliado, contemplando as subestações de Jaboatão II, Ouroândia, Juazeiro III, Maceió II, Nossa Senhora do Socorro e Teixeira de Freitas implicando em um incremento de 230 km de cabos OPGW. É importante ressaltar a disponibilização das primeiras rotas do Projeto 100G, fruto da parceria firmada, através de Termo de Cooperação, com a RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, como a rota Recife – Natal, Natal – Campina Grande e atendimento óptico a SE Tacaimbó, possibilitando redução de custeio para empresa com desativação de 06 (seis) repetidoras de rádios digitais. Esta parceria propiciará o aumento da rede de transporte de telecomunicações da Chesf em até 160 vezes, abrangendo cerca de 90% de suas instalações, distribuídas por oito estados do Nordeste e com previsão de início de operação da Fase 1 no terceiro trimestre de 2019.

## 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Também neste ano foram realizadas várias melhorias no sistema de telecomunicações em Rede de Dados, Telefonia e Vídeo, onde evidenciamos:

- Implantação de novo sistema de consoles de comunicação para os Centros de Operação Elétrica com sistemas de gravação e transcrição de voz modernos e redundantes;
- Implantação de videomonitoramento operacional na SE Garanhuns II, Olindina e Igarorã III para monitoramento da abertura e fechamento de chaves, otimizando processos e dando agilidade nas tomadas decisões;
- Modernização do sistema de videoconferência empresarial;
- Substituição das rotas de rádios digitais Funil – Usina de Pedra, Milagres – Coremas, Camaçari – Cotegipe – Jacaracanga;
- Melhorias no atendimento de comunicação para Penedo e Tauá;
- Instalação de novos roteadores em 68 instalações operacionais e administrativas, parte do projeto de modernização da Rede IP;

Todas estas melhorias proporcionaram um aumento de confiabilidade e disponibilidade do sistema de telecomunicações refletindo positivamente no seu desempenho operacional.

Destaca-se que, de acordo com o seu Planejamento Empresarial, a Chesf vem implantando desde 2015, um novo modelo para instalações teleassistidas, que migraram para a estratégia de atendimento local por profissionais capacitados a desenvolver atividades tanto de Operação como de Manutenção - O&M. Ao final de 2018, foram totalizadas 58 subestações operadas e mantidas pela Chesf neste novo modelo.

Tal iniciativa vem no sentido de dotar a Companhia de um modelo de gestão técnico-operacional mais integrado e descentralizado, promovendo ajustamento do seu capital humano a uma realidade de desempenho técnico e econômico, em função das exigências crescentes da sociedade por melhoria dos serviços prestados e redução dos custos associados.

Com isso, a Companhia espera melhorar o atendimento às manutenções de pequeno porte, reduzindo assim a dependência de mobilização de equipes centralizadas, bem como acelerar o restabelecimento provocado por indisponibilidades de natureza simples em ativos, além de complementar as equipes centralizadas nas manutenções de grande porte.

**7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista**

A Chesf, concessionária de serviço público de energia elétrica controlada pela Eletrobras, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031, de 03 de outubro de 1945, e constituída na 1ª Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 15 de março de 1948, tendo como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional.

## 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

	R\$ mil		
	2018		
RECEITA OPERACIONAL	Geração	Transmissão	Total
Fornecimento de energia elétrica	722.884	-	722.884
Suprimento de energia elétrica	1.775.154		1.775.154
Sistema de transmissão e O & M	-	1.526.850	1.526.850
Energia elétrica de curto prazo (CCEE)	223.025		223.025
Receita de construção	6.747	216.156	222.903
Receita financeira	24.666	1.260.272	1.284.938
Outras receitas operacionais	6.589	26.225	32.814
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>2.759.065</b>	<b>3.029.503</b>	<b>5.788.568</b>
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>-496.818</b>	<b>-499.491</b>	<b>-996.309</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>2.262.247</b>	<b>2.530.012</b>	<b>4.792.259</b>
<b>Participação na Receita Operacional Líquida (%)</b>	<b>47,21%</b>	<b>52,79%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Lucro ou Prejuízo Líquido por Segmento</b>	<b>226.572</b>	<b>39.370</b>	<b>265.942</b>
<b>Participação no Lucro ou Prejuízo Líquido (%)</b>	<b>85,20%</b>	<b>14,80%</b>	<b>100,00%</b>

	R\$ mil		
	2017		
RECEITA OPERACIONAL	Geração	Transmissão	Total
Fornecimento de energia elétrica	903.894	-	903.894
Suprimento de energia elétrica	1.416.483	-	1.416.483
Sistema de transmissão e O & M	-	1.204.082	1.204.082
Energia elétrica de curto prazo (CCEE)	153.213	-	153.213
Receita de construção	19.996	600.838	620.834
Receita financeira	54.774	1.355.495	1.410.269
Outras receitas operacionais	9.729	35.181	44.910
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>2.558.089</b>	<b>3.195.596</b>	<b>5.753.685</b>
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>-502.536</b>	<b>-325.088</b>	<b>-827.624</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>2.055.553</b>	<b>2.870.508</b>	<b>4.926.061</b>
<b>Participação na Receita Operacional Líquida (%)</b>	<b>41,73%</b>	<b>58,27%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Lucro ou Prejuízo Líquido por Segmento</b>	<b>-421.542</b>	<b>1.465.591</b>	<b>1.044.049</b>
<b>Participação no Lucro ou Prejuízo Líquido (%)</b>	<b>-40,38%</b>	<b>140,38%</b>	<b>100,00%</b>

**7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais**

	R\$ mil		
	2016		
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>Geração</b>	<b>Transmissão</b>	<b>Total</b>
Fornecimento de energia elétrica	846.687	0	846.687
Suprimento de energia elétrica	1.393.221	0	1.393.221
Sistema de transmissão e O & M	0	1.008.739	1.008.739
Energia elétrica de curto prazo (CCEE)	55.073	0	55.073
Receita de construção	30.097	552.736	582.833
Receita financeira	84449	9.437.203	9.521.652
Outras receitas operacionais	9.632	33.610	43.242
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>2.419.159</b>	<b>11.032.288</b>	<b>13.451.447</b>
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>-515.775</b>	<b>-195.982</b>	<b>-711.757</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.903.384</b>	<b>10.836.306</b>	<b>12.739.690</b>
<b>Participação na Receita Operacional Líquida (%)</b>	<b>14,94%</b>	<b>85,06%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Lucro ou Prejuízo Líquido por Segmento</b>	<b>-17.723</b>	<b>4.003.106</b>	<b>3.985.383</b>
<b>Participação no Lucro ou Prejuízo Líquido (%)</b>	<b>-0,44%</b>	<b>100,44%</b>	<b>100,00%</b>

Para efeito de comparabilidade, as informações deste item foram feitas considerando as Demonstrações Financeiras dos três últimos exercícios.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Companhia está envolvida nas atividades de geração e transmissão de energia elétrica no Brasil e os principais produtos e serviços comercializados pela Companhia consistem, portanto, na geração de energia elétrica e sua venda para as empresas distribuidoras de eletricidade e para os consumidores livres e na transmissão de energia elétrica em favor das outras concessionárias de energia elétrica.

#### a. características do processo de produção

##### Geração de eletricidade

Concessionária de um dos maiores sistemas de geração e transmissão de energia elétrica do Brasil, as operações da Chesf se concentram nas atividades de geração hidráulica e eólica, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por cerca de 99% da produção total de energia em 2018. Este parque gerador tem 10.323,43 MW de potência instalada, sendo composto por 12 usinas hidrelétricas, supridas por 10 reservatórios com capacidade de armazenamento máximo de 57,4 bilhões de metros cúbicos de água e 2 usinas eólicas.

A produção das usinas da Chesf é função do Planejamento e Programação da Operação Eletroenergética, com horizontes e detalhamento que vão desde o nível anual até os níveis diário e horário, elaborados, atualmente, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, que define o montante e a origem da geração necessária para atender aos requisitos energéticos do País de forma otimizada, levando em conta as necessidades do mercado, as disponibilidades hídricas e de máquinas, bem como o custo da geração e a viabilidade de transmissão dessa energia por meio de um complexo sistema que interliga as diferentes regiões.

##### Usinas Hidrelétricas

As usinas hidrelétricas, cujo princípio básico é usar a força de uma queda d'água para gerar energia elétrica, são utilizadas para fornecer a maior parte da eletricidade primária e eletricidade *back-up* geradas pela Companhia durante períodos de pico de alta demanda. Nesse caso, a geração de energia elétrica se dá por meio de aproveitamento do potencial hidráulico existente em um rio. O potencial hidráulico é proporcionado pela vazão hidráulica e pela concentração dos desníveis existentes ao longo do curso de um rio. Isto pode se dar: (i) de forma natural, quando o desnível está concentrado numa cachoeira; (ii) por meio de uma barragem, quando pequenos desníveis são concentrados na altura da barragem; ou (iii) por meio de desvio do rio de seu leito natural, concentrando-se os pequenos desníveis nesse desvio.

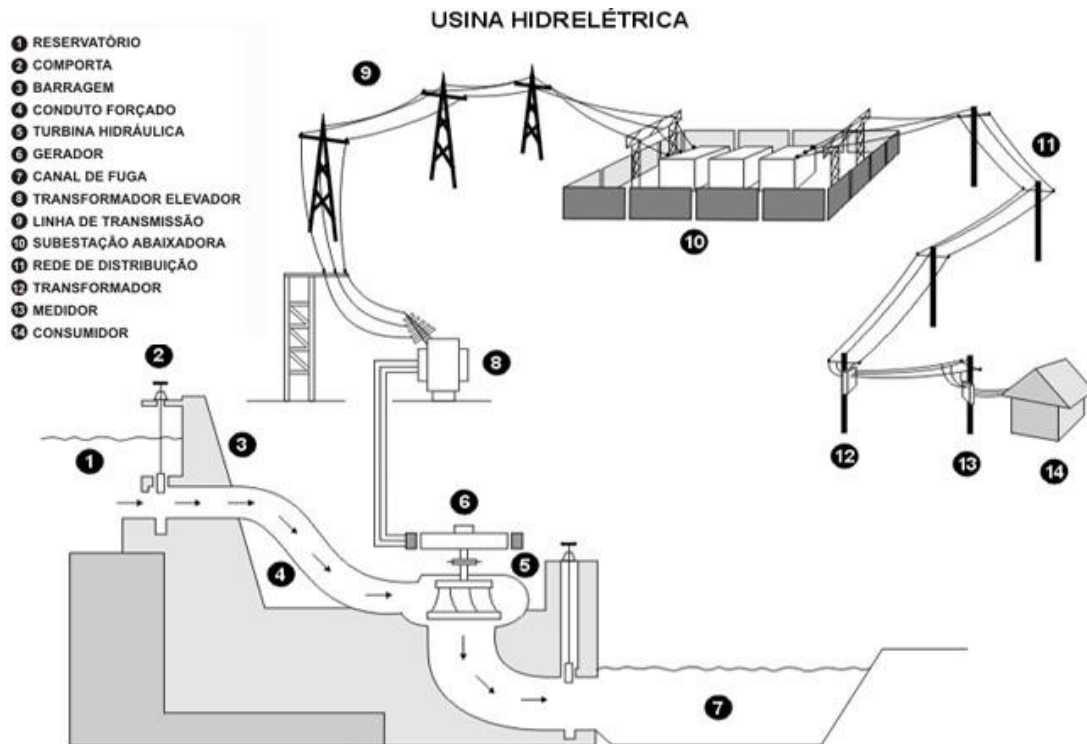
Basicamente, uma usina hidrelétrica compõe-se das seguintes partes: (i) barragem; (ii) sistemas de captação e adução de água; (iii) casa de força; e (iv) sistema de restituição de água ao leito natural do rio. Cada parte se constitui em um conjunto de obras e instalações projetadas harmoniosamente para operar, com eficiência, em conjunto.

A água captada no lago formado pela barragem é conduzida até a casa de força por meio de canais, túneis e/ou condutos metálicos. Após passar pela turbina hidráulica, na casa de força, a água é restituída ao leito natural do rio, por meio do canal de fuga. Dessa forma, a potência hidráulica é transformada em potência mecânica quando a água passa pela turbina, fazendo com que esta gire, e, no gerador - que também gira acoplado mecanicamente à turbina - a potência mecânica é transformada em potência elétrica.

A energia assim gerada é levada por meio de cabos ou barras condutoras dos terminais do gerador até o transformador elevador, onde tem sua tensão (voltagem) elevada para adequada condução, por meio de linhas de transmissão, até os centros de consumo. Daí, por meio de transformadores abaixadores, a energia tem sua tensão levada a níveis adequados para utilização pelos consumidores.

O seguinte esquema representa o processo de geração de eletricidade em uma usina hidrelétrica:

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



#### Usinas Eólicas

As usinas eólicas são grandes hélices (como cataventos gigantes) que aproveitam a força da velocidade dos ventos para gerar eletricidade. Essas usinas são obrigatoriamente instaladas em altas torres ou locais altos, que devem estar em uma posição privilegiada com a constante presença de ventos fortes. Sem a presença do ar em movimento, a geração de energia elétrica através desse meio torna-se impossível.

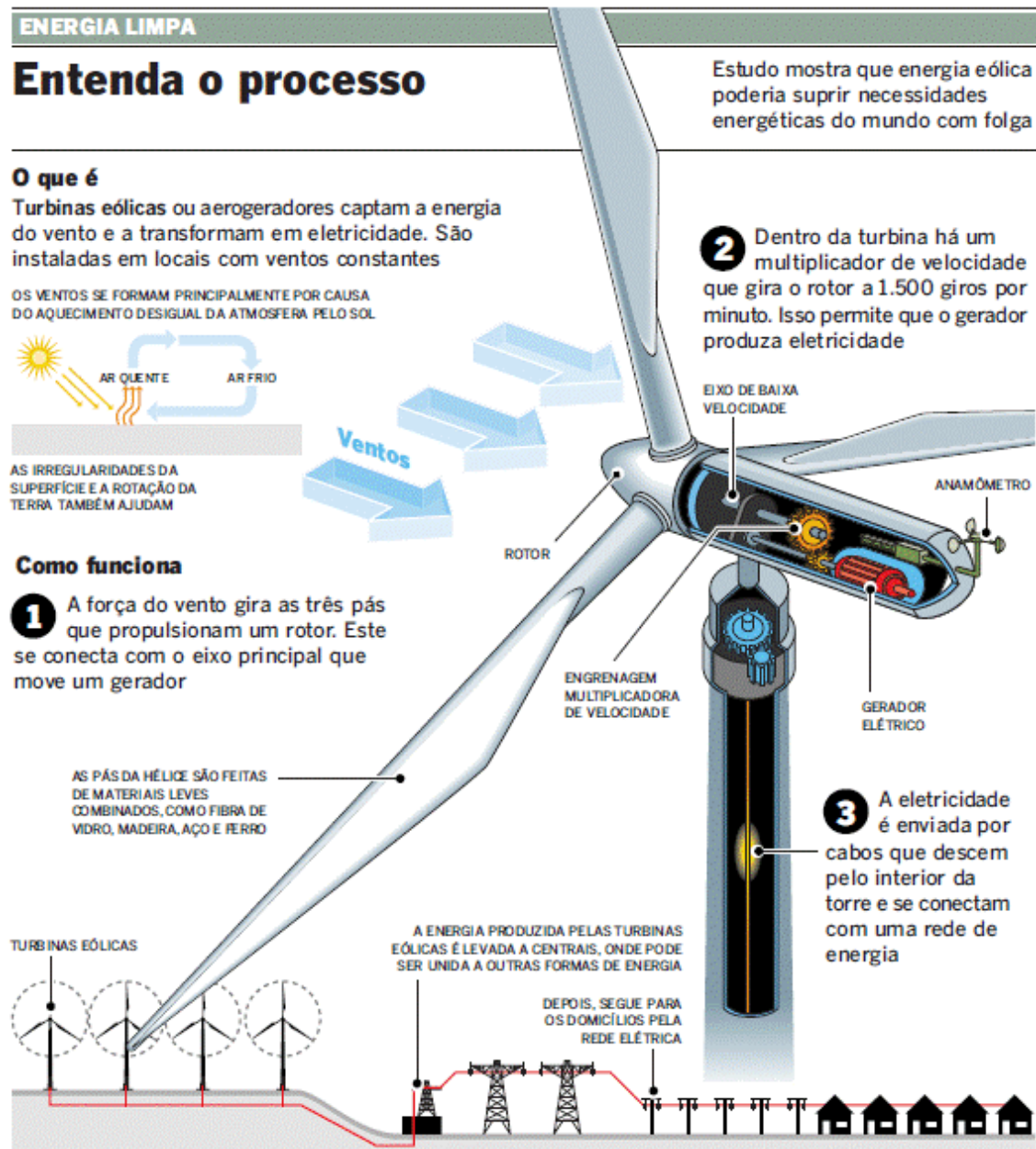
A avaliação do potencial eólico de uma região requer trabalhos sistemáticos de coleta e análise de dados sobre a velocidade e o regime de ventos.

Para que a energia eólica seja considerada tecnicamente aproveitável, é necessário que sua densidade seja maior ou igual a  $500 \text{ W/m}^2$ , a uma altura de 50 m, o que requer uma velocidade mínima do vento de 7 a 8 m/s. Segundo a Organização Mundial de Meteorologia, em apenas 13% da superfície terrestre o vento apresenta uma velocidade média igual ou superior a 7 m/s, a uma altura de 50 m. Essa proporção varia muito entre regiões e continentes, chegando a 32% na Europa Ocidental.

No Brasil, os primeiros anemógrafos (instrumentos utilizados para medir a velocidade do vento) computadorizados e sensores especiais para energia eólica foram instalados no Ceará e em Fernando de Noronha (PE), no início dos anos 1990. Os resultados dessas medições possibilitaram a determinação do potencial eólico local e a instalação das primeiras turbinas eólicas do Brasil.

No início da utilização da energia eólica, surgiram turbinas de vários tipos – eixo horizontal, eixo vertical, com uma pá, com duas e três pás, gerador de indução, etc. Com o passar do tempo, consolidou-se o projeto de turbinas eólicas com as seguintes características: eixo de rotação horizontal, três pás, alinhamento ativo, gerador de indução e estrutura não-flexível. Porém, algumas características desse projeto ainda geram polêmica, como o controle das pás para limitar a potência máxima gerada.

## 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



### b. características do processo de distribuição

#### Transmissão de Eletricidade

A atividade de transmissão é a transferência em grande escala de eletricidade, em voltagens muito elevadas, desde as instalações de geração até os centros de distribuição por meio de rede de transmissão (Rede Básica).

As linhas de transmissão no Brasil são geralmente muito longas, uma vez que a maior parte das usinas hidrelétricas está usualmente afastada dos grandes centros de consumo de energia elétrica. Atualmente, o país possui um sistema quase totalmente interligado. Apenas o estado de Roraima e parte dos estados do Pará, Amazonas, Amapá e Rondônia ainda permanecem desconectados do SIN. Nesses estados, o fornecimento é feito por pequenas usinas térmicas ou usinas hidrelétricas próximas às respectivas capitais.

O sistema elétrico interconectado fornece a troca de energia entre as diferentes regiões quando qualquer destas regiões enfrentar problemas de geração de energia hidrelétrica devido a uma redução de seus níveis de reservatórios. Como as estações de chuva são diferentes no Sul, Sudeste, Norte e Nordeste do Brasil, as

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

linhas de transmissão de alta voltagem tornam possível que os locais com produção insuficiente de energia sejam abastecidos pelos centros geradores de um local mais favorável.

Qualquer agente do mercado de energia elétrica que produz ou consome energia tem direito a usar a Rede Básica. Os consumidores livres também têm este direito, contanto que cumpram com certas exigências técnicas e legais. Isto é denominado acesso livre e é garantido por lei e pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

A operação e administração da Rede Básica é de responsabilidade do ONS, que é também responsável por administrar a entrega de energia a partir de usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios hidrelétricos e combustível de usinas térmicas do sistema elétrico interconectado.

O Sistema de transmissão da Chesf, que consiste em um conjunto de linhas de transmissão interligadas a subestações, é responsável por 20.585,2 quilômetros de linhas de transmissão.

Além de operar e manter este sistema dentro dos padrões de desempenho e qualidade exigidos pela Aneel, tem participado da expansão da transmissão por meio de concessões nos leilões promovidos pela Aneel, isoladamente ou por meio de consórcios, bem como por meio de autorizações para reforços no sistema atual.

#### **c. características do mercado de atuação, em especial**

O sistema elétrico brasileiro é formado pelo Sistema Interligado Nacional – SIN, constituído pelos subsistemas Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e por vários sistemas isolados menores a norte e oeste do país.

A Constituição Federal considera que os potenciais de energia hidráulica são bens da União, atribuindo-lhe competência para, diretamente ou mediante concessão, autorização ou permissão a terceiros, explorar os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água. Compete também à União instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso, registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos, além de legislar sobre águas e energia elétrica.

Em 26 de dezembro de 1996, por meio da Lei nº 9.427, foi constituída a Aneel, uma autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.

A Aneel é responsável, dentre outros, por: implementar as políticas e diretrizes do governo federal para a exploração da energia elétrica e o aproveitamento dos potenciais hidráulicos; promover as licitações destinadas à contratação de concessionárias de serviço público para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica e para a outorga de concessão para aproveitamento de potenciais hidráulicos; conceder, permitir e autorizar instalações e serviços de energia; garantir tarifas justas; zelar pela qualidade do serviço; exigir investimentos; celebrar e gerir os contratos de concessão ou de permissão de serviços públicos de energia elétrica, de concessão de uso de bem público, expedir as autorizações, bem como fiscalizar as concessões e a prestação dos serviços de energia elétrica.

Com a finalidade de prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da expansão do setor energético brasileiro, foi criada, pela Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, e Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004, a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, uma empresa vinculada ao MME. A EPE tem como missão tornar-se referência nos estudos e pesquisas orientados para o planejamento energético brasileiro, considerando que os mesmos devem ser técnica, econômica e socialmente viáveis e ambientalmente sustentáveis. Dentre os produtos elaborados pela EPE está o Plano Decenal de Expansão de Energia que, com relação ao setor elétrico brasileiro, além de subsidiar a elaboração de vários produtos,

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

principalmente a elaboração do Programa de Licitações de Usinas e de Linhas de Transmissão, fornece ao mercado uma referência para a expansão setorial.

Em 1997 entrou em vigor a Lei nº 9.433/1997, também conhecida como “Lei das Águas”, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh). A água é considerada um bem de domínio público e um recurso natural limitado, dotado de valor econômico. Além disso, o instrumento legal prevê que a gestão dos recursos hídricos deve proporcionar o uso múltiplo das águas e deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

A Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos, integrando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Além disso, dentre outras, a ANA tem as atribuições de supervisionar, controlar e avaliar as ações e atividades decorrentes do cumprimento da legislação federal pertinente aos recursos hídricos, disciplinar, em caráter normativo, a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, outorgar, por intermédio de autorização, o direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio da União, fiscalizar os usos de recursos hídricos nos corpos de água de domínio da União, elaborar estudos técnicos para subsidiar a definição, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, com base nos mecanismos e quantitativos sugeridos pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido nos planos de recursos hídricos das respectivas bacias hidrográficas.

#### i. participação em cada um dos mercados

##### **Geração**

A Companhia é responsável por 10.670,23 MW da capacidade instalada de geração de energia elétrica no país, o que representa aproximadamente 6,77% do total da capacidade instalada nacional.

##### **Transmissão**

A Companhia possui 20.531,9 quilômetros de linhas de transmissão de alta tensão correspondentes aproximadamente a 14,50% do total das linhas de transmissão do Brasil. Também possui empreendimentos realizados por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) que em 31/12/2017 totalizavam 5.165,0 km, correspondente a 3,65% do total de linhas de transmissão do Brasil.

#### ii. condições de competição nos mercados

A Constituição Brasileira estipula que o desenvolvimento, uso e venda de energia podem ser realizados diretamente pelo Governo Federal ou indiretamente por meio de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, a indústria brasileira de energia tem sido dominada pelas concessionárias de geração, transmissão e distribuição controladas pelo Governo Brasileiro. Em anos recentes, o Governo Brasileiro tomou algumas medidas para remodelar a indústria de energia. De forma geral, estas medidas visaram aumentar o papel do investimento privado e eliminar as restrições ao investimento estrangeiro, aumentando desta forma a competição na indústria de energia.

Considerando que as atividades de geração e transmissão de energia elétrica são objeto de contratos de concessão outorgados pelo poder público, não há concorrência na exploração de tais concessões durante o prazo de vigência dos referidos contratos. Contudo, há concorrência significativa no período de licitação para outorga de novas concessões.

### 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Conforme estabelecido na Lei nº 10.884, de 15 de março de 2004, e de acordo com o novo modelo do setor elétrico, a energia poderá ser comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), que deverá ser precedida de licitação e formalizada por um contrato entre o geradores e os distribuidores nos termos do leilão, ou no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), segmento no qual se realizam operações de compra e venda de energia elétrica por meio de contratos bilaterais livremente negociados entre geradores, comercializadores e consumidores livres.

Podem ser consumidores livres, para os fins de participação no ACL:

(i) unidades consumidoras com carga maior ou igual a 3.000 kW atendidas em tensão maior ou igual a 69 kV – em geral as unidades consumidoras do subgrupo A3, A2 e A1. Também são livres para escolher seu fornecedor novas unidades consumidoras instaladas após 27 de maio de 1998 com demanda maior ou igual a 3.000 kW e atendidas em qualquer tensão. Estes consumidores podem comprar energia de qualquer agente de geração ou comercialização de energia; e

(ii) unidades consumidoras com demanda maior que 500 kW atendidos em qualquer tensão, estando restritos à energia oriunda das chamadas fontes incentivadas, a saber: Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCH”), Usinas de Biomassa, Usinas Eólicas e Sistemas de Cogeração Qualificada.

#### **d. eventual sazonalidade**

A Companhia trabalha com uma estrutura de geração de energia compreendendo um “período úmido”, com maior capacidade de produção nos meses de dezembro a abril e um “período seco”, com menor capacidade, nos meses de maio a novembro. Apenas o fornecimento a consumidores cativos (ou potencialmente livres) possui tarifas horo-sazonais e compostos para período seco e de período úmido, desta forma, o efeito no resultado da companhia é praticamente nulo, considerando ainda que a demanda por eletricidade é constante e tende a ser estável.

#### **e. principais insumos e matérias primas**

**i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**

**ii. dependência de poucos fornecedores**

**iii. eventual volatilidade de seus preços**

Para a construção de usinas de geração, os principais insumos utilizados pela Companhia são os materiais, equipamentos de geração e transmissão de energia, notadamente turbinas para geração hídrica e subestações de alta / média tensão, além de serviços de engenharia civil para a construção da infra-estrutura das centrais de geração de energia, incluindo barragens. Para estas atividades, as opções de fornecedores e de empreiteiros variam de acordo com o tamanho do empreendimento. A contratação destes fornecedores e empreiteiros está sujeita a controle e regulamentação pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações. No que se refere a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, seguimos o que estabelece a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002. Em 30 de junho de 2016, foi aprovada a Lei nº 13.303, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A companhia está sujeita a esta Lei para contratação de novos fornecedores e empreiteiros.

Para as usinas em operação, os principais insumos e materiais estão relacionados às atividades de reposição e modernização dos equipamentos e sistemas hidromecânicos. Neste caso, existem poucos grandes fornecedores, o que limita a concorrência, com consequente volatilidade de preços. A contratação destes fornecedores não está sujeita a controle ou regulamentação governamental.

**7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total**

A Companhia não possui clientes que isoladamente, sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

### a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Constituição Brasileira estipula que o desenvolvimento, o uso e a venda de energia podem ser realizados, diretamente pelo Governo Brasileiro ou indiretamente por meio de concessões, permissões ou autorizações.

Historicamente, a indústria brasileira de energia tem sido dominada pelas concessionárias de geração, transmissão e distribuição controladas pelo Governo Federal. Em anos recentes, o Governo Federal tomou algumas medidas para remodelar a indústria de energia. De forma geral, estas medidas visaram aumentar o papel do investimento privado e eliminar as restrições ao investimento estrangeiro, aumentando desta forma a competição na indústria de energia.

As companhias ou consórcios que visem à construção ou operação de instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica no Brasil devem requerer ao Ministério de Minas e Energia - MME ou à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, por delegação do MME, enquanto poder concedente, a outorga de concessão, permissão ou autorização, conforme o caso. As concessões outorgam direitos para gerar, transmitir ou distribuir energia elétrica em uma área específica, por prazo específico, apesar de poder ser revogada a qualquer momento com base apenas na discricionariedade do MME, seguindo consulta à Aneel. Este prazo é usualmente de 35 anos para novas concessões de geração e de 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição.

A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (“Lei de Concessões”) e suas alterações, estabelece dentre outras as condições que a concessionária deve cumprir quando fornecer serviços de eletricidade, os direitos do consumidor, e as obrigações da concessionária e da autoridade concedente. Além disso, a concessionária deve cumprir os regulamentos que regem o setor elétrico. As principais disposições da Lei de Concessões são as seguintes:

(i) *Serviço adequado*. A concessionária deve prestar serviço adequado, principalmente no que diz respeito à regularidade, continuidade, eficiência, segurança e acessibilidade;

(ii) *Uso da terra*. A concessionária pode usar terra pública ou solicitar à autoridade concedente que exproprie a terra privada necessária em benefício da concessionária. Nesse caso, a concessionária deve compensar os proprietários das terras afetados;

(iii) *Responsabilidade estrita*. A concessionária é estritamente responsável por todos os danos decorrentes do fornecimento de seus serviços;

(iv) *Mudanças no interesse controlador*. O poder concedente deve aprovar qualquer mudança direta ou indireta no interesse controlador da concessionária;

(v) *Intervenção pelo poder concedente*. O poder concedente pode intervir na concessão, por meio de um decreto presidencial, para assegurar a adequação na prestação dos serviços, assim como o fiel cumprimento das normas contratuais regulamentares e legais pertinentes. No prazo de 30 dias após a data do decreto, o representante do poder concedente deve iniciar um processo administrativo, sendo garantido à concessionária o direito de contestar a intervenção. Durante a vigência do processo administrativo, uma pessoa nomeada em conformidade com o decreto do poder concedente ficará responsável pela outorga da concessão. Se o processo administrativo não for concluído no prazo de 180 dias contados da data do decreto, a intervenção cessa e a concessão é devolvida à concessionária. A concessão é também devolvida à concessionária se o representante do poder concedente decidir não cessar a concessão e esta ainda estiver vigente;

(vi) *Extinção da concessão*. A extinção da concessão pode ser acelerada por meio de encampação e/ou caducidade. Encampação é o término prematuro de uma concessão por motivos relacionados ao interesse público, devendo ser expressamente declarados por lei. A caducidade deve ser declarada pelo poder

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

concedente após a Aneel ou o MME ter editado uma regulamentação administrativa atestando que a concessionária: (a) deixou de prestar o serviço adequado ou de cumprir com a lei ou regulamento aplicável; (b) perdeu as condições técnicas, financeiras ou econômicas para manter a adequada prestação do serviço; ou (c) não cumpriu as multas cobradas pelo poder concedente. A concessionária pode contestar qualquer encampação ou caducidade nos tribunais. A concessionária tem direito a indenização por seus investimentos nos ativos expropriados que não tiverem sido plenamente amortizados ou depreciados, após a dedução de quaisquer quantias relativas a penalidades e danos devidos pela concessionária; e

(vii) *Expiração*. Quando a concessão expirar, todos os ativos, direitos e privilégios materialmente relacionados à prestação dos serviços de eletricidade reverterem para o Governo Federal. Após a expiração, a concessionária tem direito a indenização por seus investimentos em ativos que não tiverem sido plenamente amortizados ou depreciados por ocasião da expiração.

As atribuições das principais autoridades reguladoras do setor de energia elétrica no Brasil podem ser resumidas da seguinte forma:

### *(i) Ministério de Minas e Energia*

O MME é o principal órgão regulador do Governo Federal da indústria de energia atuando como um poder concedente em nome do Governo Federal, e com poderes para formular políticas, reguladoras e de supervisão.

### *(ii) Aneel*

A indústria brasileira de energia é regulada pela Aneel, uma agência reguladora federal independente. A principal responsabilidade da Aneel é regulamentar e supervisionar a indústria de energia em consonância com a política ditada pelo MME e responder a questões que lhe são delegadas pelo Governo Federal e pelo MME. As atuais responsabilidades da Aneel incluem, entre outras: (a) administração das concessões para as atividades de geração, transmissão e distribuição de eletricidade, incluindo a aprovação das tarifas elétricas; (b) promulgação de regulamentos para a indústria elétrica; (c) implementação e regulamentação da exploração das fontes de energia, incluindo a energia hidrelétrica; (d) promoção de procedimento licitatório público para outorga de novas concessões; (e) acerto de disputas administrativas entre as entidades de geração de eletricidade e os compradores de eletricidade; e (f) definição dos critérios e da metodologia para a determinação das tarifas de transmissão.

### *(iii) Conselho Nacional de Política de Energia – CNPE*

Em agosto de 1997, o CNPE foi criado para assessorar o Presidente da República no desenvolvimento da política nacional de energia, para otimizar o uso dos recursos de energia do Brasil e para garantir o fornecimento de energia no País. O CNPE é presidido pelo Ministério de Minas e Energia, e a maioria de seus membros é formada por ministros do governo.

### *(iv) Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS*

Criado em 1998, o ONS é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos constituída por geradores, transmissores, distribuidores, consumidores livres, importadores e exportadores de energia elétrica, cujo papel básico é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão do Sistema Elétrico Interligado Nacional, sujeito à regulamentação e supervisão da Aneel. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico concedeu ao governo poder para indicar três diretores para a Diretoria Executiva do ONS.

Os objetivos e as principais responsabilidades do ONS incluem:

- planejamento operacional para o setor de geração e transmissão;

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- organização do uso do Sistema Elétrico Interligado Nacional e interligações internacionais;
- garantir aos agentes do setor acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória;
- assistência na expansão do sistema energético;
- propor ao MME os planos e diretrizes para extensões da Rede Básica; e
- apresentação de regras para operação do sistema de transmissão para aprovação da Aneel.

### *(v) Empresa de Pesquisa Energética – EPE*

Criada em agosto de 2004, a Empresa de Pesquisa Energética - EPE é responsável por conduzir pesquisas estratégicas no Setor de Energia Elétrica, inclusive com relação à energia elétrica, petróleo, gás, carvão e fontes energéticas renováveis. As pesquisas realizadas pela EPE são utilizadas para subsidiar o MME em seu papel de elaborador de programas para o setor energético nacional.

### *(vi) Comitê de Monitoramento do Setor de Energia – CMSE*

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico autorizou a criação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, que atua sob a direção do MME. O CMSE é responsável pelo monitoramento das condições de fornecimento do sistema e pela indicação das providências necessárias para a correção de problemas identificados.

### *(vii) Outras instituições: ANA, Ibama, Órgãos Estaduais e Municipais*

A Agência Nacional de Águas - ANA é responsável pela regulação do uso da água em lagos e rios sob o domínio federal. Seus objetivos incluem a garantia da qualidade e quantidade da água para atender seus usos múltiplos. Adicionalmente, a ANA deve implementar o Plano Nacional de Monitoramento de Recursos Hídricos, uma série de mecanismos que buscam o uso racional dos recursos hídricos do país.

No que tange os rios e lagos sob domínio estadual, compete aos órgãos estaduais a implantação dos respectivos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, assim como a análise e concessão das outorgas de uso de recursos hídricos.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama é a agência ambiental ligada ao Ministério do Meio Ambiente – MMA e responsável pelo monitoramento e fiscalização ambiental em âmbito federal. O Ibama é responsável pelo licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos que produzam impacto ambiental em âmbito regional ou nacional.

Por fim, os órgãos e agências ambientais municipais são responsáveis pelo licenciamento das atividades que impliquem impacto ambiental local, e, nos demais casos, tem-se que os órgãos e agências ambientais estaduais detêm a competência para realizar o licenciamento ambiental.

A Companhia e suas controladas exercem suas atividades de geração e transmissão de energia elétrica nos termos de contratos de concessão outorgados pelo Poder Concedente, que têm prazo de 35 anos para empreendimentos de geração e de 30 anos para transmissão a partir da data de assinatura dos Contratos de Concessão celebrados pela Companhia.

A Companhia, concessionária de serviço público de energia elétrica, autorizada a funcionar como empresa de energia elétrica pelo Decreto-Lei nº 8.031 e 8.032, ambos de 03 de outubro de 1945, teve todos os seus ativos de geração de energia elétrica, oriundos das respectivas concessões outorgadas por Lei, incluídos no Contrato de Concessão de nº 006/2004-ANEEL, e seus ativos de transmissão incluídos no Contrato de Concessão de nº 061/2001-ANEEL.

A Medida Provisória – MP nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, alterou dispositivos da legislação vigente com o objetivo de viabilizar a redução do custo da energia elétrica para o consumidor, buscando, assim, promover a modicidade tarifária e a garantia de suprimento de energia elétrica, como também tornar o

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

setor produtivo mais competitivo, contribuindo para o aumento do nível de emprego e renda no Brasil. Essa legislação dispõe sobre os contratos de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas anteriormente à Lei nº 8.987/1995, e estabelece o regime de comercialização da energia gerada por usinas hidrelétricas, em complemento ao Novo Modelo do Setor Elétrico instituído pela Lei nº 10.848/2004. As mudanças introduzidas na legislação visam à captura da amortização e depreciação dos investimentos realizados nos empreendimentos de geração e nas instalações de transmissão e de distribuição de energia elétrica.

O Decreto-Lei nº 8.031, que criou a Chesf em 1945, autorizou o aproveitamento progressivo do potencial energético do rio São Francisco, durante 50 anos, no trecho situado entre Juazeiro (BA) e Piranhas (AL), que abrange as usinas Xingó, Complexo de Paulo Afonso, Apolônio Sales (Moxotó) e Luiz Gonzaga (Itaparica). A concessão do trecho do rio para a construção da usina Sobradinho foi outorgada posteriormente, em 10/02/1972, pelo Decreto nº 70.138. Além dessas usinas, outras hidrelétricas, em diferentes rios, foram incorporadas à Chesf: Boa Esperança, Funil, Pedra, Araras e Curemas. Em 1995, foi prorrogado o prazo de concessão das usinas da Chesf, por mais 20 anos, após o qual uma nova concessão teria de ser licitada. Em decorrência, entre julho e outubro de 2015 venceriam as concessões das usinas da Chesf, com exceção de Sobradinho e Curemas, com vencimento em 9 de fevereiro de 2022 e 25 de novembro de 2024, respectivamente. A concessão de 97% dos ativos de transmissão da Chesf também se encerraria em 2015.

Com a adesão à mencionada Medida Provisória, a Chesf teve a concessão de seus ativos, que estaria vencendo em 2015, prorrogada por mais 30 anos, uma única vez, a partir de 2013, na condição de ter remuneração para prestação de serviços de operação e manutenção (O&M), a submissão a novos padrões de qualidade fixados pela Aneel e a disponibilização da energia gerada em regime de cotas para as distribuidoras. Também foram contempladas mudanças no marco regulatório com a redução ou eliminação de encargos, reversão dos bens e indenização de parte dos ativos não depreciados.

Em razão das alterações introduzidas pela Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, as concessões de geração de energia elétrica reguladas por este contrato, têm seu termo final, conforme estabelecido nos respectivos atos de prorrogação, a seguir transcritos:

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Aproveitamentos Hidrelétricos e Usinas Termelétricas	Município de localização da Casa de Força / UF	Atos		Termo Final da Concessão
		Concessão	Prorrogação	
UHE Boa Esperança (Castelo Branco)	Guadalupe/PI	Decreto nº 57.016, de 11.10.1965	Portaria MME nº 290, de 11.11.2004	31.12.2042
UHE Luiz Gonzaga	Petrolândia/PE	Decreto nº 19.706, de 03.10.1945	Portaria MME nº 290, de 11.11.2004	31.12.2042
UHE Apolônio Sales	Delmiro Gouveia/AL	Decreto nº 19.706, de 03.10.1945	Portaria MME nº 290, de 11.11.2004	31.12.2042
UHE Paulo Afonso I	Paulo Afonso/BA	Decreto nº 19.706, de 03.10.1945	Portaria MME nº 290, de 11.11.2004	31.12.2042
UHE Paulo Afonso II	Paulo Afonso/BA	Decreto nº 19.706, de 03.10.1945	Portaria MME nº 290, de 11.11.2004	31.12.2042
UHE Paulo Afonso III	Paulo Afonso/BA	Decreto nº 19.706, de 03.10.1945	Portaria MME nº 290, de 11.11.2004	31.12.2042
UHE Paulo Afonso IV	Paulo Afonso/BA	Decreto nº 19.706, de 03.10.1945	Portaria MME nº 290, de 11.11.2004	31.12.2042
UHE Sobradinho	Sobradinho/BA	Decreto nº 70.138, de 10.02.1972	3ª Termo Aditivo ao Contrato de Concessão	09.02.2052
UHE Xingó	Canindé do São Francisco/SE	Decreto nº 19.706, de 03.10.1945	Portaria MME nº 290, de 11.11.2004	31.12.2042
UHE Funil	Ubaitaba/BA	Decreto nº 51.267, de 25.08.1961	Portaria MME nº 290, de 11.11.2004	31.12.2042
UHE Pedra	Jequié/BA	Decreto nº 51.267, de 25.08.1961	Portaria MME nº 290, de 11.11.2004	31.12.2042
PCH Curemas	Coremas/PB	Decreto nº 74.971, de 26.11.1974	Portaria MME nº 290, de 11.11.2004	25.11.2024

### b. política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Chesf tem fundamentado a operação de seus empreendimentos com práticas socioambientais, que tem como princípio explorar as potencialidades de recursos energéticos locais e regionais respeitando os princípios do Desenvolvimento Sustentável e da Gestão Ambiental, em consonância com as Diretrizes da Política Ambiental das Empresas Eletrobras. Em 2018, a Chesf destinou recursos financeiros na ordem de R\$ 16,3 milhões (R\$ 19,6 milhões em 2017) para programas que visam a Sustentabilidade Ambiental.

A Chesf busca manter a regularidade do licenciamento de seus empreendimentos, tendo em 2018 obtido 21 Licenças de Instalação (LI) e Renovações de LI, 06 Autorizações de Supressão de Vegetação relacionadas à implantação e melhoria de empreendimentos e 28 Renovações de Licença de Operação.

Dentre as licenças emitidas em 2018, cabe o destaque para as Licenças de Operação de novos empreendimentos: Seccionamento da LT 230 kV Recife II-Pirapama para a SE Jaboatão e a Subestação Jaboatão II 230/69 kV; Central Solar Fotovoltaica de Petrolina – CRESP; LT 230 kV Messias-Maceió II e SE Maceió II 230/69 kV e LT 230 kV Jardim-Nossa Senhora do Socorro e SE Nossa Senhora do Socorro 230/69 KV.

No que concerne ao processo de Educação e Comunicação Ambiental, a Chesf executou o Plano de Ação Socioambiental (PAS) na área de influência do Complexo Paulo Afonso e UHE Xingó, assim como o Programa de Educação Ambiental (PEA) nas Linhas de Transmissão LT 230 kV Jardim-Penedo, LT 500 kV Luiz Gonzaga/Milagres, no corredor de linhas que vai desde a SE Paulo Afonso, passando pela SE Bom

## 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Nome até a SE Milagres, além do Programa de Comunicação Social da LT 230 kV Picos/Tauá-C1. Nesses programas, a Chesf efetuou várias ações, tais como: oficinas e campanhas educativas junto às comunidades, ações de fortalecimento institucional e mobilizações comunitárias.

Também foram realizadas Campanhas de Controle de Queima de Cana de Açúcar, nos estados de Pernambuco, Sergipe e Alagoas; Programa de Controle de Queima de Mato nos estados de Piauí e Maranhão; Campanhas de Vandalismo com foco em Isoladores e Campanhas de Pipa nos estados de Pernambuco e Ceará. Esses programas consistem de diversas atividades, a exemplo de visitas, palestras e oficinas em comunidades localizadas nas proximidades dos empreendimentos.

O total de pessoas atendidas nos Planos de Ação Socioambiental, nos Programas de Educação Ambiental, no Programa de Comunicação Social de Picos/Tauá e nas Campanhas de Controle de Queimadas de Cana e de Mato foi de 132 alunos, 244 professores e 5.088 pessoas das comunidades.

No que se refere à Gestão da Biodiversidade, a Chesf assegura a operação do Viveiro Florestal de Xingó, tendo em 2018 alcançado a produção de 107.610 mudas de espécies nativas da caatinga. Um dos destaques das ações do Viveiro é a pesquisa voltada à reprodução em escala da coroa-de-frade (*Melocactus* Sp), que em 2018 atingiu um resultado de 12.000 unidades em fase de crescimento, espécie protegida considerada em extinção. Foram doadas 56.096 mudas a diversas instituições para plantio nas margens de rios e riachos na bacia do Rio São Francisco. Ainda no ano de 2018, 19 escolas visitaram o viveiro com a participação de 721 alunos. Em Boa Esperança, a Chesf mantém um viveiro para produção de mudas nativas do cerrado, com destaque para a espécie de Pequi (*Caryocar coriaceum*), com uma produção de 16.463 unidades de mudas em 2018.

Em 2018, foram executados outros programas voltados para a Biodiversidade e Qualidade de Água como o de Monitoramento dos Ecossistemas Aquáticos, realizados em Sobradinho-BA, Itaparica PE/BA, Complexo Paulo Afonso-BA e Xingó-AL/SE. Adicionalmente no Baixo São Francisco foi realizado o Monitoramento da Cunha Salina. O Programa de Monitoramento do Rio São Francisco durante a baixa vazão (Qualidade de Água, Macrófitas, Cunha Salina e Processos Erosivos) realizou 17 campanhas ao longo do ano. Em Boa Esperança, encerrou-se em junho, o Programa de Monitoramento de Fauna e Flora que gerou dados para futura implantação de um programa de conservação da fauna e flora locais. A Chesf deu continuidade ao processo de recuperação das áreas degradadas no entorno dos Reservatórios de Xingó e Boa Esperança. Em relação à piscicultura, foram realizados peixamentos com espécies nativas nos reservatórios do São Francisco, executados pela Piscicultura de Paulo Afonso.

### **c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de *royalties* relevantes para o desenvolvimento das atividades**

A Companhia desenvolve suas atividades de geração e transmissão de energia elétrica de acordo com os contratos de concessão firmados com o Governo Federal por meio da Aneel e, portanto, a condição financeira da Companhia e o seu resultado operacional dependem da manutenção de tais concessões.

Para mais informações acerca das concessões da Companhia vide seção 9.1 deste Formulário de Referência.

## **7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior**

A Companhia não possui receitas provenientes de outros países.

## **7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades**

A Companhia não possui efeitos de regulação estrangeira nas suas atividades.

## 7.8 - Políticas Socioambientais

- a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais

As informações são divulgadas anualmente no Relatório Anual e de Sustentabilidade da Chesf.

- b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

O Relatório Anual e de Sustentabilidade segue as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) e o Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro das Empresas de Energia Elétrica da Aneel.

- c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Sim. As informações apresentadas no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2018 foram auditadas e revisadas por uma empresa independente.

- d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Essas informações estão disponíveis nos seguintes endereços:

<http://www.chesf.gov.br/sustentabilidade/Pages/VisaoGeral/RelatorioSustentabilidade.aspx>

## **7.9 - Outras Informações Relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico estão divulgadas em itens anteriores.

## 8.1 - Negócios Extraordinários

### **Alienação de participação em Sociedades de Propósito Específico - SPEs**

Durante o exercício de 2018 foi concluído o processo de alienação das ações das SPEs *Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA, Eólica Serra das Vacas Holding S.A., Chapada do Piauí II Holding S.A., Complexo Sento Sé I, Chapada do Piauí I Holding S.A. e Manaus Transmissora de Energia S.A.*, respectivamente, de propriedade da Chesf para a sua controladora, a Eletrobras. Esta operação está vinculada ao Pilar Disciplina Financeira do Plano Diretor de Negócios e Gestão (“PDNG”) 2018/2022, e tem por objetivo promover a quitação de dívidas da Companhia junto à Eletrobras, permitindo a redução de sua alavancagem financeira e melhoria do indicador “Dívida Líquida/EBITDA”.

As informações acima constam da Nota Explicativa nº 19.4 das Demonstrações Financeiras.

### **Ativos não Circulantes Mantidos para Venda**

As SPEs do Complexo Eólico Sento Sé II (*Baraúnas I Energética S.A., Morro Branco I Energética S.A. e Mussambê Energética S.A.*), e do Complexo Eólico Sento Se III (*Baraúnas II Energética S.A. e Banda de Couro Energética S.A.*) foram arrematadas no Leilão Eletrobrás 01/2018, ocorrido em 27/09/2018, e até a finalização dos trâmites de transferência, os investimentos nestas SPEs foram classificados como Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda. A baixa definitiva ocorreu no início de 2019.

A SPE *Vamcruz I Participações S.A.* inserida por procuração no referido leilão, não recebeu proposta. A Companhia classificou os investimentos nesta SPE como Ativos Não Circulante Mantidos para Venda, visto que foram satisfeitas as seguintes condições: (a) Disponibilidade imediata de venda em suas condições atuais; (b) Alta probabilidade de venda; (c) Compromisso, pela alta administração da companhia, com o plano de venda; (d) Localização de comprador; e (e) Valor.

As informações acima constam da Nota Explicativa nº 17 da Demonstrações Financeiras.

## 8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

### Modernidade e Integração

A Empresa manteve o foco no fortalecimento da gestão, na melhoria de desempenho, nos ganhos de produtividade e de eficiência operacional, além de redução de desperdícios e custos.

A implantação do Centro de Serviços Compartilhados – CSC, tanto de Gestão Corporativa quanto Financeiro, viabilizou a reestruturação dos processos, que trará ganhos de escala e aplicação das melhores práticas, com a implantação de políticas de padronização e redução de custos.

Foi implantado o Plano de Demissão Consensual, visando diminuir o seu quadro de pessoal para implementar uma política de maior racionalização da sua gestão de pessoas, com o fortalecimento dos seus processos de recursos humanos, contemplando também a gestão do conhecimento através da execução de Plano de Retenção do Conhecimento e Plano de Preparação para Aposentadoria.

Para viabilização de todas essas diretrizes e integração efetiva dos principais processos da Empresa, houve um avanço significativo na estruturação e preparação das equipes, infraestrutura e adequação de procedimentos para a implantação do Enterprise Resource Planning - ERP SAP. Este projeto representa um grande desafio em relação à mudança de atitudes, processos e forma de trabalho das pessoas e isso é parte essencial na transformação da Companhia. A Chesf dá um salto em direção à modernização da gestão, efficientização e competitividade.

### Investimento em novas formas de geração

Cabe destacar a vocação natural da Região Nordeste para as novas formas de geração de energia renovável, especialmente para as fontes de origem solar e eólica. O que antes era tido como um problema para a região, com a alta incidência de sol, hoje se tornou algo bom e rentável. A região conta também com excelentes índices de circulação de ventos. Quando levamos em conta o Plano Decenal de Expansão de Energia 2027 (PDE 2027), que considera que grande parte da expansão será com essas fontes renováveis e que 80% desse crescimento estará na região, podemos avaliar a grande oportunidade que se apresenta para a Companhia.

Já temos diversas iniciativas e estudos para estar à frente desse crescimento, em especial na geração fotovoltaica. Em 2018, colocamos em funcionamento a primeira fase de uma usina solar flutuante no lago de Sobradinho, em uma área de 10 mil metros quadrados do espelho d'água e com capacidade de geração de 1 megawatt-pico (MWp). Em 2019, junto com os estudos de eficiência dessa tecnologia, haverá a expansão de mais 4 MWp no local, totalizando 5 MWp.

Hoje, o Centro de Referência em Energia Solar de Petrolina (Cresp), com uma planta de geração fotovoltaica e um laboratório de pesquisa, nos permite novas parcerias para o desenvolvimento de tecnologia, inclusive com instituições do meio acadêmico. Nele está localizada uma planta de energia solar, com capacidade de 2,5MWp. Além disso, o Cresp também vai abrigar uma usina solar em tecnologia de torre central para captação da luz refletida pelos heliostatos e também uma usina solar em tecnologia de cilindros parabólicos. Vale ressaltar que, ainda neste segmento de inovação, obtivemos a primeira Carta Patente da Chesf, com o “Aplicativo para Regulação e Paralelismo de Transformadores de Potência”.

Todas essas iniciativas e o nosso direcionamento para a inovação tem ajudado a colocar a empresa novamente em um cenário competitivo. O setor elétrico está mudando rapidamente e está longe de ser o mercado que conhecíamos há 10 anos. Por isso precisamos de agilidade em nossas decisões para continuar melhorando processos com eficiência e buscando ações de inovação e desenvolvimento para manter a Chesf como uma empresa forte e competitiva.

### **8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais**

Não houve, nos três últimos exercícios, contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas partes relacionadas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

#### **8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico estão divulgadas nos demais itens.

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Os principais ativos não-circulantes da Companhia consistem em usinas hidrelétricas e termelétrica, além de suas redes de transmissão, e participações societárias.

A Companhia é responsável por 10.323,43 MW da capacidade instalada de geração de energia elétrica no país, o que representa aproximadamente 6,32% do total da capacidade nacional. O parque de geração atualmente é composto por 12 usinas hidrelétricas, supridas através de 10 reservatórios com capacidade de armazenamento máximo de 57,4 bilhões de metros cúbicos de água e duas usinas de energia eólicas com 61,10 MW de potência instalada. Os empreendimentos de gerações hidráulica e eólica, realizados por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), perfazem 16.006,43 MW, correspondentes a 2.799,49 MW equivalentes, representando 1,71% do total da capacidade de geração do Brasil.

O Sistema de Transmissão da Companhia, que consiste em um conjunto de linhas de transmissão interligadas a subestações, é responsável por 20.585,2 km de linhas de transmissão, correspondentes a cerca de 14,14% do total das linhas do Brasil. Os empreendimentos realizados por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) perfazem 3.911,0 km, correspondentes a 1.334,5 km equivalentes, representando a 0,92% do total de linhas de transmissão do Brasil.

Em 31/12/2018, a Companhia detinha investimentos em participações societárias nas empresas relacionadas a seguir.

Controladas e Coligadas	Participação
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%
Energia Sustentável do Brasil	20,00%
Manaus Construtora Ltda.	19,50%
TDG -Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%
Norte Energia S.A.	15,00%
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%
Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%
Usina de Energia Eólica Acauã Energia S.A.	99,93%
Usina de Energia Eólica Angical 2 Energia S.A.	99,96%
Usina de Energia Eólica Arapapá Energia S.A.	99,90%
Usina de Energia Eólica Caititu 2 Energia S.A.	99,96%
Usina de Energia Eólica Caititu 3 Energia S.A.	99,96%
Usina de Energia Eólica Carcará Energia S.A.	99,96%
Usina de Energia Eólica Corrupião 3 Energia S.A.	99,96%
Usina de Energia Eólica Teiú 2 Energia S.A.	99,95%
Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%
Papagaio Energia S.A.	99,96%
Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	83,01%

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

A Companhia reclassificou, no ano de 2018, como Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda, o saldo dos investimentos nas SPEs do Complexo Eólico Sento Sé II, Complexo Eólico Sento Sé III e Vamcruz I Participações S.A, em decorrência do Leilão Eletrobras 01/2018.

A SPE Vamcruz I Participações S.A. inserida por procuração no referido leilão não recebeu proposta. A Companhia classificou os investimentos nesta SPE como Ativos Não Circulante Mantidos para Venda, visto que foram satisfeitas as seguintes condições: (a) Disponibilidade imediata de venda em suas condições atuais; (b) Alta probabilidade de venda; (c) Compromisso, pela alta administração da companhia, com o plano de venda; (d) Localização de comprador; e (e) Valor.

As SPEs do Complexo Eólico Sento Sé II, do Complexo Eólico Sento Se III foram arrematadas no Leilão Eletrobras 01/2018, e até a finalização dos trâmites de transferência, os investimentos nestas SPEs serão classificados como mantido para venda.

Tais ativos estão demonstrados com mais detalhes nos subitens 9.1.a, 9.1.b, 9.1.c e 9.2.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados**

<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Usina Eólica - Papagaio (SPE)	Brasil	BA	Pindaí	Própria
Usina Hidro Elétrica - Sobradinho	Brasil	BA	Sobradinho	Própria
Usina Hidro Elétrica - Curemas	Brasil	PB	Coremas	Própria
Usina Eólica - Acauã (SPE)	Brasil	BA	Pindaí	Própria
Usina Eólica - Angical 2 (SPE)	Brasil	BA	Pindaí	Própria
Usina Eólica - Arapapá (SPE)	Brasil	BA	Pindaí	Própria
Usina Eólica - Caititu 2 (SPE)	Brasil	BA	Pindaí	Própria
Usina Eólica - Caititu 3 (SPE)	Brasil	BA	Pindaí	Própria
Usina Eólica - Carcará (SPE)	Brasil	BA	Pindaí	Própria
Usina Eólica - Corrupião 3 (SPE)	Brasil	BA	Pindaí	Própria
Usina Eólica - Tamanduá Mirim 2 (SPE)	Brasil	BA	Pindaí	Própria
Usina Eólica - Casa Nova II	Brasil	BA	Casa Nova	Própria
Usina Eólica - Casa Nova III	Brasil	BA	Casa Nova	Própria
Usina Eólica - Teiú 2 (SPE)	Brasil	BA	Pindaí	Própria
Usina Eólica - Coqueirinho 2 (SPE)	Brasil	BA	Pindaí	Própria

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	LT Messias/ Maceió II, 230 kV, 20 Km.	Maio/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-005/2012.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	LT Eunápolis/Teixeira de Freitas II 230 kV, 145 Km - SE Teixeira de Freitas II 230/138 kV.	Outubro/2038	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-014/2008.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	SE Suapell 500/230kV e III 230/69kV-LT Pirapamall/Suapell, 41, 8 Km e LT Suape III/II, 7,2 Km, 230kV.	Janeiro/2039	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-006/2009.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	LT Eunápolis/Teixeira de Freitas II, 230 kV, 145 Km.	Agosto/2039	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-018/2009	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	SE Nossa Sra Socorro, 230/69 kV.	Maio/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-005/2012.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	SE Maceió II, 230/69 kV.	Maio/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-005/2012.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	SE Poções II, 230/138 kV.	Maio/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-005/2012.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	LT Camaçari IV/Pirajá, 230 kV, 45 Km.	Maio/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-015/2012.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	LT Pituaçu/Pirajá, 230 kV, 5 Km.	Maio/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-015/2012.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	SE Pirajá, 230/69 kV	Maio/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-015/2012.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	Usina Eólica - Arapapá (SPE).	Abril/2049	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	SE Mirueira II, 230/69 kV.	Junho/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-017/2012.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	SE Jaboatão II, 230/69 kV.	Junho/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-017/2012.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	LT Russas/Banabuiú, 230 kV, 110 Km.	Junho/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-018/2012.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	LT Touros II/ Ceará Mirim II, 230 kV, 61,5 Km - SE Touros, 230 kV.	Junho/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-018/2012.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	LT Mossoró IV/Mossoró II, 230 kV, 36,1 Km - SE Mossoró IV, 230 kV.	Junho/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-018/2012.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	LT Igaporã III/ Pindai II, 230 kV, 49,5 Km.	Junho/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-019/2012.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	LT Igaporã III/Igaporã II, 230 kV, 10,8 Km.	Junho/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-019/2012.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	SE Igaporã III, 500/230 kV.	Junho/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-019/2012.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	SE Pindaí II, 230 kV.	Junho/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-019/2012.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	Usina Hidro Elétrica – Complexo Paulo Afonso e Apolônio Sales.	Dezembro/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-006/2004.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	Usina Hidro Elétrica - Luiz Gonzaga (Itaparica).	Dezembro/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-006/2004.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	Usina Eólica - Casa Nova II.	Maió/2049	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-220/2014.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	Usina Eólica - Casa Nova III.	Maió/2049	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-225/2014.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	Usina Hidro Elétrica - Xingó.	Dezembro/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-006/2004.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	Usina Hidro Elétrica – Funil.	Dezembro/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-006/2004.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	LT Picos/Tauá, 230 kV, 183,2 Km.	Junho/2037	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-012/2007.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	LT Paraíso/Açu, 230 kV, 132,8 Km.	Junho/2037	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-012/2007.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	Usina Hidro Elétrica – Pedras.	Dezembro/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-006/2004.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	Usina Eólica - Caititu 3 (SPE).	Abril/2049	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	Usina Eólica - Carcará (SPE).	Abril/2049	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	Usina Eólica - Corrupião 3 (SPE).	Abril/2049	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	Usina Eólica - Teiú (SPE).	Abril/2049	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	Usina Eólica - Coqueirinho 2 (SPE).	Junho/2049	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	Usina Eólica - Papagaio (SPE).	Junho/2049	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	Usina Eólica - Tamanduá Mirim 2 (SPE).	Junho/2049	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	Usina Eólica - Caititu 2 (SPE).	Abril/2049	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	LT Milagres/Coremas, 230 kV, 119,8 Km.	Março/2035	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-008/2005.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	LT Funil/Itapebi, 230 kV, 223 Km.	Abril/2037	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-005/2007.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	Usina Hidro Elétrica - Boa Esperança (Antiga Castelo Branco).	Dezembro/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-006/2004.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	Usina Hidro Elétrica - Sobradinho.	Fevereiro/2052	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-006/2004.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	Usina Hidro Elétrica - Curemas.	Novembro/2024	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-006/2004.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	LT Casa Nova II - Sobradinho - C1, 67,1 km	Maio/2049	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-2252010.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	Linhas de Transmissão (69 a 500 KV) - 18.911,7 km - 87 Subestações.	Dezembro/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. Concessão sob Regime Especial de Operação e Manutenção - O&M - Lei nº 12.783/2013. CTR-061/2001.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	LT Ibicoara/Brumado, 230 kV, 94,5 Km	Junho/2037	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-010/2007.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	LT Morro do Chapéu II/ Irecê, 230 kV, 64,1 Km - SE Morro do Chapéu, 230/69 kV.	Outubro/2041	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-009/2011.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	LT Paraíso/Lagoa Nova II, 230 kV, 65,4 Km - SE Lagoa Nova II, 230/69 kV - SE Ibiapina II, 230/69 kV.	Outubro/2041	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-010/2011.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	LT Teresina II/ Teresina III, 230 kV, 45,6 Km - SE Teresina III, 230/69 kV.	Dezembro/2041	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-017/2011.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	LT Jardim/Penedo, 230 kV, 110 Km.	Março/2038	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-005/2008.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A (SPE).	Outubro de 2041	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-008/2011.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	SE Elev. Usina de Curemas.	Novembro de 2024	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-006/2004.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	SE Elev. Usina de Sobradinho.	Fevereiro de 2052	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-006/2004.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	LT Paulo Afonso III/ Zebu II, 230 kV, 10,8 km.	Agosto/2039	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-017/2009.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	LT Milagres/Tauá, 230 kV, 208,1 Km - SE Tauá II, 230 kV.	Março/2035	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-007/2005.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	SE Santa Rita II, 230/69 kV.	Agosto/2039	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-017/2009.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	LT Pau Ferro/Santa Rita II, 230 kV, 85,0 Km.	Agosto/2039	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-017/2009.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	SE Zebu II, 230/69 kV.	Agosto/2039	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-017/2009.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	SE Natal III, 230/69 kV.	Agosto/2039	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-017/2009.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	2 (duas) Marcas Mistas Nominativas (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco).	10 anos/renováveis	Pedidos de registro podem ser indeferidos pelo INPI. A perda dos direitos pode decorrer da: (i) expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; (ii) renúncia total ou parcial ao direito, em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; (iii) caducidade do registro, devido à não utilização injustificada da marca; (iv) utilização da marca com modificação que implique em alteração do caráter distintivo original, conforme certificado de registro, por cinco ou mais anos, contados da concessão do registro; ou (v) declaração de nulidade do registro, obtida após êxito em processo administrativo. No âmbito judicial, não se pode assegurar que terceiros não aleguem violação de direito de propriedade intelectual pela Companhia e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros é realizada pelo pagamento de retribuições ao INPI, imprescindível para evitar a extinção dos mesmos e a cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica na impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penais e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Concessões	Usina Eólica - Acauã (SPE).	Abril/2049	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	SE Camaçari IV, 500/230 kV.	Julho/2040	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-007/2010.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	SE Arapiraca III, 230/69 kV.	Outubro/2040	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-013/2010.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	SE Pólo, 230/69 kV.	Outubro/2040	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-014/2010.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	LT Paraíso/Açu II, 230 kV, 123 Km.	Novembro/2040	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-019/2010.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	LT Bom Jesus da Lapa II/Igaporã II, 230 kV, 115 Km - SE Igaporã, 230 kV.	Novembro/2040	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-020/2010.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	SE Elev. Usina Funil	Dezembro/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-006/2004.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	SE Ibicoara 500/230 kv	Junho/2037	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-010/2007.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	LT C. Mirim II/J. Câmara II, 230 kV, 74,5 Km - LT Extremoz II/C. Mirim II, 230 kV, 31,4 Km.	Novembro/2040	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-019/2010.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	SE Brumado II	Junho/2037	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-010/2007.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	SE Bom Jesus da Lapa II	Novembro/2040	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-020/2010.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	SE Casa Nova II	Maió/2049	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-225/2014.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	SE Elev. Casa Nova II e III	Maió/2049	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-225/2014.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	LT Sobral III/ Acaraú II, 230 kV, 91,3 Km - SE Acaraú II, 230 kV.	Novembro/2040	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-021/2010.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	LT Açú/ Mossoró II, 230 kV, 69 Km.	Novembro/2040	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-019/2010.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	Usina Eólica - Angical 2 (SPE).	Abril/2049	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	SE João Câmara, 230 kV - SE Extremoz II, 230 kV.	Novembro/2040	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-019/2010.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	LT Recife II/ Suape II, 500 kV, 44 Km.	Dezembro/2041	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-018/2011.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.
Concessões	LT Camaçari IV/Sapeçu, 500 kV, 105 Km - LT Sapeçu/Sto. Antonio de Jesus, 230 kV, 31 Km.	Dezembro/2041	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-019/2011.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	LT Jardim/ Nossa Sra Socorro, 230 kV, 1,3 Km.	Maior/2042	A Companhia realiza suas atividades em conformidade com contratos de concessão celebrados com o Governo Brasileiro por meio da Aneel. A Aneel poderá impor penalidades à Companhia, na hipótese em que esta deixe de cumprir com qualquer obrigação prevista nos contratos de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades poderão incluir advertências, multas substanciais, restrições às operações da Companhia, intervenção ou término da concessão. A Aneel poderá também cancelar as concessões antes de seu vencimento na hipótese em que a concessionária venha a ter sua falência decretada ou ser dissolvida, na hipótese de a Aneel determinar que esse cancelamento atenda ao interesse público, ou por caducidade da concessão. CTR-005/2012.	Na hipótese de a ANEEL cancelar qualquer uma das concessões da Companhia antes do respectivo prazo de vencimento, a Companhia não poderá mais operar aquela atividade e a compensação a ser recebida pelo cancelamento da concessão poderá não ser suficiente para recuperar o valor integral do investimento realizado pela Companhia e, desta forma, esta poderá ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e resultado operacional.

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
ACAUÃ ENERGIA S.A.	19.517.173/0001-00	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Geração Eólica de Energia Elétrica	99,930000
				Valor mercado				
31/12/2018	38,205452	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2018		35.534.700,30		
31/12/2017	-25,117508	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,161346	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional.								
ANGICAL 2 ENERGIA S.A.	19.526.394/0001-44	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Geração Eólica de Energia Elétrica	99,960000
				Valor mercado				
31/12/2018	26,733482	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2018		48.595.764,98		
31/12/2017	-25,296001	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,444613	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional.								
ARAPAPÁ ENERGIA S.A.	19.526.384/0001-09	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Geração Eólica de Energia Elétrica	99,900000
				Valor mercado				
31/12/2018	11,733542	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2018		27.057.982,22		
31/12/2017	23,334693	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,066672	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional.								
BANDA DE COURO ENERGÉTICA S.A.	19.905.727/0001-46	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Geração Eólica de Energia Elétrica	1,700000
				Valor mercado				
31/12/2018	-9,448766	0,000000	0,00	Valor contábil 31/12/2018		569.414,72		
31/12/2017	-29,393320	0,000000	0,00					

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2016	-3,978181	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional. A SPE está disponível para venda.								
BARAÚNAS I ENERGÉTICA S.A	19.354.626/0001-24	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Geração Eólica de Energia Elétrica	49,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2018	-8,878759	0,000000	25.850,17	<b>Valor contábil</b>	31/12/2018	17.196.122,46		
31/12/2017	-2,682345	0,000000	0,00					
31/12/2016	11,734848	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional. A SPE está disponível para venda.								
BARAÚNAS II ENERGÉTICA S.A	19.905.679/0001-96	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Geração Eólica de Energia Elétrica	1,500000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2018	-4,226385	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2018	410.233,54		
31/12/2017	-27,905361	0,000000	0,00					
31/12/2016	1,639490	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional. A SPE está disponível para venda.								
CAITITU 2 ENERGIA S.A.	19.517.279/0001-03	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Geração Eólica de Energia Elétrica	99,960000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2018	58,466775	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2018	51.597.677,74		
31/12/2017	-32,202914	0,000000	0,00					
31/12/2016	1,042736	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional.								
CAITITU 3 ENERGIA S.A.	19.526.401/0001-08	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Geração Eólica de Energia Elétrica	99,960000

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data		Valor (Reais)		
				Valor mercado				
31/12/2018	59,645761	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	49.055.229,24		
31/12/2017	-29,994190	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,266476	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional.								
CARCARÁ ENERGIA S.A.	19.517.245/0001-19	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Geração Eólica de Energia Elétrica	99,960000
				Valor mercado				
31/12/2018	46,012743	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	48.202.534,37		
31/12/2017	-32,281099	0,000000	0,00					
31/12/2016	-1,832516	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional.								
CHAPADA DO PIAUÍ I HOLDING S.A	20.512.213/0001-00	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holding que contempla 7 SPEs de Geração Eólica de Energia Elétrica (Ventos de Santa Joana IX, X, XI, XII, XIII, XV e XVI)	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	0,00		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional. A SPE foi vendida ao longo do ano de 2018.								
CHAPADA DO PIAUÍ II HOLDING S.A	20.512.161/0001-71	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holding que contempla 6 SPEs de Geração Eólica de Energia Elétrica (Ventos de Santa Joana I, III, IV, V, VII e Santo Augusto IV)	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	0,00		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional. A SPE foi vendida ao longo do ano de 2018.								
COMPANHIA ENERGÉTICA SINOP S.A.	19.527.586/0001-75	-	Controlada	Brasil	DF	Brasília	Geração Hidráulica de Energia Elétrica	24,500000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2018	-11,920654	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2018	222.473.689,31		
31/12/2017	267,121571	0,000000	0,00					
31/12/2016	140,834786	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional.								
COQUEIRINHO 2 ENERGIA S.A.	19.962.277/0001-23	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Geração Eólica de Energia Elétrica	99,980000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2018	51,727368	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2018	102.174.108,00		
31/12/2017	-24,464687	0,000000	0,00					
31/12/2016	-1,892918	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional.								
CORRUPÇÃO 3 ENERGIA S.A.	19.517.183/0001-45	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Geração Eólica de Energia Elétrica	99,960000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2018	51,860612	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2018	51.122.610,93		
31/12/2017	-36,273409	0,000000	0,00					
31/12/2016	1,006250	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional.								
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S.A.	08.768.414/0001-77	-	Coligada	Brasil	MT	Cuiabá	Geração Hidráulica de Energia Elétrica	24,500000

## 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emissor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2018	0,151121	0,000000	25.039.143,20	31/12/2018	111.517.064,43			
31/12/2017	6,401602	0,000000	19.978.596,86					
31/12/2016	1,299842	0,000000	22.375.554,92					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional.								
Energia Sustentável do Brasil S.A.	09.029.666/0001-47	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Geração Hidráulica de Energia Elétrica	20,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2018	-3,157265	0,000000	0,00	31/12/2018	1.488.223.430,37			
31/12/2017	-7,756429	0,000000	0,00					
31/12/2016	19,332894	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional.								
EOLICA SERRA DAS VACAS HOLDING S.A.	23.441.056/0001-87	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holding que contempla 4 SPEs de Geração Eólica de Energia Elétrica (Eólica Serra das Vacas I, II, III e IV S.A).	0,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00	31/12/2018	0,00			
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional. A SPE foi vendida ao longo do ano de 2018.								
EXTREMOZ TRANSMISSORA DO NORDESTE - ETN S.A.	14.029.911/0001-56	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Transmissão de Energia Elétrica	100,000000
<b>Valor mercado</b>								
31/12/2018	-3,489929	0,000000	0,00	31/12/2018	487.588.353,38			
31/12/2017	711,912684	0,000000	0,00					
31/12/2016	72,473100	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de serviços de transmissão ao Sistema Interligado Nacional.								
INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	07.799.081/0001-80	-	Controlada	Brasil	DF	Brasília	Transmissão de Energia Elétrica	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	0,00		
31/12/2017	0,000000	0,000000	4.992.531,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	1.543.095,72					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de serviços de transmissão ao Sistema Interligado Nacional. A SPE foi vendida ao longo do ano de 2018.								
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S.A.	10.562.611/0001-87	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Transmissão de Energia Elétrica	24,500000
				Valor mercado				
31/12/2018	4,855041	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	685.370.502,89		
31/12/2017	15,738096	0,000000	0,00					
31/12/2016	15,484450	0,000000	14.013.396,17					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de serviços de transmissão ao Sistema Interligado Nacional.								
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A.	14.432.763/0001-16	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Transmissão de Energia Elétrica	49,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	1,743359	0,000000	7.448.000,00	Valor contábil	31/12/2018	272.085.889,86		
31/12/2017	-25,730524	0,000000	0,00					
31/12/2016	12,885055	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de serviços de transmissão ao Sistema Interligado Nacional.								

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
MANAUS CONSTRUTORA LTDA	10.883.025/0001-34	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Construção e Montagem da Linha de Transmissão de Energia Elétrica, pertencente à Manaus Transmissora S.A.	19,500000
				Valor mercado				
31/12/2018	-0,487014	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	7.508.713,05		
31/12/2017	2,777617	0,000000	0,00					
31/12/2016	-1,421309	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de serviços de transmissão ao Sistema Interligado Nacional.								
MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	09.584.854/0001-37	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Transmissão de Energia Elétrica	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	0,000000	0,000000	2.545.213,16	Valor contábil	31/12/2018	0,00		
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de serviços de transmissão ao Sistema Interligado Nacional. A SPE foi vendida ao longo do ano de 2018.								
MORRO BRANCO I ENERGÉTICA S.A	19.353.878/0001-39	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Geração Eólica de Energia Elétrica	49,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	-11,707883	0,000000	61.801,98	Valor contábil	31/12/2018	13.891.274,11		
31/12/2017	-4,977440	0,000000	0,00					
31/12/2016	-2,713550	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional. A SPE está disponível para venda.								
MUSSAMBÊ ENERGÉTICA S.A	19.353.849/0001-77	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Geração Eólica de Energia Elétrica	49,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	-6,629368	0,000000	142.784,39	Valor contábil	31/12/2018	19.586.303,88		

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2017	-1,085241	0,000000	0,00					
31/12/2016	-2,376604	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional. A SPE está disponível para venda.								
NORTE ENERGIA S.A.	12.300.288/0001-07	-	Controlada	Brasil	DF	Brasília	Geração Hidráulica de Energia Elétrica	15,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2018	19,327378	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2018	2.058.674.970,09		
31/12/2017	7,302172	0,000000	0,00					
31/12/2016	54,288674	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional.								
PAPAGAIO ENERGIA S.A.	19.962.303/0001-13	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Geração Eólica de Energia Elétrica	99,960000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2018	81,150172	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2018	68.064.440,67		
31/12/2017	-34,584627	0,000000	0,00					
31/12/2016	-0,360875	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional.								
PEDRA BRANCA S.A.	12.709.996/0001-98	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Geração Eólica de Energia Elétrica	0,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2018	0,000000	0,000000	4.453.607,69	<b>Valor contábil</b>	31/12/2018	0,00		
31/12/2017	0,000000	0,000000	4.062.861,85					
31/12/2016	0,000000	0,000000	2.860.445,99					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional. A SPE foi vendida ao longo do ano de 2018.								
SÃO PEDRO DO LAGO S.A.	12.709.813/0001-34	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Geração Eólica de Energia Elétrica	0,000000

**9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
				Valor mercado				
31/12/2018	0,000000	0,000000	1.044.323,77	Valor contábil	31/12/2018	0,00		
31/12/2017	0,000000	0,000000	45.948,20					
31/12/2016	0,000000	0,000000	270.056,17					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional. A SPE foi vendida ao longo do ano de 2018.								
SETE GAMELEIRAS S.A.	12.710.327/0001-36	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Geração Eólica de Energia Elétrica	0,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	0,000000	0,000000	3.340.366,19	Valor contábil	31/12/2018	0,00		
31/12/2017	0,000000	0,000000	1.014.659,28					
31/12/2016	0,000000	0,000000	2.025.127,04					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional. A SPE foi vendida ao longo do ano de 2018.								
STN - SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE S.A.	05.991.437/0001-58	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Transmissão de Energia Elétrica	49,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	-23,526522	0,000000	43.409.022,19	Valor contábil	31/12/2018	165.748.976,68		
31/12/2017	6,822144	0,000000	30.404.815,77					
31/12/2016	14,669879	0,000000	41.861.499,15					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de serviços de transmissão ao Sistema Interligado Nacional.								
TAMANDUÁ MIRIM 2 ENERGIA S.A.	19.962.291/0001-27	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Geração Eólica de Energia Elétrica	83,010000
				Valor mercado				
31/12/2018	64,979702	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	91.444.683,10		
31/12/2017	-28,142869	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,689062	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional.								
TDG TRANSMISSORA DELMIRO GOUVEIA	11.552.929/0001-40	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Transmissão de Energia Elétrica	49,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	16,596565	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	31.840.756,97		
31/12/2017	248,805124	0,000000	0,00					
31/12/2016	8,191713	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de serviços de transmissão ao Sistema Interligado Nacional.								
TEIÚ 2 ENERGIA S.A.	19.517.324/0001-20	-	Controlada	Brasil	PE	Recife	Geração Eólica de Energia Elétrica	99,950000
				Valor mercado				
31/12/2018	34,854619	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	41.741.007,68		
31/12/2017	-22,017467	0,000000	0,00					
31/12/2016	0,576208	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional.								
VAMCRUZ I PARTICIPAÇÕES S.A	21.514.543/0001-05	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Holding que contempla 4 SPEs de Geração Eólica de Energia Elétrica (Caiçara I e II e Junco I e II)	49,000000
				Valor mercado				
31/12/2018	-0,436076	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2018	124.065.371,53		
31/12/2017	34,780035	0,000000	0,00					
31/12/2016	26,012571	0,000000	855.825,10					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Projetos de investimentos e expansão da oferta de energia elétrica ao Sistema Elétrico Nacional. A SPE está disponível para venda.								

## 9.2 - Outras Informações Relevantes

### Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica – Indenização Complementar

Em 11/01/2013, o Governo Federal emitiu a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23/01/2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07/07/1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

Destacam-se entre as mudanças no modelo de negócios, a alteração do regime de preço para tarifa calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos de remuneração, com revisões periódicas e alocação das cotas de garantia físicas de energia e de potência das usinas hidrelétricas às concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN. E para a transmissão a tarifa (nova Receita Anual Permitida – RAP) foi definida para cobrir os custos de operação e manutenção, acrescida de remuneração.

A Resolução Normativa Aneel nº 596, de 19/12/2013, em complemento ao art. 2º do Decreto nº 7.850, de 30/11/2012, estabelece critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis de aproveitamentos hidrelétricos, realizados até 31/12/2012 e ainda não amortizados ou depreciados. A concessionária manifestou interesse, em 27/12/2013 no recebimento do valor referente aos investimentos posteriores ao Projeto Básico, e em 11/12/2014, apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento dos valores dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos ativos de geração de energia elétrica, dos Aproveitamentos Hidrelétricos, previsto nos termos da Lei nº 12.783, de 11/01/2013. O valor requerido à Aneel é de R\$ 4.802,3 milhões, em valores de dezembro de 2012, correspondente aos seguintes Aproveitamentos Hidrelétricos: Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, com potência total instalada de 9.208,5 MW. O valor e a forma de recebimento serão homologados pela Aneel.

Em 10/12/2013, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 589, que define os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição - VNR, para fins de indenização das instalações de transmissão das concessionárias que optaram pela prorrogação prevista na Lei nº 12.783/2013. Essa resolução estabelece que a concessionária deverá contratar uma empresa credenciada junto à Aneel para elaborar um laudo de avaliação, que deverá contemplar o Valor Novo de Reposição-VNR dos ativos que compõem as instalações existentes em 31/05/2000 e ainda não depreciados até 31/12/2012. Em 06/03/2015, a Chesf apresentou à Aneel, documentação comprobatória para requerimento desse valor complementar, elaborada por empresa credenciada junto à Aneel, para fins do processo de apuração dos valores referentes as instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e Demais Instalações de Transmissão – RPC, conforme a Lei nº 12.783/2013.

Em 20/04/2016, o Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria nº 120/2016, determinou que os valores homologados pela ANEEL relativos aos ativos previstos no artigo 15, § 2º, da Lei nº 12.783, de 11/01/2013 (denominados Rede Básica Sistemas Existentes – RBSE), passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017. A portaria também estabelece que o custo de capital incorrido pelas empresas possa ser incluído nos referidos valores.

São abrangidos pela portaria os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31/12/2012, quando essas empresas tiveram antecipados os vencimentos de contratos de concessão, nos termos da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013.

Esses ativos, não depreciados e nem incorporados na base para remuneração regulatória no período de Janeiro/2013 a Junho/2017, serão atualizados pelo IPCA e serão remunerados pelo custo do capital próprio, real, (composto por parcelas de remuneração e depreciação, acrescidos dos devidos tributos) do segmento de transmissão, serão incluídos na base de remuneração regulatória de 2017, atualizados pelo IPCA e remunerados pelo Custo Ponderado Médio do Capital a partir do referido processo, pelo prazo de oito anos.

Em 03/08/2016, a Diretoria da Aneel homologou, mediante o Despacho nº 2.076/2016, o Relatório de Fiscalização- RF nº 0084/2016, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira-SFF, que apresentou o seu posicionamento acerca dos valores que passam a compor a base de remuneração regulatória prevista no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2016, a que a Chesf tem direito, fixando-o em R\$ 5.092,4 milhões, data-base de 31/12/2012. O valor requerido à Aneel, pela Companhia, foi de R\$ 5.627,2 milhões, em valores de dezembro de 2012. A Companhia mantinha em seus registros, o montante de R\$ 1.187,0 milhões para esses ativos.

## 9.2 - Outras Informações Relevantes

Foi aberta em outubro/2016, pela Aneel, audiência pública para acolhimento de sugestões de aprimoramento nos procedimentos de registros da nova Base de Remuneração Regulatória da transmissão, no entanto, a homologação do referido laudo e principalmente a regulamentação estabelecida na portaria nº 120/2016, trouxeram condições necessárias para o reconhecimento contábil do laudo.

A partir do ciclo iniciado em julho deste ano a Companhia começou a receber via RAP os valores homologados pela Aneel.

O fornecimento de energia pela Chesf para consumidores industriais no Nordeste teve início no ano de 1970. Em 2004, com a publicação da Lei nº 10.848, de 15/03/2004, e do Decreto nº 5.163, de 30/07/2004, os contratos foram adequados ao novo modelo setorial e desdobrados em três instrumentos: conexão ao sistema de transmissão, uso do sistema de transmissão e compra e venda de energia de elétrica. Esses instrumentos foram firmados com as seguintes empresas, listadas por estado: Bahia (Braskem UNIB, Braskem UCS/MVC/PVC, Brasil Kirin, Dow Brasil, Ferbasa, Gerdau BA, Mineração Caraíba, Novelis, Paranapanema, Vale Manganês), Pernambuco (Gerdau PE), Alagoas (Braskem UCS) e Ceará (Libra), com vigência até 31/12/2010, conforme o Art. 25 da Lei nº 10.848 e o Art. 54 do Decreto nº 5.163. Em novembro de 2010, a Chesf aditou, com exceção da Novelis que fechou sua planta, os Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica – CCVE com vigência até 30/06/2015, com base no Artigo 22 da Lei nº 11.943, de 28/05/2009, regulamentada pelo do Decreto nº 7.129/2010.

Em 22/06/2015 foi publicada a Medida Provisória MP nº 677, convertida na Lei nº 13.182, de 03/11/2015, com a seguinte concepção: **a)** prorrogação da concessão da UHE Sobradinho até fevereiro de 2052; **b)** prorrogação dos contratos com os Consumidores Industriais até fevereiro de 2037, com redução gradual dos montantes de energia nos últimos 6 anos; e **c)** criação do Fundo de Energia do Nordeste – FEN a partir de recursos da diferença entre o preço de contrato dos Consumidores Industriais e a Receita Anual de Geração - RAG.

Com a publicação da MP nº 677/2015, a Chesf analisou as condições estabelecidas na referida MP, sob as óticas técnica, comercial, econômico-financeira e jurídica, sendo essa análise objeto da Nota Técnica “Avaliação da Prorrogação dos Contratos dos Consumidores Industriais com base na MP nº 677/2015”, de julho/2015, e do Parecer Jurídico “Regime Jurídico e Riscos Envolvidos na Prorrogação de Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica sob a Égide da MP nº 677/15”, emitido pelo Professor Dr. Alexandre Santos de Aragão, de 28/07/2015, ratificado pelo Despacho Chesf n.º DJU- 3.2015.001, de 28/07/2015. A referida Nota Técnica concluiu pela vantajosidade da formalização da prorrogação através de Aditivos aos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica com os Consumidores Industriais.

O Conselho de Administração ao tomar conhecimento da matéria, pela relevância, decidiu encaminhar o assunto à Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 21/08/2015, que: i) referendou o requerimento feito à Aneel pela Chesf, por meio da CE-PR-168/2015, de 10/07/2015, para prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, por mais 30 (trinta) anos, contados a partir de fevereiro de 2022, nas condições estabelecidas na Medida Provisória nº 677, de 22/06/2015; e ii) autorizou a celebração dos Aditivos aos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, nos termos da Medida Provisória nº 677, de 22/06/2015.

Com base na portaria acima referida a Companhia elaborou sua melhor estimativa apresentando os valores atualizados, em 31/12/2018, conforme quadro abaixo:

Transmissão	
Rede básica - RBSE - Saldo histórico	1.187.029
Atualização VNR	3.905.355
<b>Valor Homologado pela ANEEL</b>	<b>5.092.384</b>
Atualização IPCA e Remuneração	5.196.643
Recebimento	-
<b>Valor total do ativo Financeiro atualizado</b>	<b>10.289.027</b>
Efeito Resultado	
Receita operacional	1.013.071
Imposto de Renda e Contribuição Social	(344.444)
<b>Efeito líquido</b>	<b>668.627</b>

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os comentários descritos a seguir, têm como base as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia registrou no exercício de 2018 um lucro líquido de R\$ 265,9 milhões, representando uma redução de 74,5% em relação ao ano anterior.

A Companhia possui uma capacidade de alavancagem que garante seus investimentos e pode ser demonstrada com base no índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é obtido pela soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado abaixo.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 estão a seguir sumarizados:

	R\$ mil		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Financiamentos, empréstimos e debêntures	1.650.334	2.244.315	2.204.009
(-) Caixa, Equivalente de Caixa e TVM	430.368	228.718	160.095
<b>Dívida líquida</b>	<b>1.219.966</b>	<b>2.015.597</b>	<b>2.043.914</b>
(+) Total do patrimônio líquido	15.394.444	13.856.372	12.597.856
<b>Total do capital</b>	<b>16.614.410</b>	<b>15.871.969</b>	<b>14.641.770</b>
Índice de alavancagem financeira	7,3%	12,7%	14,0%

A atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre capital total, apresenta um nível de alavancagem que atingiu 7,3% em 31/12/2018.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e monitorada continuamente, a fim de assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos, e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventuais disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos por títulos públicos custodiados na Cetip, não havendo exposição ao risco de contraparte.

### b. estrutura de capital

A estrutura de capital decorre da escolha feita pela Companhia entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros para o financiamento de suas operações.

**Em 31 de dezembro de 2018** sua dívida bruta totalizou R\$ 1.650,3 milhões, 26,5% menor que os R\$ 2.244,3 milhões em 2017, dos quais 34,3% (R\$ 566,3 milhões) é de curto prazo e 65,7% (R\$ 1.084,0 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2018 o saldo de R\$ 1.220,0 milhões.

**Em 31 de dezembro de 2017** sua dívida bruta totalizou R\$ 2.244,3 milhões, 1,8% maior que os R\$ 2.204,0 milhões em 2016, dos quais 55,4% (R\$ 1.244,0 milhões) é de curto prazo e 44,6% (R\$ 1.000,3 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2017 o saldo de R\$ 2.015,6 milhões.

**Em 31 de dezembro de 2016** a dívida bruta totalizou R\$ 2.204,0 milhões, 51,9% maior que os R\$ 1.450,6 milhões em 2015, dos quais 42,1% (R\$ 927,0 milhões) é de curto prazo e 57,9% (R\$ 1.277,0 milhões) de

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

longo prazo. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2016 o saldo de R\$ 2.043,9 milhões.

R\$ mil					
Dívida	2018	2017	2016	Δ% 2018 Vrs. 2017	Δ% 2017 Vrs. 2016
Curto prazo	566.328	1.243.969	926.973	(54,5)	34,2
Longo prazo	1.084.006	1.000.346	1.277.036	8,4	(21,7)
<b>Dívida Bruta Total</b>	<b>1.650.334</b>	<b>2.244.315</b>	<b>2.204.009</b>	<b>(26,5)</b>	<b>1,8</b>
(-) Caixa, equivalentes de caixa e TVM	430.368	228.718	160.095	88,2	42,9
<b>Dívida Líquida</b>	<b>1.219.966</b>	<b>2.015.597</b>	<b>2.043.914</b>	<b>(39,5)</b>	<b>(1,4)</b>

A estrutura de capital dos três últimos exercícios sociais está demonstrada a seguir:

R\$ mil					
	2018	2017	2016	Δ% 2018 Vrs. 2017	Δ% 2017 Vrs. 2016
Capital Próprio	15.394.444	13.856.372	12.597.856	11,1	10,0
Capital de Terceiros	11.040.537	10.959.555	10.523.062	0,7	4,1
<b>Capital Total</b>	<b>26.434.981</b>	<b>24.815.927</b>	<b>23.120.918</b>	<b>6,5</b>	<b>7,3</b>

A evolução do indicador medido pela relação entre capital de terceiros e capital total mostra redução de 1,3 pontos percentuais entre 2016 e 2017, apontando 45,5% em 31/12/2016 e 44,2% em 31/12/2017. Já em 31/12/2018, o capital de terceiros passou a representar 41,8%, reduzindo 2,4 pontos percentuais em relação a 2017.

### c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

**Em 2018**, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, provisão *impairment*/contrato oneroso, provisão para perdas em investimentos, provisão para PIDV/PAE, outras provisões – FID foi de R\$ 717,9 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 279,5 milhões, 30,7% menor que em 2017 (R\$ 403,6 milhões) e a dívida bruta total estava em R\$ 1.650,3 milhões, 26,5% menor que em 2017 (R\$ 2.244,3 milhões).

**Em 2017**, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, provisão *impairment*/contrato oneroso, provisão para perdas em investimentos, provisão para PIDV/PAE, outras provisões – FID foi de R\$ 589,9 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 403,6 milhões, 51,0% maior que em 2016 (R\$ 267,3 milhões) e a dívida bruta total estava em R\$ 2.244,3 milhões, 1,8% maior que em 2016 (R\$ 2.204,0 milhões).

**Em 2016**, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, provisão *impairment*/contrato oneroso, provisão para perdas em investimentos, provisão para PIDV foi de R\$ 760,4 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 267,3 milhões, 46,2% maior que em 2015 (R\$ 182,8 milhões) e a dívida bruta total estava em R\$ 2.204,0 milhões, 51,9% maior que em 2015 (R\$ 1.450,6 milhões).

Maiores detalhes sobre o perfil da dívida, vide alínea (f) deste item 10.1.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes utilizadas nos três últimos exercícios sociais foram compostas por recursos provenientes de sua geração operacional de caixa e pela obtenção de financiamentos junto a instituições financeiras, tais como, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e BNDES.

Os recursos dos financiamentos obtidos pela Chesf têm sido usados para financiar a expansão de seus sistemas de geração e transmissão de energia elétrica em empreendimentos corporativos e por meio de participações em parcerias, através da constituição de Sociedades de Propósito Específico.

Fontes de Financiamento - Recursos Recebidos no Exercício			
	R\$ mil		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Geração Operacional de Caixa (EBITDA)	717.932	589.864	760.427
Financiamentos, empréstimos e debêntures	482.116	656.134	652.974
<b>Total</b>	<b>1.200.048</b>	<b>1.245.998</b>	<b>1.413.401</b>

### e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para a cobertura de eventuais deficiências de liquidez para o financiamento de capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, a Companhia buscará a obtenção de empréstimos junto a instituições financeiras.

### f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

#### i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

#### ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

#### iii. grau de subordinação entre as dívidas

#### iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A composição do endividamento total da empresa está demonstrada a seguir:

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais**

Endividamento Total			
	R\$ mil		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	249.474	423.355	313.138
Folha de pagamento	126	18.464	20.740
Tributos a recolher	704.224	216.290	116.183
Financiamentos e empréstimos	555.721	1.090.875	926.973
Remuneração aos acionistas	158.680	30.600	-
Outras provisões operacionais	99.304	103.738	106.552
Obrigações estimadas	128.573	139.817	161.861
Incentivo ao Desligamento - PIDV /PAE	100.672	55.642	36.029
Benefícios pós-emprego	116.042	151.616	27.727
Encargos setoriais	135.205	144.579	73.784
Debêntures	10.607	153.094	
Outros	74.363	83.149	232.203
	<b>2.332.991</b>	<b>2.611.219</b>	<b>2.015.190</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Tributos a recolher	20.368	21.137	20.477
Passivos fiscais diferidos	3.165.745	3.331.821	3.254.553
Financiamentos e empréstimos	942.480	1.000.346	1.277.036
Benefícios pós-emprego	974.667	973.514	1.391.907
Incentivo ao Desligamento - PIDV/ PAE	35.305	20.691	37.050
Encargos setoriais	408.147	361.790	344.254
Provisões para contingências	2.715.332	2.298.304	1.839.391
Provisão contrato oneroso	215.288	184.587	279.907
Obrigações vinculadas à Concessão	55.693	57.381	59.042
Debêntures	141.526	-	-
Outros	32.995	98.765	4.255
	<b>8.707.546</b>	<b>8.348.336</b>	<b>8.507.872</b>
<b>CAPITAL DE TERCEIROS</b>	<b>11.040.537</b>	<b>10.959.555</b>	<b>10.523.062</b>

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos da Companhia estão demonstradas a seguir:

## a) Composição

	31/12/2018					31/12/2017	31/12/2016
	Circulante		Total	Não Circulante		Total	Total
	Principal	Encargos		Principal	Total		
Eletrobras	228.656	-	228.656	42.438	271.094	838.125	698.735
Banco do Brasil	103.449	43	103.492	17.241	120.733	224.217	256.454
Banco do Nordeste	45.473	2.450	47.923	156.880	204.803	117.675	158.538
Caixa Econômica	100.000	1.170	101.170	87.500	188.670	339.803	456.249
BNDES	66.866	1.380	68.246	438.421	506.667	571.401	634.033
SAFRA	-	6.234	6.234	200.000	206.234	-	-
<b>Total</b>	<b>544.444</b>	<b>11.277</b>	<b>555.721</b>	<b>942.480</b>	<b>1.498.201</b>	<b>2.091.221</b>	<b>2.204.009</b>

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Com relação aos empréstimos com a **Eletrobras**, neste exercício foi contratado empréstimo no montante de R\$ 155,0 milhões de janeiro de 2018, dos quais R\$ 152,1 milhões em moeda e R\$ 2,9 milhões obtidos mediante encontro de contas, para investimentos corporativos da Companhia e aportes em SPEs, no qual incidem juros equivalentes a 7,03% a.a. com reajuste anual do saldo devedor pelo IPCA. Este contrato será amortizado em 12 (doze) parcelas mensais, sendo a primeira no dia 30 do mês subsequente ao término da carência, que ocorreu em abril de 2018. Está garantido por recursos referentes a transmissão (Rede Básica do Sistema Existente – RBSE). Em 31/12/2018 o saldo deste contrato é de R\$ 55,7 milhões.

A Companhia possui ainda contratos com a Eletrobras, com saldo de R\$ 316,8 milhões em 31/12/2018 (R\$ 266,6 milhões em 2017). Para o montante de R\$ 127,3 milhões incidem juros equivalentes a 7,57% a.a. com reajuste anual do saldo devedor pelo IPCA. Para o montante de R\$ 189,3 milhões, incidem juros equivalentes a CDI acrescidos de 5,54% a.a. e o saldo de R\$ 172 mil, indexado pelo IPCA, com taxa de juros de 7,2% a.a. O pagamento do principal destes dois últimos empréstimos foi suspenso até 31/12/2018 por meio da Resolução da Diretoria da Eletrobras nº RES-036/2018, de 15/01/2018, que trata do processo de Dação em Pagamento de ações de titularidade da Chesf em SPEs.

No exercício, a Companhia quitou obrigações financeiras advindas do serviço da dívida no montante de R\$ 1.089,5, destes, R\$ 479,0 mediante pagamentos e R\$ 610,5 milhões através de transferência de determinadas participações acionárias detidas pela Chesf em sociedades de propósito específico, para a Eletrobras. Esta operação tem por objetivo promover a quitação de dívidas da Companhia com a Eletrobras e diminuir sua alavancagem financeira.

O empréstimo junto ao **Banco do Brasil** destinou-se, exclusivamente, a garantir a provisão de fundos da conta corrente de depósitos. Está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras.

Os empréstimos junto ao **Banco do Nordeste** estão garantidos por recebíveis representados por duplicatas registradas em cobrança no montante equivalente de 3 a 6 prestações de amortização do financiamento, mais um fundo de liquidez em conta reserva a título de garantia complementar, equivalente a 3 prestações de amortização.

O empréstimo junto a **Caixa Econômica Federal**, destinou-se a constituição de capital de giro e está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da totalidade das Receitas Anuais de Geração – RAG, das Usinas do Complexo de Paulo Afonso, Usina de Funil e Usina da Pedra durante o prazo da operação.

Os financiamentos junto ao **BNDES** destinam-se a implantação das obras de ampliação, reforços, melhorias e modernização da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, sob responsabilidade da Chesf, para implantação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE), bem como para aquisição de máquinas e equipamentos nacionais que se enquadrem nos critérios da Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame, tendo como garantias a cessão fiduciária dos direitos creditórios da Receita Anual de Geração - RAG, a que a beneficiária tem direito pela disponibilização da Garantia Física e de Potência das Usinas Hidroelétricas Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança (Castelo Branco) e Xingó, e Fiança da Eletrobras. Estes financiamentos serão amortizados em até 168 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira na data na formalização do aditivo aos respectivos contratos e a última no dia 15/06/2029.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

b) Composição dos financiamentos e empréstimos por tipo de moeda e indexador:

	R\$ mil					
	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2016	
	RS	%	RS	%	RS	%
Sem Indexador	378.344	23,65%	334.309	15,99%	419.678	19,04%
IPCA	183.146	11,45%	122.491	5,86%	215	0,01%
CDI	704.937	44,07%	1.271.898	60,82%	1.394.235	63,26%
TJLP	333.126	20,83%	362.523	17,34%	389.881	17,69%
<b>Total</b>	<b>1.599.553</b>	<b>100,01%</b>	<b>2.091.221</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.204.009</b>	<b>100,00%</b>
Principal	1.486.924	99,25%	2.075.872	99,27%	2.188.978	99,32%
Encargos	11.277	0,75%	15.349	0,73%	15.031	0,68%
<b>Total</b>	<b>1.498.201</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.091.221</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.204.009</b>	<b>100,00%</b>

c) O valor principal dos financiamentos e empréstimos a longo prazo, no montante de R\$ 942.480 mil (R\$ 1.000.346 mil, em 2017, e R\$ 1.277.036 mil, em 2016), tem seus vencimentos assim programados:

	R\$ mil		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
2020	224.806	396.630	718.036
2021	173.980	196.508	130.911
2022	128.543	104.149	96.336
2023	119.914	66.649	58.836
2024	70.688	63.712	58.836
Após 2024	224.549	172.698	214.081
<b>Total</b>	<b>942.480</b>	<b>1.000.346</b>	<b>1.277.036</b>

### g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os limites dos financiamentos contratados pela Companhia e os percentuais já utilizados dos mesmos, são os demonstrados a seguir:

Credor	Contrato	2018			2017		
		Valor Contratado	Valor Utilizado	Percentual de Utilização	Valor Contratado	Valor Utilizado	Percentual de Utilização
		(R\$ mil)	(R\$ mil)		(R\$ mil)	(R\$ mil)	
BB	Nº 306.401.146	500.000	500.000	100,00%	500.000	500.000	100,00%
CEF	Nº 15.3515.763.00000001/06	400.000	400.000	100,00%	400.000	400.000	100,00%
CEF	Nº 15.3515.763.00000002/97	200.000	200.000	100,00%	200.000	200.000	100,00%
BNDES	Nº 13.2.1148.1	727.560	419.596	57,67%	727.560	419.596	57,67%
BNDES	Nº 13.2.1149.1	475.454	265.538	55,85%	475.454	265.538	55,85%
BNB	Nº 44.2009.6427.2237	32.576	15.573	47,81%	32.576	15.573	47,81%
BNB	Nº 44.2010.645.2809	4.865	2.433	50,00%	4.865	2.433	50,00%
BNB	Abertura de Crédito	388.998	388.998	100,00%	388.998	388.998	100,00%
BNB	Nº 44.2017.1063.16994	158.420	134.793	85,09%	158.420	0	0,00%
BNB	Nº 44.2018.1041.19120	155.817	0	0,00%	0	0	0,00%
<b>TOTAL</b>		<b>3.043.690</b>	<b>2.326.931</b>	<b>76,45%</b>	<b>2.887.873</b>	<b>2.192.138</b>	<b>75,91%</b>

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais****h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras****BALANÇO PATRIMONIAL**

(em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	Análise Vertical (%)			Análise Horizontal (%)	
				2018	2017	2016	2018 Vrs. 2017	2017 Vrs. 2016
<b>ATIVO</b>								
<b>CIRCULANTE</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	276.986	181.262	140.399	1,05	0,73	0,61	52,81	29,10
Títulos e valores mobiliários	153.382	47.456	19.696	0,58	0,19	0,09	223,21	140,94
Clientes	838.904	588.382	387.478	3,17	2,37	1,68	42,58	51,85
Tributos a recuperar	615.352	88.328	105.437	2,33	0,36	0,46	596,67	(16,23)
Cauções e depósitos vinculados	30.683	26.934	15.561	0,12	0,11	0,07	13,92	73,09
Almoxarifado	72.809	67.347	76.647	0,28	0,27	0,33	8,11	(12,13)
Serviços em curso	321.557	250.830	190.169	1,22	1,01	0,82	28,20	31,90
Ativo financeiro - concessões de serviço público	2.210.630	2.210.158	1.314.991	8,36	8,91	5,69	0,02	68,07
Dividendos a Receber	19.704	14.084	62.548	0,07	0,06	0,27	39,90	(77,48)
FachesfSaúde Mais	35.182	65.859	8.448	0,13	0,27	0,04	(46,58)	679,58
Outros	331.411	126.358	121.058	1,25	0,51	0,52	162,28	4,38
	<b>4.906.600</b>	<b>3.666.998</b>	<b>2.442.432</b>	<b>18,56</b>	<b>14,78</b>	<b>10,56</b>	<b>33,80</b>	<b>50,14</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
<b>Realizável a Longo Prazo</b>								
Clientes	8.413	13.397	368	0,03	0,05	-	(37,20)	3.540,49
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	487.822	487.822	487.822	1,85	1,97	2,11	-	-
Títulos e valores mobiliários	193	958	1.639	-	-	0,01	(79,85)	(41,55)
Tributos a recuperar	202.176	377.319	389.889	0,76	1,52	1,69	(46,42)	(3,22)
Cauções e depósitos vinculados	627.007	660.351	1.120.173	2,37	2,66	4,84	(5,05)	(41,05)
Serviços em curso	-	-	75.000	-	-	0,32	-	(100,00)
Ativo financeiro - concessões de serviço público	12.993.589	11.885.473	11.120.735	49,15	47,89	48,10	9,32	6,88
FachesfSaúde Mais	-	-	78.636	-	-	0,34	-	(100,00)
Adiantamento a investidas	275.529	478.000	456.355	1,04	1,93	1,97	(42,36)	4,74
Outros	30.602	36.282	29.612	0,12	0,15	0,13	(15,66)	22,52
	<b>14.625.331</b>	<b>13.939.602</b>	<b>13.760.229</b>	<b>55,33</b>	<b>56,17</b>	<b>59,51</b>	<b>4,92</b>	<b>1,30</b>
<b>Investimentos</b>	4.967.077	5.439.897	5.291.992	18,79	21,92	22,89	(8,69)	2,79
<b>Imobilizado</b>	1.840.042	1.711.542	1.565.595	6,96	6,90	6,77	7,51	9,32
<b>Intangível</b>	95.931	57.888	60.670	0,36	0,23	0,26	65,72	(4,59)
	<b>21.528.381</b>	<b>21.148.929</b>	<b>20.678.486</b>	<b>81,44</b>	<b>85,22</b>	<b>89,44</b>	<b>1,79</b>	<b>2,28</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>26.434.981</b>	<b>24.815.927</b>	<b>23.120.918</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>6,52</b>	<b>7,33</b>

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais****BALANÇO PATRIMONIAL**

(em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	Análise Vertical (%)			Análise Horizontal (%)	
				2018	2017	2016	2018 Vrs. 2017	2017 Vrs. 2016
<b>PASSIVO E PL</b>								
<b>CIRCULANTE</b>								
Fornecedores	249.474	423.355	313.138	0,94	1,71	1,35	(41,07)	35,20
Folha de pagamento	126	18.464	20.740	-	0,07	0,09	(99,32)	(10,97)
Tributos a recolher	704.224	216.290	116.183	2,66	0,87	0,50	225,59	86,16
Financiamentos e empréstimos	555.721	1.090.875	926.973	2,10	4,40	4,01	(49,06)	17,68
Remuneração aos acionistas	158.680	30.600	-	0,60	0,12	-	418,56	-
Outras provisões operacionais	99.304	103.738	106.552	0,38	0,42	0,46	(4,27)	(2,64)
Obrigações estimadas	128.573	139.817	161.861	0,49	0,56	0,70	(8,04)	(13,62)
Incentivo ao Desligamento - PIDV/PAE	100.672	55.642	36.029	0,38	0,22	0,16	80,93	54,44
Benefícios pós-emprego	116.042	151.616	27.727	0,44	0,61	0,12	(23,46)	446,82
Encargos setoriais	135.205	144.579	73.784	0,51	0,58	0,32	(6,48)	95,95
Debêntures	10.607	153.094	-	0,04	0,62	-	(93,07)	-
Outros	74.363	83.149	232.203	0,28	0,34	1,00	(10,57)	(64,19)
	<b>2.332.991</b>	<b>2.611.219</b>	<b>2.015.190</b>	<b>8,83</b>	<b>10,52</b>	<b>8,72</b>	<b>(10,66)</b>	<b>29,58</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				-	-	-	-	-
Tributos a recolher	20.368	21.137	20.477	0,08	0,09	0,09	(3,64)	3,22
Passivos fiscais diferidos	3.165.745	3.331.821	3.254.553	11,98	13,43	14,08	(4,98)	2,37
Financiamentos e empréstimos	942.480	1.000.346	1.277.036	3,57	4,03	5,52	(5,78)	(21,67)
Benefícios pós-emprego	974.667	973.514	1.391.907	3,69	3,92	6,02	0,12	(30,06)
Incentivo ao Desligamento - PIDV/PAE	35.305	20.691	37.050	0,13	0,08	0,16	70,63	(44,15)
Encargos setoriais	408.147	361.790	344.254	1,54	1,46	1,49	12,81	5,09
Provisões para contingências	2.715.332	2.298.304	1.839.391	10,27	9,26	7,96	18,15	24,95
Provisão contrato oneroso	215.288	184.587	279.907	0,81	0,74	1,21	16,63	(34,05)
Obrigações vinculadas à Concessão	55.693	57.381	59.042	0,21	0,23	0,26	(2,94)	(2,81)
Debêntures	141.526	-	-	0,54	-	-	-	-
Outros	32.995	98.765	4.255	0,12	0,40	0,02	(66,59)	2.221,15
	<b>8.707.546</b>	<b>8.348.336</b>	<b>8.507.872</b>	<b>32,94</b>	<b>33,64</b>	<b>36,80</b>	<b>4,30</b>	<b>(1,88)</b>
<b>P. LÍQUIDO</b>				-	-	-	-	-
Capital social	9.753.953	9.753.953	9.753.953	36,90	39,31	42,19	-	-
Reservas de capital	4.916.199	4.916.199	4.916.199	18,60	19,81	21,26	-	-
Reservas de lucros	2.354.453	746.160	-	8,91	3,01	-	215,54	-
Outros resultados abrangentes	(1.649.160)	(1.576.803)	(1.820.879)	(6,24)	(6,35)	(7,88)	4,59	(13,40)
Lucros/Prejuízos acumulados	-	-	(267.407)	-	-	(1,16)	-	(100,00)
	<b>15.375.445</b>	<b>13.839.509</b>	<b>12.581.866</b>	<b>58,16</b>	<b>55,77</b>	<b>54,42</b>	<b>11,10</b>	<b>10,00</b>
Participação de não controladores	18.999	16.863	15.990	0,07	0,07	0,07	12,67	5,46
	<b>15.394.444</b>	<b>13.856.372</b>	<b>12.597.856</b>	<b>58,24</b>	<b>55,84</b>	<b>54,49</b>	<b>11,10</b>	<b>9,99</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PL</b>	<b>26.434.981</b>	<b>24.815.927</b>	<b>23.120.918</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>6,52</b>	<b>7,33</b>

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Apresentamos a seguir uma comparação das variações significativas ocorridas em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

### ATIVO

#### Ativo Circulante

Apresentou aumento de 33,80%, passando de R\$ 3.666.998 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4.906.600 mil em 31 de dezembro de 2018. As principais variações foram:

##### Caixa e Equivalentes de Caixa

Aumento de 52,81% no caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$ 181.262 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 276.986 mil em 31 de dezembro de 2018.

##### Títulos e Valores Mobiliários

Aumento de 223,21% nos títulos e valores mobiliários, que passou de R\$ 47.456 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 153.382 mil em 31 de dezembro de 2018, passando a representar 0,58% do ativo total em 2018, sendo em 2017 e 2016, 0,19% e 0,01%, respectivamente.

##### Clientes

Aumento de 42,58%, que passou de R\$ 588.382 mil em 31 dezembro de 2017 para R\$ 838.904 mil em 31 de dezembro de 2018.

##### Tributos a Recuperar

Aumento de 596,67%, que passou de R\$ 88.328 mil em 31 dezembro de 2017 para R\$ 615.352 mil em 31 de dezembro de 2018.

##### Cauções e Depósitos Vinculados

Aumento de 13,92%, que passou de R\$ 26.934 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 30.683 mil em 31 de dezembro de 2018. As cauções no ativo circulante são principalmente compostas por garantias contratuais.

##### Ativo das Concessões de Serviço Público

Aumento de 0,02% no ativo financeiro, que passou de R\$ 2.210.158 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.210.630 mil em 31 de dezembro de 2018, passando a representar 8,36% do ativo total em 2018, sendo em 2017 e 2016, 8,91% e 5,69%, respectivamente.

#### Ativo Não Circulante

O ativo não circulante apresentou um aumento de 1,79%, passando de R\$ 21.148.929 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 21.528.381 mil em 31 de dezembro de 2018. As principais variações foram:

##### Realizável a Longo Prazo: Clientes

Aumento na rubrica de clientes, que passou de R\$ 13.397 mil em 2017 para R\$ 8.413 mil em 2018.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Realizável a Longo Prazo: Cauções e Depósitos Vinculados

Redução de 5,05% nas cauções e depósitos vinculados, passando de R\$ 660.351 mil em 2017 para R\$ 627.007 mil em 2018.

### Realizável a Longo Prazo: Ativo Financeiro - Concessões de Serviço Público

Aumento de 9,32%, passando de R\$ 11.885.473 mil em 2017 para R\$ 12.993.589 mil em 2018.

### Realizável a Longo Prazo: Adiantamento a Investidas

Redução de 42,36%, passando de R\$ 478.000 mil em 2017 para R\$ 275.529 mil em 2018.

### Investimentos

Apresentou redução de 8,69%, que passou de R\$ 5.439.897 mil em 2017 para R\$ 4.967.077 mil em 2018, representando 18,79 % de participação no ativo total da Companhia, sendo 21,92 % em 2017, e 22,89% em 2016. Os aumentos de capital realizados em Sociedades de Propósito Específico atingiram os montantes de R\$ 769,9 milhões em 2016, R\$ 497,0 milhões em 2017 e R\$ 560,4 milhões em 2018.

## PASSIVO

### Passivo Circulante

O saldo do passivo circulante reduziu 10,66%, passando de R\$ 2.611.219 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2.332.991 mil em 31 de dezembro de 2018. As principais variações no passivo circulante foram as seguintes:

#### Fornecedores

Redução de 41,07% na conta de fornecedores, passando de R\$ 423.355 mil em 2017 para R\$ 249.474 mil em 2018.

#### Tributos a recolher

Aumento de 225,59% em tributos a recolher, passando de R\$ 216.290 mil em 2017 para R\$ 704.224 mil em 2018.

#### Financiamentos e Empréstimos

Redução de 49,06% na rubrica de financiamentos e empréstimos, passando de R\$ 1.090.875 mil, em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 555.721 mil, em 31 de dezembro de 2018, decorrente da quitação de empréstimos junto a Eletrobras mediante a dação de SPEs em pagamento de dívida.

#### Incentivo ao Desligamento – PIDV/PAE

Aumento de 80,93% na rubrica, passando de R\$ 55.642 mil, em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 100.672 mil, em 31 de dezembro de 2018, decorrente, basicamente, da implementação do Plano de Aposentadoria Extraordinária – PAE.

#### Benefícios Pós-Emprego

Redução de 23,46% na rubrica, passando de R\$ 151.616 mil, em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 116.042 mil, em 31 de dezembro de 2018.

## 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

### Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante apresentou aumento de 4,30%, passando de R\$ 8.348.336 mil em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 8.707.546 mil em 31 de dezembro de 2018. As principais variações no passivo não circulante foram as seguintes:

#### Passivos Fiscais Diferidos

A rubrica representa 11,98% do passivo total em 2018 e teve redução de 4,98% em relação a 2017, passando de R\$ 3.331.821 mil para R\$ 3.165.745 mil. Tal efeito decorre dos débitos fiscais relativos ao imposto de renda da pessoa jurídica e à contribuição social sobre o lucro líquido provenientes de diferenças temporárias.

#### Incentivo ao Desligamento

Aumento de 70,63% na rubrica *Incentivo ao Desligamento* no passivo não circulante, cujo montante registrado é de R\$ 35.305 mil (R\$ 20.691 mil, em 2017).

#### Encargos Setoriais

Aumento de 12,81% na rubrica *Encargos Setoriais* no passivo não circulante, cujo montante registrado é de R\$ 408.147 mil (R\$ 361.790 mil, em 2017).

#### Provisões para Contingências

A rubrica representa 10,27% do passivo total (9,26% em 2017) e aumentou 18,15% em 2018, passando de R\$ 2.298.304 mil, em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 2.715.332 mil, em 31 de dezembro de 2018, esta variação é decorrente do registro de novos processos judiciais cíveis e da atualização de processos existentes.

### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido apresentou aumento de 11,10%, passando de R\$ 13.856.372 mil, em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 15.394.444 mil, em 31 de dezembro de 2018, em decorrência do lucro líquido apurado no valor de R\$ 265,9 mil, e dos impactos do registro da mensuração dos ativos da concessão pelo IFRS 15 (CPC 47), no valor de R\$ 1.499.145 mil.

**10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO**

(em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	Análise Vertical (%)			Análise Horizontal (%)	
				2018	2017	2016	2018 Vrs. 2017	2017 Vrs. 2016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	5.788.568	5.753.685	13.451.447	100,00	100,00	100,00	0,61	(57,23)
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(996.309)	(827.624)	(711.757)	(17,21)	(14,38)	(5,29)	20,38	16,28
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.792.259	4.926.061	12.739.690	82,79	85,62	94,71	(2,72)	(61,33)
CUSTO OPERACIONAL								
Custo com energia elétrica								
Energia elétrica comprada para revenda	(267.126)	(311.103)	(342.197)	(4,61)	(5,41)	(2,54)	(14,14)	(9,09)
Encargos de uso da rede de transmissão	(612.767)	(634.616)	(673.051)	(10,59)	(11,03)	(5,00)	(3,44)	(5,71)
Custo de operação								
Pessoal, material e serviços de terceiros	(577.756)	(561.569)	(486.866)	(9,98)	(9,76)	(3,62)	2,88	15,34
Combustíveis para a produção de energia	-	-	(7.803)	-	-	(0,06)	-	(100,00)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(6.569)	(5.749)	(9.332)	(0,11)	(0,10)	(0,07)	14,26	(38,39)
Depreciação e amortização	(32.016)	(30.654)	(32.098)	(0,55)	(0,53)	(0,24)	4,44	(4,50)
Provisão (reversão) contrato oneroso	(30.701)	95.320	(32.895)	(0,53)	1,66	(0,24)	(132,21)	(389,77)
Outros	(96.465)	(34.556)	37.635	(1,67)	(0,60)	0,28	179,16	(191,82)
	(1.623.400)	(1.482.927)	(1.546.607)	(28,04)	(25,77)	(11,50)	9,47	(4,12)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	(1.651)	(636)	(2.346)	(0,03)	(0,01)	(0,02)	159,59	(72,89)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	(835.002)	(620.834)	(582.833)	(14,43)	(10,79)	(4,33)	34,50	6,52
CUSTO DE MELHORIA	(29.845)	-	-	(0,52)	-	-	-	-
LUCRO BRUTO	2.302.361	2.821.664	10.607.904	39,77	49,04	78,86	(18,40)	(73,40)
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.522.164)	(1.318.736)	(4.104.956)	(26,30)	(22,92)	(30,52)	15,43	(67,87)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	780.197	1.502.928	6.502.948	13,48	26,12	48,34	(48,09)	(76,89)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	42.669	(27.167)	456.751	0,74	(0,47)	3,40	(257,06)	(105,95)
RESULTADO FINANCEIRO	(48.002)	(250.249)	14.881	(0,83)	(4,35)	0,11	(80,82)	(1.781,67)
Resultado Operacional	774.864	1.225.512	6.974.580	13,39	21,30	51,85	(36,77)	(82,43)
Imposto de renda e contribuição social	(508.922)	(181.463)	(2.989.197)	(8,79)	(3,15)	(22,22)	180,45	(93,93)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	265.942	1.044.049	3.985.383	4,59	18,15	29,63	(74,53)	(73,80)
RESULTADO ATRIBUÍVEL AOS CONTROLADORES	267.781	1.044.167	3.985.275	4,63	18,15	29,63	(74,35)	(73,80)
RESULTADO ATRIBUÍVEL AOS NÃO CONTROLADORES	(1.839)	(118)	108	(0,03)	-	-	1.458,47	(209,26)
Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$)	4,79	18,68	71,29	-	-	-	(74,35)	(73,80)

A análise horizontal das variações significativas ocorridas nas contas de resultado está discriminada no item 10.2, logo a seguir, em razão de existir item específico para análise das variações de resultado.

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

### a. resultados das operações do emissor, em especial

#### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

##### Receitas Operacionais

As receitas da Chesf derivam da geração e transmissão de energia elétrica, conforme abaixo discriminado:

As receitas da atividade de **GERAÇÃO** derivam do suprimento e fornecimento de energia para as empresas de distribuição, industriais e consumidores livres e são registradas com base nos contratos de venda de energia. Essas receitas remuneram os investimentos não indenizados, a operação e a manutenção das usinas. Para as concessões de geração prorrogadas nos termos da Lei n.º 12.783/2013, houve uma mudança nas condições do contrato de concessão, onde as receitas para essas usinas foram estabelecidas para sua operação e manutenção.

Com relação a Receita de **TRANSMISSÃO**, a Receita Anual Permitida - RAP definida no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Companhia pela disponibilização das instalações do seu Sistema de Transmissão. É composta pela parcela referente às instalações da Rede Básica mais as parcelas referentes às demais instalações de transmissão e conexões. De acordo com o primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 061/2001, a RAP desse contrato será reajustada pelo IPCA, em substituição ao IGP-M, e passará por revisões tarifárias a cada 5 anos, alterando a determinação anterior, vigente até a prorrogação da sua concessão, que previa revisões tarifárias a cada 4 anos. Nas novas concessões, obtidas em Leilões Públicos de Transmissão, a receita corresponderá ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada cinco anos, durante os 30 anos de duração da concessão.

##### Outras Receitas Operacionais

Outras receitas operacionais são provenientes da prestação de serviços e de receitas resultantes de arrendamentos e aluguéis.

##### Deduções da Receita Operacional

Os tributos incidentes sobre a receita da Chesf consistem no ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), ISS (Imposto sobre Serviços), PIS/PASEP (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e o COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

Outras deduções da receita bruta são os encargos setoriais, que compreendem a Reserva Global de Reversão – RGR, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, contribuições ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e demais encargos similares cobrados dos participantes do setor elétrico. Os encargos setoriais são calculados de acordo com fórmulas estabelecidas pela Aneel, as quais diferem de acordo com o tipo de encargo, e assim não existe correlação direta entre as receitas e os encargos setoriais.

A partir do exercício de 2013, com a Lei nº 12.783/2013, a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFRH) relativa às usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão prorrogada, passaram a ser recolhidas pela Companhia e arrecadadas das distribuidoras por meio de seu faturamento.

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

#### Cenário Econômico

##### Condições Macroeconômicas Brasileiras

**Em 2016**, a atividade econômica registrou nova contração de 3,6% do PIB. O investimento e o consumo das famílias apresentaram recuo, entretanto, a consequente ociosidade da capacidade produtiva da indústria abre caminho para a expectativa de algum crescimento em 2017, ainda que a recuperação do investimento seja lenta. Essa ociosidade vem repercutindo de maneira dura no mercado de trabalho, tendo a taxa de desemprego encerrado no quarto trimestre de 2016 em 11,5%, contra fechamento de 8,5% em 2015. A inflação, medida pelo IPCA, encerrou o ano acumulada em 6,29%, decorrente do freio no consumo e no investimento pela perda do dinamismo da economia que atenuou a pressão sobre os preços.

**O ano de 2017** foi caracterizado, conforme carta de conjuntura de dezembro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), por um processo contínuo de recuperação cíclica da economia brasileira. A produção, cuja trajetória havia encerrado 2016 de maneira instável, apresentou crescimento em todos os trimestres de 2017. No mesmo sentido, a inflação recuou fortemente ao longo do ano, voltando a crescer, em patamares confortáveis, apenas no último bimestre.

**No ano de 2018**, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a economia brasileira foi caracterizada por um processo ainda pouco vigoroso de recuperação. A produção manteve a trajetória verificada em 2017, apontando para uma retomada da estabilidade ao registrar crescimento, ainda que modesto, em todos os trimestres de 2018. No mesmo sentido, a inflação também encerrou o ano em um patamar confortável (3,75%), abaixo do centro da meta, apesar de ter crescido em relação aos 2,95% registrados no fechamento de 2017.

A atividade econômica, após dois anos consecutivos de contração e uma tímida recuperação de 1% em 2017, deve registrar crescimento de 1,3% de acordo com o Banco Central do Brasil, bem abaixo da estimativa de 2,6% divulgada pela mesma instituição no início de 2018. No cerne dessa frustração estão os efeitos da greve dos caminhoneiros ocorrida no segundo trimestre e a incerteza gerada pelas eleições presidenciais quanto às agendas política e econômica a serem adotadas pelo novo governo.

No mercado de trabalho, a estimativa de encerramento de 2018 para taxa média de desemprego é de 12,4%, indicando uma recuperação em relação aos 12,7% registrados em 2017. No entanto, essa melhora está sendo puxada pelo aumento da informalidade, tendo o número de empregados sem carteira assinada crescido 5,9% no ano de acordo com o IBGE. Deve-se considerar, ainda, o viés causado pelo volume de empregos temporários gerados durante o período eleitoral.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrou crescimento em relação a 2017, passando de 2,95% para 3,75%. Este patamar, no entanto, é compatível com a expectativa do mercado, que era de 3,69%, e está abaixo do centro da meta estabelecida pelo Banco Central do Brasil (4,5%). O aumento foi pressionado, em especial, pela alta de 7,24% na gasolina e de 8,7% na energia elétrica, tendo a bandeira tarifária vermelha vigorado por cinco meses até novembro, quando teve início o período chuvoso.

No setor elétrico, conforme estabelecido pela Resolução Homologatória nº 2.421/2018 da ANEEL, a Receita Anual de Geração (RAG) das usinas cujas concessões foram renovadas nos termos da Lei nº 12.783/2013 passaram a incluir a parcela destinada a cobrir gastos com melhorias a serem executadas nas instalações de geração (GAG Melhoria), acrescentando R\$ 678,3 milhões à receita da CHESF no ciclo 2018-2019. Adicionalmente, a Portaria nº 420/2018 do Ministério de Minas e Energia extinguiu a concessão da Usina Termelétrica de Camaçari, dispensando a reversão dos bens a ela vinculados.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, os principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia foram os seguintes:

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

No ano de 2018, a Companhia registrou um lucro de R\$ 265,9 milhões, representando uma redução de 74,5% em relação ao ano anterior. Esta variação é decorrente do reconhecimento em 2017 da reversão de provisão de impairment e contrato oneroso de R\$ 875,4 milhões.

No ano de 2017, a Companhia registrou um lucro de R\$ 1.044,0 milhões, representando uma redução de 73,8% em relação ao ano anterior. Esta variação é decorrente do reconhecimento em 2016, dos valores homologados pela Aneel, relativos aos ativos de transmissão das instalações denominadas de Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, em maio de 2000, não amortizados e/ou não depreciados até 31 de dezembro de 2012, conforme determinação do Ministério das Minas e Energia por meio da Portaria nº 120/2016, relativo aos ativos previstos no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2013.

No ano de 2016, a Companhia registrou um lucro de R\$ 3.985,4 milhões, contra um prejuízo de R\$ 476,0 milhões em 2015. Este resultado foi principalmente decorrente do reconhecimento dos valores homologados pela Aneel, relativos aos ativos de transmissão das instalações denominadas de Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, em maio de 2000, não amortizados e/ou não depreciados até 31 de dezembro de 2012, conforme determinação do Ministério das Minas e Energia por meio da Portaria nº 120/2016, relativo aos ativos previstos no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2013.

No ano de 2018, a Companhia registrou um resultado financeiro negativo de R\$ 48 milhões, o que representa uma variação de R\$ 202,2 milhões em relação a 2017, decorrente principalmente da redução das aplicações financeiras e das variações monetárias e acréscimos moratórios – energia vendida, bem como do aumento dos encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos. Já em 2017 foi registrado um resultado financeiro negativo de R\$ 250,2 milhões e em 2016, foi registrado resultado financeiro positivo de R\$ 14,9 milhões.

	(R\$ milhões)		
Receitas (despesas) financeiras	2018	2017	2016
Resultado de aplicações financeiras	28,7	32,0	58,4
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	154,2	58,7	121,6
Outras variações monetárias ativas	11,3	9,3	20,5
Encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos	(207,4)	(280,2)	(200,7)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	(11,5)	(4,8)	(4,5)
Outras receitas (despesas) financeiras	(23,3)	(65,3)	19,7
<b>(=) Resultado financeiro líquido</b>	<b>(48,0)</b>	<b>(250,2)</b>	<b>14,9</b>

A **receita operacional bruta** totalizou R\$ 5.788,6 milhões, apresentando uma variação positiva de 0,6% em comparação com o exercício anterior. No período de 2014 a 2018, a taxa de crescimento anual composta (CAGR) foi de 8,3%.

Os **tributos e encargos regulatórios sobre vendas** totalizaram R\$ 996,3 milhões no ano de 2018 representando um aumento de 20,4% em relação ao exercício anterior. Deste total, R\$ 678,5 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais (aumento de 17,0% em relação a 2017), e R\$ 317,8 milhões a encargos regulatórios (redução de 28,3% em relação a 2017). No período de 2014 a 2018, a taxa de crescimento anual composta (CAGR) foi de 11,4%.

A **receita operacional líquida (ROL)** registrou em 2018 uma redução de 2,7% em relação ao período anterior. Visto que a receita operacional bruta se manteve estável em relação ao ano anterior, a redução na receita operacional líquida foi decorrente dos aumentos em relação ao ano anterior, das deduções da ROB, ou seja, da Reserva Global de Reversão RGR no montante de R\$ 20,7 milhões (+51,9%), da Conta de Desenvolvimento Energético CDE no montante de R\$ 36,6 milhões (+157,4%), e da contribuição para o

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

PIS/COFINS no montante de R\$ 133,7 milhões (+30,9%). De 2014 a 2018, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi 7,7%.

Os **custos e despesas operacionais** totalizaram R\$ 4.012,1 milhões no exercício de 2018, apresentando um crescimento de R\$ 588,9 milhões (17,2%) em relação ao exercício anterior. Esse crescimento foi decorrente, principalmente, da variação de R\$ 126,0 milhões apurada no registro de provisão/reversão de contrato oneroso; e do aumento nos custos de construção em relação ao ano anterior, no montante de R\$ 214,2 milhões e custos de melhoria de R\$ 36,6 milhões. A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de 4,3%, no período de 2014 a 2018.

	31/12/2018			31/12/2017	31/12/2016	Análise Horizontal (%)	
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total	Total	Total	2018 Vrs. 2017	2017 Vrs. 2016
Energia elétrica comprada para revenda	267.126	-	267.126	311.103	315.139	(14,14)	(1,28)
Encargos de uso da rede de transmissão	612.767	-	612.767	634.616	611.915	(3,44)	3,71
Custo de construção	835.002	-	835.002	620.834	582.833	34,50	6,52
Custo de melhoria	29.845	-	29.845	-	-	-	-
Pessoal	453.723	779.214	1.232.937	1.374.964	1.021.403	(10,33)	34,62
Material	13.013	16.020	29.033	25.895	23.371	12,12	10,80
Combustíveis para a produção de energia	-	-	-	-	7.803	-	(100,00)
Serviços de terceiros	112.671	114.884	227.555	217.300	234.443	4,72	(7,31)
Depreciação e amortização	32.016	62.432	94.448	96.083	101.753	(1,70)	(5,57)
Comp. Fin. Pela utiliz. de recursos hídricos	6.569	-	6.569	5.749	9.332	14,26	(38,39)
Reversão contrato oneroso	30.701	-	30.701	(95.320)	32.895	(132,21)	(389,77)
Benefício pós-emprego	-	84.343	84.343	117.468	131.221	(28,20)	(10,48)
Arrendamentos e aluguéis	5.156	9.674	14.830	15.215	15.532	(2,53)	(2,04)
Tributos	1.046	9.745	10.791	6.907	7.459	56,23	(7,40)
Provisões para contingências	-	536.564	536.564	515.098	287.179	4,17	79,36
Provisão para impairment	-	(138.977)	(138.977)	(763.290)	2.232.115	(81,79)	(134,20)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	113.712	113.712	21.703	110.711	423,95	(80,40)
Perdas com clientes	-	31.975	31.975	(511)	36.884	(6.357,34)	(101,39)
Provisão/reversão para perdas na realização de investimentos	-	(10.343)	(10.343)	248.628	278.613	(104,16)	(10,76)
Outras provisões - FID	-	(58.522)	(58.522)	58.522	-	(200,00)	-
Outras provisões operacionais	-	-	-	(30.738)	54.837	(100,00)	(156,05)
Outros	90.263	(28.556)	61.707	42.907	141.304	43,82	(69,63)
<b>Total</b>	<b>2.489.898</b>	<b>1.522.165</b>	<b>4.012.063</b>	<b>3.423.133</b>	<b>6.236.742</b>	<b>17,20</b>	<b>(45,11)</b>

## 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

O **resultado do serviço (EBIT)** foi positivo em R\$ 780,2 milhões, representando uma redução de R\$ 722,7 milhões em relação ao montante de R\$ 1.502,9 milhões obtido em 2017. Com este resultado, a margem operacional do serviço (razão entre o resultado do serviço e a receita operacional líquida) passou de 30,5% em 2017, para 16,3% em 2018, uma variação negativa de 14,2 pontos percentuais.

Os **investimentos corporativos** para a expansão e modernização da capacidade produtiva da Companhia, totalizaram R\$ 935,7 milhões. Este montante está assim distribuído: R\$ 65,3 milhões em geração de energia; R\$ 815,1 milhões em obras do sistema de transmissão; e R\$ 55,3 milhões em outros gastos de infraestrutura. No período de 2014 a 2018, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -4,6%.

Os **investimentos realizados em Sociedades de Propósito Específico (SPEs)**, através da Integralização de Capital e da realização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, totalizaram R\$ 358,0 milhões, representando uma redução de 31,4% em relação ao ano de 2017, em função da entrada em operação da maioria das SPEs. No período de 2014 a 2018, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -29,8%.

A **geração operacional de caixa**, expressa pelo EBITDA, foi R\$ 717,9 milhões em 2018, contra o montante de R\$ 589,9 milhões em 2017. A margem EBITDA (razão entre o EBITDA e a Receita operacional líquida) foi de 15,0% em 2018 contra 12,0% obtida em 2017, representando um aumento de 3,0 pontos percentuais.

O **valor econômico gerado** gerado pela Companhia em 2018 foi de R\$ 3.296,2 milhões, contra R\$ 3.912,6 milhões gerados em 2017, agregando valor aos seguintes segmentos da sociedade, conforme distribuição a seguir: salários, encargos e benefícios aos empregados (32,5%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (50,2%); terceiros (9,1%); e lucro aos acionistas (8,1%).

### **b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

O principal indicador de inflação que influencia as operações realizadas pela Companhia é o IPCA, índice que reajusta as tarifas de fornecimento de energia elétrica, além dos despachos realizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e o preço praticado no Mercado de Curto Prazo.

### **c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

A situação financeira e o resultado das operações da Chesf são afetados pela inflação, uma vez que parte de suas receitas são indexadas a índices de inflação (IPCA) e seus custos operacionais tendem a seguir tais índices. Em 31/12/2018: 25,25% dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Chesf não detinham indexador (15,98% em 2017, 19,04% em 2016); 40,29% estavam indexados pelo CDI (60,82% em 2017, 63,26% em 2016); 22,24% dessas obrigações estavam indexadas pela taxa de juros de longo prazo (17,34% em 2017, 17,69% em 2016); e apenas 12,22% eram reajustados pelo IPCA.

## 10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

### a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nem há expectativa de introdução ou alienação de segmento operacional.

### b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Ao longo dos últimos anos, a Companhia vem realizando investimentos em Sociedades de Propósito Específico – SPE, em parceria com a iniciativa privada, na qual figura como acionista minoritário. São empreendimentos em áreas de geração e de transmissão de energia elétrica.

Os aportes de capital e adiantamentos para futuro aumento de capital realizados por parte da Companhia nos investimentos em SPEs, totalizaram R\$ 895,7 milhões em 2016, R\$ 522,2 milhões em 2017, e R\$ 358,0 milhões em 2018.

As Sociedades de Propósito Específico nas quais a Companhia tem participação, bem como, o respectivo saldo contábil dos investimentos nos três últimos exercícios, são os seguintes:

Sociedade de Propósito Específico	Participação (%)	Data de Constituição/ Aquisição	R\$ mil		
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
- STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	27/10/2003	165.749	216.741	202.898
- Energética Águas da Pedra S.A.	12,00%	03/04/2007	111.518	111.349	104.650
- Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	20/12/2005	-	51.240	47.907
- Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	22/04/2008	-	270.678	257.420
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	18/12/2008	685.371	657.257	564.755
- ESBR Participações S.A.	20,00%	12/02/2009	-	1.648.570	1.665.961
- Energia Sustentável do Brasil S.A.	20,00%	29/06/2018	1.488.223	-	-
- Manaus Construtora Ltda.	19,50%	30/01/2009	7.508	7.545	7.343
- TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	12/01/2010	31.841	27.309	7.829
- Norte Energia S.A.	15,00%	21/07/2010	2.058.675	1.725.233	1.607.827
- Sete Gameleiras S.A.	49,00%	07/10/2010	-	26.827	22.282
- São Pedro do Lago S.A.	49,00%	07/10/2010	-	21.888	17.401
- Pedra Branca S.A.	49,00%	07/10/2010	-	24.064	17.329
- Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	22/09/2011	272.085	356.302	360.072
- Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	07/07/2011	487.588	505.220	62.226
- Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	07/07/2014	-	131.635	92.452
- Chapada Piauí I Holding S.A.	49,00%	08/05/2014	-	91.851	104.060
- Baraúnas I Energética S.A.	49,00%	18/11/2013	-	18.872	19.392
- Mussambê Energética S.A.	49,00%	18/11/2013	-	20.977	21.207
- Morro Branco I Energética S.A.	49,00%	18/11/2013	-	15.733	16.558
- Baraúnas II Energética S.A.	1,50%	26/12/2013	-	428	594
- Banda de Couro Energética S.A.	1,70%	26/12/2013	-	629	891
- Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	08/10/2015	-	96.172	94.614
- Chapada Piauí II Holding S.A.	49,00%	08/05/2014	-	172.249	117.701
- Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%	28/10/2013	222.474	269.749	215.610
- Usina de Energia Eólica Acauã Energia S.A.	99,93%	14/11/2013	35.535	36.644	34.336
- Usina de Energia Eólica Angical 2 Energia S.A.	99,96%	14/11/2013	48.596	56.564	51.329
- Usina de Energia Eólica Arapapá Energia S.A.	99,90%	14/11/2013	27.057	31.504	19.635
- Usina de Energia Eólica Caititu 2 Energia S.A.	99,96%	14/11/2013	51.598	50.780	48.027
- Usina de Energia Eólica Caititu 3 Energia S.A.	99,96%	14/11/2013	49.055	48.946	43.893
- Usina de Energia Eólica Carcará Energia S.A.	99,96%	14/11/2013	48.202	51.232	48.749
- Usina de Energia Eólica Corrupião 3 Energia S.A.	99,96%	14/11/2013	51.123	51.883	52.827
- Usina de Energia Eólica Teiú 2 Energia S.A.	99,95%	14/11/2013	41.741	45.528	39.693
- Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%	03/02/2014	102.174	100.899	89.151
- Papagaio Energia S.A.	99,96%	03/02/2014	68.064	58.547	57.438
- Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	83,01%	03/02/2014	91.445	81.282	77.135
			<b>6.145.622</b>	<b>7.082.327</b>	<b>6.191.192</b>

### 10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

Em 2018 houve a baixa dos investimentos nas SPES *Pedra Branca S.A.*, *São Pedro do Lago S.A.*, *Sete Gameleiras S.A.*, *Serra das Vacas Holding S.A.*, *Chapada do Piauí II Holding S.A.*, *Integração Transmissora de Energia S.A.*, *Chapada do Piauí I Holding S.A.* e *Manaus Transmissora de Energia S.A.* com a efetiva transferência de seus ativos para a Eletrobras, em decorrência da Dação em Pagamento, e a transferência contábil do saldo de investimentos das SPES *Baraúnas I Energética S.A.*, *Morro Branco I Energética S.A.*, *Mussambê Energética S.A.*, *Baraúnas II Energética S.A.*, *Banda de Couro Energética S.A.*, *Vamcruz I Participações S.A.* e, para Ativos mantidos para venda, no Ativo Circulante.

#### Controle Acionário da Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A

Em 2015, a Companhia recebeu autorização da Aneel e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE para a aquisição das ações da SPE ***Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A.*** A acionista CTEEP, participante do consórcio vencedor do empreendimento, manifestou a sua saída do projeto desde o início, tendo no entanto permanecido na sociedade até a conclusão de todos os procedimentos para a transferência definitiva. Todos os investimentos na SPE foram realizados com recursos próprios da Chesf.

Nesse sentido, a Chesf passou a realizar Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs na investida, de forma a honrar os compromissos assumidos e necessários à viabilização do empreendimento, até que a saída da acionista CTEEP seja aprovada pelos órgãos reguladores de controle e demais instâncias cabíveis e a Chesf assuma a totalidade das ações da SPE.

Em 14/08/2017, foi emitido um relatório pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobras Holding (Relatório à Diretoria Executiva – DF 068/2017), referente a atualização dos estudos para a ratificação das decisões que aprovaram a reestruturação societária da ETN. Com os fundamentos do relatório, através da RES-556/2017, a Diretoria Executiva da Eletrobras e por meio da DEL-194/2017 Conselho de Administração da Eletrobras, aprovaram a reestruturação, contemplando a assunção do controle acionário da ETN pela Chesf e, posteriormente, a sua incorporação.

Em 26/10/2017, foi emitido o Despacho da Aneel nº 3.599/2017, com a permissão da operação na qual a CTEEP venderá todas as suas ações de emissão da ETN para a Chesf, desta forma, a Chesf será detentora de 100% das ações representativas do capital social da ETN.

Em 07/11/2017, a Eletrobras encaminhou ao Ministério de Minas e Energia a carta CTA-DF-2697/2017, referente a assunção do controle acionário da Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. – ETN pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, solicitando encaminhamento para manifestação da Secretaria de Coordenação e Governança da Empresas Estatais – SEST.MPDG sobre o assunto.

Em 29/11/2017, o Ministério de Minas e Energia encaminhou a SEST, através do Ofício nº 175/201/AGE/SE-MME, a carta CTA-DF-2697/2017 e seus anexos, ressaltando a aprovação da Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Eletrobras e o parecer favorável do Ministério.

Em 31/01/2018, a SEST, conforme Nota Técnica nº 22597/2017-MP, aprovou o controle acionário formal da ETN, condicionando a sua incorporação até 30/06/2018.

Em 20/06/2018, a Companhia encaminhou a SEST a carta CE-PR-116/2018 para exame de manifestação de proposta de prorrogação de prazo para conclusão da incorporação da ETN, passando de 30/06/2018 para 30/09/2018.

Em 05/07/2018, atendendo a solicitação da Companhia, a SEST, conforme Nota Técnica nº 13209/2018-MP, prorrogou o prazo para conclusão da incorporação para 30/09/2018.

Em 06/08/2018, foi emitido o Despacho da Aneel nº 1.763/2018, concedendo anuência para operação de incorporação da ETN, estabelecendo o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação do mesmo, para a implementação da operação.

### **10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras**

Em 18/09/2018 a Companhia encaminhou a SEST a carta CE-PR-151/2018 para exame de manifestação de proposta nova prorrogação de prazo para conclusão de incorporação da ETN, passando de 30/09/2018 para 07/12/2018.

Em 18/10/2018, atendendo à solicitação da Companhia, a SEST, conforme Nota Técnica nº 22551/2018-MP, prorrogou o prazo para conclusão da incorporação para 07/12/2018.

Em 19/11/2018, foi emitido o Despacho da Aneel nº 2.654/2018, concedendo prorrogação do prazo estabelecido pelo Despacho nº 1.763/2018, por mais 120 (cento e vinte) dias, para conclusão da operação de incorporação da ETN.

Em 20/12/2018 a Companhia encaminhou a SEST a carta CE-PR-190/2018, para exame de manifestação de proposta de nova prorrogação de prazo para conclusão de incorporação da ETN, passando de 07/12/2018 para 05/04/2019.

Em 17/01/2019, atendendo à solicitação da Companhia, o Ministério da Economia, por meio do Ofício nº 1000/2019 – MP prorrogou o prazo para conclusão da incorporação para 05/04/2019.

Em 03/05/2019 a ETN encaminhou a ANEEL a CE-ETN nº 382/2019, dando início a um novo processo de solicitação de anuência prévia daquela Agência, visto que a prorrogação de prazo concedida por meio do Despacho nº 1.763/2018 expirou, sem que o processo de incorporação fosse concluído.

A conclusão do processo de incorporação está condicionada a anuência prévia da ANEEL e a obtenção de aprovação dos investidores detentores das debêntures de emissão da ETN S.A. A deliberação dos atos necessários para essa incorporação serão discutidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

#### **Dação em Pagamento de Participação Acionária em SPEs**

Em 19/04/2018, 02/07/2018, 18/07/2018, 28/08/2018, 17/12/2018 e 18/12/2018 foi concluído o processo de alienação das ações das SPEs Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA, Eólica Serra das Vacas Holding S.A., Chapada do Piauí II Holding S.A., Complexo Sento Sé I, Chapada do Piauí I Holding S.A. e Manaus Transmissora de Energia S.A., respectivamente, de propriedade da Chesf para a sua controladora, a Eletrobras. Esta operação está vinculada ao Pilar Disciplina Financeira do Plano Diretor de Negócios e Gestão (“PDNG”) 2018/2022, e tem por objetivo promover a quitação de dívidas da Companhia junto à Eletrobras, permitindo a redução de sua alavancagem financeira e melhoria do indicador “Dívida Líquida/EBITDA”.

A Companhia reclassificou como Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda, o saldo dos investimentos nas SPEs do Complexo Eólico Sento Sé II, Complexo Eólico Sento Sé III e Vamcruz I Participações S.A, em decorrência do Leilão Eletrobras 01/2018.

#### **c. eventos ou operações não usuais**

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

## 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

### a. mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia adotou as normas do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (a) e CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com clientes (b) que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018. A Companhia não estendeu a aplicação aos requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado visto que a norma não exige apresentação retroativa.

As práticas contábeis adotadas pela Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 4 das suas Demonstrações Financeiras.

### b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo a CPC 30/IAS 18 Receita, a IAS 11 Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia aplica um modelo de cinco etapas, sendo elas, identificação do contrato, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço de transação e reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A norma determina que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso deixarão de ter as respectivas receitas reconhecidas. No exercício não foram identificados contratos que se enquadrem nesse item.

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros, aqueles: Custo amortizado (CA), instrumento patrimonial mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Tal classificação e mensuração é baseada, em duas condições: (i) o modelo de negócios da Companhia no qual o ativo é mantido; e (ii) nas características de fluxo de caixa contratual do referido ativo financeiro.

### c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

**O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, datado de 22 de março de 2019, não contém ressalvas e possui a seguinte ênfase:**

#### ***Projetos hidroelétricos de empresas investidas***

*Conforme mencionado na nota explicativa nº 32.3, a Companhia mantém investimentos em SPEs que se encontram em fase pré-operacional e que vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidroelétricos, sendo o mais relevante o projeto da UHE Jirau (Rio Madeira). Adicionalmente, as investidas Energia Sustentável do Brasil S.A. e Norte*

## 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

*Energia S.A., nas quais a Companhia participa com 20% e 15%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2018, capital circulante líquido negativo, no montante R\$ 3.157.532 mil. A conclusão das obras dessas investidas depende do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.*

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Projetos hidroelétricos de empresas investidas”**, a Diretoria esclarece que os empreendimentos mencionados estão em fase avançada de construção. Além do mais, a Companhia e os demais acionistas nos referidos empreendimentos tem o compromisso de aportar os recursos necessários até que os empreendimentos estejam plenamente concluídos.

**O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, datado de 19 de março de 2018, não contém ressalvas e possui as seguintes ênfases:**

### ***“Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato***

*Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 4.17 (a) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que o valor correspondente relativo ao lucro líquido individual e consolidado da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentado para fins de comparabilidade, foi diminuído em R\$ 27.450 mil, como resultado da baixa dos custos previamente capitalizados e de baixa em investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, representando os valores estimados relacionados com as atividades ilícitas que certa coligada da Companhia capitalizou em excesso na aquisição de imobilizado. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.*

### ***Projetos hidroelétricos e eólicos de empresas investidas***

*Conforme mencionado na nota explicativa nº 31.3, a Companhia mantém investimentos em SPEs que se encontram em fase pré-operacional e que vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidroelétricos e eólicos, sendo os mais relevantes os projetos hidroelétricos da UHE Belo Monte (Rio Xingu), UHE Sinop (Rio Teles Pires) e Complexo Eólico Pindiaí I. Adicionalmente, as investidas ESBR Participações S.A., Norte Energia S.A., e Chapada do Piauí II Holding S.A., que se encontram em fase pré-operacional, nas quais a Companhia participa com 20%, 15% e 49%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2017, capital circulante líquido negativo, no montante R\$ 2.650.340 mil. A conclusão das obras dessas investidas depende do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.*

Em relação ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato”**, a Diretoria esclarece que a Companhia vem implementando medidas internas visando a mitigação dos riscos de envolvimento da empresa, seus colaboradores, representantes e parceiros em práticas ilegais. A Companhia criou a Gerência de Compliance, e iniciou a implementação do Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras.

O Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, aprovado pela Diretoria Executiva da Holding e endossado pelo seu Conselho de Administração, para aplicação no âmbito das Empresas do Sistema Eletrobras, é um conjunto de ações contínuas que visam identificar, corrigir e prevenir fraudes e corrupções, garantindo o cumprimento das Leis Anticorrupção por parte das empresas, dos colaboradores, de representantes, sócios de *joint ventures* e outras afiliadas. As empresas Eletrobras fortalecem, com a

## 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

implantação do programa, o compromisso de manter os mais altos níveis de padrões profissionais e éticos na condução de seus negócios, combatendo a corrupção e preservando a confiança do mercado.

De acordo com a política das Empresas do Sistema Eletrobras, todos os colaboradores e representantes das empresas, e todos os sócios de *joint ventures* ou outras afiliadas em situação semelhante devem observar integralmente todas as leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis, as quais incluem, mas não se limitam a Lei contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977, e subsequentes alterações (a *Foreign Corrupt Practices Act*, "FCPA") e à Lei no. 12.846, de 01 de agosto de 2013, conhecida como a "Lei Anticorrupção Brasileira".

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à ***“Projetos hidroelétricos e eólicos de empresas investidas”***, a Diretoria esclarece que os empreendimentos mencionados estão em fase avançada de construção. Além do mais, a Companhia e os demais acionistas nos referidos empreendimentos tem o compromisso de aportar os recursos necessários até que os empreendimentos estejam plenamente concluídos.

**O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, datado de 23 de março de 2017, não contém ressalvas e possui as seguintes ênfases:**

***“Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato***

*Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 4.17 (a) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que o lucro líquido da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi diminuído em R\$ 27.450 mil como resultado da baixa dos custos previamente capitalizados e de baixa em investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, representando os valores estimados relacionados com as atividades ilícitas que certa coligada da Companhia capitalizou em excesso na aquisição de imobilizado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.*

***Continuidade operacional de empresas investidas***

*Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 31.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia mantém investimentos nas controladas em conjunto ESBR Participações S.A. e Norte Energia S.A., as quais vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidrelétricos da UHE Jirau (Rio Madeira) e UHE Belo Monte (Rio Xingu). Esses gastos, de acordo com as estimativas da Administração das investidas, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras geradas pelos projetos. A conclusão das obras depende da capacidade dessas investidas de continuarem a obter os recursos necessários e/ou da manutenção do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas. Adicionalmente, as investidas ESBR Participações S.A., Norte Energia S.A., e Chapada do Piauí II Holding S.A., nas quais a Companhia participa com 20%, 15%, e 49%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2016, capital circulante líquido negativo total no montante de R\$ 1.518.165 mil, porém não apresentam passivo a descoberto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.”*

Em relação ao parágrafo de ênfase acima, referente à ***“Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato”***, a Diretoria esclarece que a Companhia vem implementando medidas internas visando a mitigação dos riscos de envolvimento da empresa, seus colaboradores, representantes e parceiros em práticas ilegais. A Companhia criou a Gerência de Compliance, e iniciou a implementação do Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras.

#### 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

O Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, aprovado pela Diretoria Executiva da Holding e endossado pelo seu Conselho de Administração, para aplicação no âmbito das empresas Eletrobras, é um conjunto de ações contínuas que visam identificar, corrigir e prevenir fraudes e corrupções, garantindo o cumprimento das Leis Anticorrupção por parte das empresas, dos colaboradores, de representantes, sócios de *joint ventures* e outras afiliadas. As empresas Eletrobras fortalecem, com a implantação do programa, o compromisso de manter os mais altos níveis de padrões profissionais e éticos na condução de seus negócios, combatendo a corrupção e preservando a confiança do mercado.

De acordo com a política das Empresas Eletrobras, todos os colaboradores e representantes das empresas, e todos os sócios de *joint ventures* ou outras afiliadas em situação semelhante devem observar integralmente todas as leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis, as quais incluem, mas não se limitam a Lei contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977, e subsequentes alterações (a *Foreign Corrupt Practices Act*, "FCPA") e à Lei no. 12.846, de 01 de agosto de 2013, conhecida como a "Lei Anticorrupção Brasileira".

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à "*Continuidade operacional de empresas investidas*", a Diretoria esclarece que os empreendimentos mencionados estão em fase avançada de construção. Além do mais, a Companhia e os demais acionistas nos referidos empreendimentos tem o compromisso de aportar os recursos necessários até que os empreendimentos estejam plenamente concluídos.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras a Companhia adotou estimativas e premissas baseada na experiência e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a adequada apresentação. Ainda que essas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Companhia, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

- **Ativos e passivos fiscais diferidos** - são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas diferenças temporárias e os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social acumulados deverão ser realizados. Os prejuízos fiscais e base negativa não prescrevem e sua compensação fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. As estimativas de lucro tributável são baseadas no plano estratégico da Companhia, revisado periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.
- **Provisões** - São reconhecidas quando um evento gera uma obrigação futura com probabilidade provável de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Desta forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.
- **Contratos onerosos** - obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. A Companhia utiliza-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. O montante relativo ao período de longo prazo estão reconhecidos a valor presente, com base em taxa de desconto pós impostos aprovados pela administração. A estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD decorrente dos estudos da área de comercialização aprovado pelo Sistema Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis.
- **Valor recuperável de ativos de longa duração** - A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de impairment, quando necessário. Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pela Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões e o valor novo de reposição.

## 10.5 - Políticas Contábeis Críticas

- **Obrigações atuariais** - As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.
- **Vida útil dos bens do imobilizado** – A Companhia utiliza os critérios definidos na resolução Aneel nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela Resolução nº 474 de 07/02/2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.
- **Definição de controle e controle compartilhado na determinação das controladas, controladas em conjuntos e coligadas.**

**10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras**

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2018, itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que tenham ou possam vir a ter efeito relevante.

**10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras**

Não existem itens que não estejam contemplados nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 10.8 - Plano de Negócios

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

### a. investimentos, incluindo

#### i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia, no exercício de 2018, teve seu Orçamento de Investimento aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA nº 13.587, de 02/01/2018.

A seguir apresentamos o demonstrativo dos investimentos realizados no exercício:

	R\$ mil
DESCRIÇÃO	REALIZAÇÃO 2018
<b>INFRAESTRUTURA</b>	<b>55.032</b>
Manutenção de bens imóveis	1.246
Manutenção de bens móveis (veículos e equipamentos)	8.681
Manutenção de informática, informação e teleprocessamento	45.102
<b>GERAÇÃO</b>	<b>65.001</b>
Manutenção sistema de geração de energia	34.860
Implantação do Parque Eólico Casa Nova	3.601
Implantação de Parques Eólicos Futuros	25.056
Implantação de Parque Solar em Petrolina	1.484
<b>IRRIGAÇÃO REASSENTAMENTO - ITAPARICA</b>	<b>23.720</b>
<b>TRANSMISSÃO</b>	<b>811.242</b>
Ampliação do sistema de transmissão do Nordeste	165.751
Reforços e melhorias do sistema de transmissão	488.046
Manutenção do sistema da transmissão	157.445
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>954.995</b>

A Companhia possui previsão em seu Orçamento de Investimento para o exercício de 2019, aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA nº 13.808, de 15/01/2019, o valor total de R\$ 1.602.668 mil, com as seguintes aplicações:

	R\$ mil
DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2019
<b>INFRAESTRUTURA</b>	<b>129.255</b>
Manutenção de bens imóveis	19.006
Manutenção de bens móveis (veículos e equipamentos)	52.542
Manutenção de informática, informação e teleprocessamento	57.707
<b>GERAÇÃO</b>	<b>174.525</b>
Manutenção sistema de geração de energia	92.387
Implantação de Parque Eólico Casa Nova I	77.138
Implantação de Parques Eólicos Futuros	1.000
Central Fotovoltaica em Petrolina	1.000
Ampliação da Capacidade de Geração da UHE Itaparica	1.000
Ampliação da Capacidade de Geração Nordeste	1.000

## 10.8 - Plano de Negócios

Implantação de Centrais Solares Futuras	1.000
<b>IRRIGAÇÃO REASSENTAMENTO - ITAPARICA</b>	<b>87.932</b>
<b>TRANSMISSÃO</b>	<b>1.210.956</b>
Ampliação do sistema de transmissão do Nordeste	321.167
Reforços e melhorias do sistema de transmissão	554.542
Manutenção do sistema da transmissão	335.247
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.602.668</b>

### ii. fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento para os empreendimentos em andamento e os previstos são compostas por: geração de caixa nas suas operações, financiamentos e empréstimos contratados e a contratar, e dividendos recebidos.

### iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

As diretrizes estratégicas constante do Plano Diretor de Negócios e Gestão das Empresas do Sistema Eletrobras (PDNG) para o quinquênio 2018-2022, divulgado ao mercado em 17 de dezembro de 2017, por meio de Fato Relevante emitido pela controladora Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras, contempla um conjunto de iniciativas para o alcance dos objetivos estratégicos da holding e de suas subsidiárias.

Dentre tais iniciativas, no âmbito do pilar "Disciplina Financeira" existe a previsão de venda de ativos pela Eletrobras e por suas subsidiárias. No caso específico da Chesf, venda de participações em Sociedades de Propósito Específico – SPE.

### b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Apenas o descrito no item a.

### c. novos produtos e serviços, indicando

#### i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

#### ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

#### iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

#### iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

## **10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante**

Todos os demais aspectos relevantes sobre o resultado do desempenho operacional do exercício foram comentados nos itens anteriores.

## **11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas**

A Companhia não divulga projeções, conforme lhe faculta o artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09.

## **11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas**

A Companhia não divulga projeções, conforme lhe faculta o artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

### 12.1 Descrição da estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no estatuto social e regimento interno.

#### a. Atribuições do Conselho de Administração e dos Órgãos e Comitês permanentes que se reportam ao Conselho de Administração.

A Chesf é administrada por um Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas, com atribuições previstas na lei e no Estatuto Social, e uma Diretoria Executiva.

O Conselho de Administração, órgão colegiado superior da Chesf, será integrado por 7 (sete) membros, eleitos pela Assembleia Geral, com prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, devendo seus membros serem brasileiros.

O Conselho de Administração, estatutariamente, obedece a seguinte composição:

- 1 (um) conselheiro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (hoje, Ministro da Economia), na forma da legislação vigente;
- 1 (um) conselheiro eleito representante dos empregados, escolhido nos termos da legislação vigente;
- 1 (um) conselheiro indicado pelo acionista controlador, que será eleito Diretor-Presidente; e
- 4 (quatro) conselheiros indicados pela Eletrobras, dentre os quais 2 (dois) serão independentes, nos termos da legislação aplicável.

A composição apresentada foi estabelecida no Estatuto Social, cuja reforma foi aprovada pela 176ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 19.01.2018.

O Conselho de Administração da Chesf conta com o assessoramento do Comitê de Auditoria e Riscos e do Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade da Eletrobras no que tange às atribuições dos Comitês de Auditoria e de Elegibilidade previstas na Lei nº 13.303/16 e sua regulamentação.

O Regimento Interno do Conselho de Administração foi aprovado em 10.10.2018, estando aderente à Lei nº 13.303/2016, ao Decreto nº 8.945/2016 e ao Estatuto Social.

A Companhia possui Auditoria Interna e Ouvidoria, cujos titulares respondem diretamente ao Conselho de Administração.

A Auditoria Interna sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e tem por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, dos controles internos e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente, fortalecendo os processos e a gestão da Companhia.

A Ouvidoria é um canal de diálogo com os públicos de relacionamento da Chesf, atuando de forma isenta, com caráter mediador, pedagógico e estratégico. Acolhe as manifestações dos cidadãos, não solucionadas por outros canais de atendimento, analisa e atua na busca por soluções, identifica tendências e orienta a organização, dando suporte à melhoria contínua dos processos de trabalho e à busca por soluções efetivas. Sempre observando os princípios da legalidade, da transparência, do sigilo e da ética. A Ouvidoria também desenvolve as atividades inerentes à Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação - LAI, vigente a partir de 16.05.2012, que regulou o Acesso à Informação, assegurando a qualquer cidadão demandar informações produzidas ou custodiadas pela Chesf, de interesse particular, coletivo ou geral. Realiza a gestão dos pedidos de informação dos cidadãos, por meio do Sistema de informação ao Cidadão – SIC, disponibilizado pela Controladoria Geral da União – CGU.

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Com base no Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração, à fixação da orientação geral dos negócios da Chesf, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos. No exercício de suas atribuições, cabe também ao Conselho de Administração, sem prejuízo das competências previstas na legislação vigente:

- I. deliberar sobre matérias de sua competência em consonância com a Política de Alçadas das Empresas Eletrobras vigente;
- II. autorizar a Chesf a contrair empréstimos ou financiamentos, no país ou no exterior, em consonância com a Política de Alçadas das Empresas Eletrobras vigente;
- III. autorizar a prestação de garantia a empréstimos ou financiamentos, tomados no país ou no exterior, em consonância com a Política de Alçadas das Empresas Eletrobras vigente;
- IV. autorizar a execução de atos negociais visando à aquisição de bens e contratação de obras e serviços, em consonância com a Política de Alçadas das Empresas Eletrobras vigente;
- V. eleger e destituir os diretores da companhia e fiscalizar a sua gestão;
- VI. implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos, controles internos e conformidade estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos a que está exposta a Chesf, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e aqueles relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;
- VII. analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;
- VIII. deliberar sobre a constituição de consórcios empresariais ou participações em sociedades que se destinem, direta ou indiretamente, à consecução do objeto social da Chesf, sob o regime de concessão, autorização ou permissão, mediante autorização do Conselho de Administração da Eletrobras;
- IX. aprovar a indicação, feita pela Diretoria Executiva, dos membros para compor as diretorias e conselhos de administração e fiscal das sociedades em que participe, incluindo associações e fundações, submetendo sua escolha à aprovação da Eletrobras;
- X. aprovar a estrutura organizacional da Chesf;
- XI. monitorar a gestão da empresa mediante requisição de informações ou exame de livros e documentos, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e sobre quaisquer outros atos;
- XII. aprovar os relatórios da administração e de controles internos, bem como as contas da Diretoria Executiva;
- XIII. autorizar a Chesf a emitir títulos e valores mobiliários, mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- XIV. escolher e destituir auditores independentes, segundo as diretrizes aprovadas pela Eletrobras, observada a legislação pertinente;
- XV. deliberar sobre a designação e dispensa do ocupante do cargo de titular da Auditoria Interna, após aprovação do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, e da Ouvidoria;
- XVI. deliberar sobre as atribuições e funcionamento da Auditoria Interna e da Ouvidoria;

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- XVII. deliberar sobre propostas de implementação de medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das manifestações recebidas pela Ouvidoria;
- XVIII. solicitar auditoria interna periódica sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar que administra o plano de benefícios da companhia;
- XIX. elaborar, alterar e aprovar seu Regimento Interno, observadas as normas sobre composição e competência fixadas neste Estatuto e nas normas legais vigentes, bem como aprovar o Regimento Interno da Chesf;
- XX. deliberar sobre as estimativas de receitas, despesas e investimentos da Chesf em cada exercício, propostas pela Diretoria;
- XXI. deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável;
- XXII. deliberar sobre fazer e aceitar doações com ou sem encargos, observado o disposto no Manual de Compliance e no Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras, bem como na Política de Alçadas das Empresas Eletrobras vigente;
- XXIII. deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, não relacionados ao cumprimento do objeto social da Chesf, em consonância com a Política de Alçadas das Empresas Eletrobras vigente, observada a legislação aplicável;
- XXIV. autorizar a alienação ou aquisição de bens móveis e imóveis, diretamente relacionados ao cumprimento do objeto social da Chesf, em consonância com a Política de Alçadas das Empresas Eletrobras vigente, observada a legislação aplicável;
- XXV. convocar as Assembleias Gerais;
- XXVI. aprovar a abertura de sucursais, filiais, agências e escritórios no Brasil ou no exterior, mediante autorização do Conselho de Administração da Eletrobras;
- XXVII. deliberar sobre o afastamento dos diretores, quando o prazo for superior a 30 (trinta) dias consecutivos;
- XXVIII. reunir-se, ao menos 1 (uma) vez por ano, sem a presença do Diretor-Presidente da Chesf, inclusive para aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT e do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna - RAINTE;
- XXIX. deliberar sobre o uso ou exploração, a qualquer título, e por qualquer pessoa ou entidade, de equipamentos, instalações, bens ou outros ativos da companhia, não vinculados à concessão, em consonância com a Política de Alçadas das Empresas Eletrobras vigente;
- XXX. aprovar o Plano de Negócio e Gestão em conformidade com o Plano Diretor de Negócio e Gestão e o Plano Estratégico das Empresas Eletrobras;
- XXXI. aprovar o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, por meio do qual a Chesf se compromete a cumprir as orientações estratégicas ali definidas visando atender às metas e resultados estabelecidos pela controladora;
- XXXII. realizar a avaliação de desempenho, individual e coletiva, dos administradores, pelo menos 1 (uma) vez ao ano, nos termos da legislação vigente, com base nas diretrizes estabelecidas pela Eletrobras;

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- XXXIII. aprovar a Política de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade, que será revista, no mínimo, anualmente;
- XXXIV. deliberar sobre a criação, funcionamento, por meio de regimento interno, e extinção de Comitês de Suporte ao Conselho de Administração para aprofundamento dos estudos estratégicos, bem como eleger e destituir seus membros, observada a legislação vigente;
- XXXV. conceder férias ou licença de natureza facultativa, ao Diretor-Presidente;
- XXXVI. aprovar o regulamento de pessoal e estabelecer o quantitativo de funções de confiança da administração superior da Chesf, mediante aprovação do Conselho de Administração da Eletrobras;
- XXXVII. aprovar o quantitativo máximo de pessoal e a realização de concurso público da Chesf, mediante aprovação do Conselho de Administração da Eletrobras;
- XXXVIII. aprovar e fiscalizar o cumprimento das metas e resultados específicos a serem alcançados pelos membros da Diretoria Executiva;
- XXXIX. promover anualmente análise quanto ao atendimento das metas e dos resultados na execução do Plano de Negócio e Gestão, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, diretamente ou por meio de sua controladora, nos termos da legislação vigente;
- XL. deliberar sobre contratos referentes à comercialização de energia e combustíveis e às operações de contratação de instrumentos financeiros e securitários aceitos e necessários para garantia de processos judiciais e à liquidação financeira das operações realizadas no âmbito da CCEE, bem como nos casos de exportação de energia, observando:
- a) as políticas e critérios estabelecidos pela Eletrobras; e
  - b) os limites de aprovação para contratos de compra e venda de energia elétrica e atos subsequentes a eles vinculados, incluindo contratação de instrumentos financeiros e securitários aceitos e necessários para garantia, em consonância com a Política de Alçadas das Empresas Eletrobras vigente.
- XLI. encaminhar ao Conselho de Administração da Eletrobras, ou a quem ele delegar, quando solicitado, relatório dos resultados da comercialização de energia, incluindo a última contabilização disponível na CCEE;
- XLII. discutir, aprovar e monitorar decisões que envolvam práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes conforme diretrizes da Eletrobras;
- XLIII. deliberar sobre os acordos de acionistas a serem firmados pela Chesf, se houver, ou suas subsidiárias, quando existir, antes de sua assinatura, cumprida a legislação vigente, mediante manifestação favorável da Eletrobras;
- XLIV. manifestar-se sobre as propostas a serem submetidas à deliberação dos acionistas em assembleia;
- XLV. aprovar o Regulamento de Licitações;
- XLVI. manifestar-se sobre o relatório apresentado pela Diretoria Executiva resultante da auditoria interna sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar;
- XLVII. manifestar-se sobre remuneração dos membros da Diretoria e participação nos lucros da empresa;

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- XLVIII. ratificar as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração da Eletrobras, quando assim for determinado;
- XLIX. estabelecer política de porta-vozes visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da empresa; e
- L. decidir os casos omissos no Estatuto.

**b. Em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular da Chesf.

A Diretoria Executiva é composta pelo Diretor-Presidente e até 5 (cinco) diretores, respeitando o mínimo de 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas. Os Diretores devem ser brasileiros, residentes e domiciliados no país.

Atualmente, a Diretoria Executiva conta com 5 (cinco) Diretores, a saber: Diretor-Presidente, Diretor de Engenharia e Construção, Diretor Econômico-Financeiro, Diretor de Gestão Corporativa e Diretor de Operação.

O Diretor-Presidente da Chesf não pode ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração.

O Regimento Interno da Diretoria Executiva encontra-se em elaboração, coordenado pela Eletrobras.

As competências da Diretoria Executiva são estabelecidas no Estatuto Social da Companhia. Os normativos internos especificam outras responsabilidades e procedimentos atribuídos aos Diretores.

No exercício das suas atribuições, compete à Diretoria Executiva, respeitadas as diretrizes e políticas fixadas pelo Conselho de Administração da Chesf:

- I. aprovar, em harmonia com as diretrizes fundamentais fixadas pelo Conselho de Administração, normas orientadoras da ação da Chesf;
- II. elaborar planos de emissão de títulos e valores mobiliários para serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração e posteriormente à Assembleia Geral;
- III. elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:
  - a) o Plano de Negócio e Gestão da Chesf para o exercício anual seguinte, em consonância com o Plano Diretor de Negócio e Gestão e o Plano Estratégico das Empresas Eletrobras, e a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior;
  - b) os programas anuais de dispêndios e de investimentos da Chesf com os respectivos projetos;
  - c) os orçamentos de custeio e de investimentos da Chesf; e
  - d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades da Chesf;
- IV. elaborar, alterar e aprovar o seu Regimento Interno;

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- V. decidir sobre contratações de obras, empreitadas, fiscalização, locação de serviços, consultorias, fornecimentos e similares que envolvam recursos financeiros, em consonância com a Política de Alçadas das Empresas Eletrobras vigente;
- VI. aprovar normas de cessão de uso, locação ou arrendamento de bens imóveis de propriedade da Chesf;
- VII. aprovar manuais e normas de administração, técnicas, financeiras e contábeis e outros atos normativos necessários à orientação do funcionamento da Chesf;
- VIII. submeter à aprovação do Conselho de Administração proposta sobre planos que disponham sobre admissão, carreira, acesso, vantagens e regime disciplinar para os empregados da Chesf, observado o que a este respeito dispõem o estatuto e as diretrizes da Holding;
- IX. aprovar os nomes indicados pelos diretores para preenchimento dos cargos que lhes são diretamente subordinados, observado o que a este respeito dispõem o estatuto e as diretrizes da Holding;
- X. delegar competência aos diretores para decidirem, isoladamente, sobre questões incluídas nas atribuições da Diretoria Executiva;
- XI. delegar poderes ao Diretor-Presidente, diretores e empregados para autorização de despesas, estabelecendo limites e condições, em consonância com a Política de Alçadas das Empresas Eletrobras vigente;
- XII. pronunciar-se nos casos de admissão, elogio, punição, transferência e demissão dos empregados subordinados diretamente aos diretores;
- XIII. promover e prover a organização interna, mantendo-a constantemente atualizada;
- XIV. encaminhar ao Conselho de Administração solicitações visando à captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamentos, prestação de garantia e participação em parcerias, no país ou no exterior, em consonância com a Política de Alçadas das Empresas Eletrobras vigente;
- XV. propor atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração, exceto para os casos já regulamentados em lei e observando-se o limite fixado na legislação vigente;
- XVI. elaborar, em cada exercício, as demonstrações financeiras estabelecidas pela legislação societária vigente, submetendo-as ao exame dos auditores independentes, bem como elaborar a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, para serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos da Eletrobras, e, ao exame e deliberação da Assembleia Geral;
- XVII. designar empregados da Chesf para missões no exterior, observados os procedimentos de aprovação junto à controladora;
- XVIII. movimentar recursos da Chesf e formalizar obrigações em geral, mediante assinatura do Diretor-Presidente e de um diretor nos respectivos instrumentos obrigacionais, podendo esta competência ser delegada a procuradores ou empregados da Chesf, relacionados em atos específicos de Diretoria, em consonância com a Política de Alçadas das Empresas Eletrobras vigente;
- XIX. autorizar férias ou licenças por até 30 (trinta) dias a qualquer de seus membros, exceto o Diretor-Presidente, designando o substituto na forma do parágrafo 2º do art. 26 deste Estatuto;
- XX. deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, em consonância com a Política de Alçadas das Empresas Eletrobras vigente;

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- XXI. fiscalizar e acompanhar as sociedades empresariais, inclusive as Sociedades de Propósito Específico - SPEs, nas quais detenha participação acionária, no que se refere às práticas de governança, aos resultados apresentados e ao controle, proporcionais à relevância, à materialidade e aos riscos do negócio; e
- XXII. aprovar instrução de voto para os representantes da Chesf nas Assembleias das empresas, nas quais detenha participação acionária, quando houver.

### Atribuições do Diretor-Presidente

Compete ao Diretor-Presidente, além da orientação da política administrativa e a representação da Chesf:

- I. superintender os negócios da Chesf;
- II. liderar as ações empresariais para obtenção dos resultados definidos nos planos estratégicos, operacionais e administrativos, de acordo com a missão da empresa, seus princípios e filosofia de negócios, aplicando práticas de integridade, controles internos e gestão de riscos;
- III. representar a Chesf, judicial ou extrajudicialmente, ou ainda perante outras sociedades, acionistas ou público em geral e órgãos de fiscalização e controle, podendo delegar tais poderes a qualquer diretor, bem como nomear representantes, procuradores, prepostos ou mandatários;
- IV. admitir e demitir empregados;
- V. formalizar as nomeações aprovadas pela Diretoria;
- VI. designar comissão eleitoral com o objetivo de organizar a eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração cabendo-lhe, ainda, proclamar o candidato vencedor e comunicar o resultado ao sócio controlador para adoção das providências necessárias à designação do representante dos empregados no Conselho de Administração; e
- VII. exercer outras atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração.

### Atribuições do Diretor de Engenharia e Construção

Compete ao Diretor de Engenharia e Construção:

- I. direcionar os estudos, as soluções, os padrões, as especificações, os orçamentos, a gestão e a implantação de empreendimentos de geração e transmissão;
- II. direcionar a gestão ambiental e da infraestrutura de dados espaciais da Companhia; e
- III. direcionar as políticas, diretrizes e a aquisição de bens e serviços da Companhia.

### Atribuições do Diretor Econômico-Financeiro

Compete ao Diretor Econômico-Financeiro:

- I. direcionar as atividades econômico-financeiras, correspondendo a planejamento, controle, movimentação e registro econômico-financeiro;
- II. direcionar as operações financeiras, de contabilidade, de controle patrimonial, execução financeira, custos, seguros, tributos, estudos especializados, orçamento e atividades afins; e

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

III. direcionar as ações de relacionamento com investidores.

### Atribuições do Diretor de Gestão Corporativa

Compete ao Diretor de Gestão Corporativa:

- I. dirigir as atividades de gestão corporativa da Companhia de forma a viabilizar a execução dos processos organizacionais, por meio da prestação de serviços e suporte para toda a Empresa, fornecendo insumos e serviços abrangendo as áreas de gestão jurídica, gestão de pessoas, logística e infraestrutura, gestão da propriedade de ativos imobiliários, tecnologia da informação e gestão de processos;
- II. propor políticas e diretrizes para a execução das atividades de gestão corporativa da Companhia; e
- III. apoiar e acompanhar a evolução das relações sindicais, intermediando as negociações entre a Companhia e o Sindicato.

### Atribuições do Diretor de Operação

Compete ao Diretor de Operação:

- I. dirigir as ações de planejamento e execução da operação e manutenção do sistema eletroenergético e de telecomunicações da Companhia, dentro dos padrões de qualidade e eficiência exigidos;
- II. emitir diretrizes, controlar e avaliar o desempenho operacional do sistema eletroenergético da Companhia; e
- III. coordenar as ações para gestão dos recursos hídricos das bacias hidrográficas das usinas de concessão da Companhia.

**c. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, não computados os eleitos pelas ações ordinárias minoritárias e pelas ações preferenciais, quando aplicável, eleitos pela Assembleia Geral, todos brasileiros e domiciliados no país, acionistas ou não, com prazo de atuação de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas, assim constituído:

- I. 1 (um) membro e respectivo suplente indicados pelo Ministério da Fazenda (hoje, Ministério da Economia), como representante do Tesouro Nacional, que deverão ser servidores públicos com vínculo permanente com a administração pública federal;
- II. 1 (um) membro e respectivo suplente indicados pelo Ministério de Minas e Energia; e
- III. 1 (um) membro e respectivo suplente indicados pela Holding.

O Regimento Interno do Conselho Fiscal foi aprovado em 27.03.2012 e encontra-se em processo de revisão, coordenado pela Eletrobras, com o objetivo de adequá-lo ao Estatuto Social e à legislação vigentes.

Ao Conselho Fiscal, sem exclusão de outros casos previstos em lei, compete:

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- I. pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva;
- II. acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;
- III. elaborar, alterar e aprovar o seu Regimento Interno;
- IV. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- V. opinar sobre o Relatório Anual da Administração, fazendo constar de seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;
- VI. opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de títulos e de valores mobiliários, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Chesf;
- VII. denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Chesf, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Chesf;
- VIII. convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- IX. analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras, elaboradas periodicamente pela Diretoria;
- X. examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;
- XI. exercer as atribuições previstas neste artigo, quando cabíveis, durante a eventual liquidação da Chesf;
- XII. assistir obrigatoriamente às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, em que se deliberar sobre assuntos sobre os quais deva opinar, relativo aos incisos V, VI e X deste artigo;
- XIII. fornecer ao acionista ou grupo de acionistas, que representarem, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência;
- XIV. examinar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINTE e o Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT;
- XV. realizar a avaliação de desempenho de seus membros e do Conselho Fiscal como colegiado, pelo menos uma vez ao ano, nos termos da legislação vigente;
- XVI. acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações; e
- XVII. fiscalizar o cumprimento do limite de participação da Chesf no custeio de benefícios de assistência à saúde e previdência complementar.

**d. mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração**

## 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Entre a Eletrobras (Controladora) e a Chesf (Controlada), existe o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE, onde são estabelecidos os resultados e as metas para um ciclo de 5 (cinco) anos, revisados anualmente. No final de 2018, o CMDE foi revisado e aditivado para o ciclo de 2019 a 2023. No que se refere à avaliação de desempenho do Conselho de Administração e da Diretoria, a Eletrobras definiu em 2012 um processo de avaliação de desempenho anual que contempla, além de uma auto-avaliação dos seus membros, uma avaliação de desempenho do órgão colegiado, feita pelos seus integrantes. Quanto à avaliação de desempenho dos órgãos que respondem diretamente ao Conselho de Administração, considerando que são empregados da Companhia, a avaliação é realizada, a princípio, anualmente e envolve 3 etapas: 1) planejamento, quando os gerentes negociam os planos individuais de trabalho, as competências necessárias e o estabelecimento de metas para que os objetivos individuais e organizacionais sejam integrados; 2) acompanhamento e 3) avaliação.

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

### a. prazos de convocação

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais da Companhia são convocadas mediante anúncio publicado por três dias consecutivos no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, bem como nos três jornais de grande circulação na capital do estado de Pernambuco. A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 dias antes da realização da assembleia geral.

A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social. Além dos casos previstos em lei, a assembleia geral será convocada sempre que o Conselho de Administração achar conveniente.

### b. competências

A Assembleia Geral Ordinária será convocada para:

I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e

III - eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e os do Conselho Fiscal, e fixar a remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, observada a legislação aplicável.

A Assembleia Geral será convocada em especial para deliberar sobre:

I - alienação, no todo ou em parte, de ações do seu capital social ou de suas controladas; abertura ou alteração do capital social; venda de valores mobiliários, se em tesouraria; venda de debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emissão de debêntures conversíveis em ações;

II - operações de cisão, fusão, incorporação societária, dissolução e liquidação da empresa;

III - permuta de ações ou outros valores mobiliários;

IV - reforma do Estatuto Social;

V - autorização para a empresa mover ação de responsabilidade civil contra os administradores pelos prejuízos causados ao seu patrimônio;

VI - eleição e destituição, a qualquer tempo, de liquidantes, julgando-lhes as contas;

VII - avaliação de bens que o acionista concorrer para a formação do capital social; e

VIII - outros assuntos que forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

### c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembleia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à Assembleia Geral estarão fisicamente disponíveis aos acionistas para análise na sede da Companhia, na Rua Delmiro Gouveia, 333, San Martin, Recife, Pernambuco.

Eletronicamente, tais documentos estarão disponíveis no site da CVM, bem como, através do portal da Chesf no endereço: [www.chesf.gov.br](http://www.chesf.gov.br).

## 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

### **d. identificação e administração de conflitos de interesses**

No processo de indicação de administradores e conselheiros fiscais, é feita avaliação de possível conflito de interesse. Sendo identificada a possibilidade de conflito de interesse, é solicitada declaração específica do candidato. Mesmo que não seja identificada qualquer possibilidade de conflito de interesse, o candidato emite Declaração de Desimpedimento em que constam os seguintes termos “*declaro, finalmente, que não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Chesf, e não tenho, nem represento interesse conflitante com o da mesma Companhia, na forma dos Incisos I e II do Parágrafo 3.º do Artigo 147 da Lei n.º 6.404/76*”.

Além disso, reza no Estatuto Social, no § 3º do Art. 18 “*É vedado ao administrador deliberar sobre matéria conflitante com seus interesses ou relativa a terceiros sob sua influência, nos termos da legislação vigente. Nessa hipótese, deverá registrar em ata a divergência e eximir-se de discutir o tema*”.

A Chesf dispõe de Ouvidoria, Canal de Denúncia centralizado na Controladora e Comissão de Ética que são canais para empregados e público em geral manifestarem, inclusive, conflitos de interesse.

O Código de Ética e Conduta da Chesf, no item relativo aos *Compromissos dos Colaboradores com as Empresas Eletrobras*, consta “*2.2.16. Comunicar aos canais adequados eventuais conflitos reais ou aparentes entre interesses das empresas Eletrobras e interesses relacionados à sua atividade profissional, pessoal ou de terceiros, conforme o Programa de Integridade Corporativa e as políticas das empresas Eletrobras*”.

### **e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto**

Por ocasião da Assembleia Geral, o representante do *Acionista Majoritário*, “*Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras*”, titular da totalidade das ações com direito a voto, se apresenta por meio de procuração de outorga específica.

### **f. formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

A prática tem sido utilizar procuração de outorga registrada em cartório. Não tem sido utilizada procuração outorgada por meio eletrônico.

### **g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização**

Não aplicável uma vez que a Companhia não utiliza o boletim de voto a distancia.

### **h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância**

A Companhia não utiliza o boletim de voto a distancia.

### **i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância**

Não aplicável uma vez que a Companhia não utiliza o boletim de voto a distancia.

### **j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a**

## **12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais**

### **receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

Os recursos disponíveis na rede mundial de computadores não têm sido utilizados para receber ou compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

### **k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância**

Não aplicável uma vez que a Companhia não utiliza o boletim de voto a distancia.

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

As atribuições do Conselho de Administração da Companhia estão contidas no subitem 12.1 deste Formulário de Referência.

**a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias**

O Conselho de Administração se reúne mensalmente, e extraordinariamente sempre que se fizer necessário. No exercício de 2018, ocorreram 20 reuniões, sem, no entanto, haver distinção entre reuniões ordinárias e extraordinárias.

**b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho**

Não existe acordo de acionista. O Conselho deliberará por maioria de votos, cabendo ao seu Presidente, além do voto pessoal, o de desempate.

**c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

Nos termos do Estatuto Social, o Conselheiro indicado como representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse. Nestes termos, a deliberação ocorrerá em reunião especial exclusivamente convocada para essa finalidade, da qual não participará o referido conselheiro.

**d. Se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:**

**i. Órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado;**

Por meio da Decisão de Diretoria Executiva nº DD-13.05/2018, de 19/03/2018, homologada pela Deliberação do Conselho de Administração nº DL-534.01/2018, de 11/04/2018, a Chesf aprovou a revisão da *Política de Indicações na Holding e nas Controladas, Coligadas, Fundações e Associações das Empresas Eletrobras*, que estabeleceu os princípios e as diretrizes para seleção, indicação, avaliação e capacitação para atuação de representantes em órgãos de governança em SPEs, nas quais a Eletrobras e suas empresas participam do capital social, de forma majoritária ou minoritária.

Com a publicação da Lei nº 13.303/2016 e de sua regulamentação, o Decreto nº 8.945/16, em 27 de dezembro de 2016, além de considerar a legislação vigente, o estatuto e outros documentos normativos da empresa, foram agregados novos critérios à análise das indicações, contribuindo para a qualificação dos membros dos órgãos de governança, que culminou com a "Política de Indicação de Representantes em Controladas, Coligadas, Fundações e Associações das Empresas Eletrobras", aprovada pelo Conselho de Administração da *Holding*, por meio da Deliberação nº 151, de 30 de junho de 2017, que estabelece as diretrizes necessárias aos processos de indicação, avaliação de desempenho e capacitação dos representantes da holding e das empresas Eletrobras em órgãos de governança de suas controladas, coligadas, fundações e associações, norteadas pelos princípios descritos na política.

A referida política foi aprovada pela Diretoria Executiva da Chesf no dia 29 de janeiro de 2018 e pelo Conselho de Administração, no dia 07 de fevereiro de 2018.

Em função da reforma do Estatuto Social das empresas Eletrobras para atender à Lei nº 13.303/2016 e sua regulamentação, bem como a adesão da Eletrobras ao Programa Destaque em Governança de Estatais, da B3, a Eletrobras revisou a "Política de Indicação de Representantes em Controladas, Coligadas, Fundações e

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Associações das Empresas Eletrobras", que foi aprovada pelo seu Conselho de Administração em 29 de janeiro de 2018, e encaminhada à Chesf para sua adoção.

Na sequência, a Diretoria Executiva da Chesf aprovou a revisão da Política em questão, no dia 19 de março de 2018, decisão essa homologada pelo Conselho de Administração no dia 11 de abril de 2018.

### **ii. Principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros.**

A composição do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal encontram-se no item 12.1.

Os representantes deverão ter a qualificação mínima, de acordo com os critérios estabelecidos para a Chesf na Lei nº 13.303/16 e no Decreto nº 8.945/16, demonstrando realizações significativas em seu campo de atuação ou uma habilidade que signifique uma contribuição expressiva para o conselho e diretoria, além de possuir um conhecimento sobre o ambiente de negócios e objetivos da empresa, capacidade analítica e estar alinhados com os valores e princípios da organização, ter notórios conhecimentos e experiência, idoneidade moral, reputação ilibada e competência técnica compatível com o exercício do cargo.

Os Conselheiros e Diretores da Chesf serão indicados e eleitos nos termos da legislação aplicável e seu Estatuto Social.

Compete ao Conselho de Administração da Eletrobras, mediante proposta da sua Diretoria Executiva, a escolha dos representantes da Eletrobras na administração da Chesf.

Compete à Diretoria Executiva da Eletrobras a escolha dos conselheiros fiscais da Chesf.

Como estabelecem a Lei nº 13.303/16 e o Decreto nº 8.945/16, o Comitê de Elegibilidade deverá opinar de modo a auxiliar os acionistas na indicação de administradores e conselheiros fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições, nas empresas estatais.

As atribuições que competem ao Comitê de Elegibilidade previsto na Lei nº 13.303/16 e na sua regulamentação, serão exercidas pelo Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade instalado na holding e abrangerão as sociedades nas quais a Eletrobras participe direta e indiretamente.

Como pré-requisito à análise do Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade, da Diretoria e do Conselho de Administração, o candidato deverá entregar o formulário anexo, devidamente preenchido e assinado, juntamente com as evidências exigidas.

Os representantes serão posteriormente eleitos junto aos órgãos de governança de competência da Chesf.

O conselheiro eleito não poderá ocupar cargos em mais de 05 (cinco) Conselhos, sejam eles de Administração ou Fiscal.

Cabe destacar que, os cargos de suplente não serão computados para fim dessa contagem, entretanto, uma vez tenha o conselheiro assumido a titularidade do cargo de conselheiro de administração e/ou fiscal, deverá ser assegurado que o número total de cargos assumidos seja, no máximo, 05 (cinco).

É vedada a participação remunerada de membros da administração pública federal, direta ou indireta, em mais de dois órgãos colegiados de empresa estatal, incluídos os Conselhos de Administração e Fiscal e os Comitês de Auditoria.

É condição para a investidura em cargo de Diretoria a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados.

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Os cargos de diretor-presidente e presidente do Conselho de Administração não poderão ser exercidos por uma mesma pessoa para que não ocorra concentração de poder e prejuízo ao dever de supervisão do conselho em relação à diretoria.

O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e dos indicados para o cargo de diretor será unificado e não superior a 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas. O prazo de gestão dos membros do Conselho Fiscal é não superior a 2 (dois) anos, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas.

No caso da Chesf, empresa estatal de capital aberto, não se considera recondução a eleição de diretor para atuar em outra Diretoria.

Atingidos os prazos de gestão máximos, o retorno de membro estatutário para uma mesma empresa só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão ou de atuação.

Os requisitos e vedações a seguir aplicam-se aos administradores e conselheiros fiscais das empresas estatais, inclusive aos representantes dos empregados, quando aplicável, e dos acionistas minoritários, e também às indicações da União ou das empresas estatais em suas participações minoritárias em empresas privadas e estatais de outros entes federativos e estendidos, por esta Política, aos indicados para fundações e associações em que a Eletrobras e suas empresas figurem como patrocinadoras.

### Requisitos

A diversidade de perfis é fundamental, a fim de alcançar a complementariedade de experiências, pois permite que a organização se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

As indicações para os órgãos de governança devem buscar reunir, entre seus membros, além da diversidade de gênero, idade e etnia.

Além dos critérios objetivos que seguem, os conselheiros de administração e fiscal deverão, obedecendo aos princípios do manual de governança do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), possuir tempo disponível para o exercício do seu prazo de gestão ou atuação, análise das matérias e cumprimento dos deveres de diligência junto às empresas que representa nos respectivos conselhos.

O notório conhecimento é um requisito subjetivo que pode ser preenchido, em alguns casos, pelo mesmo requisito de formação ou experiência, como mestrado ou doutorado.

Pode ainda ser cumprido por diversos elementos curriculares alternativos, tais como artigos publicados, trabalhos profissionais desenvolvidos e cursos de extensão, desde que o referido elemento seja sempre compatível com o cargo a ser ocupado.

### Requisitos obrigatórios

#### Conselho de Administração e Diretoria Executiva

Os conselheiros de administração e os diretores, inclusive o diretor-presidente, serão escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e notório conhecimento, pessoas naturais, devendo os diretores residir no país. Os administradores deverão atender ainda aos requisitos obrigatórios:

- I - ser cidadão de reputação ilibada;
- II - ter notório conhecimento compatível com o cargo para o qual foi indicado;
- III - ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado; e
- IV - ter, no mínimo, uma das experiências profissionais abaixo:

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

- a) dez anos, no setor público ou privado, na área de atuação da empresa estatal ou em área conexas àquela para a qual forem indicados em função de direção superior;
- b) quatro anos em cargo de Diretor, de Conselheiro de Administração, de membro de comitê de auditoria ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da empresa estatal, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos dois níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa;
- c) quatro anos em cargo em comissão ou função de confiança equivalente a nível 4, ou superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), em pessoa jurídica de direito público interno;
- d) quatro anos em cargo de docente ou de pesquisador, de nível superior, na área de atuação da empresa estatal; ou
- e) quatro anos como profissional liberal em atividade vinculada à área de atuação da empresa estatal.

A formação acadêmica deverá contemplar curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação. Serão sempre considerados compatíveis, para qualquer estatal, os seguintes cursos: a) Administração ou Administração Pública; b) Ciências Atuariais; c) Ciências Econômicas; d) Comércio Internacional; e) Contabilidade ou Auditoria; f) Direito; g) Engenharia; h) Estatística; i) Finanças; e j) Matemática.

As experiências mencionadas em alíneas distintas do inciso IV acima transcrito não poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido.

Entretanto, as experiências mencionadas em uma mesma alínea do inciso IV poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido, desde que relativas a períodos distintos.

Além dos requisitos obrigatórios descritos nesta Política, o indicado para o cargo de Presidente, Diretor ou Diretor-Presidente, deverá ter:

I - experiência profissional de, pelo menos 05 (cinco) anos, em atividade ou função, diretamente ligada ao tema principal da Diretoria;

II - idade máxima de 75 (setenta e cinco) anos, quando da formulação da indicação.

### Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal devem ser pessoas naturais, residentes no país, de reputação ilibada e possuir como requisitos mínimos:

I - formação acadêmica compatível com o exercício da função;

II - ter experiência mínima de três anos em cargo de:

- a) direção ou assessoramento na administração pública, direta ou indireta; ou
- b) Conselheiro Fiscal ou administrador em empresa.

Qualquer experiência diferente da exigida não poderá ser somada para apuração do tempo requerido.

A formação acadêmica deverá contemplar curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação.

As experiências mencionadas em alíneas distintas do inciso II deste item não poderão ser somadas para a

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

apuração do tempo requerido.

As experiências mencionadas em uma mesma alínea do inciso II deste item poderão ser somadas para apuração do tempo requerido, desde que relativas a períodos distintos.

Além dos requisitos previstos no presente item, os conselheiros fiscais indicados pela holding e suas empresas deverão ter formação ou experiência nas áreas econômica, financeira, contábil ou jurídica para o exercício da função.

### Vedações

#### Conselho de Administração e Diretoria Executiva

É vedada a indicação, para o Conselho de Administração e para a Diretoria, conforme o Art. 29 do Decreto nº 8.945/16, além dos casos previstos nas demais legislações pertinentes, bem como no Estatuto Social e/ou Acordo de Acionistas e/ou Acordo de Gestão:

I - de representante do órgão regulador ao qual a empresa estatal está sujeita;

II - de Ministro de Estado, de Secretário Estadual e de Secretário Municipal;

III - de titular de cargo em comissão na administração pública federal, direta ou indireta, sem vínculo permanente com o serviço público;

IV - de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciado;

V - de parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau das pessoas mencionadas nos incisos I a IV;

VI - de pessoa que atuou, nos últimos trinta e seis meses, como participante de estrutura decisória de partido político;

VII - de pessoa que atuou, nos últimos trinta e seis meses, em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;

VIII - de pessoa que exerça cargo em organização sindical;

IX - de pessoa física que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a União, com a própria estatal ou com empresa estatal do seu conglomerado estatal, nos três anos anteriores à data de sua nomeação;

X - de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da empresa estatal ou com a própria estatal; e

XI - de pessoa que se enquadre em qualquer uma das hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990.

A vedação do inciso III deste item aplica-se ao servidor ou ao empregado público aposentado que seja titular de cargo em comissão da administração pública federal direta ou indireta.

### Conselho Fiscal

Os conselheiros fiscais não devem se enquadrar nas vedações de que trata o art. 147 da Lei nº 6.404/76, sendo ainda vedada a indicação:

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

- I - de representante do órgão regulador ao qual a empresa estatal está sujeita;
- II - de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciado;
- III - de pessoa física que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a União, com a própria estatal ou com empresa estatal do seu conglomerado estatal, nos três anos anteriores à data de sua nomeação;
- IV - de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da empresa estatal ou com a própria estatal;
- V - de pessoa que se enquadre em qualquer uma das hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;
- VI - de pessoa que se enquadrar nas vedações de que trata o art. 147 da Lei nº 6.404, de 1976;
- VII - de pessoa que seja ou tenha sido membro de órgão de administração nos últimos vinte e quatro meses, ou empregado da empresa estatal ou de sua subsidiária, ou do mesmo grupo; ou que seja cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da empresa estatal.

O disposto no inciso VII deste item não se aplica aos empregados da empresa estatal controladora, ainda que sejam integrantes de seus órgãos de administração, quando inexistir grupo de sociedades formalmente constituído.

### **Requisitos para seleção dos membros dos comitês estatutários de assessoramento**

Os membros dos comitês estatutários de assessoramento serão escolhidos dentre os membros do Conselho (“Conselheiros”).

### **Requisitos mínimos para caracterização de independência para cargo em Conselho de Administração**

Sem prejuízo de eventuais requisitos adicionais impostos por outras Leis ou regulamentos quando aplicáveis, será caracterizado independente aquele que atender os seguintes requisitos mínimos:

- I - não ter vínculo com a empresa estatal ou com empresa de seu conglomerado estatal, exceto quanto à participação em Conselho de Administração da empresa controladora ou à participação em seu capital social;
- II - não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim ou por adoção, até o terceiro grau, de chefe do Poder Executivo, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, do Distrito Federal ou de Município ou de administrador da empresa estatal ou de empresa de seu conglomerado estatal;
- III - não ter mantido, nos últimos três anos, vínculo de qualquer natureza com a empresa estatal ou com os seus controladores, que possa vir a comprometer a sua independência;
- IV - não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, empregado ou Diretor da empresa estatal, de empresa de seu conglomerado estatal ou de empresa coligada;
- V - não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços ou produtos da empresa estatal ou de empresa de seu conglomerado estatal;
- VI - não ser empregado ou administrador de empresa ou entidade que ofereça ou demande serviços ou produtos à empresa estatal ou à empresa de seu conglomerado estatal; e
- VII - não receber outra remuneração da empresa estatal ou de empresa de seu conglomerado estatal, além daquela relativa ao cargo de Conselheiro, exceto a remuneração decorrente de participação no capital da

## 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

empresa.

### 5.2 Análise das indicações

A partir de indicações por meio de ofícios dos órgãos competentes, ou efetuadas por empresa Eletrobras, no que couber, cabe a análise à vista das Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nº 13.303/16, bem como do Decreto nº 8.945/16, além do Estatuto Social e outros critérios legais ou regulamentares aplicáveis, como a consulta ao banco de dados de sanções aplicadas pelas Comissões de Ética, conforme dispõe o Art. 22 do Decreto nº 6.029 de 01 de fevereiro de 2007, e aos sítios eletrônicos da CVM, TCU, TSE e TCE.

Os indicados deverão apresentar o formulário do Anexo I da Política de Indicações, devidamente preenchido e assinado, juntamente com as evidências necessárias.

Ademais, o Conselho de Administração da Eletrobras recomendou que, para toda indicação a cargos de conselheiros e diretores, seja previamente feita uma avaliação pela área de integridade sobre a situação de conformidade dos indicados, assim como consultas às Ouvidorias das empresas Eletrobras. Eventuais denúncias localizadas junto às Ouvidorias deverão seguir seu rito próprio para averiguação no bojo dos processos administrativos correspondentes.

Nos termos do inciso II do Art. 22 do Decreto nº 8.945/16, a indicação deve ter sido aprovada pela Casa Civil.

Ainda em atendimento ao Decreto nº 8.945/16, a conformidade do processo de avaliação dos administradores e conselheiros fiscais será verificada por comitê estatutário de elegibilidade com competência para auxiliar os acionistas na indicação desses membros. Sendo assim, o Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade da holding analisará as indicações dos administradores e conselheiros em todos os casos e fiscais de no caso de empresas públicas.

As indicações de representantes das controladas deverão ser aprovadas primeiramente na Diretoria Executiva e Conselho de Administração das mesmas.

De posse da análise concluída, as considerações serão encaminhadas para aprovação da Diretoria Executiva e, quando couber, do Conselho de Administração da Eletrobras.

Os representantes da holding aprovados, a análise será encaminhada para os órgãos de governança de competência da Chesf a fim de subsidiar sua eleição.

Caberá ao Comitê de Auditoria e Riscos da holding a análise do perfil do titular da auditoria interna nos termos do Estatuto Social e do Regimento Interno desse Comitê.

## **12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem**

### **12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

Não há tal previsão no estatuto na Companhia. Considera-se dispensável a existência de cláusula para resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem pelo fato de a titularidade do total das ações com direito a voto pertencer a um único acionista.

**12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal**

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
JENNER GUIMARÃES DO RÊGO	28/08/1960	Pertence apenas à Diretoria	01/06/2019	Até 31/05/2021	2
168.807.904-10	Administrador de empresas	19 - Outros Diretores	01/06/2019	Sim	0.00%
Não Aplicável		Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores			
ADRIANO SOARES DA COSTA	17/11/1969	Pertence apenas à Diretoria	01/06/2019	Até 31/05/2021	2
619.661.504-15	Advogado	19 - Outros Diretores	01/06/2019	Sim	0.00%
Não Aplicável		Diretor de Gestão Corporativa			
JOÃO HENRIQUE DE ARAÚJO FRANKLIN NETO	19/08/1959	Pertence apenas à Diretoria	04/07/2019	Até 31/05/2021	2
192.420.694-34	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	04/07/2019	Sim	0.00%
Não Aplicável		Diretor de Operação			
ROBERTO PORDEUS NÓBREGA	17/01/1956	Pertence apenas à Diretoria	01/06/2019	Até 31/05/2021	2
127.354.774-87	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	01/06/2019	Sim	0.00%
Não Aplicável		Diretor de Engenharia e Construção			
WILSON PINTO FERREIRA JÚNIOR	03/05/1959	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2019	Até AGO de 2021	2
012.217.298-10	Engenheiro Eletricista	20 - Presidente do Conselho de Administração	29/04/2019	Sim	100.00%
Não aplicável.					
Fábio Malina Losso	01/09/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	06/11/2019	Até a AGO de 2021	0
015.713.439-38	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	06/11/2019	Sim	0.00%
N/A					
Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta	18/06/1968	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2019	Até a AGO de 2021	1
590.604.504-00	Administradora de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2019	Sim	0.00%
Luiz Roberto Bezerra	15/02/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2019	Até a AGO de 2021	1

**12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal**

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
463.821.437-15	Engenheiro Eletricista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2019	Não	0.00%
Robstaine Alves Saraiva	11/07/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2019	Até a AGO de 2021	1
153.087.584-68	Engenheiro Eletricista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2019	Não	0.00%
Engenheiro Eletricista					
Renê Sanda	09/03/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2019	Até a AGO de 2021	1
050.142.628-05	Estatístico	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2019	Não	0.00%
Não Aplicável					
Fábio Lopes Alves	08/06/1950	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	01/06/2019	Até 31/05/2021	2
046.886.784-87	Engenheiro Eletricista	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	01/06/2019	Sim	0.00%
Membro efetivo do Conselho de Administração					
Fábio Lopes Alves	08/06/1950	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2019	Até AGO de 2021	2
046.886.784-87	Engenheiro Eletricista	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	29/04/2019	Sim	100.00%
Diretor - Presidente					
Felipe Baptista da Silva	17/03/1980	Conselho Fiscal	30/08/2019	Até a AGO de 2021	1
089.079.457-05	Bacharel em Relações Internacionais	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/08/2019	Sim	0.00%
Não Aplicável					
DENIS DO PRADO NETTO	16/08/1966	Conselho Fiscal	29/04/2019	Até AGO de 2021	2
562.990.106-06	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2019	Sim	100.00%
Não Aplicável.					

**12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal**

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>		<b>Descrição de outro cargo / função</b>			
JAIREZ ELOÍ DE SOUZA PAULISTA	16/04/1954	Conselho Fiscal	29/04/2019	Até AGO de 2021	1
059.622.001-44	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2019	Sim	0.00%
Não Aplicável.					
EVANDRO CESAR DIAS GOMES	13/08/1972	Conselho Fiscal	29/04/2019	Até AGO de 2021	2
662.292.270-53	Bacharel em Direito	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2019	Sim	0.00%
Não Aplicável.					
LUISA HELENA FREITAS DE SÁ CAVALCANTE	04/06/1965	Conselho Fiscal	29/04/2019	Até AGO de 2021	2
382.949.583-87	Engenheira Civil	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2019	Sim	0.00%
Não Aplicável					
Hélio Mourinho Garcia Júnior	20/06/1958	Conselho Fiscal	29/04/2019	Até a AGO de 2021	1
434.241.047-87	Oficial da Reserva da Marinha do Brasil	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	29/04/2019	Sim	0.00%
Não Aplicável					
<b>Experiência profissional / Critérios de Independência</b>					
JENNER GUIMARÃES DO RÊGO - 168.807.904-10					
Administrador de empresas, com Mestrado em Administração, e ampla experiência em gestão de pessoas e processos, tendo exercido diversas funções técnicas e gerenciais no Banco do Nordeste do Brasil S/A, onde trabalhou durante mais de 30 anos, sendo posteriormente cedido ao Governo do Estado de Pernambuco para presidir, de 2007 a 2010, a Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco – AD Diper, empresa da administração indireta do Governo do Estado de Pernambuco, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Em 2011, assumiu a Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais no Ministério da Integração Nacional, retornando em 2014 para exercer, novamente, o cargo de Diretor-Presidente da AD Diper. Entre 2017 e 2019 exerceu o cargo de Diretor de Finanças de Furnas Centrais Elétricas S.A, empresa do Sistema Eletrobras. Foi eleito em 16/04/2019 pelo Conselho de Administração da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, e tomou posse em 24/04/2019, como Diretor Econômico-Financeiro, passando a ocupar também a função de Diretor de Relações com Investidores.					
ADRIANO SOARES DA COSTA - 619.661.504-15					

Advogado, consultor jurídico, palestrante, conferencista, parecerista, presidente de honra da IBDPub - Instituição Brasileira de Direito Público, ex-presidente do IDPP - Instituto de Direito Público e Político, ex-secretário de Estado da Gestão Pública de Alagoas (2007-2008), ex-professor de direito eleitoral do Centro Universitário de Ciências Jurídicas (Cesmac/Alagoas), ex-professor de direito financeiro e tributário da FAL - Faculdade de Alagoas (pós-graduação), ex-juiz de Direito em Alagoas (1995-1998), ex-secretário de Estado de Administração de Alagoas (1999), ex-secretário de Estado do Gabinete Civil de Alagoas (1999-2000), ex-secretário de Estado da Gestão Pública de Alagoas (2007-2008), ex-secretário de Estado da Educação de Alagoas (2011-2012), ex-procurador geral do município de Maceió (1993-1995). É autor das obras: Instituições de direito eleitoral, 10ª edição, Belo Horizonte: Fórum, 2013; Teoria da incidência da norma jurídica: Crítica ao realismo linguístico de Paulo de Barros Carvalho. 2ª ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2009 e Inabilitação para mandato eletivo, Belo Horizonte: Ciência Jurídica, 1998. Autor de diversos artigos de direito eleitoral, processual civil, administrativo e tributário, publicados nas principais revistas jurídicas do País. Recebeu a Comenda "Promotor Anthero Montenegro Medeiros" [maior galardão conferido pelo Ministério Público do Estado de Alagoas], a "Medalha do Mérito Eleitoral do Pará", concedido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará, a Medalha do Mérito concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e a Comenda Oficial do Corpo de Bombeiros do Estado de Alagoas. Agraciado com a instituição de "Medalha Adriano Soares da Costa" pela Academia Catarinense de Direito Eleitoral; agraciado com a criação do Observatório de Direito Eleitoral Adriano Soares da Costa, da Faculdade de Direito Milton Campos (MG). Eleito na 525ª RCA de 14/11/2017 da Chesf, como Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, cargo que ocupou até 23/04/2019. Na 540ª RCA de 21/08/2018, foi eleito como Diretor de Gestão Corporativa, cargo em que permanece até esta data. A Chesf não tem conhecimento da existência, nos últimos 5 anos, de condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado o Sr. Adriano Soares da Costa para prática de atividade profissional ou comercial.

---

JOÃO HENRIQUE DE ARAÚJO FRANKLIN NETO - 192.420.694-34

Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, com Especialização em Comercialização de Energia pela UFPE e em Gestão de Negócios de Energia Elétrica pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Eleito Diretor de Operação pela 500ª RCA realizada em 03/08/2016. Trabalha na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, desde 1982 e ocupou vários cargos gerenciais na área de operação do sistema eletroenergético. Atuou como superintendente de operação durante 17 anos. Foi coordenador da área de regulação, de 2015 até julho de 2016. Representou a Chesf em diversas entidades, tais como: Comitê Coordenador de Operação do Norte e Nordeste - CCON, Grupo de Coordenação da Operação do Sistema Interligado - CGOI. Atualmente, representa a Chesf junto ao Operador do Sistema Elétrico - ONS, à Associação Brasileira das Grandes Transmissoras de Energia - ABRATE, à Associação Brasileira das Grandes Geradoras de Energia - ABRAGE. A Chesf não tem conhecimento da existência, nos últimos 5 anos, de condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado o Sr. João Henrique de Araújo Franklin Neto para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. João Henrique de Araújo Franklin Neto não é membro independente.

---

ROBERTO PORDEUS NÓBREGA - 127.354.774-87

Brasileiro, casado, graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, com MBA em Finanças Empresariais e em Gestão de Negócios de Energia, ambos pela Fundação Getúlio Vargas. Empregado de carreira da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, desde 1978, exerceu diversos cargos tais como Adjunto da Diretoria Administrativa, Chefe de Gabinete da Diretoria de Operação e da Presidência, Conselheiro de Administração da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf e dos Complexos Eólicos Chapada do Piauí I e II. A Chesf não tem conhecimento da existência, nos últimos 5 anos, de condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado o Sr. Roberto Pordeus Nóbrega para a prática de atividade profissional ou comercial.

---

WILSON PINTO FERREIRA JÚNIOR - 012.217.298-10

O Sr. Wilson Pinto Ferreira Junior é formado em Engenharia Elétrica pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie em 1981 e em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas pela Universidade Mackenzie em 1983. cursou mestrado em Energia pela Universidade de São Paulo (USP), e possui várias especializações, dentre as quais Engenharia de Segurança do Trabalho (Universidade Mackenzie, 1982), Marketing (Fundação Getúlio Vargas - FGV, 1988), e Administração de Distribuição de Energia Elétrica (Swedish Power Co. 1992). Eleito membro do Conselho de Administração pela 171ª AGE realizada em 11/08/2016. Na Companhia Energética de São Paulo (CESP) exerceu diversos cargos, incluindo Diretor de Distribuição (1995 a 1998). Foi Presidente da RGE de 1998 a 2000, Presidente do Conselho de Administração da Bandeirante Energia S.A. de 2000 a 2001 e Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDEE (2009 a 2010). É membro do Conselho de Administração do ONS e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base (ABDIB). Em março de 2000, tornou-se Presidente da CPFL Paulista, e posteriormente da CPFL Piratininga, CPFL Geração, CPFL Brasil, RGE, CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguariúna, CPFL Bioenergia, e outras controladas da CPFL Energia. De 2002 a abril de 2011, foi membro do Conselho de Administração da CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração e RGE. Foi Presidente da CPFL Energia de 2002 a 2016. É presidente da Eletrobras desde Julho de 2016. A Chesf não tem conhecimento da existência, nos últimos 5 anos, de condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado o Sr. Wilson Ferreira Júnior para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Wilson Ferreira Júnior não é membro independente. \* Percentual de participação nas reuniões considera o início de mandato do Conselheiro, na AGO de 2017 até 31/12/2018.

---

Fábio Malina Losso - 015.713.439-38

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1999), com título de Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (2008). Sócio de Losso Advogados, a partir de 1999, sociedade de advogados com atuação concentrada no direito empresarial, com notória experiência em temas corporativos e societários, governança e conformidade. Sócio-fundador de Priori Capital, criada em 1998, especializada em gestão patrimonial e empresarial, nomeada, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, administradora judicial em processos de Recuperação Judicial. É Membro Independente do Conselho de Administração da Eletrobras Eletronuclear S.A., eleito pela Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2019, da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro, eleito pela Assembleia Geral Ordinária de 25 de Abril de 2019 e do Banco da Amazônia S.A., em 25 de julho de 2019. Foi o Primeiro Diretor Estatutário de Governança, Risco e Compliance da Companhia Paranaense de Energia – Copel (2016 – 2018), responsável pela estruturação, implantação e aprimoramento de mecanismos de governança corporativa, controles internos, gestão de riscos e compliance. Sua gestão foi reconhecida com o primeiro lugar no ranking de governança das estatais da FGV-SP e oitavo lugar geral (primeiro das empresas estatais) das 100 maiores empresas brasileiras, do Ranking de Relatórios Corporativos da Transparência Internacional. Foi Membro do Conselho de Administração da Copel Telecom, primeiro lugar no ranking da Anatel em qualidade de serviço, no Paraná. Na The University of Chicago é membro de conselho desde 2009, tendo sido Presidente do Conselho Internacional do Reitor da The Harris School of Public Policies (2014 – 2015). Foi liquidante do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A – BADEP (2011 – 2013), instituição financeira de desenvolvimento, membro do Conselho Diretor do Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná – Funesp (2012 – 2013) e Secretário do Conselho Estadual de Trânsito do Paraná – CETRAN, de 2012 a 2013.

Elvira Baracuh Cavalcanti Presta - 590.604.504-00

A Sra. Elvira Baracuh Cavalcanti Presta é graduada em Administração de Empresas, pela UFPE, com mestrado em Gestão Empresarial pela mesma instituição e pós-graduação em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral. Participou de programas de educação executiva no IMD (Suíça), ESADE (Espanha), University of Chicago Graduate School of Business (EUA) e Universidad Austral (Argentina) e fez o curso de formação de Conselheiros de Administração do IBGC. Atuou como diretora executiva de Planejamento e Controle da Neoenergia, de outubro de 2013 a agosto de 2016. Também atuou como conselheira fiscal da Norte Energia, durante um ano, como representante da Neoenergia. Foi diretora de Finanças da MRS Logística, entre julho de 2010 e setembro de 2013, e controller do Grupo Light, entre agosto de 2010 e junho de 2013. Atualmente, é Diretora Financeira e de Relações com Investidores da Eletrobras. A Sra. Elvira Baracuh Cavalcanti Presta não é membro independente.

\*Percentual de participação nas reuniões considera o início de mandato do Conselheiro, na AGO de 2017 até 31/12/2018.

Luiz Roberto Bezerra - 463.821.437-15

O Sr. Luiz Roberto Bezerra é graduado em Engenharia Elétrica pela PUC/RJ (1980), com Mestrado em Engenharia Elétrica pela COPPE/UFRJ (1991), Especialização em Engenharia Elétrica – Processamento de Sinais – PUC/RJ (1996), MBA em Gestão Empresarial – Universidade Cândido Mendes (2007) e MBA Executivo em Finanças – IBMEC (2013). Atua como Superintendente de Relações Institucionais e Responsabilidade Social da Fundação Getúlio Vargas – FGV Energia, Coordenador Interno e Pesquisador de P&D no Âmbito da Aneel, com foco em energias renováveis complementares, recursos energéticos distribuídos, smart grid, eficiência energética, sustentabilidade, arranjos produtivos locais, economia circular e economia compartilhada. Orientador de TCC do MBA em Setor Elétrico e do MBA Executivo em Administração de Negócios do Setor Elétrico da FGV. Atuou por 35 anos em Furnas Centrais Elétricas – S.A como Chefe de Gabinete da presidência e nas áreas administrativa, técnica e comercial. Foi membro do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A e do Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza, fundo de pensão dos empregados da Furnas e da Eletronuclear. A Chesf não tem conhecimento da existência, nos últimos 5 anos, de condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado o Sr. Luiz Roberto Bezerra para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Luiz Roberto Bezerra é membro independente. \*Percentual de participação nas reuniões considera o início de mandato do Conselheiro, na AGO de 2017 até 31/12/2018.

Robstaine Alves Saraiva - 153.087.584-68

O Sr. Robstaine Alves Saraiva é graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco (1982). É empregado da Chesf desde março/1983. Dentre os principais cargos ocupados destacam-se o de Diretor de Benefícios da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf no período de junho/2006 a maio/2010, o de Adjunto da Diretoria de Operações da Chesf no período de fevereiro/2003 a maio/2006, o de Assessor da Superintendência de Manutenção da Chesf no período de dezembro/2013 a maio/2016, o de Presidente do Conselho Fiscal da Fachesf no período de agosto/2002 a maio/2006 e o de Gerente de Serviço da Gerência Regional de Paulo Afonso no período de setembro/1994 a setembro/1996. Eleito representante dos empregados em 2019 para membro do Conselho de Administração da Companhia, para o mandato que inicia na Assembleia Geral Ordinária de 2019. A Chesf não tem conhecimento da existência, nos últimos 5 anos, de condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado o Sr. Robstaine Alves Saraiva para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Robstaine Alves Saraiva não é membro independente. \*Percentual de participação nas reuniões considera o início de mandato do Conselheiro, na AGO de 2017 até 31/12/2018.

Renê Sanda - 050.142.628-05

Brasileiro, casado, graduado em Estatística pela Universidade de São Paulo – USP. Possui mestrado em Estatística pela Universidade de São Paulo – USP, MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC-Brasília e Commercial and Investment Banking Program Professional Development Center – Citibank – Fort Lauderdale (USA). Profissional com sólida trajetória no mercado financeiro, com passagens relevantes nas áreas de tesouraria, gestão de riscos e operações internacionais. Experiência no gerenciamento de tesouraria interna e externa, reestruturação de negócios, elaboração e revisão de estratégia, implantação e gerenciamento de controles internos e gestão de riscos. Vem atuando há mais de dez anos como conselheiro fiscal e de administração em diversas empresas onde participou de operações de M&A, fechamento de capital e IPO de subsidiárias. A Chesf não tem conhecimento da existência, nos últimos 5 anos, de condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado o Sr. Renê Sanda para prática de atividade profissional ou comercial.

Fábio Lopes Alves - 046.886.784-87

---

Fábio Lopes Alves - 046.886.784-87

O Sr. Fabio Lopes Alves é graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, com pós graduação em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Empregado de carreira da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, desde 1974, exerceu diversos cargos tais como: Engenheiro do serviço de Proteção e Controle do Sistema Elétrico; Gerente da Divisão de Proteção e Controle do Sistema Elétrico; Gerente do Departamento de Proteção e Medição; Assessor da Superintendência de Telecomunicação e Controle de Processo; Assessor da Diretoria de Engenharia e Construção; Superintendente de Projeto e Construção da Transmissão e Chefe de Gabinete da Presidência. Atuou na Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, como Diretor de Operações, Diretor de Engenharia, Diretor Técnico e Diretor-Presidente. Atuou como Diretor Técnico da empresa Sistema de Transmissão Nordeste – STN, como Diretor Administrativo-Financeiro da empresa Transnorte Energia S.A. –TNE e como Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia – MME. Integrou diversos Conselhos de Administração: Rumo S.A.; Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE; Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE; Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE, Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE; Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP; Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE; Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. – LUMITRANS; Sistema Catarinense de Transmissão S.A. –STC; Energia dos Ventos V S.A.; Energia dos Ventos VI S.A.; Energia dos Ventos VII S.A., Energia dos Ventos VIII S.A.; Energia dos Ventos IX S.A.; Energia dos Ventos I S.A.; Energia dos Ventos II S.A.; Energia dos Ventos III. S.A.; Energia dos Ventos IV. S.A. e Energia dos Ventos X S.A.. A Chesf não tem conhecimento da existência, nos últimos 5 anos , de condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado o Sr. Fábio Lopes Alves para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Fábio Lopes Alves não é membro independente. \*Percentual de participação nas reuniões considera o início de mandato do Conselheiro, na AGO de 2017 até 31/12/2018.

Felipe Baptista da Silva - 089.079.457-05

Graduado em Relações Institucionais pela Universidade Estácio de Sá - RJ (2005), MBA em Gestão de Comércio Exterior e Negócios Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas – RJ (2006), MBA Executivo em Negócios Financeiros pelo IBMEC – RJ ( 2009), Curso de Extensão em Normas Internacionais de Contabilidade para Gestores pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – SP (2013) e participou do The Minerva Program, pela George Washington University Shool of Business, em Washington, DC– USA (2014). Funcionário de carreira da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobras desde junho/2008, onde atua como Superintendente de Planejamento e Controle, desde dezembro/2019, tendo exercido as funções de Gerente do Departamento de Desenvolvimento de Negócios, de maio/2015 a novembro/2016, Gerente da Divisão de Risco e Rentabilidade, de agosto/2010 a abril/2015, e analista financeiro na Divisão de Negociação de Projetos, de julho/2008 a julho/2010.

DENIS DO PRADO NETTO - 562.990.106-06

Formado em Ciências Econômicas pelo Uniceub(1995), com Pós Graduação em Gestão da Dívida Pública pela Fundação Getúlio Vargas – FGV(2004), e mestrado em Economia do Setor Público pela Universidade de Brasília-UnB(2011), tendo participado de diversos cursos na área de finanças públicas, como Programación y Políticas Financeiras, promovido pelo IMF Institute – Washington – DC (2007). Profissionalmente, atuou no Banco de Brasília S.A. – BRB e desde 1998, é servidor de carreira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, onde atualmente exerce a função de Coordenador Geral de Haveres Financeiros. Foi representante do Tesouro Nacional nos Conselhos Fiais da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, Boa Vista Energia S.A., Companhiadas Docas da Bahia – CODEBA, e Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP. Foi eleito em 27 de abril de 2017, membro efetivo do Conselho Fiscal da Chesf na AGE nº 69 da Companhia, representante do Tesouro Nacional.

JAIREZ ELOÍ DE SOUZA PAULISTA - 059.622.001-44

Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Exatas, Sociais e Administrativas de Brasília-DF(1983); formado em Análise de Sistemas na Faculdade de Tecnologia da Universidade Católica de Brasília (1987); Mestre em Gestão Empresarial pela Fundação Getulio Vargas – FGV(2003). Possui Curso de Especialização em Desenvolvimento de Recursos Humanos, realizado na Fundação Getulio Vargas – FGV(1986). Atuação profissional preponderante na área de Administração, com experiências e trabalhos desenvolvidos em todos os segmentos de atividades desta área, tais como planejamento, orçamento e finanças, logística, organização, sistemas e métodos, sistemas de qualidade, tecnologia da informação e em administração de recursos humanos/gestão de pessoas. Nesses segmentos, participou da concepção e implementação de vários trabalhos técnicos, ocupando diversas posições de assessoria (em níveis tático e estratégico) e gerência/direção (em níveis intermediário, tático e estratégico). Tem, ainda, larga experiência profissional em concepção, proposição e implementação de políticas públicas. Atuação também na implementação, coordenação e supervisão de serviços de atendimento ao cidadão tais como ouvidoria, serviço de informações, bem como em trabalhos em gestão da ética. Docência universitária por mais de vinte anos. Presidente e membro de Conselhos Fiscais de empresas estatais. Foi eleito em 27 de abril de 2017, membro suplente do Conselho Fiscal da Chesf na AGE nº 69 da Chesf.

EVANDRO CESAR DIAS GOMES - 662.292.270-53

Bacharel em direito pela Universidade Luterana do Brasil (2002) e Bacharel em Jornalismo pela Universidade Luterana do Brasil (1995). Mestre em Direitos Fundamentais pelo programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Luterana do Brasil (2006). Assessor de Imprensa do gabinete do Deputado Estadual Ledevino Piccinini – 1997 a 1999 na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Diretor de Comunicação entre 1999 e 2001 na Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul, Secretário Municipal de Arte e Cultura de agosto de 2003 a junho de 2004 na Prefeitura Municipal de Esteio, Secretário Municipal de Meio Ambiente em julho e agosto de 2004 na Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul, na Prefeitura Municipal de Canoas - RS ingressou como Assessor Jurídico da Procuradoria Geral do Município em outubro de 2004, sendo promovido para Diretor do Departamento Judicial e Administrativo da PGM em janeiro de 2005, para Procurador-Geral Adjunto em setembro de 2005 e para Procurador da Fazenda Municipal em agosto de 2007. No período chegou a coordenar banca com 13 advogados, cerca de seis mil demandas judiciais e duzentos expedientes administrativos por mês. Entre janeiro de 2009 e dezembro de 2010 exerceu o cargo de Assessor Especial I – Assessor Especial Jurídico, vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito, entre janeiro de 2011 a dezembro de 2012 atuou como Secretário de Comunicação da Prefeitura de Canoas, em janeiro de 2013 assumiu a Assessoria Superior do Gabinete do Prefeito de Canoas, exercendo o cargo até maio de 2014, Membro da Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Transporte de Canoas, em 2009 e 2010; Diretor Jurídico na Vice-Presidência de Serviços Jurídicos do Sport Clube Internacional, em 2004 e 2005; Diretor Superintendente da BAGERGS, em 2014 e 2015; professor do curso de Direito, desde 2011 até o presente momento, na Universidade La Salle. Conselheiro Fiscal da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica CGTEE Eletrobras. Eleito em janeiro de 2017 Conselheiro de Administração da Empresa de Pesquisa Energética. Eleito em 27 de abril de 2017, membro suplente do Conselho Fiscal da Chesf na AGE nº 69 da Chesf.

LUISA HELENA FREITAS DE SÁ CAVALCANTE - 382.949.583-87

Graduada em Engenharia Civil na Universidade Federal do Ceará, com Pós-graduação em Economia de empresa pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR e Mestrado em Economia na CAEN/Universidade Federal do Ceará – UFC. Possui diversos cursos de aperfeiçoamento, tais como: Curso de extensão em análise de empresas estatais – Módulo I e II – ESAF (2013 e 2014), Curso de orçamento e contabilidade pública – Centresaf/DF (2006), Curso para conselheiros fiscais – Centresaf/DF (2004), dentre outros. Atuou profissionalmente na Construtora Ribeiro Moreira Ltda – Fortaleza – CE (1988-1996); na Construtora Colmeia Ltda Fortaleza, CE (1996 – 1998); como coordenadora do Núcleo de Infra-Estrutura (1999 - 2000); como assessora técnica do Gabinete do Secretário (2000 - 2001); como coordenadora do Projeto Açude Castanhão (2001); no Governo do Estado do Ceará - Secretaria da Agricultura Irrigada (1999 – 2003). Atualmente atua como auditora federal de finanças e controle no cargo de gerência (desde 2008) e na Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda (desde 2003). Atuou como Conselheira Fiscal da Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE (2006) e da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre – TRENSURB (2010-2014). Atualmente atua como suplente de conselheiro fiscal da Nuclebrás Equipamentos Pesados Fiscais S.A – NUCLEP (desde 2004), como conselheira fiscal da Companhia Docas do Ceará - CDC (desde março de 2014) e foi eleita em 27 de abril de 2017, membro suplente do Conselho Fiscal da Chesf na AGE nº 69 da Companhia, representante do Tesouro Nacional.

Hélio Mourinho Garcia Júnior - 434.241.047-87

O Sr. Hélio Mourinho Garcia Júnior foi graduado Guarda Marinha e Bacharel em Administração pela Escola Naval em dezembro de 1979, tendo sido promovido ao posto de Contra-Almirante em março de 2009, de Vice-Almirante em março de 2013, entrando para a reserva remunerada em maio de 2017. Realizou o curso de pós-graduação em Aperfeiçoamento de Intendência para Oficiais, em 1984, mestrado em Comando e Estado-Maior pela Escola de Guerra Naval, em 1994, e o Curso de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra – ESG em 2004. Participou de diversas comissões, destacando-se Membro da Comissão de Promoção de Oficiais, no período de 2015 a 2017, Diretor de Abastecimento da Marinha, de 2013 a 2017, Gerente de Administração e Finanças da Coordenadoria-Geral do Desenvolvimento do Submarino Nuclear, de 2010 a 2013, Presidente da Caixa de Construções de Casas Para o Pessoal da Marinha, de 2009 a 2010, Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral da Marinha, de 2008 a 2009, Assessor Chefe do Gabinete do Comandante da Marinha, de 2007 a 2008, Diretor do Centro de Controle de Inventários da Marinha, de 2005 a 2007, Assessor de Planejamento Orçamentário do Estado-Maior da Armada, de 2002 a 2004, Diretor do Centro de Catalogação das Forças Armadas do Estado-Maior das Forças Armadas, de 1997 a 2001, Assessor Administrativo da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa em Washinton, DC – EUA, de 1995 a 1997, Gestor da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, de 1987 a 1991, atuou na Diretoria de Administração da Marinha, de 1985 a 1987 e de 1991 a 1994, Gestor do Batalhão de Serviços da Divisão Anfíbia do Corpo de Fuzileiros Navais, de 1981 a 1984, fez parte do 3º Batalhão de Infantaria do Corpo de Fuzileiros Navais – Batalhão Paissandu, de 1980 a 1981. Foi membro do Conselho de Administração da Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON, em 2007, presidente do Conselho Fiscal da Empresa AMAZUL, de 2016 a 2017, Presidente do Conselho de Gestão da Caixa de Construções de Casas Para o Pessoal da Marinha, de 2009 a 2010, Presidente do Conselho de Gestão da Diretoria de Abastecimento da Marinha, de 2013 a 2017, Membro do Conselho de Administração da Associação de Cooperação e Apoio Naval, em 2018, Presidente do Conselho de Gestão da Associação de Cooperação e Apoio Naval, em 2018.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
JENNER GUIMARÃES DO RÊGO - 168.807.904-10	
N/A	
ADRIANO SOARES DA COSTA - 619.661.504-15	
N/A	
JOÃO HENRIQUE DE ARAÚJO FRANKLIN NETO - 192.420.694-34	
N/A	
ROBERTO PORDEUS NÓBREGA - 127.354.774-87	
N/A	
WILSON PINTO FERREIRA JÚNIOR - 012.217.298-10	
N/A	
Fábio Malina Losso - 015.713.439-38	
N/A	
Elvira Baracuh Cavalcanti Presta - 590.604.504-00	
N/A	
Luiz Roberto Bezerra - 463.821.437-15	
N/A	
Robstaine Alves Saraiva - 153.087.584-68	

N/A
Renê Sanda - 050.142.628-05
N/A
Fábio Lopes Alves - 046.886.784-87
Fábio Lopes Alves - 046.886.784-87
N/A
Felipe Baptista da Silva - 089.079.457-05
N/A
DENIS DO PRADO NETTO - 562.990.106-06
N/A
JAIREZ ELOÍ DE SOUZA PAULISTA - 059.622.001-44
N/A
EVANDRO CESAR DIAS GOMES - 662.292.270-53
N/A
LUIZA HELENA FREITAS DE SÁ CAVALCANTE - 382.949.583-87
N/A
Hélio Mourinho Garcia Júnior - 434.241.047-87
N/A

**12.7/8 - Composição Dos Comitês**

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>						
Antônio Florentino de Medeiros Filho 037.701.114-27 Coordenador Geral da Presidência	Comitê de Risco	Administrador	Membro do Comitê (Suplente)	18/11/1981 10/04/2019	10/04/2019 1	Indeterminado 0.00%
Armando Temporal Neto 919.567.224-91 Assessor na Diretoria de Engenharia e Construção,	Comitê de Risco	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	14/08/1975 10/04/2018	10/04/2018 1	Indeterminado 66.67%
Clebsow José da Silva Santos 011.684.334-95 Assistente da Diretoria de Gestão Corporativa	Comitê de Risco	Contador	Membro do Comitê (Efetivo)	31/05/1982 10/04/2019	10/04/2019 1	Indeterminado 0.00%
Edgar de Souza Gomes Neto 055.175.154-10 Assistente da Diretoria Econômico-Financeira	Comitê de Risco	Administrador	Membro do Comitê (Suplente)	16/03/1986 10/04/2019	10/04/2019 1	Indeterminado 0.00%
Henrique José Oliveira de Castro 192.991.684-15 Coordenador Geral da Diretoria de Operação	Comitê de Risco	Engenheiro	Membro do Comitê (Suplente)	26/01/1958 10/04/2019	10/04/2019 1	Indeterminado 0.00%
Karen Priston Carruthers 709.348.514-68 Gerente da Assessoria de Conformidade e Gestão de Riscos	Comitê de Risco	Administradora	Membro do Comitê (Efetivo)	02/11/1970 10/04/2019	10/04/2019 1	Indeterminado 100.00%
Luiz Tavares de Gouveia Marinho Neto 387.521.664-49 Membro da Assessoria de Conformidade e Gestão de Riscos	Comitê de Risco	Administrador	Membro do Comitê (Suplente)	06/09/1963 10/04/2019	10/04/2019 1	Indeterminado 83.33%
Marcelo José de Albuquerque Maia 160.571.984-68 Assessor da Presidência	Comitê de Risco	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	12/05/1956 10/04/2019	10/04/2019 1	Indeterminado 66.67%
Nivaldo Nogueira Burgos 211.359.674-15	Comitê de Risco	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	25/06/1959 10/04/2019	10/04/2019 1	Indeterminado 50.00%

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Assistente da Diretoria de Operação						
Rebecca Oliveira Xavier Santos	Comitê de Risco	Administradora	Membro do Comitê (Efetivo)	25/07/1983	10/04/2019	
049.834.294-84			10/04/2019	1	0.00%	
Assessora da Diretoria Econômico-Financeira						
Ricardo de Oliveira Melo	Comitê de Risco	Engenheiro	Membro do Comitê (Efetivo)	05/01/1959	10/04/2019	Indeterminado
246.378.744-91			10/04/2019	1	16.67%	
Coordenador Geral da Diretoria de Engenharia e Construção						
Rodrigo Carneiro de Lira	Comitê de Risco	Advogado	Membro do Comitê (Suplente)	15/02/1984	10/04/2019	Indeterminado
047.637.964-45			10/04/2019	1	0.00%	
Assessor da Diretoria de Gestão Corporativa						
Experiência profissional / Critérios de Independência						
Antônio Florentino de Medeiros Filho - 037.701.114-27						
Armando Temporal Neto - 919.567.224-91						
Clebsow José da Silva Santos - 011.684.334-95						
Edgar de Souza Gomes Neto - 055.175.154-10						
Henrique José Oliveira de Castro - 192.991.684-15						
Karen Priston Carruthers - 709.348.514-68						
Luiz Tavares de Gouveia Marinho Neto - 387.521.664-49						
Marcelo José de Albuquerque Maia - 160.571.984-68						

Nivaldo Nogueira Burgos - 211.359.674-15

Rebecca Oliveira Xavier Santos - 049.834.294-84

Ricardo de Oliveira Melo - 246.378.744-91

Rodrigo Carneiro de Lira - 047.637.964-45

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Antônio Florentino de Medeiros Filho - 037.701.114-27	N/A
Armando Temporal Neto - 919.567.224-91	N/A
Clebsow José da Silva Santos - 011.684.334-95	N/A
Edgar de Souza Gomes Neto - 055.175.154-10	N/A
Henrique José Oliveira de Castro - 192.991.684-15	N/A
Karen Priston Carruthers - 709.348.514-68	N/A
Luiz Tavares de Gouveia Marinho Neto - 387.521.664-49	N/A
Marcelo José de Albuquerque Maia - 160.571.984-68	N/A
Nivaldo Nogueira Burgos - 211.359.674-15	N/A
Rebecca Oliveira Xavier Santos - 049.834.294-84	N/A
Ricardo de Oliveira Melo - 246.378.744-91	N/A
Rodrigo Carneiro de Lira - 047.637.964-45	N/A

**12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores****Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há relações conjugais, uniões estáveis ou de parentesco até o segundo grau, dos administradores da Companhia, entre si, e com os administradores ou controladores das sociedades controladas ou controladoras, direta ou indireta, da Companhia.

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

**Exercício Social 31/12/2018**Administrador do Emissor

WILSON PINTO FERREIRA JÚNIOR

012.217.298-10

Subordinação

Controlador Direto

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

00.001.180/0001-26

Diretor Presidente

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta

590.604.504-00

Subordinação

Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

00.001.180/0001-26

Diretora Financeira e de Relações com Investidores da Eletrobras

Observação**Exercício Social 31/12/2017**Administrador do Emissor

ARMANDO CASADO DE ARAÚJO

671.085.208-34

Subordinação

Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

00.001.180/0001-26

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobras

Observação

**12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

WILSON PINTO FERREIRA JÚNIOR  
Presidente do Conselho de Administração

012.217.298-10

Subordinação

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras  
Diretor - Presidente

00.001.180/0001-26

ObservaçãoAdministrador do Emissor

MAURICYO JOSÉ ANDRADE CORREIA  
Membro do Conselho de Administração

719.201.104-53

Subordinação

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Advogado da União e Consultor Jurídico do Ministério de Minas e Energia

00.394.460/0001-41

Observação**Exercício Social 31/12/2016**Administrador do Emissor

ARMANDO CASADO DE ARAÚJO  
Membro do Conselho de Administração

671.085.208-34

Subordinação

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobras

00.001.180/0001-26

Observação

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WILSON PINTO FERREIRA JÚNIOR	012.217.298-10	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	00.001.180/0001-26		
Diretor - Presidente			
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
MAURICYO JOSÉ ANDRADE CORREIA	719.201.104-53	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MINISTÉRIO DA FAZENDA	00.394.460/0001-41		
Advogado da União e Consultor Jurídico do Ministério de Minas e Energia			
<u>Observação</u>			
-----			
<u>Administrador do Emissor</u>			
GERALDO JULIÃO JUNIOR	301.173.306-63	Subordinação	Controlador Indireto
CONSELHEIRO DE ADMINISTRAÇÃO			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MINISTÉRIO DA FAZENDA	00.394.460/0001-41		
Secretário Adjunto para Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento			
<u>Observação</u>			

**12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores**

A Companhia contratou por meio de licitação uma apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores, Administradores e Conselheiros (D&O) relativo ao pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, com vigência atual da apólice pelo período 26/03/2019 à 26/03/2020, com possibilidade de renovações iguais e sucessivas limitadas ao que dispõe a lei nº 8.666/93, além de assegurar em seu estatuto social, aos seus dirigentes e conselheiros, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da sociedade e na forma definida pela Diretoria, a defesa em processos judiciais e administrativos, contra eles instaurados pela prática de atos no exercício do cargo ou função, observadas as disposições da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994 – Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

**12.12 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes além daquelas já mencionadas nos itens anteriores.

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Detalhamos a seguir a política de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal. Quanto aos membros do Comitê de Risco, os mesmos fazem parte do quadro funcional da Companhia, e não possuem remuneração especial por fazerem parte do comitê.

**a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A remuneração da Administração, aí considerados Diretores executivos e Conselho de Administração, é definida por meio de análise dos valores realizados a cada ano, consolidados pela *Holding*, que emite documento com a proposta de remuneração e a submete a SEST (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais) do Ministério do Planejamento, para deliberação.

Cabe a SEST a definição das práticas de remuneração e dos valores limites autorizados para o período de 01(um) ano. Após manifestação da SEST, a AGO (Assembleia Geral Ordinária) é realizada para a definição dos patamares de valores e a composição do corpo Diretivo da Companhia, sempre considerando o período entre abril do corrente ano e março do ano seguinte.

Em ATA da AGO, é definido o valor do honorário mensal, o valor global autorizado para a remuneração da Administração e os itens que a compõem.

A companhia não divulga na rede mundial de computadores a política de remuneração dos administradores, salvo o disposto no presente formulário.

**b. composição da remuneração, indicando:**

**i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

A fixação da remuneração dos diretores e conselheiros da Companhia segue um processo já estabelecido em que o montante é aprovado na Assembleia Geral Ordinária - AGO, levando em consideração o período compreendido entre abril do ano de referência e março do ano subsequente.

No caso dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, os honorários mensais são fixados em um décimo do que, em média mensal, percebem os membros da Diretoria, excluídos os valores relativos a: adicional e abono pecuniário de férias; auxílio alimentação; despesas médicas e seguro de vida em grupo, bem como seguro funeral; ajuda de custo de transferência; auxílio refeição; participação nos lucros ou resultados e auxílio moradia.

A remuneração dos diretores compreende: (i) honorários; (ii) gratificação natalina; (iii) gratificação de férias; (iv) auxílio alimentação; (v) auxílio moradia; (vi) plano de saúde; (vii) seguro de vida; (viii) ajuda de custo; (ix) previdência complementar; (x) adicional de transferência; (xi) irredutibilidade; (xii) vantagem pessoal; (xiii) auxílio educacional; (xiv) periculosidade; (xv) seguro funeral; (xvi) quarentena; (xvii) RVA; (xviii) INSS e (xix) FGTS, facultando ao dirigente optar pela retribuição paga na sua empresa de origem, na hipótese desta ser superior ao valor nominal do honorário praticado. Não devem ser considerados para estes fins outros aumentos, tais como mérito, promoção e ajustes não lineares, inclusive na remuneração do empregado paradigma.

#### Conselho de Administração

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Mensal	A remuneração dos membros do Conselho de Administração é fixada em 10% dos honorários médios mensais, pagos aos Membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12.07.1996 não computando os demais benefícios. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro administrativo, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à sua função.

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

<b>Remuneração Variável</b>	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados por Remuneração Variável.
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao benefício pós-emprego.
<b>Cessação do Exercício do Cargo</b>	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados por benefício motivados pela cessação do exercício do cargo.
<b>Remuneração Baseada em Ações</b>	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados por remunerações baseada em ações.

#### Diretoria Estatutária

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
<b>Remuneração Fixa Mensal</b>	Englobam a remuneração fixa mensal todas as verbas que compõem a remuneração, tais como: honorários mensais, 13º salário, despesas médicas, adicional e abono pecuniário de férias, seguro de vida em grupo, auxílio alimentação, auxílio moradia, bem como, ajuda de custo de transferência, não devendo ser repassados aos respectivos honorários os mesmos benefícios que, eventualmente forem concedidos aos Empregados da Companhia, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor Estatutário, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à sua função.
<b>Remuneração Variável</b>	Os membros da Diretoria Estatutária são remunerados por remuneração variável, com o fim de reconhecer a participação do diretor no desempenho da Companhia.
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a benefício pós-emprego na forma de contribuições a previdência complementar.
<b>Cessação do Exercício do Cargo</b>	Os membros da Diretoria Estatutária não são remunerados por benefício motivados pela cessação do exercício do cargo.
<b>Remuneração Baseada em Ações</b>	Os membros da Diretoria Estatutária não são remunerados por remunerações baseada em ações.

#### Conselho Fiscal

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
<b>Remuneração Fixa Mensal</b>	A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite da legislação vigente. A remuneração dos membros do Conselho fiscal é fixada em 10% dos honorários médios mensais e do 13º salário, pagos aos Membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12.07.1996, não computando os demais benefícios. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho Fiscal da Companhia.
<b>Remuneração Variável</b>	Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por remuneração variável.
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao benefício pós-emprego.
<b>Cessação do Exercício do Cargo</b>	Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por benefício motivados pela cessação do exercício do cargo.
<b>Remuneração Baseada em Ações</b>	Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por remunerações baseada em ações.

#### ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total dos três últimos exercícios sociais foram, aproximadamente:

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Composição da Remuneração	2018			2017			2016		
	Conselho de Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho de Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho de Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal
<b>Remuneração Fixa Mensal</b>									
Salário ou pró-labore	100%	82%	100%	100%	82%	100%	100%	84%	100%
Benefícios Diretos ou Indiretos	-	6%	-	-	6%	-	-	5%	-
Participação em comitês	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Remuneração Variável</b>									
Bônus	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	1%	-	-	0%	-	-	1%	-
Participações em Reuniões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	-	11%	-	-	11%	-	-	11%	-
<b>Cessação do Exercício do Cargo</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Remuneração Baseada em Ações</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

#### iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A fixação da remuneração global dos diretores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal segue um processo já estabelecido por meio do qual:

(i) o montante referente à remuneração dos administradores acima mencionados é previamente definido pelo acionista controlador Eletrobras com a participação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que define os valores individuais de remuneração de cada órgão de administração da Chesf;

(ii) a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) encaminha o valor proposto para a remuneração dos administradores para aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional;

(iii) a Secretaria do Tesouro Nacional, após a aprovação do montante proposto, encaminha o referido montante, sob a forma de sugestão, para aprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionista da Chesf.

Caso qualquer dos órgãos acima indicados não aprove o montante correspondente à remuneração da Administração da Eletrobras, o processo é remetido de volta ao órgão anterior para revisão.

A remuneração da Administração da Chesf é reajustada conforme a variação dos índices oficiais que determinam a inflação.

#### iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Companhia é estabelecida pelos acionistas majoritários com a participação do órgão controlador (MPOG/SEST) levando-se em consideração o índice inflacionário, que se justificam pela responsabilidade do cargo a eles atribuído.

#### v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros não remunerados pelo emissor.

### 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

#### c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há vinculação do desempenho em relação à **remuneração fixa** dos administradores, pois os valores são fixados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e distribuídos pelo Conselho de Administração aos demais órgãos de administração da Companhia. O montante total da remuneração é aprovado na Assembleia Geral Ordinária, levando em consideração o período compreendido entre abril, do ano corrente, a março do ano subsequente.

Com relação à **remuneração variável** dos administradores, os indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação da referida remuneração são: (i) liquidez corrente, (ii) liquidez geral, e (iii) Despesa de Pessoal, Material e Serviço sobre a Receita de Operações com Energia Elétrica.

O Programa de Remuneração Variável está vinculado com as metas de desempenho estabelecidas no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, tanto para os empregados quanto para a Diretoria Executiva, nos termos acertados com a Eletrobras e em alinhamento com as diretrizes definidas pelos órgãos de controle.

#### d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

- ✓ Salário ou pró-labore: remuneração fixa, sem indicador vinculado.
- ✓ Benefícios diretos e indiretos: sem indicador vinculado.
- ✓ Participação em Comitês: a Companhia não pratica a referida remuneração.
- ✓ Bônus: Os membros da Diretoria Estatutária receberão remuneração variável, com o fim de reconhecer a participação do diretor no desempenho da Companhia.
- ✓ Participação nos Lucros e Resultados (PLR): Os membros da Diretoria Estatutária da Chesf recebem Participação nos Lucros ou Resultados - PLR como remuneração variável. A referida remuneração é estruturada para refletir o atendimento de indicadores de desempenho negociados com a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e por ocasião das negociações de Acordos Coletivos de Trabalho entre a Companhia e as entidades sindicais. Os referidos indicadores também estão alinhados como resultados financeiros apresentados pela Companhia no exercício social.
- ✓ Participação em reuniões: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Comissões: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Benefícios pós-emprego: sem indicador vinculado.
- ✓ Cessação de cargo: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Remuneração baseada em ações: a Chesf não pratica a referida remuneração.

#### e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos Diretores e Conselheiros da Companhia busca promover o reconhecimento e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos. Conforme mencionado no item 13.1b alínea “i”, a política de remuneração baseia-se em componentes fixos e variáveis, visa o incentivo da melhoria da gestão da companhia e permanência de seus executivos.

#### f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não praticado.

#### g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

### **13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária**

Não praticado.

#### **h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

Conforme descrito na letra "a" não cabe ao Conselho de Administração a definição da remuneração dos dirigentes da Companhia.

#### **i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

Cabe a AGO (Assembleia Geral Ordinária) a decisão dos valores a serem praticados pela Companhia, tendo como referência a deliberação da SEST encaminhada à Companhia.

#### **ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

A Superintendência de Gestão de Pessoas (SGP) recebe as orientações da *Holding* quanto a eventuais reajustes, alteração da composição da remuneração, vedações, e.t.c. e elabora a proposta de remuneração dos Dirigentes. Não há assim, estudo de mercado por parte da CHESF para essa atividade.

#### **iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

A cada ciclo anual os valores realizados são analisados pela Auditoria Interna, considerando os valores previamente autorizados. Fruto dessa análise é emitido um parecer que é submetido ao Conselho de Administração. Tal parecer compõe documentação para a análise da *Holding* e a consolidação da proposta de remuneração para o ciclo seguinte.

**13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal****Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	7,00	5,00	3,00	15,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	386.042,58	2.828.150,80	165.447,00	3.379.640,38
Benefícios direto e indireto	0,00	1.575.234,06	0,00	1.575.234,06
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	318.166,97	0,00	318.166,97
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	367.659,60	0,00	367.659,60
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>				
Total da remuneração	386.042,58	5.089.211,43	165.447,00	5.640.701,01

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,75	3,00	13,75
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	269.801,17	3.027.669,64	162.265,32	3.459.736,13
Benefícios direto e indireto	0,00	231.824,69	0,00	231.824,69
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	20.619,23	0,00	20.619,23
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	394.431,48	0,00	394.431,48
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>				
Total da remuneração	269.801,17	3.674.545,04	162.265,32	4.106.611,53

## Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	4,50	5,17	2,83	12,50
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	239.611,52	3.163.794,35	155.194,94	3.558.600,81
Benefícios direto e indireto	0,00	234.864,41	0,00	234.864,41
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	14.610,89	0,00	14.610,89
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	430.493,92	0,00	430.493,92
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	O número de membros deste órgão foi apurado conforme exposto no item 13.3.	O número de membros deste órgão foi apurado, conforme exposto no item 13.3.	O número de membros deste órgão foi apurado conforme exposto no item 13.3.	
<b>Total da remuneração</b>	239.611,52	3.843.763,57	155.194,94	4.238.570,03

## Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	5,67	4,92	3,00	13,59
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	311.321,65	2.958.578,61	165.774,78	3.435.675,04
Benefícios direto e indireto	0,00	162.991,26	0,00	162.991,26
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	22.342,85	0,00	22.342,85
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	384.767,14	0,00	384.767,14
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	O número de membros deste órgão foi apurado conforme exposto no item 13.3.	O número de membros deste órgão foi apurado conforme exposto no item 13.3.	O número de membros deste órgão foi apurado conforme exposto no item 13.3.	
Total da remuneração	311.321,65	3.528.679,86	165.774,78	4.005.776,29

### 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Órgão	2019*			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Número de membros remunerados	-	5,00	-	5,00
<b>Em relação ao bônus:</b>				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
· Valor previsto no resultado do exercício	-	318.166,97	-	0,00
<b>Em relação a participação nos lucros:</b>				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
· Valor previsto no resultado do exercício	-	0,00	-	0,00
<b>Total da remuneração</b>	<b>0,00</b>	<b>318.166,97</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

(\*) Os valores de 2019 são estimados, sujeitos a alterações na Assembleia Geral Ordinária – AGO.

Órgão	2018			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Número de membros remunerados	-	1	-	1
<b>Em relação ao bônus:</b>				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	0,00
<b>Em relação a participação nos lucros:</b>				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
· Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	20.619,23	-	20.619,23
<b>Total da remuneração</b>	<b>0,00</b>	<b>20.619,23</b>	<b>0,00</b>	<b>20.619,23</b>

Órgão	2017			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Número de membros remunerados	-	1	-	1
<b>Em relação ao bônus:</b>				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	0,00
<b>Em relação a participação nos lucros:</b>				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
· Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	14.610,89	-	14.610,89
<b>Total da remuneração</b>	<b>0,00</b>	<b>14.610,89</b>	<b>0,00</b>	<b>14.610,89</b>

### 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Órgão	2016			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Número de membros remunerados	-	1	-	1
<b>Em relação ao bônus:</b>				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	0,00
<b>Em relação a participação nos lucros:</b>				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
· Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	22.342,85	-	22.342,85
<b>Total da remuneração</b>	<b>0,00</b>	<b>22.342,85</b>	<b>0,00</b>	<b>22.342,85</b>

Este item não se aplica à remuneração dos conselheiros de Administração e Fiscal, que é composta exclusivamente por uma parte fixa.

### **13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária**

A Companhia não pratica remuneração baseada em ações.

### **13.5 - Remuneração Baseada em Ações**

A Companhia não pratica remuneração baseada em ações.

### **13.6 - Opções em Aberto**

Não aplicável em razão do disposto no item 13.4.

### **13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues**

Não aplicável em razão do disposto no item 13.4.

### **13.8 - Precificação Das Ações/opções**

Não aplicável em razão do disposto no item 13.4.

**13.9 - Participações Detidas Por Órgão**

<b>Título</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
<b>Ações Preferenciais (PN)</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

### 13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

A Companhia assegura fundo de pensão somente para os membros da sua Diretoria, não abrangendo os membros do Conselho de Administração, por meio dos seguintes planos:

- Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf
- Fundação Ceal de Assistência Social e Previdência - Faceal
- Brasilprev
- Caixa Seguradora

Ano	Órgão	Membros	Membros remunerados	Plano	Administradores que reúnem as condições para se aposentar	Condições de se aposentar antecipadamente	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante último exercício social	Possibilidade de resgate antecipado e condições
2018	Diretoria	5	5,17	Fachesf	2	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.	R\$ 6.405.858,72	R\$ 226.581,27	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.
				Brasilprev	1	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 760.419,61	R\$ 26.460,00	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
				Faceal		60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador.	R\$ 406.636,35		60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador.
				Caixa Previdência	3	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 298.385,02	R\$ 146.716,51	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
2017	Diretoria	5	5,17	Fachesf	3	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.	R\$ 6.179.277,45	R\$ 244.330,67	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.
				Brasilprev	1	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 733.959,61	R\$ 30.241,62	Não há condições, resgate a qualquer tempo.

### 13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

2016	Diretoria	5	4,92	Faceal	1	60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador.	R\$ 406.636,35	R\$ 70.156,71	60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador.
				Caixa Previdência	3	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 151.668,51	R\$ 131.171,41	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
				Fachesf	3	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.	R\$ 5.934.946,78	R\$ 205.152,61	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.
				Brasilprev	2	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 703.717,99	R\$ 88.960,72	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
				Faceal	1	60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador.	R\$ 406.636,35	R\$ 70.156,71	60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador.
				Caixa Previdência	1	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 20.497,10	R\$ 20.497,10	Não há condições, resgate a qualquer tempo.

Os planos de previdência possuem condições e regras específicas para o resgate antecipado. O plano de previdência complementar da Fachesf prevê a possibilidade de resgate da totalidade das contribuições efetuadas pelos participantes, assim como de 90% da parte paga pela Companhia, depois de determinado tempo de contribuição. Todos os diretores detentores do plano de previdência da Fachesf já são elegíveis ao resgate nessas condições.

### 13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

#### Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	5,00	5,00	5,00	6,00	6,00	6,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	4,75	5,17	4,92	6,00	4,50	5,67	3,00	2,83	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.039.548,23	990.596,04	837.846,42	54.088,44	54.795,48	55.476,78	54.088,44	54.795,48	55.476,78
Valor da menor remuneração(Reais)	244.708,16	24.810,42	219.720,56	16.968,92	1.799,00	15.576,14	54.088,44	13.787,25	22.978,75
Valor médio da remuneração(Reais)	773.588,43	743.954,24	717.697,60	44.966,86	53.247,00	54.939,11	54.088,44	54.774,68	55.258,26

#### Observação

Diretoria Estatutária	
<b>31/12/2018</b>	O valor médio da remuneração individual, em alguns casos, difere do valor da menor remuneração individual face a ter ocorrido pagamento proporcional nos meses em que ocorreu a posse ou renúncia ao cargo, apesar de considerarmos o membro como participante naquele mês.
<b>31/12/2017</b>	O valor médio da remuneração individual, em alguns casos, difere do valor da menor remuneração individual face a ter ocorrido pagamento proporcional nos meses em que ocorreu a posse ou renúncia ao cargo, apesar de considerarmos o membro como participante naquele mês.
<b>31/12/2016</b>	O valor médio da remuneração individual, em alguns casos, difere do valor da menor remuneração individual face a ter ocorrido pagamento proporcional nos meses em que ocorreu a posse ou renúncia ao cargo, apesar de considerarmos o membro como participante naquele mês.

Conselho de Administração	
<b>31/12/2018</b>	O valor médio da remuneração individual, em alguns casos, difere do valor da menor remuneração individual face a ter ocorrido pagamento proporcional nos meses em que ocorreu a posse ou renúncia ao cargo, apesar de considerarmos o membro como participante naquele mês.
<b>31/12/2017</b>	O valor médio da remuneração individual, em alguns casos, difere do valor da menor remuneração individual face a ter ocorrido pagamento proporcional nos meses em que ocorreu a posse ou a renúncia ao cargo, apesar de considerarmos o membro como participante naquele mês.
<b>31/12/2016</b>	O valor médio da remuneração individual, em alguns casos, difere do valor da menor remuneração individual face a ter ocorrido pagamento proporcional nos meses em que ocorreu a posse ou renúncia ao cargo, apesar de considerarmos o membro como participante naquele mês.

Conselho Fiscal	
<b>31/12/2018</b>	O valor médio da remuneração individual, em alguns casos, difere do valor da menor remuneração individual face a ter ocorrido pagamento proporcional nos meses em que ocorreu a posse ou renúncia ao cargo, apesar de considerarmos o membro como participante naquele mês.
<b>31/12/2017</b>	O valor médio da remuneração individual, em alguns casos, difere do valor da menor remuneração individual face a ter ocorrido pagamento proporcional nos meses em que ocorreu a posse ou renúncia ao cargo, apesar de considerarmos o membro como participante naquele mês.

31/12/2016	O valor médio da remuneração individual, em alguns casos, difere do valor da menor remuneração individual face a ter ocorrido pagamento proporcional nos meses em que ocorreu a posse ou renúncia ao cargo, apesar de considerarmos o membro como participante naquele mês.
------------	---

### **13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria**

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, por se tratar de uma Sociedade de Economia Mista, os seus administradores submetem-se a Lei nº 12.813/2013, de 16 de maio de 2013, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal.

A Lei proíbe que o ocupante de cargo ou emprego público, após a extinção do vínculo com a administração pública federal direta ou indireta, venha a fazer uso de **informação privilegiada**, ou que proceda a sua divulgação por qualquer meio, restrição essa que tem caráter permanente, ou seja, não se limita a um determinado lapso temporal, mas é um imperativo a ser observado para sempre.

De outro lado, há restrições que tem natureza temporária, e que se resolvem após o cumprimento de quarentena, que, nos termos da Lei nº 12.813/2013, é de seis meses.

Assim, no período de seis meses a contar da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria, a menos que expressamente autorizado, conforme o caso, pela Comissão de Ética Pública ou pela Controladoria-Geral da União, não poderá prestar serviços, aceitar cargos, celebrar contratos, ou mesmo intervir em favor de interesse privado, nas condições elencadas no artigo 6º da Lei nº 12.813/2013.

Nesses casos, fazem juz à remuneração compensatória, sempre que o interessado se enquadrar no rol de autoridades do art. 2º da Lei nº 12.813/2013.

No período de impedimento será devida a remuneração compensatória, dependendo para tanto da demonstração dos requisitos legais e regulamentares pertinentes, sendo que, cada caso deverá ser submetido à Comissão de Ética Pública, desde que referente a autoridades a ela submetidas, ou seja, em relação aos agentes públicos referidos no artigo 2º, incisos I a IV, da Lei nº 12.813/2013.

Além dessa situação acima descrita, a Companhia não possui outros mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

**13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores**

Na remuneração total detida pelos administradores e membros do conselho fiscal nenhum percentual se refere a partes relacionadas aos controladores da Companhia.

**13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam**

Os administradores e os membros do conselho fiscal não recebem remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

**13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor**

Os administradores e os membros do conselho fiscal não recebem remuneração reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

**13.16 - Outras Informações Relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos próprios itens.

## 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

### a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía uma força de trabalho composta por empregados do quadro de pessoal em exercício na Companhia (3.807) e empregados requisitados de órgãos ou empresas da Administração Pública (9), totalizando 3.816 colaboradores, todos situados na região Nordeste, alocados nas áreas operacional e administrativa. Em razão da consolidação das Demonstrações Financeiras, acrescentamos também no demonstrativo abaixo, o corpo funcional das empresas controladas dos Complexos Pindaí I, II e III, e Extremoz Transmissora do Nordeste ETN S.A, que eram compostos, em 31 de dezembro de 2018, de 25 empregados, totalizando 3.841 funcionários.

A evolução do quadro de empregados da Companhia em 2018, 2017 e 2016 está descrita abaixo:

#### Exercício Social encerrado em 31 de dezembro

	2018	2017	2016
Operacional	2.589	2.800	3.088
Administrativo	1.252	1.363	1.526
	<b>3.841</b>	<b>4.163</b>	<b>4.614</b>

### b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Chesf não possui empregados terceirizados permanentes e exclusivos, ou seja, não efetua contratações de cessão de mão de obra. São contratadas empresas para prestação de serviços por meio de licitação, para algumas atividades de natureza contínua, previstas na legislação, tais como: limpeza, vigilância, copeiragem, manutenção de bens móveis e imóveis, manutenção de instalações, etc.

Para estes contratos, o quantitativo de empregados desses prestadores de serviços, em 2018, foi de 2.328.

### c. índice de rotatividade

A Companhia apresentou para os exercícios de 2018, 2017 e 2016 índice de rotatividade de 4,34%, 5,39% e 0,57%, respectivamente. A diferença entre os índices de 2018 e 2017 deve-se a:

a) Desligamento de 357 empregados em 2018, sendo a grande maioria através do Plano de Desligamento Consensual – PDC, em relação ao ocorrido em 2017, com 483 desligamentos, sendo a grande maioria através do Plano de Aposentadoria Extraordinário – PAE. Não estão incluídos desligamentos de empregados na condição de Anistiados ou Aposentados por invalidez (salvo se o desligamento ocorreu através do PDC).

b) Admissão de 23 novos empregados por medida judicial e o retorno ao quadro de pessoal de 1 empregado que estava na condição de aposentadoria por invalidez em 2018, em relação ao ocorrido em 2017, com admissão de 10 novos empregados por medida judicial e o retorno ao quadro de pessoal de 3 empregados que estavam na condição de aposentadoria por invalidez.

## **14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos**

Em 2018 ocorreu o Plano de Demissão Consensual – PDC, implantado simultaneamente nas empresas do Sistema Eletrobras em março de 2018, como parte das iniciativas previstas no “Desafio 22: Excelência Sustentável”, do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG 2018-2022) das Empresas Eletrobras. Na Chesf, foram desligados pelo PDC 321 empregados entre os meses de junho e dezembro de 2018.

## 14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

### a. política de salário e remuneração variável

A atual política de remuneração da Companhia está explicitada em documentos específicos, com base no Plano de Carreira e Remuneração – PCR, implantado em 2010, e no Plano de Cargos e Salários – PCS, implantado em 1998, contemplando todos os empregados da Companhia.

Considerando que a implantação do Plano de Carreira e Remuneração utilizou um processo de adesão, alguns empregados decidiram permanecer no Plano de Cargos e Salários. Em 31 de dezembro de 2018, a distribuição dos empregados nesses planos encontrava-se da seguinte forma: 99,7% enquadrados no PCR e 0,3% enquadrados no PCS.

A política de remuneração é composta das seguintes parcelas:

- Remuneração Funcional ou Direta - que toma como referência o enquadramento no cargo - é a remuneração baseada na estrutura de cargos e salários dos planos PCR e PCS. A estrutura de cargos do PCR está segmentada em Profissional de Nível Fundamental, Profissional de Nível Médio Suporte, Profissional de Nível Médio Operacional e Profissional de Nível Superior. A estrutura de cargos do PCS inclui carreiras de nível universitário e de nível não-universitário, associadas a cargos e funções.
- Remuneração Indireta - composta de Adicionais, Vantagens, Benefícios e Gratificação de Função. É a remuneração paga aos empregados e/ou gestores a título de recompensas pelos serviços prestados e atende aos aspectos legais, acordos coletivos e deliberação da Diretoria, entre outros.
- Remuneração Variável - adotada pela Companhia na forma de participação nos lucros e resultados e toma como referência o alcance de metas predefinidas e acordadas, anualmente, entre a Chesf, a Eletrobras e as entidades representantes dos trabalhadores, na época do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT.

A distribuição da PLR entre os empregados é baseada na seguinte metodologia: 50% (cinquenta por cento) do montante (M) rateado igualmente pelo número de empregados e requisitados e 50% (cinquenta por cento) do montante (M) distribuído proporcionalmente à remuneração fixa, do mês de dezembro de cada ano, do empregado e requisitado, mediante Termo de Pactuação Anual.

O plano de benefícios da Companhia é abrangente a todos os empregados, independente do cargo ou função que ocupam. Eles fazem jus a um amplo leque de benefícios, que inclui alimentação, auxílio transporte, educação, saúde e previdência privada e auxílio-funeral. A divulgação dos benefícios é realizada através da Intranet e constam dos normativos da Companhia que disciplinam o seu uso. Entre eles estão:

- **Assistência Materno-Infantil e Assistência Educacional** – a empresa concede o benefício Auxílio Materno-Infantil e Educacional aos empregados que tenham filhos, enteados, tutelados, curatelados, menor sob guarda provisória ou definitiva e menor sob guarda em processo de adoção (equiparado a filho), contribuindo financeiramente com as despesas, por meio do reembolso de valor limitado ao teto negociado no Acordo Coletivo de Trabalho - ACT. A assistência Materno-Infantil subdivide-se nas modalidades de Auxílio-Creche e Auxílio-Babá, que são excludentes.

O Auxílio-Creche é concedido para reembolso das despesas pagas a estabelecimento particular que promova a educação básica a crianças, a partir do mês subsequente ao término da licença maternidade, até 6 (seis) anos e 11 (onze) meses do dependente, resguardando a conclusão do período letivo.

### 14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

O Auxílio-Babá é concedido para reembolso das despesas pagas a profissional que exerça a função de babá, limitado a 01 (um) reembolso mensal para cada empregado, contados a partir do mês subsequente ao término da licença maternidade, durante o período de 36 (trinta e seis) meses.

A Assistência Educacional é concedida para reembolso das despesas realizadas com mensalidades à Instituição de Ensino que promova educação a dependentes, a partir dos 7 (sete) anos até 17 (dezesete) anos e 11 (onze) meses, resguardando a conclusão do período letivo.

- **Programa de Assistência ao Portador de Deficiência - PAPD** - programa destinado aos empregados e seus dependentes com deficiência, que inclui um conjunto de ações médicas, psicossociais, educacionais, esportivas e tecnológicas, que possam contribuir para prevenir, promover e recuperar suas condições físicas, psíquicas e pedagógicas, de acordo com os Decretos Leis nº 3.298 de 20.12.1999 e nº 5.296 de 02.12.2004, que regulamenta as Leis nº 10.048 de 08.11.2000 e nº 10.098 de 19.12.2000.

- **Reembolso de Medicamentos** - benefício concedido a todos empregados e seus dependentes para aquisição de medicamentos contínuos e de uso agudo, respeitando a participação percentual do empregado.

- **Atendimento Ambulatorial** – serviço de assistência médica e de enfermagem, no qual os empregados têm acesso a consultas médicas gratuitas e ainda submetem-se a curativos e perícias odontológicas nos ambulatórios da Companhia.

- **Auxílio Educação Ensino Superior** - benefício concedido aos empregados que não têm curso superior completo. A Companhia participa com o benefício limitado a seis anos de realização do curso de graduação, fora do horário de trabalho, contados a partir da data inicial da matrícula, excluindo-se dessa contagem os períodos de interrupções legais e/ou de necessidade da Companhia.

- **Auxílio Óculos e Lentes** - benefício concedido aos empregados e dependentes para a aquisição de armação, lentes de óculos ou de contato, respeitado o valor teto estabelecido.

- **Credenciamento de Instituições de Ensino (CREDIE)** - programa de credenciamento de fornecedores de cursos de idioma estrangeiro, graduação, pós-graduação e informática, que ofereçam, no mínimo, 10% de desconto nas mensalidades para empregados da Chesf e seus dependentes.

- **Complementação de Auxílio-doença** - é a complementação da remuneração feita pela Companhia ao empregado afastado do trabalho por motivo de doença ou acidente do trabalho. Corresponde à diferença entre o benefício concedido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - e a remuneração do empregado.

- **Reembolso das Despesas com Uniforme e Material Escolar** – benefício concedido semestralmente aos dependentes do empregado, que estejam matriculados em instituições de ensino público ou possuam bolsa integral em instituição de ensino privado.

- **Academia de Ginástica** – disponível para prática de atividades físicas nas instalações da sede da Companhia e nas Regionais de Salvador e Sobradinho.

- **Pecúlio por Morte ou Invalidez** – benefício pago ao empregado e/ou seus dependentes, por motivo de morte ou invalidez permanente, total e parcial, decorrente de acidente de trabalho.

### 14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

- **Auxílio-Funeral** – concedido aos beneficiários, ou na falta desses a quem se responsabilizar pelo custeio do funeral dos empregados ou de dependentes cadastrados no Plano de Assistência Patronal – PAP, limitado ao teto negociado no Acordo Coletivo de trabalho – ACT.

- **Plano de Assistência Patronal - PAP** – benefício de assistência médico-hospitalar, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, nutricional, terapêutica ocupacional e odontológica, inclusive tratamentos ortodônticos e implantodontia, por meio de coparticipação Chesf - Empregado.

- **Previdência Privada** – é uma poupança efetuada pelo empregado, na qual a Companhia contribui com um percentual, para criar uma reserva financeira que, no futuro, irá se converter numa pensão mensal vitalícia (aposentadoria), por meio da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf.

- **Seguros de Vida e de Acidentes Pessoais** - indenização que o empregado garante para si, sua família ou beneficiário por ele indicado, em caso de morte natural ou acidental, invalidez total ou parcial decorrente de acidente, com aporte, percentual, por parte da Companhia.

- **Auxílio Transporte** - benefício pelo qual a Chesf antecipa o vale transporte ao empregado para a utilização efetiva em despesas de deslocamento diário, no percurso residência/local de trabalho/residência. A Companhia oferece, ainda, transporte para empregados que trabalham em regime de turno de revezamento e nas localidades onde não há disponibilidade de transportes urbanos.

- **Vale Refeição e Alimentação** - benefício para aquisição de refeição em restaurantes e/ou aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais.

Outros benefícios e facilidades fornecidos pela Companhia: assistência social e psicológica; estacionamento privativo e agências / postos bancários nas instalações.

**b. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando:**

- (i) **grupo de beneficiários;**
- (ii) **condições para exercício;**
- (iii) **preço de exercício;**
- (iv) **prazo de exercício; e**
- (v) **quantidade de ações comprometidas pelo plano**

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

#### **14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos**

As tratativas entre a Chesf e as entidades representativas dos seus empregados são feitas por meio de um Assessor de Relações Sindicais (ARS), lotado no Gabinete da Diretoria de Gestão Corporativa. As negociações são feitas diretamente com os sindicatos e também com a Federação Regional. Periodicamente ocorrem reuniões com as entidades sindicais para negociar e acompanhar o Acordo Coletivo de Trabalho - ACT.

Os ACTs, entre outras, contém cláusulas de relações sindicais e são disponibilizados na intranet para consulta pelos empregados.

Nos últimos 03 (três) anos, a Companhia passou por algumas paralisações, sendo 12 (doze) dias em 2016, nenhum dia em 2017, e 8 (oito) dias em 2018.

## **14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico estão divulgadas nos itens anteriores.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras					
00.001.180/0001-26	Brasileira-RJ	Não	Sim	28/12/2012	
Não					
54.151.081	100,000%	1.517.886	86,548%	55.668.967	99,578%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000%			
MINISTÉRIO DA FAZENDA					
00.394.460/0001-41		Não	Não	28/12/2012	
Não					
0	0,000%	193.837	11,052%	193.837	0,347%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000%			
OUTROS					
0	0,000%	42.091	2,400%	42.091	0,075%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000%			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
54.151.081	100,000%	1.753.814	100,000%	55.904.895	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras				00.001.180/0001-26		
Banco Clássico						
10.765.399/0001-55	Brasileira-RJ	Não	Não	31/12/2018		
Não						
63.502.800	5,800	0	0,000	63.502.800	4,700	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES						
33.657.248/0001-89	Brasileira-DF	Não	Não	31/12/2018		
Não						
74.545.264	6,900	18.262.671	6,900	92.807.935	6,900	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR						
00.383.281/0001-09	Brasileira-DF	Não	Não	31/12/2018		
Não						
141.757.951	13,000	18.691.102	7,000	160.449.053	11,900	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras				00.001.180/0001-26		
CITIBANK						
05.723.492/0001-67	EUA	Não	Não	31/12/2018		
Não						
29.310.918	2,700	10.629.239	4,000	39.940.157	3,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
MINISTÉRIO DA FAZENDA						
00.394.460/0001-41		Não	Sim	28/12/2012		
Não						
554.395.652	51,000	1.544	0,000	554.397.196	41,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
OUTROS						
223.537.712	20,600	217.999.247	82,100	441.536.959	32,500	
TOTAL						
1.087.050.297	100,000	265.583.803	100,000	1.352.634.100	100,000	

**15.3 - Distribuição de Capital**

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	28/12/2012
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	200
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	87
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	18

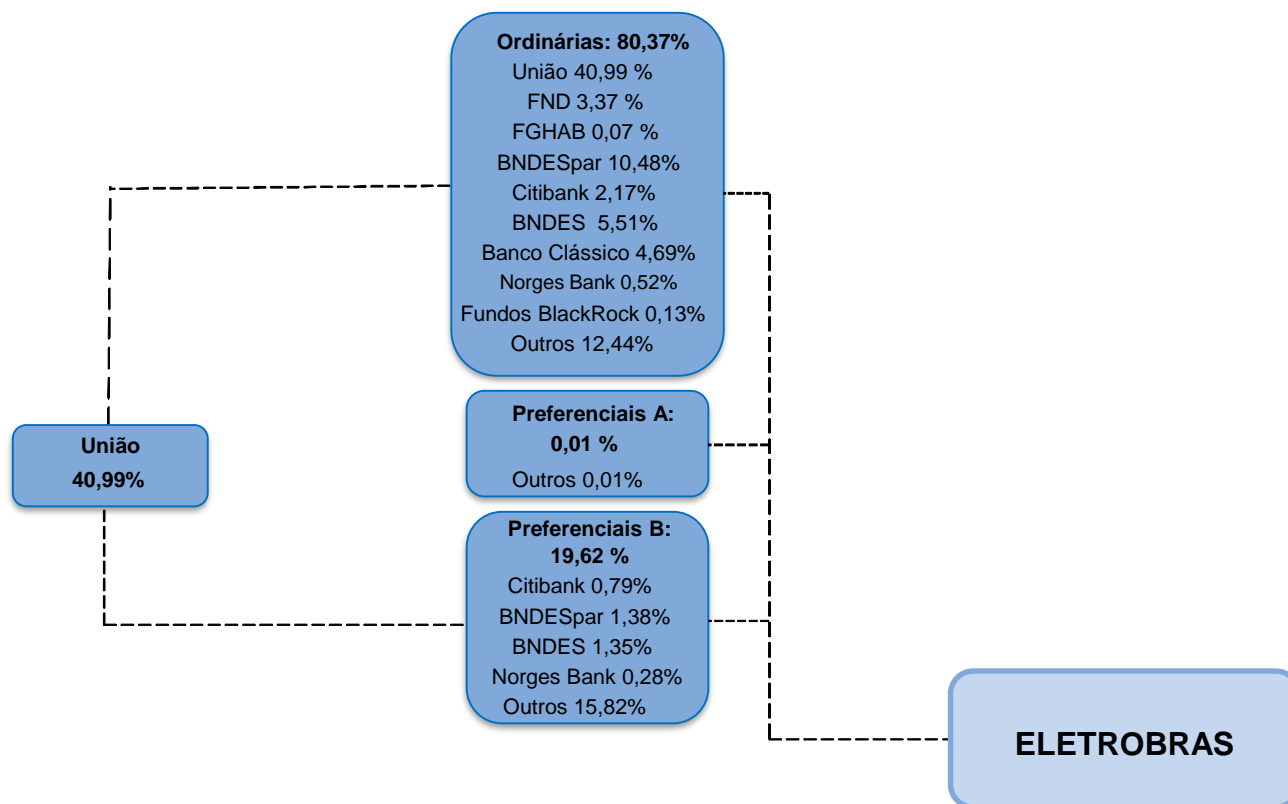
**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	0	0,000%
<b>Quantidade preferenciais (Unidades)</b>	34.494	1,967%
<b>Preferencial Classe A</b>	0	0,000000%
<b>Total</b>	34.494	0,062%

## ORGANOGRAMA DO GRUPO ECONÔMICO

### Composição Societária da ELETROBRAS

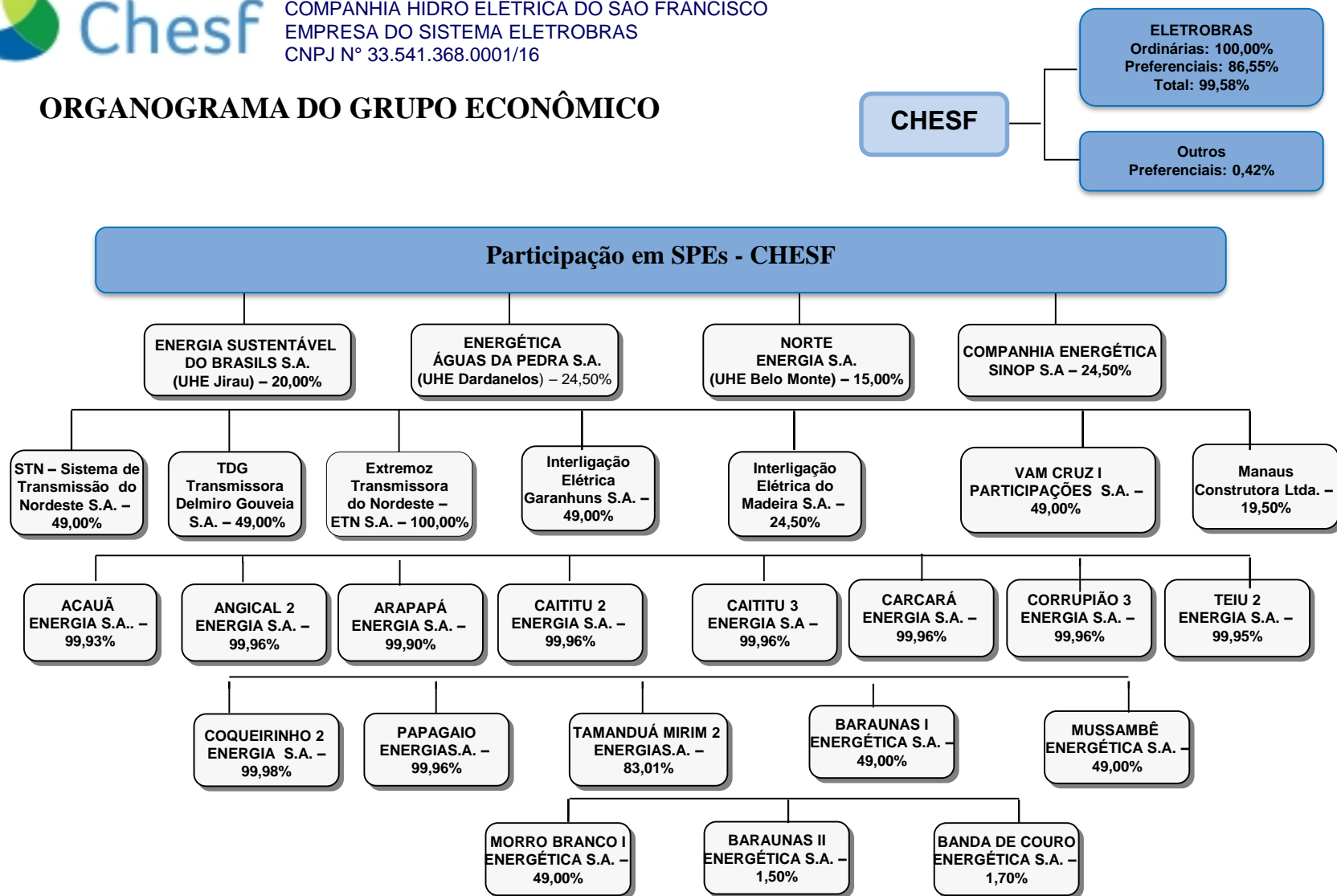


## 15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico



COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO  
EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS  
CNPJ Nº 33.541.368.0001/16

### ORGANOGRAMA DO GRUPO ECONÔMICO



## **15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte**

Não há acordo de acionistas da Companhia.

**15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor**

Não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor, nos três últimos exercícios.

## 15.7 - Principais Operações Societárias

Durante o exercício de 2018 foi concluído o processo de alienação das ações das SPEs *Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA, Eólica Serra das Vacas Holding S.A., Chapada do Piauí II Holding S.A., Complexo Sento Sé I, Chapada do Piauí I Holding S.A. e Manaus Transmissora de Energia S.A.*, respectivamente, de propriedade da Chesf para a sua controladora, a Eletrobras.

As SPEs do Complexo Eólico Sento Sé II (*Baraúnas I Energética S.A., Morro Branco I Energética S.A. e Mussambê Energética S.A.*), e do Complexo Eólico Sento Sé III (*Baraúnas II Energética S.A. e Banda de Couro Energética S.A.*) foram arrematadas no Leilão Eletrobrás 01/2018, ocorrido em 27/09/2018, e até a finalização dos trâmites de transferência, os investimentos nestas SPEs foram classificados como Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda. A baixa definitiva ocorreu no início de 2019.

Após os eventos supracitados, a participação da Companhia nas referidas SPEs sofreu a seguinte alteração, conforme quadro abaixo:

		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
ALIEÇÃO PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA	Integração Transmissora de Energia S.A.	-	12,00%	12,00%
	Manaus Transmissora de Energia S.A.	-	19,50%	19,50%
	Complexo Eólico Sento Sé I			
	· Pedra Branca S.A.	-	49,00%	49,00%
	· São Pedro do Lago S.A.	-	49,00%	49,00%
	· Sete Gameleiras S.A.	-	49,00%	49,00%
	Complexo Eólico Sento Sé II			
	· Baraúnas I Energética S.A.	-	49,00%	49,00%
	· Mussambê Energética S.A.	-	49,00%	49,00%
	· Morro Branco I Energética S.A.	-	49,00%	49,00%
	Complexo Eólico Sento Sé III			
	· Baraúnas II Energética S.A.	-	1,50%	1,50%
	· Banda de Couro Energética S.A.	-	1,70%	1,70%
	Chapada do Piauí I Holding S.A.	-	49,00%	49,00%
	Chapada do Piauí II Holding S.A.	-	49,00%	49,00%
	Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	-	49,00%	49,00%

## **15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico estão divulgadas nos itens anteriores.

## 16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Com o objetivo de orientar o tratamento das transações entre partes relacionadas nas empresas Eletrobras e regular o repasse de informações necessárias para atender a legislação de mercado de capitais aplicável, no Brasil e no exterior, foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas das Empresas Eletrobras, por meio da DEL-005/2018, do Conselho de Administração da Holding, aplicável a todas as empresas Eletrobras. A referida Política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Chesf, por meio da DL 543.02/2018 e pode ser consultada nos seguintes endereços eletrônicos:

[https://eletrobras.com/pt/GestaoeGovernancaCorporativa/Estatutos\\_politicas\\_manuais/Politica-de-Transacoes-com-Partes-Relacionadas-das-Empresas-Eletobras.pdf](https://eletrobras.com/pt/GestaoeGovernancaCorporativa/Estatutos_politicas_manuais/Politica-de-Transacoes-com-Partes-Relacionadas-das-Empresas-Eletobras.pdf)

e

<https://www.chesf.gov.br/empresa/Documents/Pol%C3%ADtica%20de%20%20Transa%C3%A7%C3%B5es%20Partes%20Relacionadas%20das%20Empresas%20Eletrobras.pdf#search=pol%C3%ADtica%20de%20transa%C3%A7%C3%B5es>

As transações com partes relacionadas são realizadas de acordo com padrões e preços de mercado ou baseadas em contratos próprios do Setor Elétrico. Na sequência, identificamos as empresas/entidades relacionadas com a Companhia:

Empresas	Natureza de Operação	31/12/2018			31/12/2017			31/12/2016		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Eletrobras</b>	Contas a receber	901	-	-	-	-	-	1.223	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	271.094	-	838.125	-	-	-	698.735	-
	Contas a pagar	-	1.084	-	588	-	-	-	102.213	-
	Despesa financeira	-	-	(100.882)	-	-	(133.296)	-	-	(42.219)
		<b>901</b>	<b>272.178</b>	<b>(100.882)</b>	<b>915</b>	<b>838.713</b>	<b>(133.296)</b>	<b>1.223</b>	<b>800.948</b>	<b>(42.219)</b>
<b>Furnas</b>	Clientes	7.999	-	-	8.827	-	-	3.790	-	-
	Contas a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	26	-
	Fornecedores	-	8.861	-	-	9.985	-	-	4.746	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(112.741)	-	-	(91.091)	-	-	(55.566)
		<b>7.999</b>	<b>8.861</b>	<b>(112.741)</b>	<b>8.827</b>	<b>9.985</b>	<b>(91.091)</b>	<b>3.790</b>	<b>4.772</b>	<b>(55.566)</b>
<b>Eletrosul</b>	Clientes	171	-	-	178	-	-	83	-	-
	Contas a receber	-	-	-	45	-	-	44	-	-
	Fornecedores	-	3.420	-	-	3.870	-	-	3.821	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(43.600)	-	-	(46.761)	-	-	(45.731)
		<b>171</b>	<b>3.420</b>	<b>(43.600)</b>	<b>223</b>	<b>3.870</b>	<b>(46.761)</b>	<b>127</b>	<b>3.821</b>	<b>(45.731)</b>
<b>Eletronorte</b>	Clientes	6.895	-	-	7.168	-	-	3.324	-	-
	Fornecedores	-	5.271	-	-	5.368	-	-	4.173	-
	Contas a receber	60	-	-	43	-	-	77	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(65.858)	-	-	(58.023)	-	-	(44.167)
		<b>6.955</b>	<b>5.271</b>	<b>(65.858)</b>	<b>7.211</b>	<b>5.368</b>	<b>(58.023)</b>	<b>3.401</b>	<b>4.173</b>	<b>(44.167)</b>
<b>Eletronuclear</b>	Clientes	1.186	-	-	1.390	-	-	580	-	-
		<b>1.186</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.390</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>580</b>	<b>60</b>	<b>-</b>
<b>CGTEE</b>	Clientes	525	-	-	548	-	-	328	-	-
		<b>525</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>548</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>328</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Eletropar</b>	Contas a receber	-	-	-	479	-	-	958	-	-
	Contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	83	-
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>479</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>958</b>	<b>83</b>	<b>-</b>
<b>Ceal</b>	Clientes	86.065	-	-	62.848	-	-	51.363	-	-
	Contas a receber	37	-	-	21	-	-	442	-	-
	Contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	115	-
	Suprimento de energia	-	-	24.634	-	-	21.040	-	-	23.919
		<b>86.102</b>	<b>-</b>	<b>24.634</b>	<b>62.869</b>	<b>-</b>	<b>21.040</b>	<b>51.805</b>	<b>115</b>	<b>23.919</b>
<b>Fachesf</b>	Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Contribuição normal	-	-	-	-	11.668	-	-	14.224	-
	Despesa financeira	-	-	-	-	-	(50.986)	-	-	(138.672)
	Despesas operacionais	-	-	(32.157)	-	-	(24.726)	-	-	(25.774)
	Despesas atuariais	-	-	(6.569)	-	-	(5.749)	-	-	(131.221)
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(38.726)</b>	<b>-</b>	<b>11.668</b>	<b>(81.461)</b>	<b>-</b>	<b>14.224</b>	<b>(295.667)</b>

## 16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Empresas	Natureza de Operação	31/12/2018			31/12/2017			31/12/2016		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Celg - D	Clientes	-	-	-	-	-	-	5.265	-	-
	Suprimento de energia	-	-	-	-	-	8.624	-	-	48.427
		-	-	-	-	-	8.624	5.265	-	48.427
Cepisa	Clientes	8.465	-	-	9.931	-	-	4.459	-	-
	Suprimento de energia	-	-	16.071	-	-	19.467	-	-	22.131
		8.465	-	16.071	9.931	-	19.467	4.459	-	22.131
STN	Contas a receber	322	-	-	309	-	-	304	-	-
	Partic. societária permanente	165.749	-	-	216.741	-	-	202.898	-	-
	Fornecedores	-	580	-	-	555	-	-	842	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	4.147	-	-	3.690	-	-	3.503
	Equivalência patrimonial	-	-	43.064	-	-	35.273	-	-	76.794
	Dividendos	-	-	-	-	-	-	8.974	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(6.659)	-	-	(8.267)	-	-	(9.887)
		166.071	580	40.552	217.050	555	30.696	212.176	842	70.410
Integração Transmissora de Energia S.A.	Partic. societária permanente	-	-	-	51.240	-	-	47.907	-	-
	Fornecedores	-	-	-	-	380	-	-	879	-
	Dividendos	-	-	-	-	-	-	1.171	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	-	-	-	(6.563)	-	-	(7.719)
	Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	7.153	-	-	7.328
		-	-	-	51.240	380	590	49.078	879	(391)
Energética Águas da Pedra S.A.	Partic. societária permanente	111.518	-	-	111.349	-	-	104.650	-	-
	Clientes	304	-	-	317	-	-	190	-	-
	Dividendos	-	-	-	-	-	-	4.743	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	25.208	-	-	21.935	-	-	26.280
		111.822	-	25.208	111.666	-	21.935	109.583	-	26.280
Energia Sustentável do Brasil S.A.	Clientes	9.786	-	-	10.347	-	-	4.876	-	-
	Partic. societária permanente	1.488.223	-	-	1.536.742	-	-	1.665.961	-	-
	Fornecedores	-	18.814	-	-	19.620	-	-	17.206	-
	Energia comprada	-	-	(174.942)	-	-	(201.289)	-	-	(196.154)
	AFAC	168.600	-	-	367.200	-	-	267.600	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(234.561)	-	-	(17.391)	-	-	269.899
		1.666.609	18.814	(409.503)	1.914.289	19.620	(218.680)	1.938.437	17.206	73.745
I.E. Madeira	Partic. societária permanente	685.371	-	-	653.636	-	-	564.755	-	-
	Fornecedores	-	2.237	-	-	2.301	-	-	4.271	-
	Dividendos	-	-	74.490	-	-	-	23.035	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	69.467	-	-	99.198
	Receita de prest. de serviços	-	-	-	-	-	297	-	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(20.812)	-	-	(23.796)	-	-	(30.467)
		685.371	2.237	53.678	653.636	2.301	45.968	587.790	4.271	68.731
Manaus Construtora	Partic. societária permanente	7.508	-	-	7.545	-	-	7.343	-	-
	Dividendos	9.178	-	-	9.178	-	-	9.178	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(37)	-	-	202	-	-	(106)
		16.686	-	(37)	16.723	-	202	16.521	-	(106)
Manaus Transmissora	Partic. societária permanente	-	-	-	176.234	-	-	257.420	-	-
	Dividendos	-	-	-	2.545	-	-	3.934	-	-
	Fornecedores	-	734	-	-	745	-	-	1.106	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(6.776)	-	-	(8.471)	-	-	(9.754)
	Equivalência patrimonial	-	-	9.622	-	-	11.869	-	-	16.355
		-	734	2.846	178.779	745	3.398	261.354	1.106	6.601
TDG	Partic. societária permanente	31.841	-	-	27.309	-	-	7.829	-	-
	Contas a receber	241	-	-	231	-	-	225	-	-
	Fornecedores	-	79	-	-	75	-	-	115	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	2.797	-	-	2.715	-	-	2.688
	AFAC	101.000	-	-	101.000	-	-	101.000	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(945)	-	-	(1.155)	-	-	(1.432)
	Equivalência patrimonial	-	-	4.532	-	-	19.480	-	-	593
		133.082	79	6.384	128.540	75	21.040	109.054	115	1.849

## 16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Empresas	Natureza de Operação	31/12/2018			31/12/2017			31/12/2016		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Norte Energia S.A.</b>	Clientes	8.922	-	-	5.326	-	-	1.946	-	-
	Partic. societária permanente	2.058.675	-	-	1.725.233	-	-	1.607.827	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	192.742	-	-	(56.294)	-	-	(34.263)
		<b>2.067.597</b>	-	<b>192.742</b>	<b>1.730.559</b>	-	<b>(56.294)</b>	<b>1.609.773</b>	-	<b>(34.263)</b>
<b>Ceron</b>	Clientes	1.777	-	-	1.318	-	-	715	-	-
	Suprimento de energia	-	-	9.184	-	-	7.899	-	-	5.390
	Contas a pagar	-	-	-	-	37	-	-	-	-
		<b>1.777</b>	-	<b>9.184</b>	<b>1.318</b>	<b>37</b>	<b>7.899</b>	<b>715</b>	-	<b>5.390</b>
<b>Eletroacre</b>	Clientes	643	-	-	454	-	-	574	-	-
	Suprimento de energia	-	-	5.793	-	-	5.482	-	-	6.274
		<b>643</b>	-	<b>5.793</b>	<b>454</b>	-	<b>5.482</b>	<b>574</b>	-	<b>6.274</b>
<b>Cepel</b>	Despesas operacionais	-	-	-	-	-	(3.376)	-	-	(12.670)
		-	-	-	-	-	<b>(3.376)</b>	-	-	<b>(12.670)</b>
<b>Complexo Eólico Sento Sé I</b>	Clientes	45	-	-	45	-	-	27	-	-
	Contas a receber	-	-	-	33	-	-	31	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	33	-	-	132	-	-	341
	Partic. societária permanente	-	-	-	72.779	-	-	57.012	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(8.496)	-	-	19.497	-	-	5.305
	Dividendos	-	-	-	-	-	-	1.391	-	-
		<b>45</b>	-	<b>(8.463)</b>	<b>72.857</b>	-	<b>19.629</b>	<b>58.461</b>	-	<b>5.646</b>
<b>Complexo Eólico Sento Sé II</b>	Partic. societária permanente	-	-	-	55.582	-	-	57.157	-	-
	Ativos não circulantes mantidos para venda	50.674	-	-	-	-	-	-	-	-
	Clientes	12	-	-	13	-	-	18	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(4.909)	-	-	(1.575)	-	-	(5.375)
	Dividendos	-	-	-	231	-	-	231	-	-
		<b>50.686</b>	-	<b>(4.909)</b>	<b>55.826</b>	-	<b>(1.575)</b>	<b>57.406</b>	-	<b>(5.375)</b>
<b>Complexo Eólico Sento Sé III</b>	Partic. societária permanente	-	-	-	1.057	-	-	1.485	-	-
	Ativos não circulantes mantidos para venda	912	-	-	-	-	-	-	-	-
	Clientes	21	-	-	22	-	-	11	-	-
	Fornecedores	-	248	-	-	727	-	-	684	-
	Compra de Energia	-	-	(1.840)	-	-	(14.727)	-	-	(10.916)
	Equivalência patrimonial	-	-	(77)	-	-	(124)	-	-	(28)
		<b>933</b>	<b>248</b>	<b>(1.917)</b>	<b>1.079</b>	<b>727</b>	<b>(14.851)</b>	<b>1.496</b>	<b>684</b>	<b>(10.944)</b>
<b>IE Garanhuns</b>	Partic. societária permanente	272.085	-	-	267.424	-	-	360.072	-	-
	Fornecedores	-	301	-	-	233	-	-	529	-
	Rec. de prest. de serviços	-	-	52	-	-	482	-	-	445
	Dividendos	8.396	-	-	-	-	-	9.891	-	-
	Encargo de uso de rede de transmissão	-	-	(3.392)	-	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	37.229	-	-	(13.661)	-	-	44.476
		<b>280.481</b>	<b>301</b>	<b>33.889</b>	<b>267.424</b>	<b>233</b>	<b>(13.179)</b>	<b>369.963</b>	<b>529</b>	<b>44.921</b>
<b>VamCruz I Participações S.A</b>	Partic. societária permanente	-	-	-	124.607	-	-	92.452	-	-
	Ativos não circulantes mantidos para venda	124.065	-	-	-	-	-	-	-	-
	Clientes	-	-	-	-	-	-	22	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(4.413)	-	-	8.014	-	-	2.974
	Dividendos	2.130	-	-	2.130	-	-	-	-	-
	AFAC	5.929	-	-	9.800	-	-	43.099	-	-
		<b>132.124</b>	-	<b>(4.413)</b>	<b>136.537</b>	-	<b>8.014</b>	<b>135.573</b>	-	<b>2.974</b>
<b>Extremoz</b>	Contas a receber	154	-	-	232	-	-	219	-	-
	Partic. societária permanente	487.588	-	-	505.220	-	-	62.226	-	-
	Fornecedores	-	146	-	-	131	-	-	265	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	2.695	-	-	2.782	-	-	2.619
	Encargo de uso de rede de transmissão	-	-	(1.678)	-	-	(2.322)	-	-	(2.890)
	AFAC	-	-	-	-	-	-	590.189	-	-
	Dividendos	-	-	-	-	-	-	7.324	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	23.496	-	-	(28.514)	-	-	33.471
		<b>487.742</b>	<b>146</b>	<b>24.513</b>	<b>505.452</b>	<b>131</b>	<b>(28.054)</b>	<b>659.958</b>	<b>265</b>	<b>33.200</b>

## 16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Empresas	Natureza de Operação	31/12/2018			31/12/2017			31/12/2016		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Chapada do Piauí I Holding S.A	Partic. societária permanente	-	-	-	91.851	-	-	104.060	-	-
	Clientes	-	-	-	-	-	-	21	-	-
	Contas a Receber	-	-	-	-	-	-	492	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	585
	Equivalência patrimonial	-	-	(15.620)	-	-	(12.209)	-	-	(19.477)
		-	-	(15.620)	91.851	-	(12.209)	104.573	-	(18.892)
Chapada do Piauí II Holding S.A	Partic. societária permanente	-	-	-	172.249	-	-	117.701	-	-
	Clientes	-	-	-	-	-	-	29	-	-
	AFAC	-	-	-	-	-	-	35.213	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(10.956)	-	-	(6.905)	-	-	(24.486)
		-	-	(10.956)	172.249	-	(6.905)	152.943	-	(24.486)
Amazonas Distribuidora	Clientes	2.278	-	-	2.015	-	-	787	-	-
		2.278	-	-	2.015	-	-	787	-	-
Eólica Serra das Vacas Holding S.A	Partic. societária permanente	-	-	-	96.172	-	-	94.614	-	-
	Clientes	-	-	-	-	-	-	14	-	-
	AFAC	-	-	-	-	-	-	9.443	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	240	-	-	(5.023)	-	-	(7.311)
		-	-	240	96.172	-	(5.023)	104.071	-	(7.311)
Cia. Energética SINOP S.A.	Partic. societária permanente	222.474	-	-	252.583	-	-	215.610	-	-
	AFAC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(65.389)	-	-	(106.875)	-	-	(1.405)
		222.474	-	(65.389)	252.583	-	(106.875)	215.610	-	(1.405)
Complexo Eólico Pindaí I	Partic. societária permanente	352.907	-	-	249.190	-	-	338.489	-	-
	Clientes	24	-	-	-	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(13.026)	-	-	(8.690)	-	-	896
	Dividendos	-	-	-	-	-	-	141	-	-
		352.931	-	(13.026)	249.190	-	(8.690)	338.630	-	896
Complexo Eólico Pindaí II	Partic. societária permanente	170.238	-	-	104.915	-	-	146.589	-	-
	Clientes	8	-	-	-	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(2.039)	-	-	(566)	-	-	(1.929)
	Suprimento de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	9.060
		170.246	-	(2.039)	104.915	-	(566)	146.589	-	7.131
Complexo Eólico Pindaí III	Partic. societária permanente	91.445	-	-	55.428	-	-	77.135	-	-
	Clientes	6	-	-	-	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(8.944)	-	-	(552)	-	-	528
		91.451	-	(8.944)	55.428	-	(552)	77.135	-	528

A seguir, identifica-se as origens das principais transações, por empresa:

### Eletrobras (Controladora)

- Contratos de financiamentos e empréstimos celebrados entre as partes;
- Ressarcimento dos contratos da auditoria e atuarial.

### Furnas

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.

### Eletrosul

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.

## **16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas**

### **Eletronorte**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.

### **Eletronuclear**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

### **CGTEE**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

### **Eletropar**

- Contratos celebrados para prestação de serviços.

### **Ceal**

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

### **Fachesf**

- Compromissos atuariais referentes a previdência complementar;
- Intermediação de prestação de serviços de saúde, seguro de vida e outros benefícios aos empregados da Companhia.

### **Cepisa**

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

### **STN – Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.**

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de linha de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;

### **Integração Transmissora de Energia S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;

### **Energética Águas da Pedra S.A.**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;

### **Energia Sustentável do Brasil S.A.**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos de compra de energia;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

### **Interligação Elétrica do Madeira S.A.**

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;

## **16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas**

### **Manaus Transmissora de Energia S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

### **Manaus Construtora Ltda.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

### **TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.**

- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

### **Norte Energia S.A.**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

### **Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – Ceron**

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Empregados requisitados.

### **Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre**

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica.

### **Complexo Sento Sé I (Pedra Branca S.A. – São Pedro do Lago S.A. – Sete Gameleiras S.A.)**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contrato celebrado para prestação de serviços.

### **Complexo Sento Sé II (Baraúnas I Energética S.A. - Mussambê Energética S.A. - Morro Branco I Energética S.A.)**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Investimento classificado como ativos não circulantes mantidos para venda;
- Remuneração pelo capital investido.

### **Complexo Sento Sé III (Baraúnas II Energética S.A. - Banda de Couro Energética S.A.)**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para compra de energia;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Investimento classificado como ativos não circulantes mantidos para venda.

### **Cepel**

- Contrato de contribuição mensal como associado.

### **Interligação Elétrica Garanhuns S.A.**

- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Contrato celebrado para prestação de serviços;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

## 16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

### **Vamcruz I Participações S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Investimento classificado com ativos não circulantes mantidos para venda;
- Adiantamento para futuro aumento de capital;
- Remuneração pelo capital investido.

### **Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

### **Chapada do Piauí I Holding S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

### **Chapada do Piauí II Holding S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

### **Amazonas Distribuidora de Energia S.A.**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

### **Eólica Serra das Vacas Holding S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

### **Companhia Energética SINOP S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

### **Complexo Pindaí I (Acauã Energia S.A. - Angical 2 Energia S.A. - Arapapá Energia S.A. - Caititu 2 Energia S.A. - Caititu 3 Energia S.A. - Carcará Energia S.A. - Corrupião 3 Energia S.A. - Teiú 2 Energia S.A.)**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

### **Complexo Pindaí II (Coqueirinho 2 Energia S.A. - Papagaio Energia S.A.)**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

### **Complexo Pindaí III (Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.)**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

Além das empresas antes apresentadas, a Companhia também possui as seguintes partes relacionadas:

- Itaipu Binacional
- Boa Vista Energia S.A.
- Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. – Amazonas GT.

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	13/12/2016	55.034.651,45	23.313.381,07	Não aplicável.	12 meses	SIM	5,540000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora						
<b>Objeto contrato</b>	Realizar aportes na SPE Norte Energia S.A.						
<b>Garantia e seguros</b>	Recursos das indenizações referentes à Transmissão (Rede Básica do Sistema						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não comprovação da aplicação integral ou sua aplicação indevida.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Empréstimo RES - 0803/2016. Taxa de Juros cobrada: CDI + 5,54 % a.a.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobras	05/09/2017	121.354.060,48	127.313.816,92	Não Aplicável	18 meses	SIM	7,570000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora						
<b>Objeto contrato</b>	Financiamento dos custos para implantação do Plano de Aposentadoria Extraordinária - PAE 2017 da Chesf.						
<b>Garantia e seguros</b>	Recursos das indenizações referentes à Transmissão (Rede Básica do Sistema Existente –RBSE).						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não comprovação da aplicação integral ou sua aplicação indevida.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Empréstimo ECF - 3348/2017 Taxa de Juros cobrada: 7,57% a.a.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	17/01/2018	155.000.000,00	55.660.367,50		16 meses	SIM	7,030000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora						
<b>Objeto contrato</b>	Realização de investimentos corporativos e aportes em SPEs.						
<b>Garantia e seguros</b>	Recursos das indenizações referentes à Transmissão (Rede Básica do Sistema Existente – RBSE).						

**16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não comprovação da aplicação integral ou sua aplicação indevida.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Financiamento ECF-3351/2017. Taxa de Juros 7,03% a.a.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	12/09/2016	300.000.000,00	165.986.535,98	Não aplicável	12 meses	SIM	5,540000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora						
<b>Objeto contrato</b>	Realizar aportes na SPE Norte Energia S.A.						
<b>Garantia e seguros</b>	Recursos das indenizações referentes à Transação (Rede Básica do Sistema Existente - RBSE)						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não comprovação de aplicação integral ou sua aplicação indevida.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Empréstimo RES - 549/2016 Taxa de Juros Cobrada CDI + 5,54% a.a.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	17/12/2007	70.220.300,00	172.266,03	Não aplicável.	120 meses.	SIM	7,200000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora						
<b>Objeto contrato</b>	Cobertura financeira de até 100% do Programa de Obras de Transmissão LT Funil/Itapebi e LT Milagres/Coremas.						
<b>Garantia e seguros</b>	Vínculo da receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento dos valores vencidos e não pagos, à satisfação da Eletrobras, formalizada na assinatura do contrato.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	A não comprovação da aplicação integral ou sua aplicação indevida, bem como, caso ocorram razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, as quais deverão ser justificadas.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Financiamento ECF-2648/2007. Taxa de Juros de 7,2% a.a. - a variação do IPCA no período foi de 5,51%						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor						
<b>Especificar</b>							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf	31/12/2013	605.126.031,80	1.040.926.775,55	Não aplicável	120 meses	SIM	5,500000
Relação com o emissor	Patrocinada						
Objeto contrato	Estabelecer a forma de pagamento do compromisso assumido pela patrocinadora junto à fundação, para cobertura dos benefícios concedidos e a conceder do plano de benefício vigente.						
Garantia e seguros	Créditos oriundos da venda de energia elétrica						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Parcelamento de Dívida (CF-01.1.266-017-A/15) Taxa de Juros de 5,5%a.a. + IGP-M						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

### **16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**

As operações da Companhia observam caráter estritamente comutativo, pois são realizadas dentro dos parâmetros de contratação estabelecidos pela Aneel, que visam à modicidade tarifária, a estimular a expansão da oferta, a zelar pela compra eficiente e a definir mecanismos de proteção ao consumidor de energia elétrica. As operações da Companhia são submetidas à aprovação daquela autarquia.

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas por legislação e regulamentação a que está submetida. A aprovação das operações com partes relacionadas é também submetida à aprovação dos órgãos decisórios da Companhia, conforme regras previstas no seu Estatuto Social. Havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro dos órgãos deliberativos da Companhia, o respectivo membro deve registrar o possível conflito e abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração está proibido de votar em deliberação acerca de matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

As operações celebradas pela Companhia com partes relacionadas seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de seus termos e condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

**16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas**

Todas as informações consideradas relevantes estão apresentadas em itens anteriores.

**17.1 - Informações Sobre O Capital Social**

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
28/12/2012	9.753.953.471,58	Não se aplica.	54.151.081	1.753.814	55.904.895
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
		NÃO SE APLICA.	Não se aplica.		
Tipo de capital	Capital Subscrito				
28/12/2012	9.753.953.471,58	Não se aplica.	54.151.081	1.753.814	55.904.895
Tipo de capital	Capital Integralizado				
28/12/2012	9.753.953.471,58	Não se aplica.	54.151.081	1.753.814	55.904.895

## 17.2 - Aumentos do Capital Social

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve aumento de capital nos 3 últimos exercícios sociais. O último aumento de capital da Companhia foi realizado em 28 de dezembro de 2012 na AGE 166ª, com capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC decorrente da parcela de 50% dos dividendos do exercício de 2010, aprovados na 63ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 16/06/2011.

### 17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não efetuou desdobramentos, grupamentos ou bonificações de ações nos últimos exercícios.

## 17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não tem histórico de reduções no valor do seu capital social.

**17.5 - Outras Informações Relevantes**

A Companhia não possui outras informações relevantes, além das já apresentadas nos itens anteriores.

**18.1 - Direitos Das Ações**

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Ordinária</b>
<b>Tag along</b>	0,000000
<b>Direito a dividendos</b>	O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei Societária, como dividendos mínimos obrigatórios.
<b>Direito a voto</b>	Pleno
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Não
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Não
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	O Estatuto Social da Companhia não prevê condições para alteração dos direitos assegurados.
<b>Outras características relevantes</b>	Não há.
<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Tag along</b>	0,000000
<b>Direito a dividendos</b>	O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei Societária, como dividendos mínimos obrigatório. Garantindo um dividendo prioritário de 10% sobre o capital desta espécie de ações.
<b>Direito a voto</b>	Sem Direito
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Não
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Não
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	O Estatuto Social da Companhia não prevê condições para alteração dos direitos assegurados.
<b>Outras características relevantes</b>	Não há.

**18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública**

A Companhia não possui regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar ofertas públicas.

**18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto**

O Estatuto da Companhia não possui exceções ou cláusulas suspensivas referentes a direitos patrimoniais ou políticos.

## **18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui valores mobiliários negociados em bolsa ou balcão organizado. Devido a esse fato, não dispõe de volumes e/ou cotação dos mesmos.

## 18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui outros valores mobiliários de sua emissão.

## 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui outros valores mobiliários de sua emissão.

## **18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação**

Os valores mobiliários da Companhia são negociados no mercado de balcão não organizado.

**18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros****Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

## 18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

**18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição**

A Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição, diretamente nem por meio de terceiros, relativas a valores mobiliários de sua emissão.

### **18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas**

A Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

**18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição**

A Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição, relativas a valores mobiliários de emissão de terceiros.

**18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários**

A controlada Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., emitiu 168.000 debêntures, simples, Série Única, no valor unitário de R\$ 1.000,00, tendo sido totalmente integralizadas, com vencimento em 15/01/2029. Os recursos líquidos captados deverão ser aplicados nos projetos da controlada, objetos da Portaria nº 144 de 29/04/2016, e Portaria nº 18, de 02/02/2017, ambas do Ministério de Minas e Energia, nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei nº 12.431, do Decreto nº 8.874, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.947, de 27/01/2011.

Abaixo a posição registrada nas Demonstrações Financeiras da Chesf:

Controladora e Consolidado					
	Taxa de Juros	Vencimento	31/12/2018		31/12/2017
			Circulante	Não Circulante	Circulante
Debêntures - Extremoz	IPCA + 7,0291% a.a.	15/01/2029	10.607	141.526	153.094

Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações inerentes ao processo de emissão das debêntures foram outorgados em 31/03/2017 Contratos de Garantia:

- Contrato de Cessão Fiduciária, onde a Companhia oferece todos os direitos creditórios presentes e futuros, em decorrência do seu Contrato de Concessão nº 008/2011.
- Contrato de Alienação Fiduciária, onde a Companhia oferece todas as ações representativas do seu capital social de titularidade das Acionistas, já subscritas e as que venham a ser subscritas em data posterior a assinatura deste contrato.

As debêntures serão amortizadas em doze anos com parcelas semestrais, sendo a primeira em setembro de 2017 e a última em janeiro de 2029, o saldo devedor é atualizado pela variação do índice Nacional de Preço ao Consumidor – IPCA, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com Spread de 7,0291% ao ano, devidos desde a data da integralização até a data do efetivo pagamento.

Para maiores informações, consultar a nota explicativa 25 das Demonstrações Financeiras da Chesf, de 31 de dezembro de 2018.

## 19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui plano de recompra de ações.

## **19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não mantém valores mobiliários em tesouraria.

**19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria**

Conforme justificado nos itens anteriores, a Companhia não possui plano de recompra de ações, nem movimentação ou saldo de valores mobiliários em tesouraria.

## 20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

**Data aprovação** 14/12/2018

**Órgão responsável pela aprovação** Conselho de Administração da Eletrobras

**Cargo e/ou função** De acordo com a Política, além da própria Companhia, estão sujeitos à Política de Divulgação e Negociação, (i) Acionistas controladores diretos e indiretos; (ii) Administradores da Eletrobras e de suas controladas; (iii) Conselheiros Fiscais da Eletrobras e de suas controladas; (iv) Membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da empresa, criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária da Eletrobras e de suas controladas; (v) Empregados, e assistentes da Eletrobras ou controladas que tenham acesso ou conhecimento de informações privilegiadas; (vi) Ex-administradores da Eletrobras e de suas controladas durante o período em que detiverem quaisquer informações privilegiadas ou nas demais hipóteses previstas nesta Política, (vii) Quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Eletrobras, nos acionistas controladores, nas suas sociedades controladas ou nas sociedades coligadas, tenha conhecimento sobre informação privilegiada;

### Principais características e locais de consulta

A Política de Divulgação e Negociação estabelece, entre outros, parâmetros e limites para a negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, dentre os quais são contemplados (i) as restrições à negociação previstas na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") e (ii) a política interna de negociação de valores mobiliários adotada pela nos termos da Política de Negociação.

A Política de Divulgação e Negociação tem por objetivo coibir a utilização de informações privilegiadas em benefício próprio pelas Pessoas Vinculadas, no âmbito da negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 358 e das políticas internas da própria Companhia.

Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e tipping (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia.

As Pessoas Vinculadas deverão firmar termo de adesão ao Manual e à Política de Divulgação e Negociação, na forma dos artigos 15, §1º, inciso I e 16, §1º da Instrução CVM 358.

Para mais informações consulte a Política de Divulgação e Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia disponível no site da Companhia (<http://eletrobras.com/pt/ri/Paginas/Documentos-de-Governanca-Corporativa.aspx>).

## 20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

### Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Antes da divulgação ao mercado, pela Eletrobras, de Informação Relevante (conforme definida abaixo) ocorrida nos negócios da Eletrobras ou controladas, nos termos da Instrução CVM nº 358, é vedada a negociação com Valores Mobiliários de emissão da Eletrobras ou de emissão de controladas, ou a eles referenciados, pela própria Eletrobras ou pelas Pessoas Vinculadas. A vedação prevista também deve prevalecer: se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; e, em relação aos acionistas controladores, diretos ou indiretos e administradores sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Eletrobras pela própria Eletrobras, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.

A vedação se aplica também aos administradores que se afastem da administração da Eletrobras ou de suas empresas controladas, conforme o caso, antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e se estende pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.

Ainda, é vedada a negociação pela própria Eletrobras e pelas Pessoas Vinculadas, no período de 15 dias, que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Eletrobras, ressalvadas as exceções previstas em lei ou na Política de Divulgação e Negociação. As vedações de negociações estabelecidas na Política de Negociação se aplicam:

(a) às negociações realizadas em Bolsas de Valores e em mercado de balcão, organizado ou não organizado, bem como às realizadas sem a interveniência de instituição integrante do sistema de distribuição;

(b) às negociações realizadas direta ou indiretamente pelas Pessoas Vinculadas, quer tais negociações se deem por intermédio de sociedades por elas controladas, quer por meio de terceiros com quem for mantido contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações;

(c) às operações de aluguel de Valores Mobiliários realizadas por Pessoas Vinculadas; e

(d) A Negociação de bonds

---

**20.2 - Outras Informações Relevantes**

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, apesar de sua condição de empresa de capital aberto, não possui ações negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, além de não ter ações ordinárias em circulação e possuir pequena participação de acionistas preferencialistas. Mesmo na condição acima exposta, a Chesf por ser controlada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, adota a Política de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários daquela Holding.

## 21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

A Chesf, como empresa de capital aberto, embora tendo suas ações negociadas apenas no mercado de balcão, está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

De acordo com a legislação e as normas da CVM – Comissão de Valores Mobiliários em vigor, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), e a Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM nº 358/02”) e nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM nº 480/09”), toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM e à B3 determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como arquivar junto à CVM e à B3 quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, devemos cumprir e cumprimos com as normas e legislação relacionadas acima.

É obrigação dos colaboradores da Eletrobras assegurarem que a divulgação de informações periódicas acerca da situação patrimonial e financeira da Eletrobras, bem como que a divulgação de informações que sejam consideradas relevantes, ocorram de forma completa, contínua e desenvolvida através dos administradores incumbidos dessa função, juntamente com a área de relações com investidores, devendo, ainda, abranger dados sobre a evolução das suas respectivas posições acionárias no capital social da Eletrobras, na forma prevista na regulamentação em vigor.

A Instrução CVM nº 358/02 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e à aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;
- exemplificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;
- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM e à B3, bem como ao mercado em geral, por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação: (i) jornais geralmente utilizados pela companhia; (ii) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade.
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM e à B3 o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades

## 21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;

- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto aumente ou diminua sua participação na referida companhia ultrapassando para cima ou para baixo os patamares percentuais múltiplos de 5,0%, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e
- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

Ainda, de acordo com a regulamentação da CVM aplicável, antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido referente à companhia, é vedada a negociação com ações de emissão da companhia: (i) pela companhia; (ii) pelos eventuais acionistas controladores, diretos ou indiretos; (iii) pelos seus Diretores; (iv) pelos seus Conselheiros; (v) pelos membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas; (vi) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia, nas sociedades controladoras, controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante; (vii) por quem quer que tenha conhecimento do ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, tais como auditores independentes, analistas de mercado e consultores, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da companhia; e (viii) pelos administradores que se afastarem de sua administração antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e cuja vedação se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.

A referida vedação também prevalece sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da companhia, sociedades controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção da companhia de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária.

É também vedada a negociação de valores mobiliários de emissão da companhia pelas pessoas acima mencionadas no período de 15 dias anterior à divulgação das nossas informações trimestrais (ITR) e demonstrações financeiras.

Caberá ao Diretor de Relações com Investidores a prestação de quaisquer Informações Relevantes ou informações de cunho financeiro da Companhia ao público em geral, bem como eventual confirmação, correção ou esclarecimento destas informações perante a CVM, as Bolsas de Valores e a SEC, podendo, se for o caso, utilizar para tais providências o endereço de correio eletrônico da área de Relações com Investidores. Nas ausências ou impedimentos do Diretor de Relações com Investidores para as providências previstas na Política de Divulgação, o responsável subsidiário será o Presidente da Eletrobras.

Quaisquer reuniões, com público externo à Empresa, Público Investidor ou com público selecionado, no País ou no exterior, relativas a matérias que possam consubstanciar informação considerada relevante, somente poderão ser realizadas na presença de Administradores da Companhia ou gerentes da área de Relações com Investidores. Na ausência do Diretor de Relações com Investidores, o conteúdo da reunião deverá ser reportado ao mesmo, naquilo que possa consubstanciar Informação Relevante, visando que a eventual Informação Relevante seja divulgada simultaneamente ao mercado nos termos da Política de Divulgação.

Na hipótese de solicitação pela CVM de esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de informação considerada relevante, SEC ou pelas Bolsas de Valores, ou ainda caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários da Eletrobras, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a Informação Relevante para averiguar se estas têm conhecimento de informações que devem ser divulgadas ao mercado.

## **21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações**

Por fim, a divulgação e a comunicação de informações consideradas relevantes, inclusive da informação veiculada através da Internet, devem ser realizadas de modo claro e preciso, sem enfatizar as notícias favoráveis ou subavaliar as desfavoráveis, assim como devem atender a uma linguagem acessível ao público investidor. A Eletrobras deve assegurar que as notícias serão comunicadas de forma apropriada.

Exceto pela Política de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários da Eletrobras descrita no item 21.2 deste Formulário de Referência e demais regulamentações descritas acima, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos por nós adotados para assegurar que tais informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva.

## 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários da Eletrobras (“Política de Divulgação e Negociação”) disciplina, entre outras matérias, a divulgação de Informações Relevantes (Conforme definido abaixo) sobre a Eletrobras e suas empresas controladas, assim como regula o acesso a informações privilegiadas, nos termos da Instrução CVM nº 358 e demais legislações aplicáveis.

A Política de Divulgação e Negociação estabelece e disciplina as práticas obrigatórias para o uso e divulgação de Informações Relevantes no âmbito da Eletrobras, visando estabelecer regras e procedimentos a serem obrigatoriamente observados pelas Pessoas Sujeitas (conforme definido na Política de Divulgação), relativos à divulgação de Informação Relevante, manutenção de sigilo e acesso às informações privilegiadas de acordo com os dispositivos legais, estatutários e demais regulamentos internos, evitando o uso indevido de informações privilegiadas e assegurando o tratamento equitativo aos investidores da Eletrobras.

De acordo com a Política de Divulgação e Negociação da Eletrobras, é considerada uma “Informação Relevante”: (i) toda decisão de Acionista Controlador; (ii) deliberação de Assembleia Geral da Eletrobras ou suas controladas; (iii) deliberação dos órgãos de administração da Companhia, ou de suas controladas; (iv) qualquer outro fato ou ato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, e ainda não divulgado ao mercado de capitais, que possa influenciar na cotação dos valores mobiliários de emissão da Eletrobras ou a eles referenciados, na decisão dos investidores de comprar, vender e manter valores mobiliários ou na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Eletrobras ou a eles referenciados.

Adicionalmente, a Política de Divulgação e Negociação aplica-se a: (i) Acionistas controladores diretos e indiretos; (ii) Administradores da Eletrobras e de suas controladas; (iii) Conselheiros Fiscais da Eletrobras e de suas controladas; (iv) Membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da empresa, criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária da Eletrobras e de suas controladas; (v) Empregados, e assistentes da Eletrobras ou controladas que tenham acesso ou conhecimento de informações privilegiadas; (vi) Ex-administradores da Eletrobras e de suas controladas durante o período em que detiverem quaisquer informações privilegiadas ou nas demais hipóteses previstas nesta Política, (vii) Quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Eletrobras, nos acionistas controladores, nas suas sociedades controladas ou nas sociedades coligadas, tenha conhecimento sobre informação privilegiada; (viii) Contatos comerciais da Eletrobras e de suas controladas, seus respectivos empregados e representantes. (“Pessoas Vinculadas”).

Neste sentido, a Política de Divulgação estabelece que a comunicação de Informação Relevante à CVM, SEC e Bolsas de Valores, em todos os mercados onde os Valores Mobiliários da Eletrobras são negociados, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro. A Comunicação deve ser feita simultaneamente e imediatamente, por meio de documento escrito, que descreva em linguagem acessível e de modo claro, preciso, detalhado confiável, com qualidade, transparência, veracidade, completude e consistência os fatos e/ou atos ocorridos, indicando sempre que possível os valores envolvidos e outros esclarecimentos, devendo ainda ser divulgados em versões em português e inglês. Caso seja necessária a divulgação antes da abertura do pregão, deve ser observada, sempre que possível, a antecedência de, no mínimo, uma hora, a fim de evitar atrasos no início das negociações e permitir a disseminação da informação prestada.

Caso seja imperativo que a divulgação de Informação Relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores pode, ao comunicar a Informação Relevante, solicitar, sempre simultaneamente às Bolsas de Valores e entidades do mercado de balcão organizado, nacionais e estrangeiras, em que os Valores Mobiliários de emissão da Eletrobras sejam admitidos à negociação, a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários pelo tempo necessário à adequada disseminação da Informação Relevante, observados os procedimentos previstos nos regulamentos editados pelas bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado sobre o assunto.

## 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Informação Relevante, envolvendo a Eletrobras, ao público investidor deverá ainda se dar por meio de publicação em portal de notícias com página na rede mundial de computadores, indicado no Formulário Cadastral da Eletrobras, no website de Relações com Investidores da Eletrobras ([www.eletrobras.com/ri](http://www.eletrobras.com/ri)) e enviada por e-mail para os investidores voluntariamente cadastrados junto à área de relacionamento com investidores da Eletrobras.

Excepcionalmente, as Informações Relevantes podem deixar de ser divulgadas se os acionistas controladores ou os administradores da Eletrobras *holding* entenderem que sua divulgação colocará em risco interesse legítimo da Eletrobras. Nesta hipótese, os administradores da Eletrobras *holding* e acionistas controladores ficam obrigados a, preferencialmente por meio do diretor de relações com investidores, divulgar imediatamente a Informação Relevante, na hipótese de a Informação Relevante escapar do controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários.

Os administradores da Eletrobras ou acionistas controladores podem dirigir requerimento ao presidente da CVM, em envelope lacrado, no qual deve constar a palavra “confidencial”, conforme previsto na Instrução CVM nº 358, para que a CVM decida sobre a prestação de informação que tenha deixado de ser divulgada. Caso a CVM decida pela divulgação da Informação Relevante, o autor do requerimento ou, preferencialmente, o diretor de relações com investidores, deve, após a notificação da CVM, comunicar, imediatamente, à Bolsa de Valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os Valores Mobiliários de emissão da Eletrobras sejam admitidos à negociação, e divulgar a Informação Relevante, na forma da Instrução CVM nº 358.

Compete, primeiramente, ao Diretor de Relações com Investidores a divulgação de Informações Relevantes, bem como por zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente, junto à CVM, SEC e em todas as Bolsas de Valores.

São responsabilidades do Diretor de Relações com Investidores, de acordo com nossa Política de Divulgação:

- a) enviar à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, e, se for o caso, à Bolsa de Valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os Valores Mobiliários, de emissão da Eletrobras, sejam admitidos à negociação, qualquer Informação Relevante ocorrida ou relacionada aos negócios da Eletrobras, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente, em todos os mercados em que tais Valores Mobiliários sejam admitidos à negociação;
- b) fazer com que a divulgação de Informação Relevante preceda ou seja feita simultaneamente à veiculação da informação por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior;
- c) inquirir as pessoas com acesso a Informações Relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de Informações Relevantes que devam ser divulgadas ao mercado, na hipótese de pedido de esclarecimentos dos Órgãos Reguladores ou Bolsas de Valores, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários de emissão da Eletrobras ou a eles referenciado;
- d) inquirir as pessoas com acesso a informações privilegiadas, na hipótese desta escapar ao controle da Companhia, inclusive os acionistas controladores ou os administradores que tiverem entendido pela necessidade de manter sigilo da Informação Relevante, nos termos autorizados, excepcionalmente, pela Instrução CVM 358 e por esta Política, e providenciar a imediata divulgação da Informação Relevante, pelos canais adequados, conforme previsto na Política de Divulgação e Negociação;
- e) observar a Política de Divulgação e Negociação, a Instrução CVM 358 e demais legislações aplicáveis à Eletrobras relativa a divulgação e uso de Informações Relevantes;

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

- f) esclarecer solicitações dos Órgãos Reguladores e das Bolsas de Valores sobre Informações Relevantes;
- g) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, às Bolsas de Valores, a suspensão de negociação de Valores Mobiliários da Eletrobras, pelo tempo necessário à adequada disseminação de Fato Relevante;
- h) analisar rumores, especulações e notícias divulgadas por qualquer meio de imprensa e seu impacto sobre a cotação dos Valores Mobiliários de emissão da Eletrobras, na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter Valores Mobiliários ou na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de Valores Mobiliários emitidos pela Eletrobras e, conforme o caso, prestar os devidos esclarecimentos ao mercado, de forma imediata e nos termos da Política de Divulgação e Negociação; e
- i) promover, inclusive por meio de sua área de relações com investidores, o treinamento das Pessoas Vinculadas quanto ao conteúdo da Política de Divulgação e Negociação.

De acordo com a política de prestação de informações ao mercado e as regras do Nível 1 de Governança Corporativa da B3, a Eletrobras deve participar de diversos encontros com acionistas e investidores, por meio de conferências, teleconferências, *roadshows*, *conference calls* e reuniões ou eventos com investidores, no Brasil ou exterior.

As reuniões e teleconferências com o público investidor, no país ou no exterior, devem ser realizadas na presença, preferencialmente, do Diretor de Relações com Investidores ou, na sua falta, de profissional da área de relações com investidores, sem prejuízo da possibilidade de estarem também presentes outros administradores, executivos e técnicos, a critério da Eletrobras. Na ausência do Diretor de Relações com Investidores, o conteúdo da reunião deve ser reportado imediatamente ao mesmo, na hipótese de revelação involuntária de Informação Relevante ainda não divulgada, cabendo-lhe assegurar ampla e imediata divulgação da mesma à CVM, SEC e às Bolsas de Valores.

As Pessoas Sujeitas devem comunicar ao Diretor de Relações com Investidores (i) qualquer ato, fato ou situação que possa vir a configurar uma Informação Relevante de que tenham conhecimento, e/ou (ii) sobre a divulgação indevida de Informação Privilegiada sem observância da legislação e regulação aplicáveis, bem como desta Política.

Sem prejuízo das demais obrigações previstas na Política de Divulgação e Negociação, cumpre às Pessoas Vinculadas:

- (a) observar a Política de Negociação e Divulgação, a Instrução CVM nº 358 e demais legislação aplicável à Eletrobras relativa a divulgação e uso de Informações Relevantes;
- (b) comunicar ao Diretor de Relações com Investidores ou à área de relação com investidores (i) qualquer ato, fato ou situação que possa vir a configurar uma Informação Relevante de que tenham conhecimento, e/ou (ii) sobre a divulgação indevida de informação privilegiada sem observância da legislação e regulação aplicáveis, bem como da Política de Divulgação e Negociação;
- (c) informar imediatamente o Diretor de Relações com Investidores caso uma Informação Relevante seja inadequadamente revelada a uma pessoa ou grupo de pessoas;
- (d) atender, imediatamente, as solicitações e esclarecimentos do Diretor de Relações com Investidores ou da área de relação com investidores quanto à verificação de ocorrência de Informação Relevante ou no âmbito de apuração de responsabilidade por divulgação indevida;
- (e) guardar sigilo das informações relativas a Informação Relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação adequada ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

- (f) observar os mecanismos de controle e restrição de acesso a Informação Relevante e informações privilegiadas previstos na Política de Divulgação e Negociação;
- (g) notificar, por escrito, o Diretor de Relações com Investidores, sempre que constatarem omissão desta em divulgar Informação Relevante, nos termos da Política de Divulgação e Negociação, para que seja feita a divulgação;
- (h) comunicar, imediatamente, a Informação Relevante à CVM, sempre que constatarem omissão do Diretor de Relações com Investidores em divulgar Informação Relevante;
- (i) observar as vedações e restrições de negociação, na iminência de divulgação de Informação Relevante, nos termos da Política de Divulgação e Negociação e da legislação aplicável;
- (j) assinar o termo de adesão à Política de Divulgação e Negociação e encaminhá-lo à área de relações com investidores da Eletrobras; e
- (k) exigir que consultores externos, parceiros, prestadores de serviços, contatos comerciais, e seus respectivos empregados e representantes, ou qualquer pessoa que tenha relação comercial com a Eletrobras, com acesso às Informações Privilegiadas, e estejam sob sua gestão, tomem conhecimento da presente Política, e, sempre que a contratação envolver acesso a informação privilegiada, providenciar que seus contratados assinem o termo de adesão à Política de Divulgação e Negociação ou acordos de confidencialidade adequados, sendo que os termos de adesão devem ser encaminhados ao Diretor de Relações com Investidores ou Área de Relações com Investidores.

Sem prejuízo das demais obrigações previstas na Política de Divulgação, assim como nas demais regras aplicáveis aos agentes públicos, em especial a Lei nº 8.112, 11 de dezembro de 1990, cumpre aos acionistas controladores da Eletrobras:

- (a) Observar a Política de Divulgação e Negociação, a Instrução CVM nº 358 e demais legislação aplicável à Companhia relativa à divulgação e uso de Informações Relevantes;
- (b) Comunicar ao Diretor de Relações com Investidores ou à área de relação com investidores (i) qualquer ato, fato ou situação que possa vir a configurar uma Informação Relevante de que tenham conhecimento, e/ou (ii) sobre a divulgação indevida de informação privilegiada sem observância da legislação e regulação aplicáveis, bem como da Política de Divulgação e Negociação;
- (c) Informar imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores caso uma Informação Relevante seja inadequadamente revelada a uma pessoa ou grupo de pessoas;
- (d) Atender, imediatamente, as solicitações e esclarecimentos do Diretor de Relações com Investidores ou da área de relação com investidores quanto à verificação de ocorrência de Informação Relevante ou no âmbito de apuração de responsabilidade por divulgação indevida;
- (e) Guardar sigilo das informações relativas à Informação Relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo;
- (f) Observar os mecanismos de controle e restrição de acesso à Informação Relevante e informações privilegiadas previstas na Política de Divulgação e Negociação;
- (g) Notificar, por escrito, o Diretor de Relações com Investidores, sempre que constatarem omissão do Diretor de Relações com Investidores em divulgar Informação Relevante, nos termos da Política de Divulgação, para que seja feita a divulgação;

**21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos**

**relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas** (b) Omitir ou não divulgar informações relevantes não divulgadas sempre que constatarem omissão do Diretor de Relações com Investidores em divulgar Informação Relevante; e

- (i) Observar as vedações e restrições de negociação, na iminência de divulgação de Informação Relevante, nos termos da Política de Divulgação e Negociação e da legislação aplicável.

A Política de Divulgação da Eletrobras pode ser consultada no seguinte link: [www.eletrobras.com/elb/ri](http://www.eletrobras.com/elb/ri)

### **21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações**

Nos termos do item 21.2. acima, o Diretor de Relações com Investidores da Companhia é responsável pela divulgação e comunicação acerca de Informações Relevantes, bem como por zelar por sua ampla e imediata disseminação simultaneamente em todos os mercados em que os Valores Mobiliários sejam admitidos à negociação.

Sempre que os acionistas controladores, diretores, membros do Conselho de Administração da Eletrobras – CA, do Conselho Fiscal da Eletrobras e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, constatarem a omissão do Diretor de Relações com Investidores em divulgar Informação Relevante, nos termos da Política de Divulgação e Negociação, devem notificá-lo, por escrito, para que seja feita a divulgação. Essa notificação não exime seus gestores, perante a CVM, da responsabilidade pela divulgação, nos termos da legislação.

Na ausência ou impedimento do Diretor de Relações com Investidores para as providências necessárias à correta avaliação da informação comunicada pela pessoa sujeita, cabe ao presidente da Eletrobras realizar a avaliação e, em caso de conclusão de que se trata de Informação Relevante, o presidente da Eletrobras deve fazer a sua divulgação, observadas a legislação e regulação aplicáveis, bem como as regras contidas na Política de Divulgação e Negociação. Em caso de ausência ou impedimento do presidente da Eletrobras, tais providências devem ser adotadas pelo presidente do Conselho de Administração ou por quem este vier a indicar.

## **21.4 - Outras Informações Relevantes**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.